



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Gabriela Schander

**Por uma perspectiva de gênero no jornalismo:** construção de categorias analíticas e uma  
análise de conteúdo da *Revista AzMina*

Florianópolis  
2021

Gabriela Schander

**Por uma perspectiva de gênero no jornalismo:** construção de categorias analíticas e uma  
análise de conteúdo da *Revista AzMina*

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Jornalismo da Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do título de Mestra em  
Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Daiane Bertasso

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schander, Gabriela

Por uma perspectiva de gênero no jornalismo : construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista AzMina / Gabriela Schander ; orientadora, Daiane Bertasso, 2021.

208 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Gênero. 3. Jornalismo com perspectiva de gênero. 4. Análise de Conteúdo. 5. Revista AzMina. I. Bertasso, Daiane . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Gabriela Schander

**Por uma perspectiva de gênero no jornalismo:** construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da *Revista AzMina*

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Gislene Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.(a) Dr.(a) Karina Woitowicz

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Jornalismo.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profa. Dra. Daiane Bertasso

Orientadora

Florianópolis, 2021

Às mães que perderam suas filhas e às filhas que  
perderam suas mães vitimadas pela Covid-19.

## AGRADECIMENTOS

*Essa ciranda não é minha só  
É de todos nós  
(Minha Ciranda - Lui Coimbra)*

Escrever uma dissertação não é tarefa fácil. Escrever uma dissertação durante uma pandemia, é menos fácil ainda. Escrever uma dissertação durante uma pandemia, na qual há ausência de ações efetivas do governo federal, torna-se um trabalho árduo. Em razão disso, contar com apoio, mesmo que distante, mesmo que por telas, fez toda diferença.

Agradeço às quatro mulheres da minha vida: minha mãe, Geisla, minha irmã, Carolina, minha avó, Clélia e minha tia, Eneisla. Elas me ensinaram e ensinam pela convivência do cotidiano sobre amor e força. Também agradeço ao meu pai, Júlio, pela sempre torcida.

Às amigades que formam minha rede de apoio, em especial, Claudine, Nátali, Raquel e Ana Clara. Ao Guillermo, que se fez presente boa parte desta trajetória. À minha terapeuta, Elis, que me auxiliou imensamente durante o processo.

Às amigas e amigos que fiz no PPGJor, sobretudo os que fazem parte da turma de 2018, Anaíra, Dairan, Gabriela Almeida, Mário e Andressa, obrigada por tantas ideias e abraços. Às e aos colegas do curso que também tive trocas fraternas, Rafael Winch, Suelyn, Jessica, Janaíne e Magali. Um agradecimento especial para meu parceiro de faculdade de longa data, Ricardo Leite, por sonhar os mesmos sonhos de um jornalismo mais humano. Também, para minha grande parceira da pós, Juliana Freire, que me ensinou o valor de construir laços acadêmicos e de vida com amorosidade, respeito e sorrisos.

Às professoras e professores do PPGJor, Gislene Silva, Jacques Mick, Terezinha Silva, Stefanie Silveira, Eduardo Meditsch, Carlos Locatelli e Samuel Lima, com quem tive maravilhosas aulas durante o mestrado. Meu agradecimento se estende às demais professoras e professores com quem tive o prazer de dialogar nas Jornadas Discentes, nos eventos do Programa e/ou nos corredores da Coordenação.

Ao servidor técnico, André Luiz, que sempre esteve disposto a atender prontamente as demandas das alunas e alunos. Em sua figura, amplio meu agradecimento às funcionárias e funcionários da UFSC, especialmente do CCE, da BU e do RU, que mantêm os prédios da Universidade funcionando dia após dia, corte após corte.

Às e aos colegas do grupo de pesquisa Transverso e do projeto de extensão JAC, que me fizeram sentir acolhida para construir projetos e pensamentos coletivos e colaborativos dentro e fora da academia.

À minha orientadora, Daiane Bertasso. Não há palavras para agradecer toda paciência, empatia e acolhimento dispendidos durante o mestrado. Grata por toda parceria.

Às professoras Gislene Silva e Marcia Benetti, por disponibilizarem parte do tempo e do extenso conhecimento que dispõem para qualificar esta pesquisa. À banca de avaliação final, composta pelas professoras Gislene Silva e Karina Woitowicz, por aceitarem contribuir com seus olhares apurados na leitura deste trabalho.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) que financiou a bolsa de estudos a qual viabilizou a execução desta pesquisa. À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma instituição de ensino pública, autônoma e de qualidade, por possibilitar meu ingresso e de tantas outras pessoas aos diferentes níveis de formação superior.

*La abuela viene a comer a casa. Le abro la puerta.  
—¡Decidido! —le digo—. Escribiré El diario  
violeta de Carlota para analizar las situaciones de  
discriminación que veo a mi alrededor.  
—Me alegro, Carlota. Creo que valdrá la pena.  
Sólo tomando conciencia podemos cambiar las  
costumbres, las creencias... Sin embargo, piensa  
que el machismo de nuestro país es, a veces, poco  
perceptible. Eso ocurre por dos razones: primera,  
porque las discriminaciones son más sutiles que  
en el pasado. Y segunda: porque todo el mundo  
está tan acostumbrado que ya ni lo ve.  
—Ya lo sé, abuela, pero llevaré siempre las gafas  
violeta puestas para que no se me escape ni una.  
(LIENAS, 2013, p. 36).*



## RESUMO

Esta pesquisa apresenta como objeto de estudo a construção da perspectiva de gênero no jornalismo e a análise de conteúdo da *Revista AzMina*. Os objetivos são analisar os elementos que constituem uma perspectiva de gênero no jornalismo e perceber como a *Revista AzMina* mobiliza tais elementos nas reportagens produzidas. A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2002), com os procedimentos analíticos sendo divididos em duas etapas. Na primeira, a partir da seleção de 20 textos entre artigos acadêmicos, manuais de estilo e guias de recomendação, distingui em unidades de registro os elementos recomendados para prática de jornalismo com perspectiva de gênero. Eles foram reunidos em categorias, a saber: a) incorporação de mulheres nos meios de comunicação; b) diversificação de fontes; c) linguagem inclusiva; d) subjetividade na prática jornalística; e) transversalização temática. Na segunda etapa, busquei apreender como essas categorias eram mobilizadas pela *AzMina*, uma revista digital que se propõe, desde a linha editorial, a produzir jornalismo com perspectiva de gênero. O *corpus* é constituído de 31 reportagens publicadas na seção “Especiais” entre junho de 2016 e julho de 2020. No contexto mais amplo desta pesquisa, o propósito foi não apenas realizar o diagnóstico crítico acerca do jornalismo, mas propor possibilidades distintas para as práticas jornalísticas. Dentre os resultados, destaco que *AzMina* aciona elementos, agrega camadas, como também não desenvolve plenamente determinados componentes presentes nas categorias elaboradas. Concluo que a interseccionalidade, a inclusão e a visibilização de mulheres são aspectos constantes na produção da revista.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Gênero. Jornalismo com perspectiva de gênero. Análise de Conteúdo. *Revista AzMina*.

## ABSTRACT

This research presents as object of study the construction of a gender perspective in journalism and the content analysis of *Revista AzMina*. The objectives are analyze the elements that constitute a gender perspective in journalism and understand how the *Revista AzMina* mobilizes such elements in the reports produced. The methodology used is Content Analysis (BARDIN, 2002), with the analytical procedures being divided into two stages. In the first, from the selection of 20 texts among academic articles, style manuals and recommendation guides, I distinguished in registration units the elements recommended for the practice of journalism with gender perspective. They were grouped into categories, namely: a) incorporation of women in the media; b) diversification of sources; c) inclusive language; d) subjectivity in journalistic practice; e) thematic transversalization. In the second stage, I sought to understand how these categories were mobilized by *AzMina*, a digital magazine that proposes, since its editorial line, to produce journalism with a gender perspective. The *corpus* consists of 31 articles published in the "Especiais" section between June 2016 and July 2020. In the broader context of this research, the purpose was not only to perform a critical diagnosis about journalism, but to propose different possibilities for journalistic practices. Among the results, I highlight that *AzMina* activates elements, adds layers, but also does not fully develop certain components present in the elaborated categories. I conclude that the intersectionality, the inclusion and the visibility of women are constant aspects in the production of the magazine.

**Keywords:** Journalism. Gender. Journalism with a gender perspective. Content Analysis. *Revista AzMina*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hipertextualidade com link direcionado para um perfil em outra rede social .....	74
Figura 2 – Multimídia entre texto, imagem e vídeo .....	74
Figura 3 – Sessões de reportagens e editorias anteriores à mudança no site.....	99
Figura 4 – Editorias em vigência atualmente no site.....	100
Figura 5 – Colunas de opinião antes (esquerda) e depois (direita) da mudança no site.....	100
Figura 6 – Número de reportagens especiais publicadas por ano (2016 - 2020).....	134
Figura 7 – Número de reportagens especiais distribuídas por meses (2016 - 2020).....	134
Figura 8 – Assinatura das reportagens especiais (autoria do texto, ilustração e arte, fotografia e edição) .....	137
Figura 9 – Gênero das fontes humanas entrevistadas.....	138
Figura 10 – Classificação das fontes humanas entrevistadas .....	139
Figura 11 – Classificação das fontes de informação em geral (não humanas).....	142
Figura 12 – Dados estatísticos por gênero na reportagem “Mulheres e depressão: Quando a loucura é filha do machismo” .....	143
Figura 13 – Dados estatísticos por gênero e raça na reportagem “Entre o machismo e o racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência” .....	143
Figura 14 – Bailarina que rompe com os estereótipos de que pessoas gordas não se exercitam, não podem ser dançarinas e/ou atletas na reportagem: “Gordura é doença?” .....	149
Figura 15 – Thayanne Alves (mãe) e Amanda Vitória (filha) na reportagem “Nove meses de Zika: e agora?” .....	152
Figura 16 – Suanny e Juliana (mães) com Luã (filho) no momento do parto na reportagem “Maternidade lésbica” .....	152
Figura 17 – Maria da Guia, doméstica migrante da reportagem “Marias em fuga”.....	153
Figura 18 – Mira segurando o cartaz sobre seu filho, Rodrigo Nascimento, na reportagem “Mães que esperam” .....	153
Figura 19 – Telma Taurepang, coordenadora da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab) na reportagem “‘Pra gente não funciona’: Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha”.....	154
Figura 20 – Luana Nazareth, bailarina, negra e gorda na reportagem: “Gordura é doença?”	154
Figura 21 – Mãos de uma mulher negra na reportagem “O mito do aborto legal”.....	156
Figura 22 – Mãos de uma mulher cigana na reportagem “Pequenas esposas”.....	156

Figura 23 – Pernas de uma mulher quilombola na reportagem “O silêncio atrás da serra” ...	157
Figura 24 – Mãos de uma mulher em situação de rua na reportagem “Eu moro na luta” .....	157
Figura 25 – Ilustração da justiça separando a mãe de uma criança na reportagem “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores” .....	158
Figura 26 – Ilustração de uma mulher carregando o peso do mundo nas costas na reportagem: “Mulheres e depressão: Quando a loucura é filha do machismo” .....	159
Figura 27 – Mulheres quilombolas que sofrem à sombra dos casos de violência sexual contra menores de idade na reportagem: “O silêncio atrás da serra” .....	163
Figura 28 – Mulheres ciganas que compartilham das vestimentas tradicionais como uma forma de resistência na reportagem: “Pequenas esposas” .....	164
Figura 29 – Mulheres da etnia Karajá que dividem as tradições e dificuldades de quem vive a quilômetros de distância de um serviço de atendimento à violência na reportagem: “Pra gente não funciona: Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha” .....	164
Figura 30 – Frequência das temáticas abordadas nas reportagens especiais .....	172

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Elementos recomendados para uma perspectiva de gênero no jornalismo .....	119
Quadro 2 – Organização dos elementos recomendados em categorias .....	122

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abraji Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo  
AC Análise de Conteúdo  
ANPOCS Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais  
APC Asociación para el Progreso de las Comunicaciones  
DTP Editoração eletrônica  
GMMP Projeto Global de Monitoramento de Mídia  
GP Grupo de Pesquisa  
GT Grupo de Trabalho  
NEIM Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher  
NMS Novos Movimentos Sociais  
NOW Organização Nacional para as Mulheres  
OBN Old Boys Network  
ONG Organização Não Governamental  
ONU Organização das Nações Unidas  
PPGJor Programa de Pós-Graduação em Jornalismo  
PPGNEIM Programa Pós-Graduação sobre Mulheres, Gênero e Feminismo  
RIPVG Red Internacional de Periodistas con Visión de Género  
SBPJor Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo  
TIC Tecnologias de Informação e Comunicação  
UC Universidade de Coimbra  
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa  
UFBA Universidade Federal da Bahia  
UFPel Universidade Federal de Pelotas  
UFMT Universidade Federal do Mato Grosso  
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1 FEMINISMO E OS ESTUDOS DE GÊNERO .....</b>	<b>22</b>
1.1 O feminismo no Brasil e no mundo .....	23
1.2 Repensando a ciência desde uma epistemologia feminista .....	34
1.2.1 O percurso do conceito de gênero.....	39
1.3 O movimento social feminista .....	46
1.3.1 A visibilidade do feminismo na mídia.....	51
1.4 Estudos de gênero sobre a mídia jornalística.....	55
<b>2 A REVISTA AZMINA SOB DIFERENTES ABORDAGENS.....</b>	<b>66</b>
2.1 Jornalismo de revista .....	66
2.1.1 A revista online.....	72
2.2 Imprensa feminina e imprensa feminista.....	77
2.2.1 Ciberfeminismo .....	89
2.3 <i>Revista AzMina</i> .....	93
<b>3 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO .....</b>	<b>105</b>
3.1 Origem e caracterização da perspectiva de gênero no jornalismo.....	105
3.2 Procedimentos metodológicos .....	115
3.3 Elementos presentes em uma prática de jornalismo com perspectiva de gênero .....	118
3.3.1 Incorporação de mulheres nos meios de comunicação.....	124
3.3.2 Diversificação de fontes .....	125
3.3.3 Linguagem inclusiva.....	127
3.3.4 Subjetividade na prática jornalística.....	129
3.3.5 Transversalização temática.....	130
<b>4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA REVISTA AZMINA .....</b>	<b>133</b>

4.1	<i>Incorporação de mulheres nos meios de comunicação aplicada à Revista AzMina..</i>	135
4.2	<i>Diversificação de fontes na Revista AzMina .....</i>	137
4.3	<i>Linguagem inclusiva na Revista AzMina.....</i>	145
4.4	<i>Subjetividade na prática jornalística da Revista AzMina .....</i>	161
4.5	<i>Transversalização temática na Revista AzMina.....</i>	171
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>178</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>188</b>
	<b>APÊNDICE A – Tabela de Reportagens Especiais da Revista AzMina.....</b>	<b>207</b>



## INTRODUÇÃO

“Tudo tem gênero – até quando não tem”. Esse foi o título de uma das várias *newsletters* de *AzMina* que recebi durante a escrita desta dissertação em meio à pandemia de Covid-19. O texto inferia que não falar em direito das mulheres é também tratar acerca dos direitos das mulheres<sup>1</sup>. Isso me lembrou a passagem da argentina Sonia Santoro (2009, p. 12, tradução minha)<sup>2</sup> ao discorrer sobre sua própria prática jornalística com perspectiva de gênero: “Uma vez que a perspectiva te atravessa, ficarás comprometida e já não há maneira de ver as coisas sem ela. Escrevas o que escrevas [...] estarás fazendo desde o gênero”.

Parto do entendimento proposto por Marcia Veiga da Silva (2014; 2015) de que há um paradigma moderno-positivista-masculinista ocidental que conforma um sistema-mundo que é capitalista, racista, heterossexista e ocidentalista. Em função de o jornalismo fazer parte desse sistema, acaba sendo interpelado por este e pelos contextos histórico, social e cultural que o perpassam. Assim, a fim de observarmos esses atravessamentos, temos como possibilidade analisar o jornalismo a partir das contribuições trazidas pelos estudos de gênero, os quais são investigações transversais às disciplinas por examinarem assuntos que agregam diferentes perspectivas aos objetos de estudo das diversas áreas do conhecimento (STRATHERN, 2009). Por meio desse campo teórico, podemos buscar apreender os aspectos desse sistema-mundo, especialmente no que diz respeito às questões de gênero, operando junto às mídias jornalísticas.

Uma das análises que empreendem esse ponto de vista é possível de ser conferida nos resultados mais recentes do relatório quinquenal do Projeto Global de Monitoramento de Mídia (GMMP) de 2015. Nele, verifica-se que as mulheres representam unicamente 24% das pessoas das quais se leem, veem ou escutam na imprensa escrita, televisiva e/ou radiofônica globalmente. Também, apenas 9% das notas informativas analisadas nos 114 países participantes da pesquisa questionam os estereótipos de gênero. Tais dados apontam o pouco avanço na promoção do acesso e representação das mulheres nos meios de comunicação, algo que havia sido pautado já em 1995 pela Conferência de Beijing<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> A *newsletter* fazia referência à reportagem publicada na revista a qual apurou que dos 1.261 projetos de lei criados nos dois primeiros meses da pandemia de Covid-19 no Brasil, apenas 2% tinham um olhar direcionado a políticas para as mulheres.

<sup>2</sup> No original, “Una vez que la perspectiva te atraviesa, quedás prendada y ya no hay manera de ver las cosas sin ella. Escribas de lo que escribas [...] estarás haciéndolo desde el género” (SANTORO, 2009, p. 12).

<sup>3</sup> A Conferência de Beijing ou IV Conferência Mundial sobre Mulheres, realizada em 1995 e organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), teve como temática principal o compromisso com os direitos das mulheres. Na ocasião, foi elaborada uma Plataforma de Ação a partir do diagnóstico da situação das mulheres

Essas estatísticas mostram que a vasta maioria das notas informativas nos diferentes países reproduzem estereótipos de gênero, os quais são “o conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, sejam estas crenças individuais ou partilhadas” (D’AMORIM, 1997, p. 122). Portanto, noções generificadas são concebidas pelo jornalismo, reiterando lógicas hegemônicas do sistema-mundo do qual discorre Veiga da Silva (2015). Nesse sentido, uma das perspectivas que tem como base os estudos de gênero infere que o masculino é o gênero predominante do jornalismo, uma vez que esse é o padrão que orienta a visão de mundo nas sociedades (VEIGA DA SILVA, 2014).

Investigações que mobilizam os estudos de gênero e os estudos feministas em suas análises correspondem a 30% das teses e dissertações em Comunicação no Brasil<sup>4</sup>, e são produzidas em maior número na região sudeste (ALMEIDA, 2018). Essas pesquisas variam entre objetos de estudo e empíricos relacionados a telenovelas, revistas femininas, estudo sobre audiências, cinema, publicidade, masculinidades e tecnologias-internet e gênero (SARMENTO, 2017), contemplando diferentes abordagens ao longo do tempo (ESCOSTEGUEY, 2008). Além disso, Gabriela Almeida (2018) identifica que, predominantemente, essas investigações se configuram enquanto estudos críticos associados à análise de representação ou falta de representatividade em produtos jornalísticos de grande circulação no país, como *Folha de S. Paulo* (11,50%) e *Revista Claudia* (15,92%).

Com a finalidade de ir além da questão da representatividade na imprensa hegemônica, me proponho a pensar sobre a imprensa feminista e, em específico, iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero. Com “feminismo” sendo eleita a palavra do ano em 2017 pelo dicionário estadunidense *Merriam-Webster*, é notável a relevância de refletir a respeito das ações, evoluções e (im)permanências dos movimentos feministas atuais. Assim, uma das possibilidades de observação desses movimentos é acerca de suas imbricações com as mídias jornalísticas, as quais desde meados do século XIX mostram-se um canal fundamental para divulgação dos pensamentos feministas brasileiros. Dessa maneira, concentrar-se em análises que buscam integrar os estudos de gênero e os de jornalismo, principalmente tomando como objeto empírico uma iniciativa de jornalismo com perspectiva de gênero, é um modo de

---

no mundo, designando uma série de medidas a serem tomadas pelos países a fim de promover capacitação feminina e superação das desigualdades de gênero (GUARNIERI, 2010).

<sup>4</sup> No Jornalismo, em particular, há uma incidência ainda tímida de abordagem dos estudos de gênero nas pesquisas apresentadas em eventos da área, como o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016).

reflexionar sobre outras formas de pensar e fazer jornalismo para além da reprodução de lógicas masculinistas.

O veículo jornalístico escolhido como objeto empírico desta dissertação, a *Revista AzMina*, surgiu na internet em 2015. Sua fundação ocorreu no mesmo ano de emergência da Primavera Feminista ou das Mulheres no Brasil, um marco de ação política para os movimentos feministas brasileiros. Na época, houve grande adesão ao movimento de rua engendrado por milhares de mulheres insatisfeitas frente à aprovação de pautas conservadoras do Congresso Nacional, bem como contra o assédio que enfrentavam – e ainda enfrentam – cotidianamente. Nesse período, as buscas na internet sobre termos como feminismo e empoderamento feminino cresceram 86,7% e 354,5%, respectivamente (DUTRA, 2018; NATANSOHN; REIS, 2017).

A criação de *AzMina* e de outras iniciativas com perspectiva de gênero e/ou feministas online, como *Capitolina*, *Catarinas*, *Gênero e Número*, *QG Feminista*, etc., também pode ser contextualizada pela ascensão de uma nova geração política de mulheres, a qual nas eleições de 2010 contou com três candidaturas femininas à presidência. Esse fato visibilizou temas sociais e políticos da agenda feminista. Um deles foi a descriminalização do aborto, que angariou espaço como tema de discussão e alterou os rumos do debate nos anos seguintes sobre o direito ao corpo nos casos de estupro. Ademais, em 2011 houve a primeira Marcha das Vadias<sup>5</sup>, movimento que mobilizou centenas de pessoas em todo mundo e amplificou o debate acerca das violências contra as mulheres (BRITO, 2017).

Em meio a esse cenário, a organização de um espaço discursivo para os movimentos feministas contemporâneos mostrou-se fundamental para haver mais uma forma de participação ativa das mulheres na sociedade, bem como para desenvolvimento de protagonismo social (BURCH, 1996). Ao ocupar as mídias jornalísticas com veículos próprios, buscam refletir sobre maneiras distintas de fazer e pensar o jornalismo desde uma perspectiva de gênero e feminista. A partir disso, produzem aspectos comuns à atuação dos meios jornalísticos alternativos, (re)descobrimo outras práticas de ativismo por meio da participação no debate público, inclusão de temas na agenda política, visibilização de pautas dos movimentos sociais e promoção de outras vozes e narrativas (WOITOWICZ, 2018).

---

<sup>5</sup> A Marcha das Vadias foi um movimento que surgiu em Toronto no ano de 2011 e depois foi disseminado para diversos países. A motivação do protesto se deu após casos de abuso sexual na Universidade de Toronto terem sido descredibilizados por um policial encarregado pela ocorrência. Ele disse que se as mulheres evitassem se vestir como vadias, não seriam abusadas. Esse fato causou indignação na população, que se organizou e criou o lema do movimento “Se ser vadia é ser livre, então somos todas vadias”.

Portanto, há uma reelaboração desses conteúdos por sujeitas sociais que se formam a partir de identidades coletivas, apontando perspectivas que visam democratizar os discursos e disputar sentidos no campo midiático (WOITOWICZ, 2018). Nesse sentido, um dos objetivos desses veículos com perspectiva de gênero é a não reprodução de assimetrias e estereótipos de gênero em sua prática jornalística. Isso ocorre uma vez que buscam partir de outros referenciais, subvertendo e transformando as atuais disparidades e assumindo o enfoque de gênero como uma opção e forma de ação política para promover transformação social (HASAN; GIL, 2014; VALLE; HIRIART; AMADO, 1996; CHAHER; SANTORO, 2007; 2010).

Essas iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero estão atreladas às experiências de jornalismo feminista que desde o século XIX já incorporavam preceitos da prática. A diferenciação para uma nomenclatura de “gênero”, por sua vez, apareceu com mais força a partir dos anos 1990 (BOIX, 2002), contando com larga produção na América Latina, especialmente em países como México, Chile e Argentina. Tal denominação é fruto do desenvolvimento dos estudos de gênero a partir da segunda metade do século XX, os quais visibilizaram e expandiram os diálogos acerca das questões de gênero dentro e fora da academia.

Vale destacar que esse jornalismo com perspectiva de gênero não é uma especialidade e não há uma teoria que o defina (WOITOWICZ, 2018). Ele é caracterizado por diversos manuais, livros, artigos, entrevistas e cartilhas, os quais apresentam tópicos com sugestões para cobertura de eventos, perguntas a serem feitas, glossário de termos, guia de fontes, referências para consulta, etc. Dessa forma, o que há sobre o tema são experiências e análises sobre a prática (CHAHER; SANTORO, 2007).

Diante desse panorama, procuro refletir acerca das relações entre o jornalismo, o feminismo, os movimentos sociais feministas e os estudos de gênero na análise de um veículo com perspectiva de gênero brasileiro. Se o jornalismo está marcado pela produção baseada em um ideal positivista masculinista (VEIGA DA SILVA, 2015), pretendo compreender como isso ocorre quando são vestidas lentes violetas<sup>6</sup> no decurso da construção jornalística, uma vez que são acionadas outras noções que reivindicam um jornalismo que não seja somente dominado pelo gênero masculino. Assim, intenciono assimilar os elementos que direcionam essa prática

---

<sup>6</sup> Lentes violetas, uma tradução do original em espanhol “gafas violetas”, é uma metáfora que foi empregada pela primeira vez pela escritora espanhola Gemma Lienas (2013) para designar um olhar feminista e de gênero sobre o mundo.

em direções não hegemônicas, a exemplo da visão de que qualquer assunto ou evento pode ser tratado desde uma mirada de gênero (CHAHER; SANTORO, 2010).

Partindo desse horizonte, chego ao objeto de estudo desta dissertação que é a construção da perspectiva de gênero no jornalismo e a análise de conteúdo da *Revista AzMina*. Os objetivos são: a) apreender os elementos que constituem uma perspectiva de gênero no jornalismo; e b) perceber como a *Revista AzMina* mobiliza tais elementos nas reportagens especiais publicadas. A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2002), sendo empreendida nas duas etapas de análise. Na primeira, realizo a observação de 20 textos sobre jornalismo com perspectiva de gênero produzidos na América Latina. Em seguida, elenco em unidades de registro os elementos recomendados para essa prática, os quais posteriormente são agrupados em categorias, a saber: a) incorporação das mulheres nos meios de comunicação; b) diversificação de fontes; c) linguagem inclusiva; d) subjetividade feminista; e e) transversalização temática. Já na segunda etapa de análise, examino como essas categorias são engendradas nas reportagens especiais de *AzMina*.

Como visto, o objeto empírico deste estudo é a *Revista AzMina*. O *corpus* analítico é constituído de 31 reportagens publicadas na seção “Especiais” do veículo entre junho de 2016 e julho de 2020<sup>7</sup>. A escolha por analisar essa mídia se deu especialmente pois, no contexto pós-moderno, revistas podem ser vistas como espaços não-físicos para debate de questões que afligem as leitoras, servindo como lugares de comunhão para sentimentos, ideias e experiências (LOBATO, 2013). Já a seleção de *AzMina* ocorreu em razão de ser um veículo de jornalismo investigativo considerado dos mais potentes em relação às lutas feministas na atualidade (SOUZA; ZUCOLO, 2018). Em função de sua relevância no cenário das iniciativas com perspectiva de gênero no Brasil, vem sendo concebida enquanto objeto empírico por diversas investigações recentes no campo da Comunicação e do Jornalismo. Tais estudos abarcam tanto análises comparativas associadas a outros veículos jornalísticos, quanto abordagens acerca de suas especificidades e estratégias de produção, circulação, discurso e conteúdo (BECHLER, 2017; BITTELBRUN, 2019; BUITONI; LOPES, 2018; LOPES, 2018; RODEMBUSCH; FRITSCH, 2017; ROSSI; MANENTE, 2018; SANTOS, 2020; SILVA, 2017a).

Para realizar esta pesquisa, parto do entendimento da “produção científica como um lugar também marcado pela subjetividade, um campo político não isento” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 28), no qual “política, teoria e ciência caminham juntas e se retroalimentam”

---

<sup>7</sup>A seção “Especiais” foi descontinuada em outubro de 2020.

(SCAVONE, 2007, p. 20). Assumo um saber localizado, nos termos da estadunidense Donna Haraway (1995), para produzir minhas observações. Meu conhecimento situado e corporificado é de uma mulher, classe média, branca, feminista, latino-americana, brasileira, pesquisadora em Jornalismo e com visão política de esquerda. Atravessada por esses marcadores, aciono como recurso o uso da linguagem em sua potencialidade transformativa. Elaboro minhas reflexões em primeira pessoa, busco escrever a nacionalidade, nome e sobrenome de pesquisadoras mulheres<sup>8</sup> e emprego o feminino genérico em lugar do neutro masculino<sup>9</sup>. Adoto esta postura linguística a partir das ponderações suscitadas pelas epistemologias feministas e pelas minhas próprias experiências. Motivada pelas palavras da estadunidense Sandra Harding (1987, p. 9, tradução minha)<sup>10</sup>, “[...] o pesquisador aparece para nós não como voz invisível e anônima de autoridade, mas como um indivíduo real e histórico com desejos e interesses concretos e específicos”.

A justificativa pessoal para este tema de pesquisa surge há alguns anos por meio de escolhas afetivas e trajetórias de pesquisa. É uma forma de deleite à minha versão adolescente, devoradora de *Capricho*, que aguardava ansiosamente a cada quinze dias a chegada de uma nova edição da revista na caixa do correio. Também a minha versão de início de encontro à identidade feminista, aos 17 anos, ocasião na qual achei na estante de casa o livro “O mito da beleza”, da estadunidense Naomi Wolf. A leitura, realizada antes mesmo de ingressar na faculdade de Jornalismo, me fez ficar fascinada pela forma como a autora analisava os padrões de beleza a partir das revistas femininas. Com as lentes violetas de Wolf (1992), fui apreendendo as características negativas, mas também positivas desse segmento, principalmente no que tange a capacidade de massificar, mesmo que superficialmente, ideias afeitas ao pensamento feminista como nenhum outro veículo de comunicação até então fazia. Mais tarde, já cursando a graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), pude me aproximar dos estudos feministas e de gênero ao participar do grupo de pesquisa da

---

<sup>8</sup> Destaco que o nome e sobrenome das pesquisadoras não necessariamente será escrito logo na primeira vez em que elas aparecem no texto. Também, quando não há identificação da nacionalidade das autoras sublinho que se tratam de pesquisadoras brasileiras.

<sup>9</sup> Essa escolha se dá em função da reflexão proposta por Débora Diniz sobre a adoção de uma linguagem inclusiva. Símbolos que são utilizados como forma de subversão ao emprego do neutro masculino e não fazem parte da oralidade, a exemplo do x, @, /, são barreiras para pessoas que necessitam de leitores. Compreendendo que a adoção dos gêneros feminino e masculino são ainda universalizados formalmente, bem como inspirada pelo livro de Diniz “Carta de uma orientadora” (2012), uso o neutro feminino como possibilidade de provocação sobre outras formas de utilização da escrita formal. O masculino genérico é somente mobilizado quando me refiro a um grupo exclusivo de homens.

<sup>10</sup> No original, “[...] the researcher appears to us not as an invisible, anonymous voice of authority, but as a real, historical individual with concrete, specific desires and interests” (HARDING, 1987, p. 9).

professora Marislei Ribeiro intitulado “Mídia e Representação Feminina”. Com o trabalho de conclusão do curso (BRAGA, 2018), apresentei uma pesquisa em que produzia uma análise discursiva do emprego da palavra “feminismo” em um jornal online de Portugal, fruto do meu aprendizado frequentando esse grupo e da experiência de mobilidade acadêmica na Universidade de Coimbra (UC).

A partir dessas aproximações ao objeto de pesquisa, construo esta dissertação junto à linha de pesquisa Cultura e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por entender que há um histórico afastamento das mulheres na participação discursiva pública (SILVEIRINHA, 2012), compreendo que a oposição e resistência às atribuições históricas e culturais perpassam a construção de canais comunicativos pelos movimentos feministas, servindo também como porta de entrada para esta investigação. Com isso, procuro discorrer acerca das contribuições que iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero podem viabilizar enquanto formas de contestação e ação política direta na contemporaneidade (MELO, 2003).

Diante desses elementos, estruturo a dissertação em quatro capítulos. No primeiro, abordo elementos sociais, históricos e políticos dos feminismos, dos movimentos feministas e dos estudos de gênero, estabelecendo algumas relações iniciais com a mídia jornalística. No segundo capítulo, contemplo uma aproximação ao objeto empírico, a *Revista AzMina*, a partir de suas características com o jornalismo de revista no meio online, as práticas ciberfeministas e as semelhanças e diferenças das imprensas feminina e feminista. No terceiro capítulo, apresento os caminhos teórico-metodológicos mobilizados no percurso da pesquisa, os quais se baseiam na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2002). Além disso, também exponho a primeira etapa de análise, na qual há uma discussão acerca da perspectiva de gênero no jornalismo, buscando apreender, a partir de textos selecionados, os elementos recomendados para prática de jornalismo com perspectiva de gênero em categorias. Já no quarto e último capítulo, realizo a análise das categorias apreendidas na fase analítica anterior, de forma a apreender suas articulações nas reportagens especiais de *AzMina*. Nas considerações finais, enfatizo os principais aspectos da análise e discussão dos resultados, refletindo a respeito do jornalismo com perspectiva de gênero produzido pela *Revista AzMina*.

## 1 FEMINISMO E OS ESTUDOS DE GÊNERO

Neste primeiro capítulo da dissertação, proponho abordar o feminismo<sup>11</sup> e traçar algumas relações com a mídia jornalística sob dois aspectos. O primeiro se refere ao feminismo enquanto teoria crítica, o qual faz surgir o campo dos estudos de gênero que abarca a crítica feminista e as teorias de gênero. Já o segundo diz respeito ao caráter que assume quando organizado politicamente, o qual possibilita a emergência do feminismo enquanto movimento social. A tentativa é estabelecer ligações preliminares com o universo do jornalismo, seja argumentando sobre a necessidade do movimento feminista angariar visibilidade midiática para suas pautas, seja acerca das investigações que se encontram na interface entre feminismo, gênero e jornalismo.

Para tratar dessas questões, primeiramente busco recuperar historicamente as raízes do feminismo, começando pelas inaugurais manifestações públicas de mulheres que se tem registro, como os escritos da italiana Christine de Pizan e da inglesa Mary Wollstonecraft. Também procuro dialogar sobre o feminismo do Brasil, trazendo como horizonte a compreensão de que as formações sociais brasileiras provocam desafios no desenvolvimento do movimento e da teoria, os quais são divergentes dos contextos europeus e estadunidenses. Neste ponto, destaco a importância da imprensa feminista para constituição do movimento feminista no país, tornando-se substancial articuladora das pautas do feminismo desde sua origem, no século XIX.

À medida que o feminismo vai se desenvolvendo e complexificando suas demandas, o mesmo ocorre com o feminismo enquanto teoria social. Desse modo, exponho aspectos relacionados às epistemologias feministas, as quais vêm sendo elaboradas majoritariamente a partir da segunda onda do feminismo. Procuro apreender algumas das contribuições que realizam à ciência moderna por meio do objeto principal dessa teoria crítica: o gênero.

Em outra frente, abordo a estruturação do feminismo enquanto movimento social, propondo um diálogo sobre alguns dos elementos que são caros à constituição dos movimentos sociais em geral, como as noções de lutas por reconhecimento e a formação das identidades. Sublinho a pertinência de atentarmos à nossa realidade, latino-americana e brasileira, buscando compreender as particularidades dos movimentos inseridos nesses contextos. Além disso,

---

<sup>11</sup>Há discussão sobre o uso dos termos “feminismo” ou “feminismos”. Reconheço as diferenças teóricas e as diferentes vertentes que fazem parte do movimento feminista, mas escolho me referir ao feminismo de forma ampla, entendendo que há um denominador comum entre essas formas de organização: reflexionar sobre a condição das mulheres nas sociedades.



discuto as relações entre os movimentos sociais e a mídia jornalística, já que são mobilizadas estratégias para angariar projeção pública por meio da esfera de visibilidade pública midiática. Vale ressaltar que essa busca por espaço midiático é um dos pontos de partida para criação de veículos jornalísticos com perspectiva de gênero, como é o caso da *Revista AzMina*.

Por fim, diante da efetiva inserção do movimento feminista na esfera de visibilidade midiática, entendo que a mídia jornalística passa a ser objeto de estudo recentemente mobilizado no campo da interface entre gênero e jornalismo. Tal movimento me motiva a refletir sobre as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nesses campos temáticos, buscando assimilar os tensionamentos provocados por essas investigações.

### 1.1 O FEMINISMO NO BRASIL E NO MUNDO

A condição de subjugação das mulheres em relação aos homens é histórica e socialmente construída nas sociedades ocidentais. Na contemporaneidade, a partir do desenvolvimento de áreas como a historiografia feminista e os estudos de gênero em geral, podemos ter acesso à parte das circunstâncias em que as mulheres foram sujeitadas ao longo dos séculos. Algumas obras (BEAUVOIR, 1967; GARCIA, 2011; TELES, 1999) buscam recuperar e dar destaque à história das mulheres no Brasil e no mundo desde as mais antigas sociedades até a atualidade de suas publicações.

Contudo, há uma limitação geográfica que restringe investigações de maior renome quase que exclusivamente ao ocidente e à Europa. Por isso, é preciso ter em mente a necessidade de descolonizar (CURIEL, 2009) e enegrecer (CARNEIRO, 2003) o feminismo e a história das mulheres. Também, são sublinhadas as inevitáveis distinções entre as formas de expressão do movimento em diferentes países ocidentais. Em termos de Brasil, evidencia-se que existem especificidades relativas a um determinado contexto no qual o movimento feminista foi sendo consolidado. Isso porque, embora fosse influenciado pelas articulações europeias, carregou características de um movimento fragmentado (TELES, 1999), uma vez que estava inserido em uma sociedade colonizada, miscigenada e desigual<sup>12</sup>.

Isso posto, assinalo aqui a tentativa de recuperar registros de mulheres que deram os primeiros passos, e das que vêm traçando atualmente os rumos de uma luta que ainda hoje

---

<sup>12</sup>Além da fragmentação interna ao movimento feminista, vale referir que a história do Brasil está marcada por fatores de raça e classe que diferenciam as mulheres e permitem que algumas estejam lutando por determinadas questões, enquanto outras estejam apartadas devido às circunstâncias de desigualdade.

mobiliza centenas de milhares de adeptas em todos os continentes. Mesmo sabendo que muitas estarão de fora dessa proposta - assim como tantas outras sempre estiveram -, busco sistematizar o pensamento das figuras-chave dessa mobilização surgida a partir da tomada de ciência acerca das desigualdades de gênero.

Para iniciar, concordo com a definição elaborada por Constância Lima Duarte (2003, p. 152) “[...] que o “feminismo” poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo”. Entendo que é a partir do desenrolar de uma consciência a respeito de sua própria condição subalterna, socialmente e culturalmente imposta, que as mulheres de diferentes épocas foram encontrando espaços individuais e coletivos para refletir e unir esforços em torno de um objetivo comum: a denúncia do poder imbricado nas relações de gênero que faz com que as mulheres sejam historicamente subjugadas.

Durante o período da Idade Média, na França, Christine de Pizan foi uma das primeiras mulheres das quais se tem registro que mobilizou um discurso articulado em defesa dos direitos femininos e pela equidade entre os sexos. Ao questionar sua condição enquanto mulher, bem como a de várias outras mulheres a sua volta, Pizan é considerada por diversas autoras (CALADO, 2006; GARCIA, 2011) como precursora de uma reflexão inicial de inspiração feminista. Isso porque denunciou a misoginia do mundo letrado, hegemonicamente masculino, e a maneira como as mulheres eram representadas de forma pejorativa pelas palavras dos homens. Entretanto, por ser uma das únicas mulheres com acesso à educação naquele momento, e por não encontrar aliados interessados em suas pautas, não alcançou tanto eco em suas reivindicações.

Os documentos apontam que somente anos mais tarde, no Antigo Regime da França, brotaram as sementes de um profeminismo (GARCIA, 2011), com as preciosas nos salões franceses do século XVII e com as italianas de Veneza no mesmo período<sup>13</sup>. Vale sublinhar que até esse momento, as vozes das mulheres que questionavam sua condição eram pouco ressoantes, muito em função da restrição ao acesso à educação formal e aos espaços públicos. Aquelas que tinham possibilidade de transitar nesses territórios pertenciam a uma parcela

---

<sup>13</sup>O preciosismo foi um fenômeno criado em 1650 pela escritora francesa Madeleine de Scudéry que se tornou um modelo de comportamento, movimento de ideias e corrente literária que criticava a sujeição feminina estabelecida até então por códigos jurídicos, religiosos e sociais. Já as italianas, personificadas nas figuras de Lucrecia Marinelli, Moderata Fonte e Arcângela Tarabotti, desenvolveram as primeiras formulações mais radicais da ideia feminista (GARCIA, 2011).

ínfima privilegiada, o que foi moldando os primórdios do movimento em reivindicações direcionadas a atender as demandas de um grupo específico de mulheres. Mais tarde, essas mobilizações deram origem ao que ficou conhecido como "feminismo moderno", consolidado pela Revolução Francesa e pela publicação da obra "Sobre a igualdade entre os sexos" (1673) do francês Poulain de la Barre. Em busca de um contexto de formação de cidadania e defesa da igualdade universal, o movimento sofreu fortes rejeições dos pensadores e revolucionários da época (GARCIA, 2011).

Em função dessa denegação, foi somente após três meses da queda da Bastilha que houve a possibilidade de fundação de clubes de mulheres para reivindicar participação na vida política, culminando em uma maior tomada de consciência feminista. Ainda assim, eram escassas as conquistas estendidas às mulheres. Provocada por essa conjuntura, a francesa Olympe de Gouges publicou a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã" (1791). No pós-ambulo de suas 17 reivindicações apresentadas à Assembleia Nacional francesa, as quais incluem a implantação da participação das mulheres na formação de leis e a exigência de direitos iguais aos homens, enuncia:

Mulheres! Mulheres, quando deixareis de ser cegas? Quais são as vantagens que obtivestes na Revolução? Um menosprezo mais marcado, um desdém mais perceptível. Durante os séculos de corrupção vós só conseguistes reinar sobre a fraqueza dos homens. Vosso império esta destruído; o que vos sobra? A convicção das injustiças do homem. A reivindicação de vosso patrimônio, fundada sobre os sábios decretos da natureza: o que teríeis a temer por uma empresa tão bela? A boa palavra do Legislador das núpcias de Caná? Temei que nossos Legisladores franceses, corretores desta moral, há muito pendurada nos galhos da política, mas que não é mais oportuna, vos repitam: mulheres, o que há de comum entre vós e nós? Tudo, tereis de responder (GOUGES, 2007, p. 4).

Dessa denúncia relativa aos poucos avanços obtidos pelas mulheres na Revolução Francesa, Gouges (2007) produziu uma crítica direta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, uma vez que o documento pouco refletiu sobre a condição feminina e não as considerou dignas de direitos equitativos aos dos homens. Contudo, esse manifesto não teve aprovação da Assembleia Nacional, e o destino da ativista que desafiou a misoginia da Revolução foi a guilhotina.

Mesmo que condenada à morte por suas propostas, os escritos da Declaração de Gouges (2007) serviram de inspiração para Mary Wollstonecraft publicar, dois anos mais tarde, a

“Reivindicação dos Direitos das Mulheres” (1793)<sup>14</sup>, texto que serviu de base para a fundação do posterior movimento sufragista. Segundo Garcia (2011), essa foi a primeira vez em que se chamou de privilégio o domínio masculino. Na obra, Wollstonecraft (2016) revisita escritos de intelectuais como o suíço Rousseau e o escocês Fordyce sobre as mulheres, traçando críticas a respeito da forma pejorativa como são representadas por eles. Porém, o foco principal de seu livro é a questão da educação formal. Se a educação não sexista é temática de estudos atuais em diferentes localidades (bell hooks, 2013; LOURO, 1997), o acesso à educação, no final do século XVIII, era colocada como um impasse urgente a ser superado.

A partir das contestações impulsionadas pela obra de Wollstonecraft, outras intelectuais passaram a incorporar um feminismo baseado em princípios iluministas (MORAES, 2016), propondo a reflexão sobre as restrições de seus direitos civis. Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1985) avaliam que após a publicação desses escritos, foi o momento que o feminismo adquiriu características de uma prática de ação política organizada. Apesar disso, as mulheres entraram no século XIX “de pés e mãos amarrados” (GARCIA, 2011, p. 50), em razão de ainda não terem conquistado o acesso à educação e à cidadania de forma ampla e irrestrita<sup>15</sup>.

É nesse novo século, por volta de 1840, que os ideais feministas desembarcam em território brasileiro. A partir da reivindicação pelo direito básico da leitura e escrita, atividades até então restritas aos homens abastados, surgem as primeiras iniciativas de um movimento pela instrução feminina. Uma das protagonistas foi Nísia Floresta. A autora escreveu “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens” (1832), considerado o texto fundante do feminismo brasileiro (DUARTE, 2003), que tratava sobre o acesso à educação, à inclusão no mercado de trabalho e os direitos das mulheres.

Para Duarte (2003), o livro de Floresta foi uma espécie de “antropofagia libertária” (p. 154) do texto de Wollstonecraft (2016). Isso porque assimilou determinadas concepções estrangeiras, e compôs um produto pessoal carregado de suas próprias experiências, arregimentadas pelo cenário político e social nacional. A partir de suas vivências, a escritora denunciou a realidade brasileira que subjugava as mulheres e as via como uma espécie de

---

<sup>14</sup>Para algumas estudiosas como Maria Lygia de Moraes, que escreveu o prefácio do livro brasileiro de Wollstonecraft, este é considerado o texto fundador do feminismo.

<sup>15</sup>Como exemplo da situação à época, podemos citar que no ano de 1795 a Assembleia Nacional francesa escreveu um decreto que circunscrevia às mulheres ao âmbito doméstico. Em um trecho: “decreta-se que todas as mulheres se retirarão, até ordem contrária, a seus respectivos domicílios. Aquelas que, uma hora após a publicação do presente decreto estiverem nas ruas, agrupadas em número maior que cinco, serão dispersadas por força das armas e presas até que a tranqüilidade pública retorne a Paris.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 35).

apêndice dos homens, a quem deveriam somente cumprir o papel tradicional de mães e esposas. No entanto, Luciana Martins Castro (2010) afirma que a obra não propunha nenhuma revolução dos costumes, inclusive rejeitando mudanças do sistema social vigente. Mesmo assim, por cunhar ideias pioneiras no Brasil, Floresta foi perseguida e difamada, o que fez com que tivesse de se mudar para Europa a fim de que suas concepções fossem mais bem acolhidas.

Ainda que mulheres de diferentes países tivessem enfrentado problemáticas semelhantes às de Nísia, o século XIX foi marcado pela efervescência de movimentações internacionais. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, as discussões já avançavam em direção ao sufrágio feminino, já que o contexto de industrialização e urbanização estavam transformando a vida moderna nessas localidades. Dessa maneira, muitas mulheres, especialmente aquelas pertencentes às classes média e alta, passaram a reivindicar seus direitos de cidadania ligados principalmente à possibilidade de exercer amplamente seu ofício enquanto autônomas fora do lar e como portadoras de direitos políticos plenos.

A luta pelo sufrágio feminino e a formação do movimento sufragista, o qual originou a primeira onda do feminismo, também requer ser vista sob outros olhares acerca de como a conquista do voto atingia distintamente as mulheres. Um desses olhares é o que nos apresenta a estadunidense Angela Davis (2016). A autora trabalha a partir de uma leitura interseccional, que leva em conta fatores além do gênero, como a raça e a classe. Davis (2016) aponta que anos antes, em 1828, mulheres trabalhadoras já reclamavam sua dupla exploração enquanto mulheres e operárias. Isso fez com que a adesão dessas mulheres à reivindicação pelo sufrágio estivesse aliada à busca por melhores condições de vida e trabalho, demonstrando que elas se encontravam em uma situação anterior de exploração.

A autora, referindo-se ao contexto estadunidense, trata especialmente sobre particularidades das mulheres negras. Davis (2016) argumenta que a Convenção de Seneca Falls, um dos primeiros eventos em que se discutiu o voto feminino, foi centrada nos elementos básicos dos dilemas enfrentados por uma mulher branca de classe média, não percebendo as condições de mulheres que pertenciam a outras classes e raças. Por isso, Davis (2016) assinala a importância de registrar a existência de militantes negras que ocuparam esses espaços, como a ativista estadunidense Sojourner Truth. Durante outro evento, a Convenção pelos Direitos das Mulheres, realizada em 1851, Truth proferiu o discurso emblemático intitulado “E eu não sou uma mulher?”. Em um trecho:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comia – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (TRUTH, 1851 *apud* DAVIS, 2016, p. 77<sup>16</sup>).

O discurso é uma denúncia potente, inclusive no sentido de provocar uma reflexão acerca da própria história do feminismo, já que muitas vezes ela é contada desde uma ótica que ignora os marcadores sociais da diferença (BRAH, 2006). Enquanto uma parcela de mulheres no Brasil e em outras partes do mundo lutava pela inclusão no mercado de trabalho, muitas delas já estavam ocupando postos laborais há tempos. As palavras de Truth também escancaram a classe e a cor a quem se restringiam os ganhos de um possível sufrágio feminino - o que se mostrou uma questão legítima, uma vez que em muitos estados estadunidenses o voto para mulheres e homens negros só foi alcançado na década de 1960. Ainda assim, o movimento sufragista contou com a organização de algumas mulheres negras junto de trabalhadoras e de classes abastadas, mobilizando “[...] nos momentos de ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna esta luta um dos movimentos políticos de massa de maior significação no século XX” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 44).

No Brasil, as primeiras expressões por um direito ao voto são datadas da década de 1870. Foi também nesse período que se ampliou timidamente o acesso à educação às mulheres, concomitante ao surgimento de jornais e revistas de viés feminista ao largo de todo território nacional, como *O Sexo Feminino*, *Echo das Damas*, *A Família*, entre outros. Sobre o aparecimento dessa imprensa, Céli Regina Pinto (2003) afirma que embora estivesse restrita aos limites de uma classe média urbana e culta, ela se moldava a partir de um feminismo mais pragmático, com ações dirigidas ao poder. Nesse sentido, é possível perceber que a imprensa feminista se fez presente na estruturação e consolidação do movimento feminista brasileiro, servindo como porta-voz para temáticas de interesse até então silenciadas pelo debate público, como o próprio sufrágio universal.

Igualmente nessa altura, foram produzidas as primeiras rachaduras no movimento feminista que culminaram no divórcio entre o sufragismo e o socialismo na Europa ao final do século XIX. Garcia (2011) assinala a ocorrência de separação entre os interesses de um feminismo de classe, socialista e comunista, o qual ligava a opressão diretamente ao sistema capitalista, e um sufragista, de caráter liberal, com demandas relativas à autonomia civil no

---

<sup>16</sup>TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?**. 1851.

sistema vigente<sup>17</sup>. No Brasil, a divisão era semelhante, já que havia um feminismo burguês sufragista, caracterizado como “bem comportado”, que lutava pela inclusão das mulheres na cena pública sem identificar a dominação masculina, e outro anarco-feminista, mais radical, que reconhecia a situação das mulheres em relação direta com a condição de hegemonia masculina.

Diante dessa divisão de correntes em território brasileiro, a conquista do voto foi alcançada pela primeira vez somente em 1927, mas exclusivamente no Rio Grande do Norte. Isso levou Bertha Luz e outras figuras importantes do feminismo “bem comportado” (PINTO, 2003), as quais tinham maior visibilidade pública na época, a escreverem o Manifesto Feminista (ou Declaração dos Direitos da Mulher) à nação. Ocupando as tribunas e exigindo que o mesmo direito fosse estendido às mulheres de todos os estados do Brasil, argumentavam que restringir a igualdades de direitos era “uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral” (CARDOSO, s.d. *apud* DUARTE, 2003, p. 161).

Anos depois da publicação desse manifesto assinado por mulheres ao largo de todo território nacional, elas conquistaram o direito ao voto em 1932. A anuência do Código Eleitoral as incluiu como detentoras da permissão de votar e serem votadas (PINTO, 2003). Porém, esse direito foi garantido somente para mulheres viúvas, casadas que fossem autorizadas pelos maridos e solteiras com renda própria, demonstrando mais uma vez que os marcadores sociais, como a classe, produziam desigualdades que permeavam também a conquista dos direitos femininos.

Após alcançar o sufrágio feminino na maioria dos países ocidentais<sup>18</sup>, houve certo arrefecimento da luta feminista entre os anos 1930 e final dos anos 1940. Isso ocorreu, segundo Alves e Pitanguy (1985), especialmente em razão do fim da II Guerra Mundial e do consequente retorno das mulheres ao lar, o que fez com que voltassem a desempenhar as funções tradicionais de mães e esposas. No Brasil, o golpe do Estado Novo, em 1937, também contribuiu para que

---

<sup>17</sup>Nesse período, o anarquismo também produzia reflexões. A questão centrava-se na liberdade feminina sendo alcançada de forma individual. A lituana Emma Goldman foi um dos nomes do movimento. Suas ideias focavam no problema sexual e reprodutivo, argumentando que a revolução de mulheres se daria por meio da liberdade. Porém, esses questionamentos não foram tão trabalhados pelo anarquismo, o que fez com que não configurasse como uma corrente da época tal como o socialismo e o sufragismo (GARCIA, 2011).

<sup>18</sup>Entre o final do século XIX e o início do XX, a maioria dos países aderiu ao sufrágio feminino. Alguns exemplos são a Nova Zelândia em 1893, a Austrália em 1902, a Finlândia em 1906 (primeiro a permitir candidatura feminina ao parlamento em 1907) e o Reino Unido em 1918. Na América Latina, o primeiro país foi o Equador em 1929 e o último o Paraguai em 1961. Mais recente temos a África do Sul em 1994 (para mulheres e homens negros) e a Arábia Saudita, último país a permitir o voto feminino, em 2015.

a luta feminista fosse abafada, não havendo espaço para maiores organizações políticas. O florescimento de uma consciência feminista foi retomado somente ao final da década de 1940, quando a francesa Simone de Beauvoir escreveu o clássico “O Segundo Sexo” (1949). O livro colocou em voga questões existencialistas relacionadas às mulheres, refletindo sobre corpo, sexualidade, maternidade, etc.<sup>19</sup>.

Inaugurando a segunda onda feminista com essa obra, Beauvoir (1967) investigou as nuances da subordinação histórica da mulher, traçando as primeiras considerações do que mais tarde viria a ser conceituado como gênero. Por meio da Biologia, Psicanálise e Materialismo Histórico, dissertou sobre a relação entre “Um” (homem) e “Outro” (mulher), inferindo que “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1967, p. 10). A autora compreendeu que a mulher estaria condicionada à posição de alteridade subordinada. Tal posição seria construída além da biologia dos corpos, sendo reforçada cultural e socialmente em diversas sociedades ao longo do tempo.

Com a disseminação das investigações de Beauvoir, os estudos acerca de diferentes aspectos relacionados à vida das mulheres passaram a ocupar boa parte da agenda de ação do feminismo. Assim, foram produzidas análises que buscavam apreender as origens de opressão à mulher, mas também sobre a ciência, a cultura e o conhecimento como um todo. Esse movimento estimulou a composição de leituras distintas sobre essas questões, o que acabou por inaugurar as vertentes do feminismo, tais como a do feminismo liberal<sup>20</sup> e do feminismo radical<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup>Joana Maria Pedro (2007) argumenta que “O Segundo Sexo” é objeto de amplo debate e crítica no campo dos estudos de gênero, uma vez que foi o primeiro livro a tratar com mais ênfase sobre outras temáticas além dos direitos civis das mulheres.

<sup>20</sup>Um dos textos fundadores da vertente liberal é a obra “A Mística Feminina” (1971), da estadunidense Betty Friedan. Analisando anúncios em revistas e a rotina de mulheres de classe média estadunidenses, a autora percebeu que havia um “problema que não tinha nome”. Este se referia à frustração indefinida compartilhada entre aquelas mulheres que pareciam ter a vida exemplar aos olhos da sociedade tradicional, mas não se sentiam plenamente satisfeitas com essa identidade feminina. O “problema sem nome” também podia ser caracterizado pelas designações que eram colocadas às mulheres de como deveriam ser e agir enquanto boas mães, esposas e donas de casa. Era, portanto, a mística de uma feminilidade imposta como intrínseca e natural a todas as mulheres. Em 1966, três anos após a publicação, Friedan fundou a Organização Nacional para as Mulheres (NOW). Com isso, as mulheres que participaram da NOW definiram que o problema igualmente se referia à sua exclusão da esfera pública, reivindicando reformas para inseri-las no mercado de trabalho (GARCIA, 2011).

<sup>21</sup>De caráter contra cultural, a vertente do feminismo radical emergiu a partir da formação da nova esquerda e de movimentos sociais como o movimento estudantil, o movimento negro, a luta anticolonialista, entre outros (GARCIA, 2011; ALVES; PINTAGUY, 1985). Incorporando as experiências pessoais à teoria - sob o slogan “o pessoal é político” -, as adeptas dessa vertente realizavam protestos públicos e formavam grupos femininos de autoconsciência e autoajuda. Também, tinham o entendimento de que a separação hierárquica entre os sexos fora concebida como forma de atender a propósitos políticos que respondiam a uma cultura patriarcal construída



A partir da diferenciação em vertentes, podemos dizer que a segunda onda do feminismo pluralizou as perspectivas do movimento feminista, tornando-o um movimento dividido em diferentes feminismos. De forma geral, essa onda foi marcada pelo entendimento da criação cultural que define o feminino e o masculino e os condiciona a serem socializados de acordo com funções específicas. Dentre outros aspectos, nessa onda, como argumenta a portuguesa Maria Manuela Tavares (2008, p. 51), “o feminismo denunciou como a sexualidade das mulheres estava limitada pela reprodução, nem sempre desejada, pela dependência econômica e social, pelas limitações de um casamento e de uma sexualidade baseados na dominação masculina”. Portanto, esse período demonstrou um avanço na discussão das problemáticas em torno da opressão à mulher, ainda no singular, refletindo acerca das nuances e camadas que complexificam o lugar que foi designado a ela ocupar nas sociedades.

No Brasil, a segunda onda do feminismo chegou de forma um pouco distinta. O ressurgimento do movimento em território brasileiro só se deu a partir da década de 1970, mas de maneira dissemelhante do contexto mundial, uma vez que estávamos em pleno regime da ditadura militar. Isso fez com que o movimento se conformasse enquanto consequência do movimento de resistência das mulheres à ditadura (SARTI, 2004). Entretanto, vale destacar que grande parte das mulheres ativistas sofreram oposição dentro dos setores progressistas, em função de que as demandas e pautas relacionadas à questão de gênero muitas vezes eram tratadas como de menor importância. Desse modo, esse cenário conferiu às mulheres uma dupla militância. Por conseguinte, nessa época surgiram diversos movimentos de mulheres de classes média e popular, os quais reflexionavam sobre suas condições enquanto esposas, mães e donas de casa. Diante disso, o movimento feminista brasileiro compreendeu que essas organizações seriam um canal possível para mobilização das mulheres em torno das pautas feministas, começando a estabelecer diálogo com esses movimentos (TELES, 1999; PINTO, 2003).

Os anos seguintes aos 1970 foram marcados pela revolução sexual e na literatura que alteraram radicalmente os costumes e tornaram as reivindicações no Brasil mais ousadas, como nos apresenta Duarte (2003). Em termos constitucionais, as feministas começavam a ocupar espaço nos partidos políticos e a disputar eleições. Nesse período, também iniciou a expansão no número de congressos, organizações e eventos em favor da causa feminista. Embora houvesse outras questões pelas quais lutar, como o fim da ditadura e a anistia, as brasileiras não

---

socialmente (TAVARES; LOIS, 2016). As principais referências do feminismo radical são a francesa Christine Delphy e a estadunidense Adrienne Rich.

deixavam de debater temáticas relacionadas a seu gênero, como a sexualidade, o aborto, a violência contra a mulher, entre outras.

Vale ressaltar que foi a essa altura que ressurgiu uma imprensa dirigida por mulheres, com o lançamento de títulos como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Para Duarte (2003, p. 166) “alguns números tornaram-se verdadeiros documentos da trajetória da mulher na construção de uma consciência feminista, tal a seriedade do trabalho realizado para a conscientização da cidadania e o avanço das conquistas sociais da mulher brasileira”. Por meio dessas publicações, é possível evidenciar novamente a relevância que a imprensa feminista brasileira exerce enquanto peça-chave na visibilidade do movimento feminista em diferentes marcos da história.

Já na década de 1980, temos como marco a Constituinte de 1988, a qual angariou importantes avanços para as mulheres. Isso ocorreu já que pela primeira vez foi estabelecida plena igualdade jurídica entre mulheres e homens. Tal asserção serviu como base para que questões relacionadas à violência e à família fossem revistas, o que posteriormente possibilitou a criação de leis como a Lei Maria da Penha. Além disso, os registros mostram que na época houve um aumento no número de organizações e pesquisas sobre temas relacionados ao feminismo, desenvolvendo ideias mais elaboradas ligadas ao conceito de gênero tanto em território brasileiro quanto a nível mundial. Tavares (2008) afirma que esse foi o período em que se fortaleceram e estreitaram os laços entre as universidades e os estudos feministas e de gênero. Dessa forma, houve avanço e proliferação das investigações nesse campo temático, o que culminou na terceira onda do feminismo, consolidada na década de 1990.

Nessa fase, embora houvesse movimentos de rua, o feminismo estava mais estruturado a uma reflexão acadêmica. No Brasil, ocorria o mesmo processo, somado à institucionalização dos ideais feministas por meio da atuação de ONGs (PINTO, 2003). Aqui e em outros países, a terceira onda se deu quando autoras pós-estruturalistas e pós-modernas ganharam espaço ao problematizar demandas das mulheres, no plural, gênero e sexualidade. Para tanto, rejeitavam categorias essencialistas e estabeleciam relações com a linguagem, a subjetividade e o poder. Um dos principais nomes do período é a estadunidense Judith Butler, uma das precursoras do movimento *queer*<sup>22</sup>. No texto fundador “Problemas de gênero”, Butler (2003) compreende o

---

<sup>22</sup>*Queer*, de maneira simplificada, significa estranho, excêntrico, talvez ridículo. Esse termo foi assumido por movimentos de gays e lésbicas a fim de caracterizar uma perspectiva contestatória que tem como alvo imediato a heteronormatividade compulsória e o binarismo de gênero (LOURO, 2001).

gênero e o sexo como processos performativos e fluidos não preconizados pela biologia, mas sustentados por signos corporais e práticas cotidianas comportamentais.

Além da contribuição de Butler (2003) e das intelectuais pós-modernas, nessa terceira onda surgem leituras pós-coloniais e decoloniais. A partir do Sul Global, os “feminismos subalternos” (SPIVAK, 2010) buscam agenciar, nas palavras de Luciana Ballestrin (2017, p. 1036), “um antagonismo irreconciliável diante de um feminismo “elitista” porque hegemônico: ocidental, branco, universalista, eurocêntrico e de Primeiro Mundo”. É o que vemos, por exemplo, na denúncia feita pela indiana Chandra Mohanty (2008) sobre a forma como as feministas ocidentais determinam categorias de análise desde um olhar universalizado, partindo de um ideal de que as mulheres de terceiro mundo compõem um conjunto homogêneo de indivíduos. Assim, Mohanty (2008) e outras autoras pós-coloniais expõem que as teorias são heterogêneas e influenciadas pelos locais de enunciação.

Ademais, também se inicia uma argumentação a respeito do conceito de interseccionalidade, termo cunhado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw. Resultante de debates anteriores propostos por feministas negras, Crenshaw (2004) entende que a interseccionalidade é uma ferramenta metodológica que considera os intercruzamentos de opressões, especialmente a questão da raça. Dessa maneira, passa a ser mobilizada como um fator de complexificação nas análises sobre gênero.

Muitas das discussões principiadas durante a terceira onda continuam latentes, e atualmente dividem posição com o que algumas teóricas postulam como quarta onda feminista. Essa teria surgido a partir de uma corrente da cibercultura nos anos 1980, inaugurada pelo texto “Manifesto Ciborgue”, de Donna Haraway. Nele, a autora discorre sobre a crise identitária dos movimentos sociais e sua relação com as novas tecnologias (DUTRA, 2018), idealizando um novo modo de atuação para o movimento feminista. Chamado de ciberfeminismo, o movimento “surge como uma proposta de reinvenção de outros feminismos a partir da ótica das novas tecnologias da comunicação” (LEMOS, 2009, p. 43). O objetivo principal é a disseminação do discurso feminista no meio online, de forma a ocupar o espaço crescente da cultura digital.

Angariando força na década de 1990 e nos anos 2000, Zeila Dutra (2018) infere que a proposta do ciberfeminismo seria a de diminuir distâncias entre as mulheres de todo o mundo. A mobilização ocorre por meio de *hashtags*, *blogs*, grupos, fóruns de discussão e veículos de comunicação, buscando retomar a potência das articulações feministas. No Brasil, esse movimento chegou de forma tardia se comparado a outros países, tendo maior expressão a partir de 2010. Em 2015, teve uma de suas notáveis demonstrações em território brasileiro por meio

da Primavera Feminista, uma movimentação iniciada pelas redes sociais que tomou as ruas em razão da insatisfação de mulheres diante da tramitação de pautas conservadoras no Congresso Nacional.

Neste subcapítulo, busquei elucidar alguns elementos do feminismo em seu contexto global e, em específico, brasileiro. Tenho consciência que certos acontecimentos ficaram de fora. Contudo, procurei destacar os principais rumos das quatro ondas do movimento, entendendo que estas funcionam como uma proposta de agregar os feitos de diferentes mulheres “sacudido pela presença plural de corpos, cores, etnias, sexos, sexualidades, classes, regiões, profissões, religiões e também idades” (GONÇALVES *et al.*, 2013). Assim, sintetizo as ondas do feminismo, a saber: a primeira ligada à reivindicação por direitos civis, majoritariamente a luta pelo sufrágio universal; a segunda retomando uma reflexão sobre a vida das mulheres para além dos direitos civis, argumentando sobre as origens das opressões à mulher, bem como trazendo à discussão pública temáticas que até então estavam restritas ao âmbito privado, a exemplo da sexualidade, do corpo e da maternidade, ainda que de uma forma essencialista; a terceira já avançando nessas e em outras reflexões, buscando ponderar sobre as mulheres, no plural, compreendendo que as variáveis de opressão atuam de maneira diferenciada sobre cada indivíduo; e, por fim, a quarta onda sendo impulsionada pela cultura digital, encontrando na internet seu principal meio de mobilização e conexão entre feministas de diversas localidades.

Na atualidade, a atuação do movimento feminista continua rendendo frutos. Não à toa, “feminismo” foi eleita a palavra do ano pelo dicionário estadunidense *Merriam-Webster* em 2017. Hoje, além de vertentes, temos também a contribuição de diferentes epistemologias e movimentos para colaborar na leitura sobre as opressões das mulheres e de gênero, como as oferecidas pelo feminismo negro, o ecofeminismo, o feminismo cristão, o feminismo socialista, entre outros. Por meio dessas diferentes perspectivas, estamos reescrevendo e escrevendo novos capítulos para a história do feminismo.

## 1.2 REPENSANDO A CIÊNCIA DESDE UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

Quando o feminismo começa a expandir sua atuação para produção de reflexões de cunho científico, a crítica feminista se torna um resultado desse processo. É a partir dela que se possibilita refletir sobre a visibilidade midiática do feminismo, assunto que tratarei mais a frente, bem como acerca de outras temáticas que perpassam uma mirada de gênero. Vale sublinhar que foi no ambiente acadêmico que pesquisadoras da segunda onda, por volta dos

anos 1960, iniciaram o desenvolvimento e disseminação de saberes não apenas sobre ou por, mas também para as mulheres (SARDENBERG, 2001). Diante disso, podemos partir do entendimento de que as feministas acadêmicas são subprodutos (KELLER, 2006) de uma interação relacional entre ciência, feminismo e movimento social feminista.

A crítica feminista é fundada sob a reivindicação de que as mulheres fossem mobilizadas como objetos de estudo nas pesquisas científicas. Todavia, como afirma a australiana Elizabeth Gross (1986, p. 86, tradução minha)<sup>23</sup>, "talvez o mais notável é que cada vez ficou mais claro que não era possível simplesmente incluir as mulheres nessas teorias a que antes haviam sido excluídas, já que essa exclusão é um princípio estruturador fundamental e uma pressuposição chave dos discursos patriarcais". Esse cenário se mostrou uma realidade problemática, posto que não havia espaço dentro de muitos discursos científicos que possibilitavam brechas para inclusão das mulheres. Portanto, para haver mudanças na ciência, as perguntas que embasavam os métodos utilizados deveriam ser questionadas, a fim de "[...] sacudir todo o apontamento social, político, científico e metafísico dos sistemas teóricos patriarcais" (GROSS, 1986, p. 88, tradução minha)<sup>24</sup>.

Este afastamento entre as mulheres e o campo científico ocorria tanto em função da divisão sexual do trabalho, quanto da condição atemporal, monolítica e excludente da ciência (BANDEIRA, 2008). Assim, as primeiras barreiras que as feministas acadêmicas encontraram foram as hierarquias impostas que impediam o acesso das mulheres aos campos disciplinares. Depois, depararam-se com uma produção de conhecimento científico historicamente vinculada ao domínio masculino, a qual trazia a marca de seus criadores. Em decorrência disso, a crítica feminista passou a classificar a ciência como androcêntrica, ou seja, considerá-la "em si mesma uma projeção de ideologia ou dos valores masculinos" (PAIVA, 1997, p. 520).

Em meio e em oposição a essa conjuntura é que se constitui a crítica feminista, baseando-se em uma práxis política. As acadêmicas que no início cooperavam para sua consolidação, procuravam realizar uma "prática política cientifizada", nos termos de Cecília Sardenberg (2011), a partir de cada vertente do feminismo - ainda que todas buscassem refletir sobre as causas sociais da desigualdade de gênero. Essa proposta pode ser apreendida junto aos argumentos da estadunidense Evelyn Fox Keller (2006), teórica que esteve presente nos

---

<sup>23</sup>No original, "Tal vez lo más notable es que cada vez fue más claro que no era posible simplemente incluir a las mujeres en esas teorías de las que antes habían quedado excluidas, ya que esa exclusión es un principio estruturador fundamental y una presuposición clave de los discursos patriarcales" (GROSS, 1986, p. 86).

<sup>24</sup>No original, "[...] sacudir todo el apuntalamiento social, político, científico y metafísico de los sistemas teóricos patriarcales" (GROSS, 1986, p. 88).

primeiros anos em que se desenvolveu a crítica feminista. A autora expõe que essa outra forma de pensar a ciência teve origem em um projeto político, o qual ganhou diferentes contornos quando se forjou um projeto acadêmico e intelectual da teoria feminista. Tal engendramento culminou na mudança de posição das mulheres no âmbito científico em boa parte do mundo ocidental. Sobre este começo, Keller (2006) lembra:

Foi uma época interessante, e como muitas de minhas colegas na teoria feminista, tinha um objetivo ambicioso, grandioso até: talvez menos ambicioso do que tentar mudar o mundo, tentava só mudar a ciência. Explico: minha meta não era tornar a ciência mais subjetiva ou mais “feminina”, mas ao contrário fazê-la mais verdadeiramente objetiva, e necessariamente “independente do gênero”. Numa palavra, procurava uma ciência melhor. Uma ciência melhor, argumentava, seria inevitavelmente uma ciência mais abrangente, mais acessível às mulheres (KELLER, 2006, p. 15-16).

Essa outra maneira de refletir sobre a ciência se apresentou como uma estratégia e uma intervenção local, concreta e específica, na qual foi viável traçar certas metas políticas – ainda que provisórias. Para Elizabeth Gross (1986), esses objetivos políticos, dentre outros, incluíam o reconhecimento das formas ditas e não-ditas da misoginia que fazia parte dos discursos científicos, elucidada por meio de ausências, ecos e lacunas sobre questões relacionadas às mulheres e ao feminino, como também a articulação de outras perspectivas possíveis por intermédio da mobilização de métodos que se diferenciavam das representações organizadas pelo domínio masculino.

Assim, a teoria feminista assume a posição de reflexionar a respeito do papel de destaque ocupado pelo paradigma tradicional positivista-empirista do mundo científico, propondo-se à “reconceitualização do conhecimento” (PAIVA, 1997, p. 523). Desse modo, as feministas acadêmicas passaram a produzir críticas a esse paradigma, o qual está apoiado no entendimento de que a realidade e o método científico são isentos de valores. Nas palavras de Mirian Santos Paiva (1997, p. 519) acerca do tema, "o ideal de cientificidade é constituído a partir dos princípios da objetivação, da experimentação e da matematização, o que traz dificuldades metodológicas para as ciências humanas, cujos fenômenos são essencialmente qualitativos".

Em resposta a esse ideal, a crítica feminista não se compromete com critérios tradicionais associados à objetividade, universalidade e neutralidade. Vai além: rejeita e/ou complexifica tais categorias, suscitando noções como a de objetividade corporificada (HARAWAY, 1995), a qual assume a concepção de uma objetividade situada, produzida desde a localidade específica que as sujeitas ocupam. Mobilizando essas alternativas analíticas, a

epistemologia feminista traz consigo a possibilidade de questionamento às categorias estanques e binárias. Ademais, incorpora a tentativa de transformar e estender os conceitos de razão e ciência ao alcançar questões relacionadas à experiência, ao corpo, à história e à materialidade da língua, do desejo e do poder (GROSS, 1986).

Partindo dos termos apresentados, podemos depreender que há uma busca por um novo espaço discursivo dentro do discurso científico. Ao assumir outras posturas teóricas e políticas, a epistemologia feminista – assim como outras epistemologias que vêm surgindo especialmente no contexto pós-colonial – expõe importantes contribuições para a discussão e reflexão acerca dos pilares que sustentam a ciência moderna. Isso pode ser apreendido pelo desenvolvimento e constante reatualização do conceito de gênero, fundamental para análises de perspectiva feminista. Avançando e se consolidando como objeto teórico de investigação, este torna-se uma categoria analítica central para o entendimento das relações sociais e da construção do conhecimento:

De fato, pode-se mesmo falar de um avanço paradigmático – com gênero construiu-se, por fim, um objeto teórico para as investigações e reflexões feministas – que tem permitido não apenas a abertura de novas fronteiras para reflexão e análise, como também a solidificação das bases para a construção de uma epistemologia feminista. No particular, tem-se no conceito de gênero um instrumento de análise do impacto das ideologias na estruturação não apenas do mundo social, mas também do intelectual, na medida em que gênero é também um elemento central na constituição do “self”, bem como um princípio classificatório de organização do universo (HEILBORN, 1991). Trata-se, assim, de uma categoria de pensamento e, portanto, de construção do conhecimento – daí porque os conceitos tradicionais de epistemologia devem ser reavaliados e redefinidos, no sentido de possibilitarem “(...) análises dos efeitos do gênero no e sobre o conhecimento” (FLAX, 1990, p. 26) (SARDENBERG, 2001, p. 5-6).

Ao encontro dessa perspectiva, Lourdes Bandeira (2008) aponta que a inclusão de gênero como categoria analítica implica na criação de outras trilhas metodológicas e conceituais. Diante dessa categorização, se torna possível propor novos paradigmas à produção do conhecimento, já que são viabilizadas a desconstrução e crítica, por meio de deslocamentos nas formas de pensar cientificamente, das totalidades universalizantes impostas pelo cânone predominante legitimado. Em suma, há contribuição para abordagem das alteridades, enfatizando “[...] a negação de qualquer perspectiva essencialista e binária, contemplando o espaço das experiências femininas plurais constitutivas da experiência social da modernidade e o surgimento de novas temáticas e categorias derivadas de tais experiências” (BANDEIRA, 2008, p. 221).

Quando já estabelecida a crítica feminista, importa ressaltar que há uma ampliação dela, especialmente na contemporaneidade. Ou seja, podemos falar em epistemologias e críticas feministas, no plural, por haver diferentes lentes sobre o gênero e a ciência que podem agregar outros elementos para complexificação das noções, tais como a interseccionalidade. Ainda assim, há um aspecto comum entre todas, que seria assumir um conhecimento situado (SARDENBERG, 2001), o qual produz reflexões a partir um certo local que se assume enquanto sujeita<sup>25</sup>.

Independente do caminho epistemológico a ser seguido dentro da crítica feminista, concordo com a importância de uma leitura alternativa que parta das experiências das mulheres, como elucida Sandra Harding (1993). Contudo, também se faz necessário questionar a possibilidade de comunhão de visões de mundo entre elas. Isso porque são evidentes as diferenças culturais, sociais e históricas existentes entre as mulheres. Desse modo, é relevante que sejam considerados os contextos a partir dos quais se está falando, para que assim sejamos capazes de perceber questões que atravessam os discursos, a exemplo dos marcadores sociais da diferença.

Com essa perspectiva de pensar desde as localidades, podemos refletir sobre como essa crítica feminista é reconhecida no local em que estamos inseridas. Acerca do cenário brasileiro, Margareth Rago (1998) analisa que o debate sobre uma teoria feminista do conhecimento acaba, em grande parte, sendo apenas traduzida do Norte Global, já que o movimento feminista no Brasil teria outras urgências e problemas de natureza social para resolver, ocasionando um espaço reduzido para discussões a respeito do assunto. Entretanto, Sardenberg (2001) argumenta que o fato de a teoria feminista não ser tão desenvolvida no Brasil tem menos a ver com as outras urgências apontadas pela autora, e mais com a pergunta "quem vai nos ouvir?". Isso porque há um histórico silenciamento das narrativas feministas em nosso território, somado ao predomínio europeu e estadunidense sobre as teorias feministas. Ainda assim, como este próprio subcapítulo busca visibilizar, mais recentemente autoras de outras localidades vêm buscando produzir conhecimento nas epistemologias feministas. Avançando na estruturação do

---

<sup>25</sup>A respeito dessas diferentes perspectivas da crítica feminista, Harding (1993) elabora uma diferenciação entre as três principais, a saber: empirismo feminista, ciência alternativa (ou feminismo perspectivista) e ciência pós-moderna. A primeira busca obter os resultados objetivos e isentos de valor, porém não informa se é possível o desembaraço de uma ciência sem romper com os laços de uma política sexual que permeia o meio científico. Já a segunda parte de uma visão marxista, politicamente engajada e efetivada por meio do ponto de vista de uma experiência social do sexo-gênero a que são denominados. Por fim, a pós-moderna é uma posição mais relativista. Para essa visão, o discurso científico seria apenas mais um discurso construído socialmente sobre o real.



campo, muitas dessas produções reflexionam com base nas diferenças, centrando-se em indagações no eixo da interseccionalidade e da perspectiva decolonial<sup>26</sup>.

Por fim, importa assinalar que as mulheres não provocam mudanças por si só na ciência como um todo. Contudo, a presença delas auxilia na criação de um ambiente propício para restauração de determinada equidade em um domínio simbólico no qual o poder do gênero masculino operou por tanto tempo (HARDING, 1993). Assim, podemos apreender que quando há mobilização de processos analíticos vindos da teoria feminista para investigar o campo do conhecimento, demonstra-se que "[...] a crítica feminista evidenciou a necessidade premente de integrar as mulheres como categoria sociológica e filosófica em qualquer análise, com isso colocando um final às análises truncadas sobre a sociedade e as relações sociais" (BANDEIRA, 2008, p. 220). Graças a isso, torna-se possível o tensionamento da epistemologia feminista em sua relação com outros saberes, dentre eles, o jornalismo.

### 1.2.1 O percurso do conceito de gênero

Como explicitado no subcapítulo anterior, gênero é uma categoria-chave mobilizada pela epistemologia feminista. Por esse motivo, optei por traçar um percurso sobre a estruturação do conceito. Ressalto que algumas questões apresentadas no subcapítulo sobre a história do feminismo serão aqui revisitadas, em razão dessa história estar intrinsecamente ligada à aparição e conseqüente desenvolvimento do campo dos estudos de gênero.

Diante da expectativa de delinear considerações iniciais a respeito das categorias patriarcado, gênero e mulher, é importante esclarecer que esse debate é interpelado por diversas perspectivas teóricas e vertentes (liberal, marxista, radical, pós-moderna, etc.) que se mostram transversais às disciplinas do conhecimento (STRATHERN, 2009). Ao apreender tal profusão de visões, parto do entendimento de que o campo temático dos estudos de gênero e dos estudos feministas está em constante tensionamento, possibilitando diferentes leituras acerca dos sistemas de opressão.

Antes de falar em gênero, patriarcado era o conceito central para muitas teóricas feministas da segunda onda, incluindo Heleieth Saffioti e Christine Delphy. É um conceito já

---

<sup>26</sup>A proposta de estudos como esses, especialmente advindos de locais fora do hemisfério norte, é enxergar as mulheres não como iguais, mas como vizinhas, moradoras próximas (BAHRI, 2013). Como alerta Matilde Ribeiro (2006), é preciso recorrer a um olhar “planetário”, porém, sem perder a dimensão do chão que pisamos. Dessa maneira, são levados em conta tanto os elementos simbólicos quanto materiais que fazem parte do universo no qual se produzem elementos para agregação à crítica feminista.

antigo, mas que foi revisitado pelas feministas para atribuição de novos sentidos. Nessa reconceitualização, “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173). Segundo essa definição, patriarcado é assimilado como um sistema a ser combatido, já que “[...] refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Com o passar do tempo, Adriana Piscitelli (2002) afirma que patriarcado se transformou em um conceito esvaziado de conteúdo, trans histórico e trans geográfico, ainda que algumas autoras na atualidade ainda o utilizem e o atualizem. Processo similar ocorreu com a categoria “mulher”. Mobilizada no início do século XX de forma a se contrapor à palavra homem como universal (PEDRO, 2005; HARAWAY, 2004), dentro dos estudos de gênero mais contemporâneos gerou uma série de estranhamentos por não abarcar a pluralidade de vivências das mulheres<sup>27</sup>. Em consequência, o emprego do termo foi sendo diminuído ao longo dos anos.

Em razão das disputas conceituais que vinham se apresentando, houve um gradual afastamento ao uso de terminologias como patriarcado e mulher. Por conseguinte, gênero se desenvolveu como uma alternativa para diversas teóricas. As explicações para essa adoção são múltiplas. Uma delas ocorre em função desse novo conceito não estar atrelado a conotações dadas como ideológicas<sup>28</sup> – como as palavras “feminismo” ou “mulher” traziam consigo (ZIRBEL, 2007) –, o que fez com que “gênero” fosse mais facilmente usado como neutralizador de discursos e práticas de instituições (COSTA, 1998). Já a estadunidense Joan Scott (1989) nos oferece a perspectiva de que “gênero” como substituto de “mulher” e/ou “mulheres” foi mobilizado para rejeitar a ideia de esferas apartadas entre mulheres e homens. A autora argumenta que estudar a mulher de forma separada perpetuaria o mito de que a esfera de um sexo nada tem a ver com o outro sexo. Portanto, o emprego de gênero mostrou-se um caminho possível para referenciar o conjunto.

---

<sup>27</sup>Pedro (2005) infere que por um tempo a categoria “mulher” foi substituída por “mulheres”, a fim de que as diferentes experiências fossem contempladas. Ainda assim, haviam críticas à essa nova categorização, o que levou ao surgimento do conceito de gênero.

<sup>28</sup>No século XXI, vemos que esse cenário está se modificando frente ao avanço de políticas neoliberais e conservadoras ao redor do mundo. Gênero passou a ser um conceito muitas vezes deslocado de seu significado, associado à ideia de ameaça à sociedade (MISKOLCI; CAMPANHA, 2017). Em resposta, surgem movimentos contra a chamada “ideologia de gênero”, como também ações tais quais a do governo da Hungria, sob o comando do primeiro-ministro Viktor Orbán, que em 2018 lançou um projeto para proibir os estudos de gênero nas escolas e universidades do país.

Independente da leitura acerca dessa adoção, gênero passou a ser incorporado como categoria central nos estudos feministas, inclusive atribuindo uma outra possibilidade de nomenclatura para esse campo, chamada de estudos de gênero. Sobre o desenvolvimento do conceito, Haraway (2004) sublinha que apesar das diferenças entre as perspectivas teóricas, os significados modernos estão enraizados nas proposições de Beauvoir (1967) de que “não se nasce mulher”, assim como nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a noção de mulheres enquanto coletivo histórico.

A construção da noção de gênero também é uma resposta ao determinismo biológico, popularizado pelo darwinismo social do século XIX, que até então orientava os estudos sobre mulheres. Essa teoria diz respeito à ideia de base biológica como justificativa para as diferenças sociais (CONNELL; PEARSE, 2015), na qual as anatomias distintas dos corpos definiriam as características sociais, psicológicas e comportamentais diferenciadas entre mulheres e homens. Em consequência, “a sexualidade seria uma extensão da natureza biológica (anatômica) que garante (pela complementaridade) a perpetuação da espécie” (TILIO, 2014, p. 129). Partindo desse entendimento, a relação entre os gêneros estaria assentada em um único binarismo possível, em que exceções ou desvios são apreendidos como doenças ou como corrupções do corpo e da moral. A crítica elaborada por feministas e autoras como Scott (1989) é de que esse tipo de análise não explica a relação entre a desigualdade de gênero e as outras desigualdades, já que é baseada somente na diferença física.

Em período concomitante ao desenvolvimento do determinismo biológico, o campo da Sociologia começava a produzir escritos sobre a condição das mulheres, inclinando-se a discorrer acerca das funções sociais atribuídas aos sexos. Um exemplo é a obra do alemão Friedrich Engels, “A origem da família, da produção privada e do Estado” (1884), que trata a opressão sexual como parte da herança que o capitalismo recebe de formas sociais anteriores. A estadunidense Gayle Rubin (1993), que mais tarde formularia o conceito de “sistema sexo/gênero”<sup>29</sup> a partir de uma crítica e complementaridade aos estudos de Engels, classifica as evidências apresentadas no texto do autor como frágeis, já que apenas faziam referência aos elementos históricos e morais como estruturantes da opressão sexual. Ainda assim, Rubin (1993) celebra que o debate tenha sido suscitado para iniciar uma reflexão sobre as designações sociais relacionadas aos sexos.

---

<sup>29</sup>Vale sublinhar que a primeira vez que a palavra gênero foi utilizada nesse contexto ocorreu no estudo “Sex and Gender”, de Robert Stoller, no ano de 1968 (ZIRBEL, 2007).

Por essa inspiração prévia propiciada pela observação da posição da mulher por meio da Sociologia, começaram a ser produzidas mais obras de autoras ligadas ao campo, ainda que em geral sob a ótica da questão econômica (CONNELL; PEARSE, 2015) em análises sobre instituições associadas às mulheres e/ou que tangem somente a esfera privada (HEILBORN; SORJ, 1999). Diante desse cenário, duas perspectivas preponderantes estavam postas nos estudos que antecederam a conceituação de gênero. A primeira, elaborada a partir de uma base biológica, fundamentava as diferenças entre os sexos segundo o viés do determinismo biológico. Já a segunda, resultado de uma análise marxista, compreendia o sistema econômico capitalista como principal responsável pela condição de sujeição feminina<sup>30</sup>.

Anos depois, surge o estudo pioneiro “Sex and Gender” (1968), de autoria do psicanalista estadunidense Robert Stoller. O autor colocou em perspectiva crítica as duas leituras recém apresentadas, propondo gênero como categoria teórica pela primeira vez. O ensaio tratou acerca da discussão sobre genitálias que não eram compatíveis com as duas formas de identidade sexual (feminina e masculina) até então consideradas pela medicina. Por intermédio de intervenções cirúrgicas, identificou que “seria mais fácil moldar o corpo (a natureza) do que modificar anos de socialização (o gênero social). Um novo dualismo em relação ao corpo era estabelecido: o dualismo sexo-gênero” (ZIRBEL, 2007, p. 132). Como resultado de suas investigações, Stoller evidenciou haver uma diferenciação que vai além da perspectiva biológica, inferindo que a socialização também faz parte da designação de gênero.

A partir do estudo de Stoller, a contribuição do campo da Psicanálise passou a ser fortemente evidenciada nos primeiros esboços acerca do conceito de gênero. Uma dessas investigações é o ensaio de Gayle Rubin, “O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo” (1993), referenciado até hoje como uma das mais robustas teorizações iniciais sobre o tema. Dialogando com os escritos de Claude Lévi-Strauss, Freud e Lacan, a autora desenvolveu o conceito de “sistema de sexo/gênero”, que tem por definição ser “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 3). O argumento central de Rubin (1993) remete à ideia de que a diferença sexual é operada pela cultura, em uma relação de opressão.

---

<sup>30</sup>Importa ressaltar que a perspectiva marxista teve seguimento dentro da epistemologia feminista, inclusive se tornando uma das vertentes do feminismo. A crítica inicial elaborada entre o final do século XVIII e início do século XIX foi sendo complexificada e, conseqüentemente, acabou angariando mais corpo teórico.

No texto, a autora analisa os sistemas de parentesco nos quais ocorrem as trocas de mulheres em relações como o casamento, ganhos em batalhas, envios de tributos, etc. Essas práticas elucidam a forma com que os sexos são socialmente organizados, seguindo uma posição de hierarquia e status. Rubin (1993) conclui que esses sistemas ditam uma modelagem determinada de expressão de gênero para mulheres e homens surgida a partir da anatomia dos corpos. Assim, gênero é apreendido como uma divisão de sexos socialmente imposta.

Essa sistematização conceitual passou a ser utilizada por diversas teóricas influenciadas pela visão de Rubin entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980<sup>31</sup>. Entre essas, incluem-se Bruna Franchetto, Maria Laura Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn, intelectuais brasileiras que trouxeram reflexões iniciais para o campo dos estudos de gênero no país. No livro pioneiro “*Perspectivas Antropológicas da Mulher*” (1981) reconhecem a existência do sistema sexo/gênero, propondo uma definição para identidade de gênero como sendo uma construção social do sexo (ZIRBEL, 2007). Desse modo, gênero começa a ser compreendido nos estudos feministas do Brasil como imposição cultural, e não biológica.

Diante do crescimento e complexificação desses estudos no decorrer do século XX em várias partes do mundo, a categoria gênero passou a ser reconhecida como útil para análise histórica (SCOTT, 1989). Embora houvesse esse movimento, Scott (1989) identificou que os principais argumentos e interpretações acerca da categoria apresentavam insuficiências, já que eram essencialmente descritivos e pouco questionadores sobre o fato de as relações serem constituídas como são. A respeito da leitura oportunizada pelas três principais abordagens teóricas à época – teorias do patriarcado, marxismo e psicanálise –, a autora afirma que havia um obstáculo comum identificado: a busca por explicações universalizantes para a situação de sujeição da mulher. Com isso, Scott (1989) reconheceu a necessidade de propor uma estruturação própria do conceito de gênero.

Influenciada pela corrente pós-estruturalista, principalmente pelos mecanismos de poder teorizados pelo francês Michel Foucault, Scott (1989) passou a definir gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 20). Logo, gênero se configuraria como um meio de compreensão das relações complexas entre as formas de

---

<sup>31</sup>É neste mesmo período que inicia o crescimento do contingente de estudos de gênero tanto no Brasil como no resto do mundo. Na Noruega, por exemplo, foi fundado o Centro de Excelência em Gênero. Também começam a se multiplicar os periódicos científicos sobre a temática.

interação humana, sendo um modo primeiro de significar as relações de poder que organizam as sociedades.

Após as considerações traçadas por Scott (1989), houve um avanço e intensificação nas discussões sobre gênero. A década de 1990 foi marcada pela ascensão do movimento *queer* e pelas perspectivas pós-modernas e pós-coloniais. A partir delas, as noções de gênero passaram a remeter a um caráter mais abstrato e contemplativo do conceito, destacando seu aspecto de subversão cultural. O foco dos estudos no campo, em sua diversidade de olhares, voltou-se para questões relacionadas à sexualidade, representação, linguagem, diferença, subjetividade, masculinidades e identidade social.

Concomitante ao desenvolvimento dessas perspectivas contemporâneas, surgem movimentos de contestação às teorias generalistas e às teorias de gênero ocidentais (CONNELL; PEARSE, 2015). Em geral, tais contribuições partem de autoras de outras localidades, como o Sul Global e/ou países não ocidentais. O intuito é a descolonização de visões hegemônicas, buscando reflexionar acerca de especificidades próprias. Esse movimento pode ser percebido nas formulações da teórica estadunidense e mestiça Gloria Anzaldúa, da antropóloga e negra Lélia Gonzalez e da antropóloga peruana e indígena Marisol de la Cadena. Também, apreendemos esses deslocamentos nas “escrevivências” da escritora Conceição Evaristo e nos diários da fome da escritora Maria Carolina de Jesus, que por meio da literatura narram sobre como o gênero está inscrito e gera significados nas suas próprias identidades. Partindo das realidades em que estão inseridas, relatam em suas produções as diferentes marcas que carregam em seus singulares corpos.

Seguindo na mesma via de não homogeneização das teorias de gênero, Angela Davis e bell hooks são autoras negras estadunidenses que, embora façam parte do Norte Global, criticam a ideia essencialista de uma mulher universal. Em suas investigações, as autoras demandam uma preocupação com a integração das lutas de classe, raça e gênero a partir do ponto de vista e vivência de sujeitas marginalizadas. Tal concepção vai ao encontro do conceito de interseccionalidade<sup>32</sup>, cunhado por Kimberlé Crenshaw, que atualmente vêm angariando centralidade no debate feminista ao destacar a necessidade de elaboração de categorias de

---

<sup>32</sup>É importante referir que esse conceito foi cunhado em 1989 por Crenshaw, a despeito de já haver discussões anteriores lideradas por feministas negras, como as produzidas pelas brasileiras Lélia González e Sueli Carneiro, que antecipavam a ideia principal em propostas semelhantes. Inclusive, Akotirene (2019) aponta que a interseccionalidade, pensada a partir de outras realidades, como o contexto africano, latino-americano e brasileiro, pode promover deslocamentos epistêmicos fundamentais para o desenvolvimento do conceito.

articulação para apreensão das múltiplas diferenças e desigualdades que atuam junto ao gênero (PISCITELLI, 2008).

O conceito de interseccionalidade surge em um contexto de crítica às leis antidiscriminação das vítimas de racismo estrutural nos Estados Unidos. De acordo com Carla Akotirene (2019), ele visa dar instrumentalidade teórico-metodológica sobre a inseparabilidade de estruturas como o racismo, o capitalismo e o patriarcalismo, permitindo que haja uma criticidade política para compreensão das identidades subalternas. Para tanto, aborda as “diferenças dentro da diferença” (CRENSHAW, 2004, p. 9), em uma forma de refletir a respeito das identidades e suas relações com o poder, sem recair em uma prática de hierarquização de opressões (AKOTIRENE, 2019).

Na perspectiva interseccional, as discriminações são apreendidas como operando de forma conjunta. Isso ocorre pois os indivíduos são atravessados por “avenidas identitárias” (CRENSHAW, 2004) nas quais circulam os eixos de opressão. Em certo ponto, essas avenidas se cruzam, designação que Akotirene (2019) apropria para o contexto brasileiro chamando de “encruzilhada”. Nesse local, as pessoas que ali estão posicionadas são interceptadas por diferentes eixos. Ou seja: uma mulher, brasileira, negra, pobre e lésbica, estará na intersecção dos eixos de subordinação do gênero, da nacionalidade, da raça, da classe e da sexualidade. Ainda que essas opressões não se somem, elas complexificam a discussão sobre gênero, justificando a razão pela qual a interseccionalidade tem sido imensamente mobilizada por esse campo de estudos na atualidade.

Como podemos depreender a partir dessas recentes reflexões, os estudos de gênero foram se desenvolvendo ao longo dos anos e hoje seguem sendo discutidos sob pontos de vista mais plurais. Também, foram abertos espaços no campo para pesquisas não centradas em mulheres, como as investigações sobre masculinidades e os estudos *queer*<sup>33</sup>. Em virtude desses elementos, importa considerar que existem diversas leituras sobre o conceito de gênero, forjadas de acordo com determinada vertente, localidade, autoria e momento histórico. Todavia, essas concepções convergem na compreensão de que há uma construção social de gênero nas sociedades, em oposição ao viés determinista biológico que anteriormente buscava explicar as relações de opressão baseando-se no binarismo das diferenças sexuais.

---

<sup>33</sup>Costa (1998) aponta que a ênfase dos estudos de gênero na diferença e na desconstrução das categorias identitárias, principalmente vinculada a terceira onda do feminismo, leva algumas teóricas estadunidenses a compreenderem que o gênero acabou se dissipando diante das diferenças individuais constitutivas. Como exemplo, temos formulações como a da estadunidense Tania Modleski, que declara um *pós mortem* ao pós-feminismo por se tratar de um “feminismo sem mulheres”.

Assim, acredito que seja importante evidenciar que assumo gênero tal como Scott (1989): entendendo-o como um modo primeiro de significar as relações de poder. Portanto, reconheço que as relações sociais são constituídas assimilando a diferença sexual como um termo fundamental para manutenção da dominação masculina. Além disso, como sublinhado pela autora e por outras teóricas, especialmente pós-coloniais, também admito a relevância de refletir teórico-metodologicamente a partir da interseccionalidade, ponderando que as formas de opressão ocorrem de maneiras dissemelhantes a depender dos marcadores sociais da diferença. Diante dessa mirada, considero gênero como categoria de análise a ser mobilizada nos estudos de jornalismo.

### 1.3 O MOVIMENTO SOCIAL FEMINISTA

Além de haver a organização de uma crítica científica acerca do gênero por meio da epistemologia feminista, o feminismo também levou ao agrupamento de mulheres que partilhavam de posições semelhantes em um movimento social<sup>34</sup>. Assim, este subcapítulo se dedica a dissertar sobre uma possibilidade de leitura a respeito de como se dá o surgimento dos movimentos sociais, bem como dialoga sobre características comuns entre os indivíduos que fazem parte desses movimentos, em específico, do movimento social feminista.

A começar, assinalo a importância do entendimento que há diferentes concepções acerca das noções que caracterizam os movimentos sociais ou os novos movimentos sociais<sup>35</sup> (DIANI, 1992; GOHN, 1997). Ainda, múltiplas são as formas de organização, mobilização e atuação destes. Porém, para chegar à formação de um movimento, há certos aspectos que lhes são anteriores e se encontram em sua origem.

Uma das apreensões sobre as origens dos movimentos sociais é por meio do conceito de lutas por reconhecimento, designado pelo alemão Honneth (2003). A partir da quebra da imbricação entre autoconfiança, autorrespeito e autorrealização prática, pessoas de determinado status social se estimam como indivíduos que partilham de capacidades as quais disputam uma medida de reputação na escala de valores sociais. Quando há uma ruptura nessas qualidades

---

<sup>34</sup>Seguindo a mesma lógica de haver um ponto em comum entre os movimentos, optei por utilizar “movimento social”, no singular, embora seja de conhecimento que são diversos movimentos feministas.

<sup>35</sup>O conceito de Novos Movimentos Sociais (NMS) surge a partir das análises produzidas nos anos 1960 como crítica às visões funcionalistas que até então permeavam os estudos dos movimentos sociais (GOHN, 1997). Maria da Glória Gohn (1997) afirma que essa definição recebe influência do interacionismo simbólico e percebe a dimensão política em termos microsociais e culturais, com ênfase em questões identitárias. Portanto, o “novo” abarca movimentos sociais além dos movimentos populares do início do século XX, como também se refere à forma de fazer política e a politização de novos temas.



afetando a autoestima das sujeitas e ameaçando suas identidades, organizam-se em grupos e mobilizam-se em lutas permanentes (simbólicas ou não). A fim de que a importância de suas próprias características seja reconhecida, buscam angariar espaço na cena pública.

Ao ocorrer essa ruptura, há uma provocação aos indivíduos assumirem um coletivo na forma de resistência política. Desse modo, se estabelece uma conexão entre esses grupos e a experiência moral de desrespeito, que teve seu ponto de partida perante uma denegação de reconhecimento jurídico e/ou social. Honneth (2003, p. 224) afirma que “somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política”. Logo, por meio do conceito de lutas por reconhecimento, podemos compreender que os movimentos sociais são articulados em virtude da infração relativa às próprias características das sujeitas, e que esse movimento coopera para que haja união desses indivíduos em torno de uma questão comum.

Ao aplicarmos essas ideias nas práticas contemporâneas do movimento social feminista, especialmente em sua atuação nas redes sociais, Dutra (2018, p. 25, grifos da autora) analisa que “palavras ligadas a esses aspectos afetivos, valores e respeito, como *Sororidade e Empatia*, passaram a ser usadas frequentemente nos posts, para lembrar a união necessária na superação e reconhecimento das mulheres em suas adversidades individuais e coletivas”. Dessa forma, há uma constante busca pelos elementos que fundam essas lutas por reconhecimento, possibilitando que as sujeitas sigam se organizando politicamente em torno do movimento feminista.

Após o engendramento desses grupos, é importante assinalar que há diferenças entre os movimentos sociais latino-americanos e outros como os europeus e estadunidenses. Isso em razão de ser importante trazer o olhar para o nosso chão que, segundo Gohn (1997), é cimentado por um passado colonial-imperial e mantido por elites políticas representantes do capital internacional que dão o tom dos movimentos aqui criados. Assim, as reivindicações também acabam sendo por direitos básicos de moradia, saneamento básico, etc. Por essa especificidade, é demandado que:

Os estudos sobre os movimentos sociais latino-americanos devem ter um enfoque multidisciplinar, envolvendo a sociologia, a ciência política, a antropologia, a história, a econômica e a psicologia social. A política deve ser destacada por ser a grande arena de articulação, pelo fato de os movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder. Deve-se considerar: ideologias, valores, tradições e rituais da cultura de um grupo; a cultura política como um todo etc.; assim como a estrutura sociopolítica e econômica em que os movimentos estão inseridos, numa abordagem histórico-estrutural renovada (GOHN, 1997, p. 240).

Essa proposta surge em perspectiva visto que os estudos dos novos movimentos sociais no Brasil e na América Latina introduzem a possibilidade de criação de uma nova visão de sociedade desprendida das amarras coloniais. Dessa maneira, é imprescindível que se leve em conta as particularidades que atravessam as sociedades latino-americanas e brasileiras. Uma delas é a perspectiva da interseccionalidade, em que elementos como a raça, a classe e o gênero fazem parte da história das formações sociais brasileiras. Assim, pode-se dizer que a constituição de movimentos como o movimento negro, movimento sem-terra e o movimento feminista, em especial no contexto brasileiro, “tornaram visíveis a prática e a percepção de amplos setores sociais que geralmente estavam marginalizados da análise da realidade social, iluminaram aspectos da vida e dos conflitos sociais em geral obscurecidos e ajudaram a questionar velhos paradigmas da ação política” (SOARES, 1994, p. 15).

Além de evidenciar problemáticas latentes da sociedade em que os movimentos surgem, há outro aspecto especialmente significativo para os novos movimentos sociais: a formação das identidades. Esse é um elemento central que possibilita identificação entre diferentes indivíduos, oportunizando a constituição de um grupo social. Inclusive, diversas autoras (ESCOSTEGUY, 2016; HALL, 2000; SILVA, 2000) inferem que o feminismo foi fundamental para pensar a questão das identidades, tanto em seu caráter individual quanto coletivo. Isso porque a construção das identidades passa pelo reconhecimento de si, de que o gênero estabelece relações de desigualdade e subordinação, para posteriormente haver compartilhamento dessa perspectiva entre as sujeitas.

Acerca das identidades coletivas<sup>36</sup>, segundo o espanhol Castells (2018), elas são constituídas em contexto de relações de poder a partir de disciplinas do conhecimento como a História, a Geografia e a Biologia, como também por meio das instituições, da memória coletiva e das inspirações pessoais. Ao encontro dessa concepção que estabelece uma dimensão simbólica e cultural do conceito, outras proposições teóricas abordam a perspectiva microssociológica de construção das identidades individuais das sujeitas.

Uma dessas abordagens é elaborada pelo britânico-jamaicano Stuart Hall (2000). Para o autor, as identidades se referem a uma política de localização. Isto é, dizem respeito a um

---

<sup>36</sup>Para Castells (2018), as identidades são classificadas em três categorias, a saber: legitimadora - introduzida pelas instituições dominantes e que dão origem à sociedade civil; resistência - atoras em posição estigmatizada que constroem resistência e criam comunidades; de projeto - utilizam materiais culturais para transformar a estrutura social e produzir sujeitas por meio de uma resistência comunal. Em sua definição, as identidades das sujeitas do feminismo se encaixariam em uma identidade “de projeto”.

processo em articulação, nos quais discursos, práticas e posições fazem parte de sua formação. Elas são assimiladas como pontos temporários que nos convocam a assumir nossos lugares como sujeitas sociais de forma temporária, não fixa e estável. Desse modo, são apreendidas em determinado momento a partir do reconhecimento das diferenças existentes entre os indivíduos, sendo definidas de modo relacional, histórico e não biológico. Em perspectiva semelhante, Silva (2000) compreende que as identidades são ativamente produzidas como fruto de criações sociais e culturais. A partir disso, a identidade é engendrada por meio de uma relação de positividade (aquilo que sou), em uma relação de interdependência com a diferença (aquilo que não sou), também autorreferenciada. Logo, a identidade e a diferença são vistas como inseparáveis e mutuamente determinadas.

Nesse diálogo estabelecido por meio da interdependência, a britânica Kathryn Woodward (2000) também nos auxilia a compreender a identidade como relacional. De acordo com essa visão, ela se expressa também por meio do que não é, assinalando o caráter da diferença como marcação simbólica e social relativa a outras identidades. Em análise sobre os novos movimentos sociais, a autora infere que as identidades adquirem um caráter cultural em razão de serem compartilhadas por pessoas pertencentes a um grupo oprimido ou marginalizado. Além disso, argumenta que as identidades forjadas nesses movimentos não são unificadas, podendo haver contradições em seu interior, já que estão em constante processo de negociação.

Alinhada a essas concepções produzidas no contexto da pós-modernidade sobre as identidades, entendo que é importante apreendê-las, da maneira que nos apresenta Woodward (2000), como um fator significativo para mobilização política dos novos movimentos sociais. Isso porque há uma preocupação para que se historicize as experiências dos indivíduos enfatizando as diferenças que caracterizam as identidades de grupos marginalizados por meio de sua característica relacional. Dessa maneira, em um processo de constituição plural, há uma eliminação da centralidade de uma sujeita específica, individual e predeterminada em oposição à construção de uma identidade coletiva (GOHN, 1997).

Embora isso ocorra, é importante frisar que, internamente, os novos movimentos sociais são compostos por um bloco heterogêneo de indivíduos que se encontram descentralizados e subsomem ao coletivo sem perder a própria individualidade. Assim, “conectando-se identidade social e movimento social, tem-se que as identidades dentro das redes serão tão heterogêneas quanto forem os agentes que as compõem, fazendo emergir uma multiplicidade de concepções e ações” (SILVA, 2016, p. 119).

Ao focarmos nosso olhar no movimento feminista, podemos perceber o processo de formação das identidades sendo construído no interior do movimento de acordo com o contexto e época em que estão inseridos. Um exemplo, entre tantos outros possíveis, é o da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. A autora realizou uma palestra no *TEDx Talks* em 2012 que deu origem ao livro “Sejamos todos feministas” (2014). Nele, Chimamanda narra seu processo de descobrimento de sua identidade como mulher, negra, africana e nigeriana. Por meio das experiências vivenciadas por ela e por pessoas próximas, a autora traz uma série de reflexões sobre gênero e sobre como certas questões a fizeram assumir tais identidades. Hoje, a palestra tem quase sete milhões de visualizações no *Youtube* e foi musicada pela cantora Beyoncé. Já o livro conta com tradução para 32 línguas e é distribuído gratuitamente para jovens da Suécia. A autora tornou-se um símbolo feminista, e muitas mulheres relatam ter o primeiro contato com a sua própria identidade feminista por meio dos escritos de Chimamanda.

Diante desse exemplo, é possível perceber que as identidades vão sendo forjadas de diferentes formas, ainda que dentro de uma dimensão simbólica e cultural. As vivências, experiências e identificações compõem as identidades em suas particularidades, a fim de que posteriormente sejam apropriadas pelo caráter coletivo do movimento. Assim, podemos sintetizar as identidades como sendo “marcadas por uma somatória de referenciais culturais [...] em que a identidade coletiva enquanto feminista se articula com elementos diversos, tais como classe/raça/etnia/geração/orientação sexual” (WOITOWICZ, 2010, p. 208-209). Nesse sentido, é válido o adendo de evidenciar a necessidade de reflexão acerca das identidades a partir da articulação com os outros marcadores sociais da diferença.

Além do registro da interseccionalidade nas identidades feministas, Castells (2018) compreende o movimento feminista como uma “polifonia instigante”. Isso porque há uma multiplicidade de identidades feministas que se autoconstroem por meio de diferentes miradas para refletir sobre a condição das mulheres na atualidade. Isso possibilita o engendramento de distintas formas de identificação com a identidade feminista, ainda que em todas elas haja negação da “identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal” (CASTELLS, 2018, p. 211).

Ainda acerca das identidades no movimento feminista, Valéria Calvi Silva (2016) infere que há um traço particular das vidas das protagonistas desse movimento: a identidade como forma de mudar as relações sociais de poder imbricadas entre mulheres e homens. Portanto, conceber esse movimento como rede é preservar uma identidade mínima compartilhada entre

as sujeitas, a qual se manifesta por meio de pressupostos e objetivos compartilhados. Diante disso, podemos partir do entendimento de que o movimento feminista se configura como:

Uma rede complexa que admite uma diversidade de discursos e práticas em torno do que se chama, genericamente, ‘a causa das mulheres’. Ao falar em movimento feminista, portanto, não se está a fazer referência às unidades que o compõem, mas à rede em geral (SILVA, 2016, p. 121).

Essa rede estrutura o movimento político que é engendrado com base na histórica condição de subordinação das mulheres nas sociedades. Ademais, de acordo com Jucélia Bispo dos Santos (2011), o movimento feminista, além de proporcionar a ligação entre identidades compartilhadas, está vinculado a um novo projeto de sociedade civil em que há defesa dos direitos humanos, sociais e políticos. Por meio dessa vinculação e defesa, o movimento reconhece a existência de um poder no nível público-estatal, mas também que este poder está presente em todo tecido social. A partir disso, as integrantes questionam as formas de fazer política inclusive nas divisões entre o público e o privado, assim propondo um novo projeto de sociedade, mesmo que limitado pelo sistema econômico-social (SOARES, 1994).

Por meio do engendramento desse novo projeto de sociedade, o movimento feminista se articula discursivamente por meio de linguagens, sentidos e visões de mundo ao menos parcialmente compartilhadas. Com isso, buscam disputar visibilidade pública sobre suas propostas e pautas em variados espaços, sobretudo o midiático.

### 1.3.1 A visibilidade do feminismo na mídia

Ao abordar a história do feminismo, especialmente no contexto brasileiro, tornou-se visível a contribuição que a mídia feminista<sup>37</sup> exerceu na articulação e visibilização das pautas do movimento. Embora fosse uma imprensa de nicho, ela se estendeu ao largo do território nacional e conseguiu dialogar com inúmeras mulheres sobre direito ao voto, aborto, sexualidade, etc. Diante disso, podemos apreender a importância que os meios de comunicação em geral, não apenas feministas, dispõem ao viabilizarem espaços para os movimentos sociais ocuparem o meio midiático.

Como argumenta Denise Cogo (2004), a relevância dos meios de comunicação se dá em razão de poderem ser vistos como matrizes configuradoras das identidades culturais. Isso ocorre

---

<sup>37</sup>A imprensa feminista será abordada mais adiante, no capítulo dois da dissertação.

já que são caracterizados como instâncias que atribuem visibilidade às ações de outros campos sociais, bem como asseguram certos modos próprios de existência. A autora chega a essa reflexão pois, em seus estudos com imigrantes e indígenas, percebeu o quanto os indivíduos dessas comunidades utilizavam a matriz midiática como forma de ação e estratégia, transformando-a em um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações.

Diante disso, podemos depreender que também os movimentos sociais necessitam buscar visibilidade pública para tematizar situações-problema na sociedade. Por meio de enquadramentos distintos aos convencionais, constroem um emaranhado de interlocuções em que redes são constituídas por interações comunicativas (MARTINEZ, 2019). Assim, disputam um cenário de visibilidade, o qual vislumbra-se como uma condição necessária - embora não suficiente - para viabilizar determinadas temáticas e converter os meios de comunicação em agentes de mobilização social. Por ocupar esse local de evidência, entendo que o meio midiático “[...] é justamente o sistema expressivo formado pelo conjunto da emissão dos meios de comunicação que constitui a esfera de visibilidade pública, tornando disponível ao público, ou ao sistema dos seus apreciadores, uma espécie de quadro do mundo” (GOMES, 2008, p. 143).

Em função da possibilidade de ser esse quadro do mundo, o meio midiático, ou a esfera de visibilidade pública midiática, como é chamada por Gomes (2008), é assumida como uma oportunidade de disseminação e disputa de argumentos em caráter público. Contudo, isso ocorre desde que haja perspectiva de aprofundamento e intervenção por parte das agentes sociais. Caso seja viável, nessa configuração os meios de comunicação tornam-se um local central para fomento da visibilidade dos movimentos sociais.

Perante esse cenário passível de angariar visibilidade midiática, os grupos sociais se mobilizam em estratégias e políticas para reivindicar a inclusão de demandas simbólicas e materiais na agenda pública (COGO, 2004). Esse movimento abre um leque de alternativas, no qual além de ocupar os espaços disponíveis nos meios de comunicação como um todo, também há como recorrer ao recurso significativo de criar as próprias mídias. Dessa maneira, a incorporação de canais comunicativos para o movimento feminista se mostra fundamental ao seu progresso e participação na sociedade, bem como para a capacidade de organizar e conquistar reconhecimento social (BURCH, 1996).

Em consequência da abertura desse canal comunicativo próprio, a britânica Sally Burch (1996) argumenta que o movimento feminista passou a adquirir a competência de gerar discursos em conformidade com suas perspectivas. Assim, realizaram investigações, elaboraram diagnósticos, desenvolveram pontos de vista e formularam propostas de direitos.

Por meio dessas ações, tornaram possível conceber legitimidade aos próprios discursos angariando projeção na cena pública, evento que ocorre somente quando esses discursos são apropriados e projetados na sociedade.

Esses canais comunicativos criados pelo movimento feminista, assim como os de outros movimentos sociais, podem ser vistos como um modo de expressão cidadã. Isso ocorre em razão de serem engendrados em função da assimetria de distribuição de recursos que faz com que seja necessário gestar estratégias e redes de inclusão próprias. Em síntese, compreendo assim como Karina Woitowicz (2010):

[...] a presença da comunicação nos movimentos sociais contemporâneos como uma possibilidade de democratização da informação que permite a ruptura com conteúdos marcados por uma ideologia hegemônica e a expressão de outras formas de compreender a realidade social, através das potencialidades que se esboçam com a comunicação (WOITOWICZ, 2010, p. 374-375).

Diante dessa perspectiva, podemos voltar à história do feminismo em seu entrelaçamento com a mídia feminista, apreendendo que o investimento inicial nesse canal comunicativo ocorreu em virtude de as mulheres perceberem a indispensabilidade de se fazerem ouvir, uma vez que estavam há tanto tempo afastadas da arena discursiva (SILVEIRINHA, 2012). Dessa forma, surgiu a necessidade de criação de espaços a serem ocupados em diferentes mídias. Isso inclui também considerar o jornalismo como um desses locais, assimilando-o como um meio para construção de discursos contra hegemônicos e identidades de resistência (WOITOWICZ, 2012).

Assim, as mídias jornalísticas, em especial as alternativas por fazerem circular outros discursos, se tornam um mecanismo para ação política (WOITOWICZ, 2010). Partindo disso, a produção nestes espaços pode ser vista enquanto um outro local possível de articulação para o movimento feminista tanto em suas potencialidades, como também em suas limitações. Isso porque há questões relacionadas principalmente à dificuldade de financiamento que restringem a possibilidade de atuação. Todavia, isso não limita a relevância assertiva destas mídias para o movimento:

[...] é possível pensar a mídia alternativa como um lugar de resistência e construção de identidades, uma vez que o discurso projetado nos veículos constitui também um fazer/agir do feminismo, que conquista espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade. [...] a mídia alternativa traduz e participa deste processo de legitimação do movimento, produzindo discursos que passam a incorporar a luta pelos direitos das mulheres (WOITOWICZ, 2010, p. 110-111).

Compreendendo o papel central que as mídias alternativas desempenham nos movimentos sociais, entendo que seja relevante elucidar a discussão dessas mídias e da visibilidade pública na contemporaneidade para encerrar as reflexões deste subcapítulo. Como mencionado anteriormente, atualmente vivemos a quarta onda do feminismo, na qual predomina o uso da rede digital para disseminação de práticas de ativismo online, tais como o ciberfeminismo. Isso possibilita, dentre outras questões, que haja uma renovação do debate feminista e um alargamento do campo discursivo à presença feminina em redes sociais, *blogs*, veículos de comunicação e de jornalismo – principalmente alternativos.

Frente à emergência da internet, podemos percebermos a ocorrência de uma transição das práticas de militância, as quais incluem a exploração de outros conteúdos, formatos e linguagens em uma rede plural. Tal ação ocorre em razão do surgimento de novos espaços de atuação por meio da recusa e do engendramento de novos olhares sobre a sociedade e sobre o próprio movimento. Isso só se torna viável dada a capacidade do meio digital para disseminação de conteúdos a baixo custo e a exequibilidade de rompimento dos limites territoriais, o que faz com que haja aproximação de indivíduos que se encontram mesmo em localidades distantes (WOITOWICZ, 2010).

Essas possibilidades trazidas pelas redes digitais - como as práticas online e a utilização de outras formas de comunicar -, vêm servindo recentemente como objeto investigativo nos estudos de gênero para análises sobre o feminismo e a questão da visibilidade midiática. Nesse sentido, vale ressaltar uma pesquisa simbólica acerca da temática, realizada pela espanhola Remedios Zafra (2011). Atualizando o conceito do “quarto próprio”<sup>38</sup> da britânica Virginia Woolf para um “quarto próprio conectado” (ZAFRA, 2011), a autora argumenta “[...] sobre como a rede modifica as esferas pública e privada, e como modifica a nós” (ZAFRA, 2011, p. 126, tradução minha)<sup>39</sup>. Estabelecendo relações entre o clássico feminista de Woolf e a sociedade atual em rede, Zafra (2011) disserta a respeito da atual tarefa do movimento feminista, em especial das ciberfeministas, de estarem em constante exercício de intervenção crítica. Isto é, a autora reconhece que a internet é um local onde há potencialização de discursos, mas que também pode haver hierarquização e desigualdades desses mesmos discursos. Logo, é

---

<sup>38</sup>Virginia Woolf em 1929 publicou “Um teto todo seu”. No ensaio, um compilado das palestras que Woolf havia proferido em escolas femininas do Reino Unido, a autora argumenta em favor da necessidade de as mulheres possuírem uma renda anual própria de aproximadamente 500 libras e que dispusessem de um quarto próprio para se desenvolverem intelectualmente como escritoras.

<sup>39</sup>No original, “[...] sobre como la Red modificaria las esferas pública y privada, y como modificaria a nosotros” (ZAFRA, 2011, p. 126).



de responsabilidade feminista que se criem e se ocupem cenários emancipadores na rede, a fim de que certa visibilidade seja alcançada de maneira assertiva.

Destaco que essa percepção sobre a necessidade de visibilidade, especialmente midiática, é um dos motores propulsores do engendramento de iniciativas como as mídias com perspectiva de gênero. Utilizando-se da comunicação e do jornalismo como recurso para expansão e ação coletiva, o movimento feminista apreende a relevância da ocupação desses espaços. Partindo dessa compreensão acerca da importância da comunicação como parte de seu conjunto de estratégias, mobilizam os próprios veículos para projetar seus interesses e discursos nas mídias offline e, mais recentemente, online.

#### 1.4 ESTUDOS DE GÊNERO SOBRE A MÍDIA JORNALÍSTICA

Até aqui, é possível perceber que a introdução dos estudos de gênero nas diferentes áreas do conhecimento produziu questionamentos a certos princípios postulados pela ciência moderna. Como a discussão trazida nesta dissertação diz respeito a questões relacionadas à inserção de uma perspectiva de gênero na mídia, é pertinente refletirmos acerca do campo temático que correlaciona a teoria de gênero e os estudos da comunicação, sobretudo pesquisas que se referem à mídia jornalística.

Antes de realizar incursões a esse campo, é importante referir brevemente sobre os estudos de gênero de maneira geral. No Brasil, desde os anos 1960 e 1970 há desenvolvimento dessas investigações. Inicialmente, elas foram encabeçadas por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, antropólogas do Museu Nacional do Rio de Janeiro e cientistas sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (ZIRBEL, 2007). Na atualidade, as teóricas da área já estabelecem discussões em diversas disciplinas do conhecimento no país, inclusive havendo a formação de grupos institucionalizados. Um exemplo disso é o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). Desde 1983, congrega pesquisadoras de diferentes departamentos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo um dos primeiros grupos de estudo sobre as mulheres no Brasil. Após 23 anos, em 2006, conquistaram o direito de fundar o Programa Pós-Graduação sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), com a finalidade de que fossem abordadas questões relacionadas à crítica feminista sob uma perspectiva interdisciplinar.

Vale referir que enquanto outras áreas do conhecimento já estão há algum tempo consolidando o espaço ocupado pelos estudos de gênero e feministas tanto no que diz respeito

às relações interdisciplinares quanto na construção de campos temáticos próprios<sup>40</sup>, na Comunicação e no Jornalismo esse quadro parece ser distinto. Na comparação das publicações feitas pela revista *Estudos Feministas* de 2003 a 2015, a análise da produção mostra que a Sociologia, a História, a Antropologia, a Psicologia e as Letras apresentam uma ampla discussão no periódico em questão. Enquanto isso, os estudos em Comunicação, Cinema e Artes Visuais não chegam a 10% do campo, com total de 22 artigos publicados - em termos comparativos, a Sociologia contou com a veiculação de 251 artigos (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016). Ainda assim, esforços vêm sendo empreendidos recentemente no campo da Comunicação, mesmo que de forma tímida se comparadas a outras áreas de pesquisa.

Essa intersecção entre os estudos de gênero, a Comunicação e o Jornalismo desenvolve-se com mais ênfase desde a Plataforma de Ação elaborada em 1995 na Conferência de Beijing. Dentre as resoluções do evento, foram designadas uma série de medidas a serem tomadas pelos meios de comunicação para promoção da capacitação feminina e diminuição das desigualdades entre mulheres e homens. Em consequência disso, relatórios produzidos em contexto brasileiro vêm se somando a outras pesquisas globais, tais como o Projeto Global de Monitoramento de Mídia (GMMP)<sup>41</sup>, na tentativa de visibilizar os desafios enfrentados no exercício da profissão de mulheres jornalistas brasileiras<sup>42</sup> (GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI, 2017) e contribuir para formulação de estratégias de promoção da equidade de gênero nos meios de comunicação<sup>43</sup> (ARTIGO 19, 2017). Essas iniciativas, entre outras tantas, visam cooperar com as ações propostas em Beijing, de forma a denunciar a desigualdade de acesso e participação feminina nos meios, como também combater a veiculação de imagens estereotipadas de mulheres (ONU, 1995).

Além da produção desses relatórios, no campo da produção científica as investigações na interface entre estudos de gênero e Comunicação/Jornalismo têm aumentado gradativamente (ESCOSTEGUY, 2008; ALMEIDA, 2018; MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016). Essa

---

<sup>40</sup>Como exemplo, podemos citar na História, a “história das mulheres” e a “historiografia feminista”; na Antropologia, a “antropologia feminista”; na Arquitetura, o “urbanismo feminista”, entre outras.

<sup>41</sup>O GMMP é produzido desde a Conferência de Beijing e realiza avaliações quinquenais em 114 países. Dentre os resultados do último ano de realização, 2015, destaca-se que as mulheres representam apenas 24% das pessoas das quais se leem, veem ou escutam na imprensa escrita, televisiva ou radiofônica globalmente. Também, apenas 9% das notas informativas que fizeram parte da pesquisa questionam os estereótipos de gênero.

<sup>42</sup>Entre os resultados obtidos, as estatísticas apontam que 92,3% das jornalistas entrevistadas afirmaram já ter ouvido piadas machistas em ambientes de trabalho e 83,6% responderam que já sofreram algum tipo de violência psicológica nas redações (GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI, 2017).

<sup>43</sup>Dentre as recomendações às empresas públicas de comunicação está a adoção de programas de progressão de carreira os quais incluam iniciativas para ampliação de mulheres em cargos de chefia; oferta de treinamentos e cursos de formação para mulheres; e adoção do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (ARTIGO 19, 2017).

crecente pode ser apreendida pela institucionalização acadêmica de grupos de pesquisa (GP), grupos de trabalho (GT) e mesas temáticas em eventos da área. Como exemplo, temos na Compós a criação do GT intitulado “Comunicação, Gênero e Sexualidades” em 2018, atualmente sob coordenação da professora Rosamaria Luiza de Melo Rocha. Já no Intercom, contamos com o GP “Estéticas, Políticas do corpo e Gêneros” desde 2017, coordenado pela professora Gabriela Machado Ramos de Almeida. Contudo, no SBPJor, maior evento em Jornalismo do país, ainda não foi criada uma sessão coordenada com a temática – apenas há sessões de apresentação de comunicações livres. Também, vale o registro acerca da realização de duas mesas sobre “Jornalismo e Gênero” e “Gênero e Feminismo” que ocorreram na 9ª e 10ª Jornada Discente do PPGJor em 2019 e 2021, respectivamente. Os eventos contaram com a apresentação de sete pesquisas – duas já defendidas – desenvolvidas no Programa.

Afora a institucionalização dessas pesquisas em eventos acadêmicos nacionais, podemos apreender a correlação entre as áreas pela análise produzida por Ana Carolina Escosteguy (2008). No livro “Comunicação e Gênero”, a autora traça as primeiras considerações mais robustas a respeito deste campo temático. Um dos objetivos da publicação é reconstituir a trajetória dos estudos de gênero associados aos estudos de mídia em contexto anglo-americano, apresentando considerações acerca de um inventário de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil entre 1992 e 2002.

Sobre as investigações analisadas, Escosteguy (2008) as divide em três fases: de 1992 a 1996 como “luzes, câmera: mensagem!”, na qual os estudos apresentavam foco na mensagem, em especial nos estereótipos femininos nos meios de comunicação e na produção feita por mulheres; de 1997 a 1999 “a hora e a vez do receptor”, em que as investigações buscavam perceber como o público feminino era afetado pelos meios de produção, com forte presença dos estudos de recepção; e de 2000 a 2002 “as muitas representações do feminino”, centradas na questão da representação na mídia. A autora também investiga qualitativamente esse material de pesquisa, percebendo que nas práticas de recepção realizadas na década de 1990, a problemática de gênero se restringia apenas à distinção sexual, sendo considerado o gênero equivalente ao sexo. Ainda assim, Escosteguy (2008) argumenta que essas investigações auxiliaram, sobretudo nos estudos de recepção, na busca para que as mulheres construíssem percepções sobre si mesmas e suas identidades dentro e fora dos discursos midiáticos.

Além disso, vale salientar que movimentos de sistematização desse campo temático foram empreendidos por diversas pesquisadoras para se referirem a um contexto mais global desses estudos. Um deles é o que nos apresenta a portuguesa Maria João Silveirinha (2012),

que divide em três vertentes as investigações feministas dos meios de comunicação, a saber: a) sociologia da notícia, centrada na questão da feminização da profissão e a permanência de certas práticas no jornalismo; b) *media frames*, se referindo à representação feminina na mídia; e c) audiências, com exames de práticas sociais das mulheres em relação aos textos midiáticos. Sobre esses estudos feministas da mídia, Rayza Sarmiento (2017) infere que até hoje são desenvolvidos predominantemente em solo estadunidense e europeu, e que sua divisão por correntes (liberal, marxista, radical, etc.) é pouco efetiva em razão da ampliação contínua dessas investigações e da constante introdução de novas problemáticas e pontos de vista. A autora também enuncia que há focos de pesquisa se desenvolvendo progressivamente de acordo com a escolha de temas que dialogam diretamente com as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Como exemplo disso, podemos citar as telenovelas, os estudos sobre a audiência, o cinema, a publicidade, as masculinidades e a mídia, e, atualmente, a tecnologia-internet e gênero.

Seguindo nessas propostas sistemáticas – e voltando para o contexto do campo no Brasil -, a dissertação de Gabriela Cavalcanti Almeida (2018), a qual trata sobre como a mulher é estudada na pesquisa brasileira em Jornalismo de 1972 a 2015, nos apresenta dados adicionais. Em suas considerações, a autora argumenta que até o ano de 2015, os estudos sobre a mulher e as questões de gênero representavam 30% das pesquisas em Comunicação e se distribuíam por todo país, ainda que com maior concentração na região Sudeste. De acordo com Almeida (2018), isso representa um aumento das investigações no campo com o passar dos anos, além de vir acompanhado de um reconhecimento da qualidade, uma vez que produções com essa temática angariaram premiações importantes na área<sup>44</sup>.

Embora não agrupe essas produções em categorias - como vemos nos trabalhos das pesquisadoras anteriormente apresentadas -, Almeida (2018) infere que a mulher no Jornalismo é estudada em sua ampla maioria por meio da crítica à representação ou falta de representatividade nos produtos jornalísticos. Esses produtos correspondem a veículos que fazem parte do jornalismo hegemônico, sendo os principais objetos empíricos analisados o

---

<sup>44</sup>Em 2011 a dissertação de Marcia Veiga da Silva intitulada “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias” recebeu o prêmio Adelmo Genro Filho na categoria Mestrado. Em 2016, a tese da mesma autora, “Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade” recebeu menção honrosa no Prêmio Capes de Teses. Em 2019, a dissertação de Gabriela Almeida “A mulher na pesquisa em Jornalismo: teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em jornalismo e comunicação do Brasil (1972-2015)” angariou menção honrosa no prêmio Adelmo Genro Filho na categoria Mestrado. Em 2020, as dissertações de Ana Luiza Souza, “‘Me deixem decidir se quero ou não ser mãe!’: narrativas pessoais de mulheres sobre a maternidade nas mídias sociais” e de Nathália Kahwage, “Representação política, gênero e relações de poder: análise de aspectos discursivos da atuação das vereadoras de Belém e de Manaus no Facebook” receberam os títulos de melhor dissertação e menção honrosa, respectivamente, no Prêmio Compós.

jornal *Folha de S. Paulo* (11,50%) e a revista *Claudia* (15,92%). Tais resultados vão ao encontro de algumas conclusões já sistematizadas por Escosteguy (2008), Silveirinha (2012) e Sarmiento (2017), em que as autoras verificam que os estudos de representação constituem grande parcela dos estudos de gênero e Comunicação no Brasil. Logo, podemos depreender que essa abordagem se repete também quando nos referimos especificamente às pesquisas em Jornalismo.

Prosseguindo nas análises sobre o campo do gênero e do Jornalismo, Monica Martinez, Cláudia Lago e Mara Coelho Lago (2016) realizaram uma investigação acerca dos estudos de gênero nas comunicações livres do Encontro Nacional de Pesquisadores (SBPJor) entre 2010 e 2014. As autoras identificaram essa produção como incipiente, já que somente foram apresentados cinco artigos<sup>45</sup>. Entre os aspectos comuns desses trabalhos, apontam: 1) interlocução com outras áreas do conhecimento estabelecidos principalmente a partir de autores consagrados no campo do Jornalismo, a exemplo do francês Bourdieu; 2) ênfase nos aportes teóricos estrangeiros; 3) utilização de autoras de referência para endossar a visão das pesquisadoras, veiculando suas ideias sem apresentar tensões ou dissonâncias; 4) simulacro de diálogo, ficando esse na superfície também em razão da brevidade do espaço disposto para os artigos. Ao fim, as autoras indicam que essas investigações sugerem um certo *modus operandi* do fazer científico comunicacional brasileiro presente nos estudos feministas da mídia jornalística. Isso se traduz, sobretudo, pela dinâmica dos textos manifestarem encantamento pelas teorias do exterior, o que dificulta a tentativa de diálogo entre pares.

Diante dessas diferentes propostas de sistematização do campo, pontuo alguns elementos que são reiterados pelas análises aqui apresentadas. A começar, podemos perceber que embora essas investigações ainda não sejam tão numerosas se comparadas a outras áreas do conhecimento, houve um aumento no número total em uma cronologia recente, acompanhado de um esforço para tornar os estudos de gênero na Comunicação e no Jornalismo uma área de pesquisa consolidada. No que se refere ao conteúdo desses trabalhos, apreendemos a forte presença dos estudos de representação perpassando as análises das pesquisadoras, o que mostra como a questão da reprodução dos estereótipos de gênero até o momento não foi superada mesmo com a adoção de medidas da Plataforma de Ação de Beijing. Também, é

---

<sup>45</sup>A título de comparação, nos anais do último encontro do SBPJor (18ª edição), realizado em 2020, foram publicados nove artigos que abordam os estudos de gênero. Ou seja, houve um aumento de oito vezes no número de produções em 2020 em relação à média anterior apresentada entre 2010 e 2014.

possível assimilar a alta frequência de referência a teóricas estrangeiras, muito em razão de parte dessas investigações ainda se concentrar nos diálogos traçados pelo Norte Global.

Frente aos pontos apresentados, ressaltamos a importância de acompanharmos os movimentos de pensar a Comunicação, e em especial o Jornalismo, junto às teorias de gênero, encontrando aspectos convergentes e divergentes, bem como espaços para novos objetos de estudo. Tais ações tomam forma em diversos ambientes institucionais, consolidando-se cada vez mais em programas de graduação e pós-graduação em Comunicação/Jornalismo<sup>46</sup>. No que se refere ao PPGJor, ainda não há um grupo de pesquisa próprio para essas discussões. Todavia, de 2007 a 2020, sete dissertações e uma tese na interface entre estudos de gênero e jornalismo foram defendidas. Essas investigações servem como um significativo referencial teórico para pesquisa que aqui proponho, tanto no que diz respeito à apropriação do debate que vem sendo desenvolvido junto ao PPG que faço parte, quanto pela discussão mobilizada. Portanto, me sinto provocada a realizar um breve relato sobre elas.

Em ordem cronológica, a primeira dissertação defendida, “O Jornalismo de *Claudia*: tecnologias de normatização e cuidado de si da mulher” (2011), de Gabrielle Vívian Bittelbrun, argumenta sobre como a revista *Claudia* busca modelar e controlar os gestos e condutas das leitoras às suas próprias concepções de gênero. A autora depreende que *Claudia* apresenta um discurso considerado falso, já que não está em conformidade com a proposta inicial da revista de ser independente e libertadora. Pelo contrário: é uma agente formadora e docilizadora. Contudo, para Bittelbrun (2011) esse é o tipo de prática jornalística que vende no jornalismo feminino brasileiro. Ela conclui o estudo questionando retoricamente se outra forma de ser/fazê-lo teria êxito.

Também sobre jornalismo feminino, mas em uma perspectiva regional, é a dissertação de Ana Paula Bornhausen Bandeira. “Jornalismo feminino em Santa Catarina: uma análise do suplemento Donna DC, do Diário Catarinense” (2012) é uma investigação que identifica cinco categorias principais abordadas pelo suplemento *Donna DC*, a saber: questões contemporâneas, família, sexo/relacionamento, moda e artes. A autora discorre sobre como o veículo constrói a mulher leitora da revista enquanto sendo abastada, sem grandes problemas financeiros e que dialoga sobre temas contemporâneos, estando atenta à atualidade. A partir dos resultados da

---

<sup>46</sup>No PPG em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), há o Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero desde 2012, sob coordenação das professoras Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha. Já na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), há o Projeto de Extensão intitulado Observatório de Comunicação e Desigualdade de Gênero – Pauta Gênero, coordenado pela professora Tamires Coêlho.

pesquisa, Bandeira (2012) apreende as formas com que o suplemento normatiza suas leitoras segundo sua própria noção de mulher.

Já a dissertação de Natália Costa Queiroz, “O auge de Nellie Bly: uma jornalista estadunidense no final do século XIX” (2013), buscou ser a primeira pesquisa no Brasil que visibiliza a trajetória histórica e profissional da estadunidense Nellie Bly, uma das jornalistas pioneiras que protagonizou períodos marcantes do jornalismo performático de sua época. No estudo, a autora realiza um resgate histórico e uma análise de algumas reportagens emblemáticas produzidas por Bly entre 1887 e 1889. Embora não se atenha tanto à discussão de gênero, Queiroz (2013) ressalta que essa é uma constante marca na vida de Bly, já que seu comportamento era considerado inesperado e uma fuga aos papéis sociais designados como femininos no período em que viveu.

Retomando a tradição de pesquisa em revistas femininas, temos a dissertação de Suzanne da Silva Borela, intitulada “Jornalismo, identidade e gênero: desconstruções discursivas na Revista TPM” (2017). Nela, é trabalhado o conceito de desconstrução de Derrida, buscando perceber exclusões de determinadas características de gênero no discurso da revista *TPM*. A autora conclui, dentre outros aspectos, que estão presentes discursivamente no veículo: heteronormatização excessiva; exclusão de mulheres fora do padrão; reprodução de estereótipos e papéis sociais demarcados de mães e esposas; e poder de fala sempre direcionado aos homens, visto que a maioria das fontes são masculinas. Desse modo, Borela (2017) infere que *TPM* cria a própria categoria de mulher não como ato político, mas como discurso de falsa igualdade que visa manter a ordem assimétrica das relações de poder centralizadas em um ideal biológico.

Em seguida, foi produzida a dissertação de Jessica Gustafson Costa, “Jornalismo Feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo” (2018), a qual reflete sobre uma prática de jornalismo com perspectiva de gênero. A partir da observação participante em um portal de notícias feminista, a autora dialoga com o conceito de objetividade corporificada de Haraway (1995), aplicando-o à prática das profissionais que trabalham no veículo analisado. Em suas observações, Costa (2018) apreende que pontuais rupturas ocorrem no fazer jornalístico delas, ainda que continuidades sejam percebidas e assinaladas como complexas de rompimento completo. Em conclusão, a autora afirma que existem movimentos de subversão nas relações estabelecidas com as fontes, bem como na valorização de nuances subjetivas e enquadramentos diversos aos padronizados. Assim, infere

que esses deslocamentos produzem uma objetividade assumida enquanto forma de engajamento, a qual se traduz em posicionamentos e parcialidades no jornalismo.

Por sua vez, a dissertação de Ediane Mattos, “A trajetória das profissionais mulheres no radiojornalismo esportivo em Santa Catarina” (2019), buscou elaborar uma análise histórica sobre a trajetória profissional de mulheres no radiojornalismo esportivo catarinense. Por meio do estudo, a autora percebe que a inserção das mulheres nesse ramo ocorreu de forma tardia, especialmente nas últimas duas décadas. Embora não se atenha tanto às questões de gênero, assim como a dissertação de Queiroz (2013), os resultados trazidos por Mattos (2019) demonstram que o gênero promove desigualdades de condições dentro do segmento do jornalismo esportivo radiofônico.

No mesmo ano, foi defendida a tese do cubano Luiz Fernando Silva, “Mulheres em *Mujeres*: Um estudo interseccional dos sentidos de gênero produzidos pela revista cubana” (2019). A pesquisa teve como propósito apreender os sentidos produzidos sobre as mulheres na revista *Mujeres*, a mídia feminina oficial do governo de Cuba. Na produção da análise, o autor assimila que existem apagamentos e silenciamentos das formas diversas de “ser mulher” elaborados pelo veículo. Desse modo, as experiências singulares de mulheres cubanas são invisibilizadas, bem como certas normatividades de gênero são reforçadas. Ainda assim, Silva (2019) identifica discretos indicadores do caráter subversivo às normas de gênero na revista, a exemplo da outorga da relevância pública às demandas políticas das mulheres. Ao fim, o autor conclui que o discurso de *Mujeres* produz uma ambivalência nas representações do feminino.

Completando o relato acerca das investigações desenvolvidas no PPGJor, a dissertação “As representações das candidatas à vice-presidência da República na campanha eleitoral de 2018 no jornal Folha de S. Paulo”, de Keltryn Wendland (2020), trata sobre a construção de representações sociais sobre as mulheres que foram candidatas à vice-presidência nas eleições de 2018. Em suas considerações, a autora infere que houve pouco e superficial destaque na cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre essas figuras políticas. Quando haviam menções, elas reforçavam estereótipos de gênero por meio da nomeação de qualidades e atributos pessoais em detrimento da visibilização das trajetórias das cinco candidatas ao cargo. Wendland (2020) finaliza o estudo sinalizando a falta de produção de representações sociais a respeito das mulheres na política as quais sejam distintas das convencionais.

Sobre essas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos estudos de gênero e do jornalismo, as considero importantes contributos para suscitar reflexões sobre a produção jornalística de modo geral, principalmente no que se refere à reprodução e manutenção de concepções de



gênero construídas e conformadas socialmente. Nesse sentido, podemos propor um exercício de questionar determinadas asserções e traçar relações entre as investigações apresentadas, como por exemplo: há outra forma de fazer jornalismo feminino? Seria essa forma talvez uma aposta em um fazer jornalístico de objetividade corporificada? Há possibilidade de rompimento completo com representações sociais que reforçam estereótipos de gênero? As revistas, suplementos e jornais buscam normatizar suas leitoras e as fontes retratadas? Como fazem isso? Essas são perguntas que podem ser exploradas em novos estudos que abordam tais temáticas, inclusive algumas sendo contempladas na discussão que aqui realizo.

Outro aspecto relevante de ser mencionado é que com exceção das pesquisas de Mattos (2019) e Queiroz (2013), as quais tratam de uma perspectiva histórica sobre trajetórias de profissionais - e suprem uma carência no campo que é o perfilamento de mulheres jornalistas (ALMEIDA, 2018) -, bem como a de Wendland (2020) acerca de representações sociais em um veículo hegemônico, as demais investigações apresentam elementos em comum. Um deles é a utilização da imprensa feminina e feminista como objetos empíricos, o que se soma à produção que vem sendo desenvolvida já há algum tempo em outras pesquisas de referência no campo (BUITONI, 1986; 2009; CARDOSO, 2004; DUARTE, 2016; MUZART, 2003; WOITOWICZ, 2010).

Em especial, os estudos de Bittelbrun (2011), Bandeira (2012), Borela (2017) e Silva (2019) discutem traços do jornalismo feminino em diferentes produtos jornalísticos: as revistas *Claudia*, *Mujeres* e *TPM* e o suplemento *Donna DC*. Em suas respectivas reflexões, as autoras confluem sobre a observação de questões que se referem à linguagem, como o emprego do imperativo; à forma didática de noticiar e apresentar os conteúdos; à criação de determinados perfis do que é o feminino e o gênero para essas mídias; e à designação e normatização de determinados papéis sociais. Dessa forma, podemos perceber que os aspectos apreendidos pelas pesquisadoras contribuem para pensar sobre as características que ainda hoje são reproduzidas pelo jornalismo feminino, identificando alguns padrões que se repetem nesse fazer jornalístico tanto em território nacional quanto em outro país.

Frente ao exposto, é possível inferir que as considerações produzidas por Bittelbrun (2011), Bandeira (2012), Borela (2017) e Silva (2019) vão no sentido de buscar compreender certas dimensões dos discursos e dos conteúdos publicados nos veículos jornalísticos examinados. Em razão disso, o foco de análise desses estudos é menos centrado na mobilização de elementos das teorias de gênero para reflexão sobre fundamentos das teorias do jornalismo. Vale pontuar que esse é um fenômeno frequente, o qual Almeida (2018, p. 132) já havia

reconhecido em sua observação das teses e dissertações brasileiras ao concluir que “embora a partir da década de 2010 comece a surgir pesquisas preocupadas com a relação teórica do Jornalismo e da mulher [...] são poucos e recentes os trabalhos que articulam as teorias do Jornalismo e as teorias feministas”. Todavia, é importante assinalar que isso não é um demérito ao trabalho das autoras, apenas um tópico a ser sublinhado uma vez que esse não é o enfoque suscitado por elas.

Já no que se refere à investigação desenvolvida por Costa (2018), há presença de uma reflexão teórica com base nas teorias do jornalismo – nesse caso, acerca da objetividade jornalística. Como se trata de uma análise sobre um veículo com perspectiva de gênero, a autora busca refletir a respeito das técnicas de trabalho que direcionam as atividades das jornalistas que acompanha, o que a faz propor uma adaptação do conceito de objetividade corporificada de Haraway (1995) para o jornalismo. Assim, Costa (2018) compreende que o jornalismo feminista constrói uma epistemologia feminista alternativa, mostrando que seu estudo visibiliza uma prática que rompe em diversos pontos com o gênero masculino do jornalismo<sup>47</sup> (VEIGA DA SILVA, 2014).

Nesse sentido, a dissertação de Costa (2018) responde parcialmente à questão suscitada por Almeida (2018, p. 130): “se o Jornalismo tem a potencialidade de ultrapassar o capitalismo, ele também não teria para superar o gênero masculino?”. Essa pergunta foi elaborada a partir do potencial transformador de uma prática jornalística orientada pela ideia de jornalismo como forma de conhecimento de Genro Filho (2012), somada à proposição de Veiga da Silva (2014) do jornalismo como reprodutor de valores e representações hegemônicas de gênero. Desse modo, Costa (2018) e Almeida (2018), por meio de suas pesquisas, elucidam a viabilidade de haver essa superação, uma vez que a prática jornalística não é fixa e pode, sim, produzir resistências.

Partindo disso, compreendo que iniciativas com perspectiva de gênero são potenciais objetos que podem auxiliar no encontro de práticas jornalísticas que rompem com certas lógicas masculinistas no jornalismo. Isso ocorre em razão de elas se mostrarem como uns dos caminhos viáveis para que sejam problematizadas questões até então colocadas como estanques, como o

---

<sup>47</sup>Acompanhando a redação de um jornal de notícias televisivo gaúcho, Veiga da Silva (2014) apreendeu que haviam certas concepções de gênero dominantes. Na análise, a autora percebeu que essa lógica interferia no processo de seleção das notícias causando exclusões e hierarquizações, a exemplo do maior reconhecimento concedido aos homens que carregavam atributos considerados masculinos. Dessa maneira, Veiga da Silva (2014) pontua que os valores generificados que regem o jornalismo são masculinos. Em sua tese (VEIGA DA SILVA, 2015), a pesquisadora questiona a produção de conhecimento em cursos de Jornalismo no Brasil. Dentre outras reflexões pertinentes, atribui que essa lógica masculinista do jornalismo tem origem desde o locus da universidade.

sexo das notícias (SOUZA, 2014) e das palavras (CHAHER; SANTORO, 2010), além das premissas cristalizadas em valores generificados masculinos (ALLAN, 1998; VEIGA DA SILVA, 2014).

Com base no pressuposto de que há plausibilidade para romper com valores jornalísticos generificados por meio de uma prática com perspectiva de gênero, concluo este capítulo assumindo o meu entendimento sobre o jornalismo como condicionado histórico, social e culturalmente por contextos e subjetividades daquelas que o produzem. Junto à Veiga da Silva (2014), entendo que as notícias são envolvidas por visões de mundo que contribuem para a orientação dos parâmetros e valores circulantes na sociedade. Tal configuração torna evidente a contribuição do jornalismo, conjuntamente à comunicação, na construção do imaginário social (WOITOWICZ, 2010). Em suma:

Da instância pedagógica cultural representada pela mídia, o jornalismo é um dos principais articuladores da produção dos saberes cotidianos que orientam a (e se orientam na) cultura. A função pedagógica do jornalismo pode ser percebida na reprodução e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade. Sua função “educativa” se traduz, sobretudo, pela necessidade de “explicar” o mundo sempre baseado na “verdade” e fazendo uso de recursos técnicos e humanos capazes de ilustrarem esses saberes gerando significados. O jornalismo é, na perspectiva aqui adotada, um conhecimento social e cultural que ensina (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 56).

Portanto, este trabalho visa contemplar essa produção de saberes outros e as possibilidades de ressignificar (e por que não redefinir?) o gênero do jornalismo. Em razão da expectativa de gerar conhecimento cultural e social a partir de um movimento social e da teoria feminista, apreendo a relevância de investir no estudo de um veículo jornalístico que disponha da perspectiva de gênero como mote. Diante disso, busco discutir, analisar e tensionar os elementos presentes nos conteúdos de uma mídia que se propõe a vestir as lentes violetas em sua produção jornalística.

## 2 A REVISTA AZMINA SOB DIFERENTES ABORDAGENS

Neste segundo capítulo da dissertação, proponho uma discussão acerca da *Revista AzMina* sob múltiplas abordagens. Nesse sentido, busco realizar aproximações ao objeto empírico desta pesquisa por meio da apreensão de diferentes aspectos que fazem parte de sua existência: o seu tipo de mídia, sua veiculação no meio digital, as características que carrega de determinadas impressas e sua prática de ação feminista em rede. Para tanto, são apresentados componentes históricos, conceituais e analíticos, os quais se dispõem a contemplar os diversos elementos que compõem o veículo jornalístico aqui investigado.

Desse modo, primeiramente procuro expor suas características “revistativas” (TAVARES, 2011), tais como a tematicidade e a temporalidade expandida, compreendendo que elas são replicadas na forma como *AzMina* organiza os próprios conteúdos, ainda que não siga o modelo tradicional das revistas impressas. Inclusive, e em função disso, abordo especificamente a revista no meio online, assimilando que há diferenciações as quais são suscitadas pelos recursos disponibilizados pela internet.

Em seguida, trato sobre a imprensa feminina e a imprensa feminista, partindo do entendimento que *AzMina* mobiliza atributos dessas duas impressas que no Brasil existem desde o século XIX. Logo, busco explicitar que ao mesmo tempo que ela rompe, em certa medida, com a reprodução de estereótipos de gênero ao incorporar um discurso feminista, também mantém aspectos pedagógicos e normativos em seus textos. Ademais, exploro elementos relacionados ao seu caráter enquanto prática ciberfeminista, a qual diz respeito a um tipo de ação feminista que usa do meio online para disseminação dos ideais feministas.

Após sondar o objeto empírico a partir dessas diferentes frentes, concluo este capítulo percorrendo sobre a *Revista AzMina* em si. Para isso, apresento configurações relativas ao site, à equipe, ao modelo de financiamento, entre outros. Outrossim, resgato uma série de estudos sobre o veículo que vêm sendo desenvolvidos em diversos campos do conhecimento desde que *AzMina* foi ao ar pela primeira vez, em setembro de 2015.

### 2.1 JORNALISMO DE REVISTA

A *AzMina* é uma revista digital. A despeito de ser diversa às clássicas revistas impressas, as quais dispõem de edições mensais, quinzenais ou semanais, apresenta características materiais, jornalísticas, especializadas e “revistativas” (TAVARES, 2011) em comum com elas.

Isso ocorre já que “a revista, ‘por ela mesma’, indica um tipo de processo comunicativo que se liga à sua própria materialidade e na maneira como esta se relaciona com as inscrições (textuais e visuais) que lhe caberão, a uma periodicidade, a um contexto mercadológico, a uma prática jornalística” (TAVARES, 2011, p. 53-54, grifos do autor). Isso posto, antes de desenvolver esses aspectos particulares, vale ressaltar que a revista e seu jornalismo passaram por variadas formulações e reformulações ao longo dos séculos e dos contextos nos quais estavam inseridos.

A primeira revista que se tem registro foi lançada na Alemanha em 1663, sob o título *Edificantes Discussões Mensais*. O periódico em questão era monotemático sobre teologia, e buscava o aprofundamento do assunto junto a um público específico interessado no tema. Com o tempo, diversos países começaram a inaugurar seus primeiros exemplares, ainda que somente no século XIX tenham ganhado maior espaço de difusão ao ser formado um mercado de consumo de revistas na Europa e nos Estados Unidos. Acerca de suas características próprias, destaca-se que, nos primórdios, “considerava-se revista uma publicação que, mesmo tendo aparência de jornal, apresentasse maior variedade de conteúdo, principalmente ficção, poesia, relatos de viagens e outras matérias de entretenimento” (BUITONI, 1986, p. 17). Assim, embora dispusessem de um aspecto físico similar ao dos jornais, diferiam prioritariamente na diversidade de conteúdos disponíveis.

No Brasil, a revista chegou no começo do século XIX junto à corte portuguesa. A primeira surgiu em 1812 em Salvador/Bahia, nomeada *As variedades ou Ensaios de Literatura*. Nessa época, a maioria dos títulos fundados eram iniciativas de franceses – o que fez com que recebêssemos influência direta do estilo e cultura francesa na produção brasileira (MIRA, 1997) – ou estrangeiros em geral. Elas eram direcionadas a um pequeno público de elite e pouco acessíveis à maioria da população, uma vez que, naquela altura, o “Brasil vira o século com 84% de analfabetos” (MIRA, 1997, p. 19).

Por aqui, os temas suscitados pelas páginas das revistas dividiam espaço com as discussões que mobilizavam o processo de definição da nação, de forma a reproduzir os assuntos que ocupavam as rodas de conversa e servindo como reforço à brasilidade do país recém colonizado (COSTA, 2007). Porém, do mesmo modo que a difusão na Europa e nos Estados Unidos ocorreu um século mais tarde, é no século XX que houve maior profissionalização, especialização temática, diferenciação e consequente consolidação do jornalismo de revista no Brasil. A partir daí, tivemos alguns fenômenos que até hoje são referenciados, a exemplo de *O Cruzeiro* e *Manchete*, ambas revistas ilustradas que usufruíram de grande apelo junto a uma sociedade significativamente analfabeta (TAVARES, 2011).

É válido sublinhar que um dos aspectos relevantes de ter revistas como objeto empírico das investigações, é justamente porque elas são uma “espécie de ‘termômetro’ do espírito do tempo no qual se inserem” (DALMOLIN, 2013, p. 296, grifos da autora). Logo, elementos do contexto histórico, social, político e econômico são manifestos nessas publicações, acompanhando as tendências do tempo e localidade nas quais são veiculadas. O Brasil do início do século XIX e o de hoje guardam qualidades próprias às suas respectivas épocas. Portanto, uma maneira de captar algumas dessas nuances se dá por meio da apreensão das temporalidades contidas nas revistas. Mas não somente isso, como expõe Daisi Vogel (2013):

Não é difícil reconhecer que, numa revista, ocorre um encontro de temporalidades mistas e heterogêneas: os tempos dos acontecimentos factuais, os tempos de produção da revista, os tempos da leitura [...]. Assim, uma das possibilidades para entender a revista é não se limitar ao ângulo da eucronia, ou seja, a revista e seu tempo, porque as imagens que ela reúne não são pontos fixos naquela que seria a linearidade impossível da história, e tampouco remetem a blocos de eternidade, insensíveis à passagem do tempo. A revista é também as memórias que a atravessam, as próprias manipulações do tempo que ela documenta e suas eventuais posições anacrônicas, isto é, contra seu próprio tempo (VOGEL, 2013, p. 24-25).

Importa refletirmos sobre isso uma vez que as revistas dialogam com assuntos de outros momentos históricos, inclusive assumindo posições conservadoras, contestatórias ou afirmativas, a exemplo do que podemos depreender sobre o desenvolvimento das pautas do movimento feminista nos diferentes veículos jornalísticos, sobretudo nos feministas e ou com perspectiva de gênero. Além disso, é relevante termos consciência que “toda revista propõe, de algum modo, uma reflexão sobre o contemporâneo” (VOGEL, 2013, p. 17) em sua forma mais ampla, já que atualidade não significa o “novo” (BENETTI, 2013), mas sim um tempo presente (TAVARES, 2013).

A fim de que seja possível assimilarmos questões relacionadas a esse diálogo com o contemporâneo suscitado pelas revistas, faz-se necessária a compreensão acerca das características inerentes ao jornalismo de revista, as quais auxiliam no entendimento do modo como os elementos se organizam nesse espaço. Teorias do campo ressaltam que não há um conceito linear instituído, até porque cada revista estabelece ritmo e um tipo de jornalismo “revistativo” próprio (TAVARES, 2011; SCALZO, 2006). No entanto, há uma série de padrões compartilhados que contribuem para indicar aspectos propriamente revistativos, nos termos de Tavares (2011), e não somente jornalísticos. Como aponta o autor:

As revistas também não fogem a uma lógica de produção jornalística, bem como estão assumidamente edificadas num processo que tange à elaboração de uma pauta e à

apuração de dados e fontes, que enreda procedimentos redacionais e discursivos, bem como adequações editoriais, critérios de noticiabilidade etc. No entanto, entram aí outras questões em relação ao seu tipo específico de jornalismo, tais como: o tratamento de uma identidade, o julgamento de valores, a prestação de serviços, novas preocupações estéticas e visuais (uma programação gráfica distinta), um outro posicionamento em relação à própria realidade social (TAVARES, 2011, p. 57).

A partir da delimitação desse tipo específico de jornalismo, alguns outros aspectos são apreendidos como intrínsecos a ele, tais como: periodicidade diversa ao jornalismo diário, o que propõe novos ângulos e formas diferentes de abordar os acontecimentos; durabilidade e temporalidade expandidas; segmentação ocorrendo por assunto, interesse e/ou tipo de público; exploração de variados estilos de texto; recorrência à sinestesia; estabelecimento de relação direta com as leitoras; privilégio por temáticas de longa duração, não somente temas factuais; definição do que entende ser contemporâneo; indicação de modos de vivenciar o presente; contribuição para formação de opinião; aliança entre texto e experiência imagética, entre outros (SCALZO, 2006; BENETTI, 2013; TAVARES, 2008).

Diante disso, essas características são mobilizadas a fim de que a revista exponha sua leitura possível sobre os “fragmentos do mundo” (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 38), ação que ocorre dentro dos limites de um determinado projeto editorial. Como efeito, as publicações dialogam no sentido de proporcionar uma contribuição para que haja um maior aprofundamento interpretativo que gere envolvimento junto às leitoras. Para tanto, um componente fundamental que delinea o jornalismo de revista é o engendramento de um “situar-se no mundo”, o qual se dá por meio de identificação e reconhecimento proporcionado por esses atributos revistativos. Como argumenta Prado (2010):

Para que as pessoas comprem textos, principalmente de revistas e da televisão? A resposta não é para se informar, mas: para se enquadrar, ao se informar, para se localizar, para ter narrativas de enquadramento no mundo, para saber qual é o meu mundo, como ele funciona, como eu posso pertencer melhor a esse que já é o meu mundo. Que realidade é essa à qual pertencemos e devo pertencer como ser em devir que sou? Como eu me transformo para melhor ser esse que eu gostaria de ser? Como entendo melhor o mundo? Tais questões implicam em modalizações de ser, de saber, de fazer, de poder, modalizações tais que não são formatadas somente a partir do dado bruto da informação jornalística, mas segundo regimes de visibilidade e de atenção, ancorados em fortes estratégias de passionalização, ou seja, no apelo passionalizado para captar a atenção do leitor (Prado, 2008 e 2006) (PRADO, 2010, p. 65).

Essas modalizações que designam “modos de vivenciar o presente” (BENETTI, 2013, p. 46), auxiliam na instituição de uma identidade conjunta afirmada entre revista e suas leitoras, de forma interacional (FRANÇA, 2013). Ou seja, há formação de um sentimento de reconhecimento que faz com que a leitura de mundo seja minimamente consensuada entre esse

grupo. Tal perspectiva de pertencimento, como expõem Tavares e Schwaab (2013), partiu de um olhar sobre as coletividades que tornaram visíveis os movimentos políticos e culturais do século XX. Isso angariou êxito para as revistas no mercado jornalístico, em razão de ter viabilizado o diálogo que parte de uma afirmação identitária comum a partir da definição de nichos de públicos, fenômeno conhecido como segmentação.

Vale ressaltar que esse fenômeno reflete aspectos de um cenário cultural globalizado marcado por uma ideia de mercado e consumo (MIRA, 1997), o qual cria identidades culturais (BUITONI, 2013). Dessa forma, a segmentação tem uma classificação segundo gênero (feminino ou masculino), faixa etária e classe social (BUITONI, 2013; MIRA, 1997), mas também outras variáveis como “[...] a caracterização psicográfica ou de estilo de vida, que envolve dados de instrução, profissão, hábitos de consumo, interesses culturais e de lazer” (BUITONI, 2013, p. 117). Logo, é possível depreender que a segmentação opera justamente na expressão da diferença entre grupos de sujeitas, incidindo diretamente na formação de identidades.

Às vistas disso, a oferta de recortes para significar o mundo a partir de um olhar segmentado também denota um processo de fidelização. Isso ocorre uma vez que “a fidelização do leitor depende dessas percepções: ‘esta revista foi feita para mim’, ‘me entende’, ‘sabe o que quero’, e ‘me informa sobre o que importa’” (BENETTI, 2013, p. 51, grifos da autora). Desse modo, é significativo que publicações como *AzMina*, as quais parte dos recursos para garantir sua existência dependem do financiamento direto das leitoras, construa vínculos com seu público. Recorrer a estratégias como o Conselho de Apoiadores da Revista *AzMina*<sup>48</sup>, por exemplo, são formas de estabelecer relações mais diretas. Em *newsletter* enviada em dezembro de 2020, fazem o apelo:

Com uma doação de R\$ 15 hoje, ou seja, 50 centavos por dia, você ajuda a garantir que *AzMina* não diminua o ritmo e ofereça conteúdo gratuito para mais um monte de gente. Chegamos até aqui porque muitas pessoas foram generosas conosco. Se você pode nos ajudar, hoje é o melhor dia para isso. Porque, você sabe, sem feminismo não há democracia (FOLEGO, 2020, n.p.).

Além de evocar a necessidade de contribuição para que a revista continue sendo produzida, chega-se ao espaço íntimo da leitora, tratando-a por “você”. Esse recurso é mobilizado compreendendo as lógicas de consumo do público a quem se destina, a fim de

---

<sup>48</sup>O Conselho de Apoiadores da Revista *AzMina* é um grupo privado no *Facebook* entre pessoas que apoiam o veículo. Atualmente, conta com mais de 440 membras. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/ConselhodAzMina>>. Acesso em: 4 jan. 2021.



inserir-lo nas dinâmicas das redações (STORCH, 2013). No texto enviado pela *AzMina*, são rememorados os aspectos relativos à gratuidade do conteúdo e à relação do feminismo com a democracia. Nesses pontos, é estabelecido um diálogo direto com a razão de ser e o grupo de pertença desse veículo: uma leitora que é alguém específica, com nome e necessidades próprias e reconhecíveis (SCALZO, 2006).

Sublinho que esse processo de fidelização é ainda mais acentuado em um cenário de multiplicidade de veículos jornalísticos, os quais surgem novos a cada ano em função das facilidades proporcionadas pelo meio online. Em consequência disso, a recorrência aos atributos que reforçam o reconhecimento de uma identidade conjunta entre leitoras e revista torna-se um dos principais objetivos das publicações.

Outro aspecto pertinente, o qual é suscitado pelo próprio apelo presente na *newsletter*, e que também é central como atributo revistativo, visto que colabora para construção da identificação do público com a revista, é a questão da tematicidade. Como argumenta Schwaab (2011):

O jornalismo de revista chama a subjetividade de cada leitor e propõe, no contexto liberal capitalista em que vivemos, a tematização do mundo, trazendo o social para o privado, o coletivo para o individual e, neste terreno, oferecendo orientações sobre os temas que julga importantes para o contexto social de seus leitores (SCHWAAB, 2011, p. 58).

Nesse sentido, a tematicidade opera como um recorte para uma especificidade do conteúdo, funcionando de modo diverso a sua ocorrência habitual no jornalismo diário. Isso acontece em razão de que a produção nas revistas está muitas vezes condicionada a uma ação do tema sobre a prática jornalística do veículo. Sendo assim, “[...] na reportagem das revistas, vemos os efeitos de como encaixar ‘as últimas’ na atualidade percebida de modo temático” (SCHWAAB, 2013, p. 69, grifos do autor).

Em face do exposto, o tema nas revistas funciona como um “referencial organizador do conteúdo jornalístico, da leitura do real feita pelo jornalismo e as afetações do discurso por outros discursos, ditos e possíveis” (SCHWAAB; TAVARES, 2009, p. 186). Pela própria escolha temática, a qual se dá frequentemente pelo reforço a certos assuntos, há uma valoração ao capital simbólico que determinados temas carregam. Ao empreender essa opção, as temporalidades ampliadas que fazem parte do jornalismo de revista auxiliam que os fragmentos de mundo apareçam no interior de temáticas definidas (SCHWAAB, 2011).

No caso da *Revista AzMina*, podemos perceber que a escolha temática também dialoga diretamente com a proposta de identificação da revista. Logo, mesmo que aborde distintos assuntos em seus textos (algumas das editorias presentes são Política, Saúde e Feminismos), a missão do veículo é produzir informação visando a promoção da equidade de gênero (AZMINA, s.d.). Diante disso, é razoável depreender que há designação de uma relação entre a escolha dos temas e quem se pretende estabelecer majoritariamente como potencial leitora da publicação.

Embora não seja minha intenção explorar a fundo os elementos propriamente revistativos do objeto empírico investigado – e tendo ciência que esta é uma limitação dos estudos sobre revista, observação pontuada por Aline Dalmolin (2013) e Tavares (2011) –, faz-se necessário assinalar que muitas das dinâmicas que alicerçam o jornalismo praticado pela *AzMina* são perpassadas por características próprias desse tipo de mídia, chamadas de revistativas (TAVARES, 2011). Sobretudo, destaco as questões relativas à fidelização ao veículo, as quais se relacionam diretamente com a tematicidade selecionada e a consequente formação de identidade. Esses atributos, em especial, são essenciais para apreender possíveis elementos que constituem um elo entre o feminismo e a prática jornalística de uma mídia com perspectiva de gênero.

### 2.1.1 A revista online

Como citado no subcapítulo anterior, a *Revista AzMina* é uma revista digital<sup>49</sup>. As revistas podem ser apreendidas como produtos em transformação e inovação tecnológica, sendo ativamente parte do processo contemporâneo de convergência cultural (NATANSOHN; SILVA; BARROS, 2009). Em função disso, há uma série de adaptações e potencialidades viabilizadas pelo ambiente online que valem ser destacadas, ainda que certas características do jornalismo em geral e do jornalismo de revista, em específico, sejam mantidas também nesse formato.

Antes de abordar as especificidades da revista online, é importante destacar alguns dos atributos diferenciados para tratamento da informação jornalística nesse meio, os quais dizem

---

<sup>49</sup>Algumas autoras propõem uma categorização de modelos de revistas online, a exemplo de Graciela Natansohn e Rodrigo Cunha (2010). Porém, a tipologia sugerida por elas não dá conta de *AzMina*, por exemplo, já que se refere somente às revistas que tem correspondência no impresso. A mais apropriada, neste caso, é a provisória cunhada por Freire (2013), que seria: sites agregados (complementação do impresso); revista impressa em arquivo digital (digitalização, sem explorar as características do digital); e revistas digitais (se sustentam sem o impresso e utilizam as potencialidades do online). Assim, *AzMina* se encaixaria nessa última definição.

respeito às próprias características do jornalismo na web. Carla Schwingel (2012), somada às proposições de autores como os holandeses Bardoel e Deuze (2001) e Palacios (2003)<sup>50</sup>, estabelece os seguintes elementos: a) multimídia/convergência: texto, imagem e som incorporados a uma mesma narrativa jornalística; b) interatividade: integração da usuária ao processo de produção da notícia por meio de ferramentas interativas, propiciando interação entre o público e o conteúdo; c) hipertextualidade: estruturação do sistema WWW (World Wide Web) vinculando conteúdos por conexões e *links* ao longo da notícia, de forma a produzir desdobramentos ao que está sendo veiculado; d) customização do conteúdo: disponibilização à usuária da oportunidade de escolha e hierarquização de conteúdos a partir de interesses individuais; e) memória: possibilidade de arquivamento, conservação e acúmulo da informação; f) atualização contínua: disposição de um fluxo contínuo de notícias às usuárias; g) flexibilização dos limites de tempo e espaço como fator de produção: maior espaço disponível para veiculação de conteúdos sem grandes limitações técnicas; e h) ferramentas automatizadas no processo de produção: utilização de sistemas de gestão de conteúdo com a finalidade de organizar e melhor dispor a informação.

Diante dessas características, podemos perceber que muitas delas são mobilizadas pela *AzMina*, tais como a hipertextualidade, a multimídia, a atualização contínua – mesmo que seguindo a lógica de uma temporalidade expandida das revistas – e a flexibilização dos limites de tempo e espaço. A seguir, nas Figuras 1 e 2, exemplos de como algumas dessas características estão presentes na revista:

---

<sup>50</sup>Baroel e Deuze (2001), autores pioneiros no estudo do jornalismo online, elencam as seguintes características como próprias da web: interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimídia. Por sua vez, Palacios (2003) avança na contribuição ao campo e complementa com os aspectos da memória e da instantaneidade do acesso/atualização contínua.

Figura 1 – Hipertextualidade com *link* direcionado para um perfil em outra rede social

## ■ PESQUISA GORDA

Para promover a reflexão e encontrar outras histórias semelhantes, a jornalista compartilha seus estudos sobre o tema no instagram [@tamanhogrande](#). “Quando coloco esses exemplos, o que mais aparece de retorno é ‘me identifiquei muito com a sua história’. Não é só comigo, é uma sistematização. O que muda é como lidamos com o preconceito”. O Grupo de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordes no Brasil, do qual Agnes faz parte, mantém o perfil @pesquisagorda. “É um espaço muito legal porque tem algo que está mudando. As pessoas estão pesquisando sobre isso e o fortalecimento da rede é importante”.

Fonte: *AzMina* (2021).

Figura 2 – Multimídia entre texto, imagem e vídeo

**Como a violência policial e de Estado afeta as mulheres**

Protestos na Colômbia: contra as mulheres, a violência de Estado tem características bem específicas

*Equipe AzMina*  
7 de maio de 2021 (Atualizado em 7 de maio de 2021)

Assistir no YouTube

Assistir ma...  
Compartilhe  
você sabe GÊNERO em tudo?

QUEM DISS...  
QUE A POLÍCIA  
NÃO BATE EM MULHER?

Fonte: *AzMina* (2021).

Mesmo que haja esse emprego, vale ressaltar a crítica elaborada por Letícia Santos e Katarini Miguel (2019) quanto à subutilização de recursos da web pela revista, especialmente no que se refere ao baixo engajamento com as leitoras e seguidoras do conteúdo. Ainda que *AzMina* utilize aplicativos, mapas, infografia digital, *hiperlinks* e conteúdo multimídia, ou seja, tente aproveitar o potencial tecnológico, as autoras afirmam que o veículo deveria explorar mais as potencialidades de cada rede. Isso porque o veículo acaba tendo uma prática responsiva, a qual reproduz os conteúdos armazenados no site da revista, sem investir em linguagens adequadas a cada perfil nas plataformas. Embora não seja o objetivo desta dissertação abordar esses aspectos em específico, é possível perceber essa crítica fazendo efeito, por exemplo, na inexistência de espaços para comentários nas reportagens, bem como no fato de que a maioria das publicações do *Instagram* são apenas republicações do conteúdo do site.

Para além dos elementos da web atualmente presentes em *AzMina*, é interessante adentrarmos na questão do próprio jornalismo das webrevistas. Há uma literatura contemporânea que angaria força a partir da primeira década do século XXI a qual aborda o campo temático do estudo de revistas online. Tais investigações são recentes, ainda que a primeira fase do jornalismo de revistas online date do início dos anos 1980<sup>51</sup>. A respeito da nomenclatura utilizada, “estas publicações online são conhecidas, no mundo anglo-saxão, como e-zines, webzines, ou cyberzines e hyperzines, além de magazines online ou electronic magazines. No Brasil<sup>52</sup>, entretanto, não há uma terminologia específica. Continuam a ser chamadas de revistas online ou webrevistas” (NATANSOHN *et al.*, 2010, p. 2).

Afora a terminologia empregada, podemos fazer o seguinte questionamento: o que difere as revistas impressas das revistas online? As distinções entre elas ocorrem em razão de a internet modificar alguns processos comunicacionais, o que incide diretamente no aumento da frequência informativa (SCOLARI, 2013). Para Rackel Guimarães, Luciellen Lima e Antônio

---

<sup>51</sup>O britânico Quinn (s.d.) desenvolveu uma linha do tempo que separa em sete fases o jornalismo de revistas online, a saber: a primeira correspondendo ao início dos anos 1980 com a produção digital veiculando os primeiros e-mails eletrônicos e utilizando o sistema de tele texto para disponibilização das revistas; a segunda data do final dos anos 1980, quando passam a utilizar o formato de editoração eletrônica (DTP); a terceira, a quarta e a quinta fase ocorrendo em meados dos anos 1990, com as revistas sendo publicadas em formato de CD-ROM. Também, foram publicizados os primeiros websites de revistas e as primeiras revistas digitais em PDF, contando com as características da interatividade e da disponibilidade online; a sexta fase diz respeito ao começo dos anos 2000 com as revistas fundando canais de TV e celular de suas publicações; e, por fim, a sétima fase de meados dos anos 2000 contado com o surgimento das publicações customizadas.

<sup>52</sup>No Brasil, por volta de 1995, os primeiros jornais migraram para internet, como o *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e a *Folha de S. Paulo*. Logo após vieram as primeiras revistas, com a pioneira sendo a *Manchete*, em novembro de 1995. Porém, é somente em 2006 que inicia a fundação de publicações digitais nativas, como a revista *Monkey* (CUNHA, 2011). *AzMina* foi ao ar nove anos depois, em 2015.

Neto (2013), esse cenário digital causou impacto no modo de fazer jornalismo de revista, já que mobilizou essa prática a realizar adaptações às novas temporalidades ofertadas pelas plataformas digitais.

A partir dessa outra formatação, as diferenças residem em diversos elementos da produção ao consumo. Algumas delas são: a frequência de conteúdos não diária passa a ser de fluxo contínuo; a estrutura da informação segue com seções temáticas, mas agrega também um eixo temporal às publicações; o financiamento tende a ser menos via publicidade e vendas e há mais disponibilidade de conteúdo gratuito; a distribuição deixa os canais físicos e passa à rede digital; a elaboração dos conteúdos é feita essencialmente para leitura em diferentes telas; há redução de custos de produção pela virtualização, entre outros (SCOLARI, 2013; GUIMARÃES, 2015). A partir disso, mostra-se perceptível que essa série de características auxiliam no engendramento de uma estrutura própria das revistas online, havendo um equilíbrio entre os aspectos da mídia tradicional impressa e as potencialidades do ciberespaço e do webjornalismo, tais como a hipertextualidade, a multimídia, a personalização/customização, a memória, a interatividade e a instantaneidade (SOUZA, 2013).

Por dispor dessa multiplicidade de recursos, há uma pluralidade de formas de apresentação de conteúdo que são permitidas pelo suporte digital. Como apontam criticamente Graciela Natansohn, Cíntia Guedes e Samuel Barros (2009), tal disponibilidade ocasiona que quem faça parte do processo de produção das revistas acabe sendo, até certo ponto, governada pelo processo de criação. Isso sucede em função de que a preocupação passa a ser dividida entre a produção de conteúdo personalizada para as mensagens de texto, os sites de celulares, os aplicativos, o próprio site da revista, etc. Além disso, também requer atenção as questões relacionadas ao cuidado estético que propicie prazer no consumo, bem como à usabilidade dos dispositivos móveis. Portanto, podemos apreender que as potencialidades do meio digital terminam por promover mais frentes de atuação.

Outro tópico que demanda dedicação é o estabelecimento de vínculos com as leitoras. Como abordado anteriormente, essa relação é crucial para que haja um processo de fidelização à determinada publicação. Todavia, no online, esse relacionamento se encontra constantemente ameaçado pela hipertextualidade, visto que essa característica permite que as leitoras naveguem para outros veículos (NATANSOHN; GUEDES; BARROS, 2009). Por esse motivo, diversas revistas investem no cultivo de elos ao criarem comunidades de leitoras, tais como grupos, *chats*, fóruns, além da disponibilização de espaço para comentários, ação que permite interatividade síncrona (SOUZA, 2013). Como mostra o estudo de Rackel Guimarães (2015),

títulos de revistas de renome nacional, como *Trip* e *TPM*, focam nas redes sociais e nesses grupos para divulgação e busca de acessos para seus respectivos sites. É o mesmo movimento que realiza *AzMina*, com páginas alimentadas com habitual frequência no *Twitter*, *Instagram*, *Facebook*, *Youtube* e no grupo privado de apoiadoras.

A partir disso, podemos compreender que a relação com as leitoras sofre algumas alterações nas webvistas, ainda que elementos gerais das estratégias de construção de vínculos sejam mantidos. Isso ocorre também em razão de o público se tornar mais diretamente fonte e crítica da informação no meio online, requerendo novas formas de apurar, produzir e distribuir conteúdo (CUNHA, 2011). De maneira sucinta:

A interação social propiciada pelas revistas impressas, quando transladadas ao ciberespaço, potencializa-se, gerando processos comunicacionais peculiares, que vão além da leitura, avançando para a autonomia do campo da recepção, até a colaboração e a interação horizontal entre produtores e leitores. O fenômeno da convergência tecnológica e cultural além de permitir a produção e distribuição de material jornalístico em várias plataformas e suportes multimidiáticos (vídeos, textos, áudio, etc.) propicia várias formas (simultâneas) de consumo e de agregação social, gerando novos protocolos de participação e práticas culturais (NATANSOHN; GUEDES; BARROS, 2009, p. 4-5).

Assim, torna-se perceptível os diversos movimentos que são preconizados pelas revistas online para encontrar modos de abordar as potencialidades da internet, mas também arcar com os desafios que elas oferecem. Isso sem contar na necessidade de gerenciamento dessas atividades junto à manutenção da fidelidade das leitoras às publicações, a qual requer a criação de novas estratégias de constituição de vínculos que explorem diferentes formatos, plataformas e possibilidades de engajamento.

## 2.2 IMPRENSA FEMININA E IMPRENSA FEMINISTA

Uma das características substanciais que constitui o jornalismo de revista é o fenômeno da segmentação, tal como explicitado anteriormente. Quando as mulheres se tornaram sujeitas da história, também emergiu sua figura enquanto consumidoras. Frente a isso, um novo segmento de mercado a ser explorado foi criado (MIRA, 2003), conformando-se como um dos fatores que possibilitou o engendramento da imprensa feminina. Mais tarde, diante da disseminação dos ideais feministas em território brasileiro, a imprensa feminista foi gerada com a finalidade de amplificação desses discursos.

Mas, qual é a importância de abordar a discussão sobre imprensa feminina e feminista neste estudo? Como assinala Constância Lima Duarte (2016, p. 14): “mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência”. Dessa maneira, ainda que essas produções<sup>53</sup> estivessem frequentemente tensionadas por estruturas que delimitavam comportamentos, tais como a Igreja, a família, a escola e o Estado, elas são fontes de pesquisa significativas pois, assim como as revistas em geral, funcionam como um “termômetro dos costumes da época” (BUITONI, 1986, p. 24) correspondente. Logo, por meio delas podemos buscar perceber algumas das mudanças sociais que foram registradas e incorporadas às páginas dessas publicações<sup>54</sup>.

Ademais, julgo pertinente mencionar meu entendimento de que os veículos femininos e feministas produzem jornalismo. Esse registro é importante porque na obra “Imprensa feminina”, Buitoni (1986) - referindo-se à imprensa feminina, mas que sua avaliação poderia sem prejuízos ser estendida à feminista -, não considera que esse segmento seja jornalismo, uma vez que, segundo a autora, os periódicos femininos não estariam nunca atrás dos fatos em si. Compreendo que essa afirmação seja complicada, visto que reduz o jornalismo ao factual, não levando em conta a atualidade presente em pautas perenes. Nessa lógica, nenhuma revista poderia ser concebida como jornalismo, em razão de serem pautadas por outras questões como a tematicidade e a temporalidade expandida, características já evidenciadas em subcapítulos anteriores.

Porém, há aspectos de fundo que endossam essa noção acerca desses segmentos, como argumenta criticamente Raquel Portilho (2010). A autora assinala sobre a existência de um jornalismo de referência, o qual seria reputado como o que produz a cobertura correta dos fatos. Ao realizar uma diferenciação entre eles, mesmo que se tratem de práticas dentro do jornalismo de revista, há reprodução de uma concepção que relega os assuntos tratados pelas imprensas feminina e feminista a uma posição de menor prestígio:

---

<sup>53</sup>Constância Lima Duarte (2016) publicou um dicionário ilustrado que abrange a existência de 143 títulos que fizeram parte da imprensa feminina e feminista brasileira do século XIX. A autora informa que um segundo volume está em fase de preparação sobre o século XX, contando com cerca de 300 periódicos.

<sup>54</sup>Dulcília Buitoni (2009) realiza um apanhado dos papéis que as mulheres foram desempenhando desde o início do século XX nas revistas femininas, a saber: a mulher sendo o oásis no deserto (1900); a mulher como a mãe que sofre com a guerra (1910); a nova mulher sendo a sacerdotisa de beleza (1920); a mulher como um dos tipos psicológicos personificados por artistas de cinema (1940); a mulher sendo esperta o bastante para não cansar o namorado (1950); a mulher sendo a garota livre que passa um dia de chuva com o amado (1960); a mulher como a adolescente que escreve sobre o seu dia-a-dia/a mulher que precisa seguir modelos de beleza (1980); e a mulher sexy que sabe sugerir o uso da camisinha (1990).



As diferenças entre aquele tipo de prática e a imprensa feminina – especialmente se considerarmos o jornalismo de revista como um “intermediário” entre ambos – não se mostraram suficientemente consistentes para explicar por que um é considerado melhor que o outro, a não ser por uma questão: enquanto o “jornalismo de referência” trata da “grande política”, da economia, das mais variadas formas [de] ciências, ou seja, do espaço público; a imprensa feminina se ocupa basicamente do território doméstico, da família, do comportamento, das micro-relações de poder, ou ainda, do espaço privado. Fazemos, então, a seguinte avaliação: o espaço público representa, de um modo geral, o universo masculino, ou seja, o homem, que por sua vez é a referência de “humanidade” (pelos menos os brancos e ocidentais). Por outro lado, o espaço privado está ligado ao universo da família, que é diretamente associado à mulher, que, em geral, não é vista como semelhante ao homem, mas sim a ele inferior. Levando esta análise para os modelos de jornalismo que analisamos aqui, entendemos então que a hierarquia sexual se estende ao jornalismo de referência, considerado como “o” modelo de prática jornalística, e à imprensa feminina, como o “não-jornalismo”. Creemos que é a partir desta razão, aos olhos do senso comum e de alguns pensadores do jornalismo, que as outras diferenças entre as duas práticas se tornam ainda mais legítimas para separá-las e hierarquizá-las, tanto quanto se faz com o masculino e o feminino (PORTILHO, 2010, p. 72).

Portanto, podemos apreender que há atuação de uma ordenação que configura o gênero também no que é considerado jornalismo ou não. Vale sublinhar que esse movimento ocorre ainda que a maioria das revistas funcione sob regimes semelhantes. Em vistas disso, conclui ser relevante assinalar, embora brevemente, a problemática relacionada a certas percepções sobre essa imprensa. Assim, me somo à compreensão elaborada por Portilho (2010), a qual infere que as características que fazem parte dessas publicações são, de fato, jornalísticas.

Adentrando nas discussões específicas sobre a imprensa feminina e a feminista, importa mencionar que nem sempre há diferenciações na literatura sobre o tema, uma vez que as causas feministas estavam de alguma forma incorporadas à imprensa feminina, mesmo que por outras abordagens<sup>55</sup>. Porém, algumas autoras pontuam distinções. Dulcília Buitoni (1986, p. 16), uma das principais referências na área, compreende que a “imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres. A feminista, embora se dirija ao mesmo público, se distingue pelo fato de defender causas”. A autora as divide em dois campos: tradicional, que não permitia a liberdade de ação fora do lar, engrandecendo virtudes domésticas e qualidades tidas como femininas; e progressista, que tinha como ênfase a educação e a defesa dos direitos das mulheres. Por sua vez, Ana Paula Bandeira (2015) propõe algumas outras diferenças entre elas, tais como o período histórico, com o surgimento da feminina datado do início do século XIX e da feminista em meados do século XIX; e as temáticas abordadas, sendo os focos de pauta da

---

<sup>55</sup>Maria Celeste Mira (2003) e Naomi Wolf (1992) afirmam que por a imprensa feminina operar em uma lógica de cultura de massas para o público feminino, as revistas femininas interpretaram e traduziram o feminismo para uma multidão de leitoras que não se encontrava diretamente envolvida com o movimento, mas que sentia os efeitos causados pelas transformações vivenciadas pelas mulheres àquela altura.

feminina a vida, o cotidiano, os anseios, a beleza, a moda, o sexo, a educação, a carreira e o serviço, enquanto a feminista contemplava um resgate histórico de lutas e causas das mulheres, sobretudo abordando questões relacionadas à educação e à intelectualidade.

Partindo do exposto, nesta pesquisa mostra-se significativo expor uma caracterização geral sobre essas duas imprensas, não apenas a respeito de uma delas. Isso porque o objeto empírico pode ser compreendido como um veículo feminista, entendendo que esse enfoque contempla a perspectiva de gênero. Entretanto, ele também mantém elementos clássicos das revistas femininas segundo as próprias fundadoras, o que pode ser visto no texto de divulgação de estreia do site. À época, *AzMina* se propunha à reformulação do conceito de revista feminina, a exemplo do que trazia no título da notícia do *blog Escreva, Lola, Escreva*: “As revistas femininas não precisam mais ser nossas inimigas”. Na ocasião, a ideia era justamente “[...] fazer a primeira revista feminina que seja pra você de verdade, AzMina – para mulheres de A a Z. A ideia, em geral, é não te dizer que tipo de mulher você deve ser, mas te dar as ferramentas pra você decidir sozinha” (ARONOVICH, 2015, n.p.).

E por que intitular-se uma revista feminina? Em entrevista ao *Armazém de Cultura*, Nana Queiroz, ex-diretora e cofundadora da *AzMina*, explicou que “a equipe e os princípios da revista são feministas, mas prefere classificá-la como ‘revista feminina’, já que o espaço pretende propiciar um diálogo com um feminismo que chega no dia a dia da mulher comum e não apenas com as que já estão debruçadas sobre o tema” (FARIAS, 2016, n.p.). Ou seja, para a cofundadora, uma das propostas do veículo era requerer ao fenômeno da segmentação por público – nesse caso, gênero – para alcançar mais leitoras. Ademais, por meio de seu relato também é possível perceber a reprodução de alguns aspectos intrínsecos à essa imprensa, tal como a atualização de um ideal do que é “ser mulher” próprio das revistas femininas, mas que nesse caso mobiliza especialmente as noções de diversidade e liberdade. Essa ação dialoga diretamente com o que assinala Ana Beatriz Silva (2017a) sobre a busca das revistas feministas/com perspectiva de gênero ser pelo direito a uma feminilidade expandida, liberta do padrão convencional. Nesse sentido, o “você de verdade” seria a noção de corpo feminino natural em contraposição ao corpo artificial, o qual foi utilizado como representação feminina ao longo de várias décadas pelos meios de comunicação.

Desde essa assimilação que considera *AzMina* uma mídia da imprensa feminina, vale evidenciar elementos característicos dessa imprensa, a qual tem a revista como seu “veículo por excelência” (BUITONI, 1986, p. 17), em um resgate histórico. O primeiro título feminino que se tem registro surgiu no final do século XVII na Inglaterra, uma revista chamada *Lady's*

*Mercury* (1693). Porém, foi na França o local em que a imprensa feminina mais rendeu frutos, inclusive servindo como modelo para imprensa feminina brasileira até os anos 1930 (BUITONI, 1986; 2009). Por aqui, o primeiro periódico feminino foi *O Espelho Diamantino* (1827), versando sobre literatura, política, belas artes e moda. Depois, surgiram *O Mentor das Brasileiras* (1829), *Manual das Brasileiras* (1830), *O Despertador das Brasileiras* (1830), *Espelho das Brasileiras* (1831), entre outros. Os temas desses periódicos brasileiros, em geral, caminhavam entre a moda e a literatura, e “se uniam para criar uma espécie de necessidade temporal, uma de acompanhamento da narrativa, outra de “atualização” com o que se usava na Europa” (BUITONI, 1986, p. 41).

Essa produção, intitulada “açucarada” (BANDEIRA, 2015, p. 193), foi criada com a função de servir como entretenimento, utilitarismo prático e didatismo para as mulheres (BUITONI, 2009). Ao longo do tempo, as revistas femininas foram ganhando diversos contornos, ainda que até 1940 não tenham sofrido tantas mudanças nas grandes editoriais de moda, beleza, casa e culinária. Todavia, a partir dos anos 1950, começou a haver uma vinculação do consumo à imprensa feminina, traduzida na intensidade de crescimento das indústrias da mulher e da casa. De forma concomitante, emergiram novos elementos para contemplação, tais como o comportamento, a saúde e a educação. Vale sublinhar que é nessa altura que se consolidou o modelo de imprensa feminina tal qual temos até hoje (BANDEIRA, 2015).

Nas décadas seguintes, de 1960 e 1970, esse modelo foi sendo aperfeiçoado. O texto apresentado por essa imprensa tornou-se mais pessoal, triunfando a ótica da explanação sobre a vida privada. O consultório sentimental, presente desde o início da imprensa feminina, ganhou cada vez mais espaço ao refletir sobre os anseios e conflitos da sociedade e das mulheres, em específico. Não obstante, nos anos 1980, alcançaram outro público segmentado por geração, com as adolescentes convertendo-se em leitoras. Também, se salienta que embora essas publicações ainda seguissem focadas na beleza, na estética corporal, nas dietas e nas cirurgias plásticas como modelagem autoritária, nas últimas décadas do século XX passaram a mobilizar alguns registros do real, indo além da artificialidade corrente de suas páginas (BUITONI, 2009).

Já no que se refere ao século XXI, a imprensa feminina tornou-se de certo modo globalizada, retratando preocupações mais universalizadas. Viviane Heberle (2004) pontua que os discursos das revistas femininas atuais ora apoiam a transgressão de atitudes progressistas, ora restringem e punem aquelas que infringem normas tradicionais. Entretanto, mesmo que haja essa ambiguidade no quadro geral, essas publicações seguem sendo apreendidas enquanto guias

e autoridades pedagógicas para ensinar as mulheres modos de ser e estar no mundo, especialmente no que tange questões relativas à beleza, à juventude, à aparência corporal, à saúde, à moda, à sexualidade, etc.

Além disso, é válido ressaltar que algumas das características dessa imprensa são atreladas ao “consumo realizado só pelo visível” (BUITONI, 1986, p. 73), no qual os anunciantes buscam homogeneizar um tipo específico de mulher como ideal para consumo (WOLF, 1992). Para assegurar isso, as diferenças individuais são apagadas e há coletivização de gostos, ocorrendo um reforço do pessoal e de soluções centradas no âmbito individual, de forma a diluir os conflitos sociais. Não é sem motivo que, em sua leitura, a francesa Eveline Sullerot (1963 *apud* BUITONI, 1986)<sup>56</sup> afirma que a imprensa feminina é antipolítica em razão de evitar polêmicas e posicionamentos diretos, realizando mais descrições e menos reivindicações. Desse modo, ainda que acompanhem as alterações de mercado e a democratização dos costumes, essas publicações fazem isso pela finalidade do lucro, uma vez que a postura conservadora é mantida. Como sintetiza Buitoni (2009):

São as ambiguidades da imprensa feminina: ela foi instrumento de democratização da moda, trouxe informações sobre sexo, contribuiu para a revolução sexual e, todavia sugere a colocação de próteses como uma grande conquista de beleza e identidade. O corpo, para ser bonito, deve ser invadido por uma prótese. Próteses como requisito imprescindível para conquistar o homem e discussões sobre gravidez de adolescentes; a roupa mais cara e a fome na África; a fala inconsequente de uma participante de reality show e a reportagem sobre sustentabilidade: paradoxos, contradições e ambiguidades fazem a revista feminina (BUITONI, 2009, p. 15).

Frente a essas incongruências, diversas autoras apontam que algo se mantém em maior ou menor medida na imprensa feminina: dispositivos pedagógicos<sup>57</sup> e prescrições acerca de padrões comportamentais e valores que ditam modelos culturais do que é, idealmente, “ser mulher” (BUITONI, 2009; XAVIER FILHA, 2010). Esse “ser mulher” está ligado aos papéis sociais básicos designados: dona de casa, esposa, mãe, que também é branca, classe média, jovem, sorridente e heterossexual. É uma mulher genérica e universalizada, sem nome, profissão ou personalidade própria. Ela está qualificada no que é e não nas ações que realiza, o que se reflete, inclusive, nos verbos mais utilizados para caracterizá-las sendo os de estado, não os de movimento (ROCHA; BENETTI, 2007).

<sup>56</sup>SULLEROT, Evelyne. **La presse féminine**. Paris: Collin, 1963.

<sup>57</sup>De acordo com Rosa Bueno Fischer (2002, p. 152) dispositivos pedagógicos se referem ao modo como a mídia opera “no sentido de participar efetivamente da constituição de sujeitos e subjetividades, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à ‘educação’ das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem”.

Em consequência, a imprensa feminina constrói uma versão própria de identidade social feminina calcada no consumo (MIRA, 2003; BUITONI, 2009; PORTILHO, 2010; KLEIN, 2009; ROCHA; BENETTI, 2007). Constantina Xavier Filha (2010) infere que, embora as leitoras não sejam passivas, a forma de produção e atuação dessas publicações é permeada por questões de poder, o que faz com que sejam produzidos e veiculados discursos vigentes e legitimados em um contexto sócio-histórico determinado. Assim, as revistas passam a propor necessidades, projetos, desejos, enfim, tudo aquilo que parece ser necessário para alcançar felicidade plena dentro de parâmetros delimitados (BRAGA, 2005). Por meio dessa ação, elas se consagram enquanto locais de “saber-poder-verdade” (XAVIER FILHA, 2010, p. 41). Na análise de Gabrielle Bittelbrun (2011):

É como se a revista fornecesse ao público instrumentos para se classificar, autoavaliar e ter consciência se está, ou não, dentro da normalidade, de atitudes, comportamentos e aparências, conforme seu gênero, sua faixa etária e até sua classe social – o que se evidencia principalmente nos testes da revista que separam as leitoras em grupos para aconselhar de maneira mais precisa e “ajudar” a se autoconhecer (BITTELBRUN, 2011, p. 33).

Para manter esse lugar que indica e orienta condutas, a imprensa feminina utiliza uma série de recursos, que vão desde o uso do tom coloquial em seus textos, até formas verbais imperativas, as quais deixam claro seu caráter persuasivo. Também, isso pode ser apreendido pela recorrência constante às aspas de especialistas, que por vezes impõem uma espécie de discurso autoritário, já que não abrem espaço para possíveis questionamentos (BUITONI, 1986; 2009). Vale ressaltar que todos esses movimentos de orientação e aconselhamento acontecem apoiados na confiança e intimidade estabelecidas anteriormente entre a revista e suas leitoras.

Outro elemento que aparece com frequência na imprensa feminina é a temática do corpo. A atualidade, enquanto valor-notícia, torna-se a atualização do ideal corpóreo, de uma determinada noção de “mulher”. Diante disso, Adriana Braga (2005, p. 22) sublinha que nessas publicações há uma constante reprodução de um “frame cultural do feminino”. Essa é uma característica que podemos analisar sob a ótica do objeto empírico aqui estudado. Nas notícias de divulgação que foram publicadas nos meios de comunicação sobre a fundação de *AzMina*, houve foco na questão de um corpo diferente, um “corpo possível” (O GLOBO, 2015) o qual seria abordado pelo veículo. Essa resolução pode ser vista até mesmo no relato de estreia feito por Nana Queiroz:

As revistas femininas não eram escritas pra nenhuma mulher que eu conheço! [...] Inclusão é colocar mulheres de todos os tipos físicos nas páginas da revista o tempo todo, como algo natural. [...] As mulheres têm que se sentir representadas na mídia e ver sua beleza chancelada o tempo todo (ARONOVICH, 2015, n.p.).

Dessa forma, embora a proposta de *AzMina* seja articular um tensionamento na questão da representatividade desse corpo padrão da imprensa feminina, há uma busca por atualizá-lo, mesmo que isso ocorra por meio da expansão da noção de mulher para o plural, mulheres, levando em conta os marcadores sociais da diferença e os princípios da interseccionalidade. Acerca desse tópico, Carla Bassanezi (2005) ressalta justamente a não homogeneidade do discurso das revistas femininas, e que, em algumas poucas situações, existem brechas para reformulação das representações de gênero. Neste caso, podemos perceber essa disposição em *AzMina* ao trazer outras possibilidades corpóreas para serem atualizadas.

Contudo, em veículos pertencentes ao mesmo nicho, isso pode suceder de modo dissemelhante. Em análises sobre as revistas femininas impressas mais populares do Brasil, como *Claudia*, *Nova* e *TPM*, é possível conceber que as propostas de normatização seguem vigentes para um tipo ideal de mulher, no singular. Elas continuam delimitando e regulamentando o gênero, a despeito de haver rupturas visíveis ao longo do tempo e modernizações em seus discursos, inclusive com a incorporação de discussões suscitadas pela “popularidade” adquirida pelo feminismo, ainda que sob o viés de sua vertente liberal, a qual está atrelada ao âmbito individual e ao consumo (BITTELBRUN, 2011; MIRA, 2003; ROCHA; BENETTI, 2007; BORELA, 2017; LEAL, 2015). Logo, há atualização de padrões de gênero produzidos por esses veículos – e consequente exclusão de mulheres fora do padrão –, os quais evocam estereótipos naturalizados, uniformizam o feminino e prosseguem com o formato pedagógico como simulacro de intimidade.

Perante o exposto, é viável depreender que, de fato, podem haver brechas nas representações de gênero pela imprensa feminina. Todavia, majoritariamente elas não vão de encontro à reprodução de uma lógica que define e normatiza as mulheres a um único modo de “ser mulher”. O estudo de Tatiane Leal (2015) exemplifica essa questão. Por meio de sua análise, a autora mostra que no discurso de revistas contemporâneas impera o modelo de uma nova mulher, a super mulher: executiva competente, instruída academicamente, feliz no casamento, mãe dedicada, consumidora ativa. É aquela que conquistou tudo. Portanto, vemos que há mobilização de um discurso que pode até mesmo ser apreendido como de empoderamento de gênero, mas que em realidade não foge muito de uma nova padronização e atualização desse ideal do que é “ser mulher”.

Diante disso, podemos perceber que o novo que prevalece na imprensa feminina traduz a modernidade pela aparência e pela normatização dos corpos femininos. Não é vanguarda, não inova – apenas na medida em que seja possível servir ao consumo. É um novo conservador, capitalista e que mantém o *status quo*. As mudanças são mínimas, não ultrapassando os limites de adaptação às normas vigentes. É o simulacro da mudança, no qual algumas questões debatidas tornam-se apenas pseudolibertações, uma vez que os estereótipos do feminino continuam em voga (BUITONI, 2009).

No caso de *AzMina*, por mesclar elementos de uma imprensa feminina e uma imprensa feminista, é plausível perceber que há um esforço da revista em não reproduzir padronizações sobre o “ser mulher”. Porém, por vezes isso ocorre em diferentes segmentos, que vão desde uma delimitação de normatividades acerca de um papel de mãe a ser seguido alinhado a uma perspectiva de maternidade ecológica (MAKITA, 2019), passando pelas tentativas de generalizações em torno de uma identidade universal para sexualidade feminina e para as mulheres, bem como pela mobilização de diferenças biológicas para positivar mulheres, assim retomando padrões e binarismos (BECHLER, 2017), ou, ainda, pelo não rompimento total com o padrão estético da magreza (SANTOS, 2020). Tais asserções demonstram que embora *AzMina* seja um veículo com perspectiva de gênero, ela não está isenta de contradições e da possibilidade de reproduzir certas normatividades sobre o “ser mulher”, atuando de forma semelhante à maneira como operam usualmente as revistas femininas.

Além disso, vale ressaltar que sob a ótica do movimento feminista, ocasionalmente a imprensa feminina é vista como composta por veículos que conservam os valores e ideologias tradicionais que mantêm a lógica de submissão feminina. Partindo dessa concepção, o movimento feminista organizado compreendeu a necessidade de contar com publicações próprias para fortalecer a luta, fazendo frente aos discursos da imprensa feminina e disseminando os ideais feministas. Tal movimento culminou no fato dessas mídias passarem a ser assimiladas enquanto espaços de experimentação política (LEITE, 2003). Ademais, o engendramento desses veículos, concomitante ao dos veículos alternativos, levou algumas autoras a enquadrarem a imprensa feminista como uma expressão da imprensa alternativa:

A história do feminismo está entrelaçada com a história da mídia alternativa, uma vez que as mulheres desde cedo perceberam a necessidade de se fazerem ouvir, apostando em um discurso de contra-informação que assumiu, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos e na conquista da cidadania (WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 2).

Nesse ínterim, começaram a surgir títulos que se propunham a estarem atentos às relações de poder, opressão e protagonismo político, econômico e social feminino pelo ponto de vista das mulheres (BANDEIRA, 2015). Esses periódicos despontaram pela primeira vez na França, durante o período da Revolução Francesa. Algumas dessas publicações foram: *Les Annales de l'Education du Sexe* (1790), *Les Evénements du Jour* (1791), *Le Journal des Femmes* (1832), *La Voix des Femmes* (1848) e *Le Droit des Femmes* (1869) (BUIIONI, 1986).

No Brasil, ainda que com menor movimentação se comparado ao território francês, também houveram exemplares. Segundo Constância Lima Duarte (2016), as primeiras iniciativas escritas por mulheres surgiram em Porto Alegre/Rio Grande do Sul sob os títulos de *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833) e *Idade d'Ouro* (1833). Na mesma época, foram publicadas *A Filha Única da Mulher do Simplicio* (1832) e *A Mineira do Rio de Janeiro* (1833). Todos esses periódicos, embora apresentassem autoria feminina, não tratavam de questões específicas de gênero, sendo voltados às discussões políticas. Assim, *Jornal das Senhoras* (1852) foi o primeiro a versar sobre as questões das mulheres, com uma contestação mais consistente por instrução feminina. O jornal abordava as reivindicações das mulheres apresentando ideias, sugestões e pensamentos críticos para além de receitas e moda (MUZART, 2003). Mais tarde, *O Sexo Feminino* (1873) foi o veículo mais impactante de seu tempo, em função de dirigir-se às mulheres e publicar sobre seus direitos e sua identidade, defendendo a independência econômica e o direito a uma melhor educação (BANDEIRA, 2015).

Em um país que até 1870 contava com poucas mulheres alfabetizadas, "uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto" (MUZART, 2003, p. 226). Avançando na defesa dessas pautas fundamentais, aos poucos foram sendo tecidas redes nacionais e internacionais entre mulheres que faziam parte desses veículos, a fim de que houvessem trocas e discussão de informações. Essa ação influenciou no que Sandra Lima (2007) assinala sobre alguns periódicos terem sido considerados audaciosos por esboçarem tímidos protestos acerca do modo possessivo com que homens tratavam as mulheres. Todavia, "essas publicações críticas e conscientizadas da dominação masculina, porém, não foram as dominantes no gênero. À medida que se caminhava para o final do século, elas rareavam e eram substituídas por outras, mais amenas" (LIMA, 2007, p. 224).

Diante disso, podemos perceber que houve uma dicotomização de narrativas no início da imprensa feminista brasileira. Isso porque algumas publicações eram mais críticas e



conscientes da opressão de gênero, enquanto outras ainda reforçavam os papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa, assim reiterando os estereótipos clássicos relacionados ao feminino. Como afirma Buitoni (1986), foi somente nos anos 1970 que essa imprensa se tornou de fato mais reivindicatória, em razão de nesse período ter começado a traçar um diálogo direto com o contexto de enfrentamento à ditadura militar no país<sup>58</sup>.

Em estudo sobre a imprensa feminista que compõe parte desse momento histórico, notadamente entre os anos de 1974 a 1999<sup>59</sup>, Elizabeth Cardoso (2004) a classifica em duas gerações<sup>60</sup>, a saber: a primeira, de 1974 a 1980, com a linha editorial voltando-se às questões de classe e temas de interesse de toda sociedade, como a carestia e a injustiça social; já a segunda, a partir de 1981, tratando sobre as questões de gênero, de forma a priorizar temas específicos que tocam as mulheres, tais como a violência, a sexualidade, a saúde reprodutiva, o trabalho e a legislação. Ademais, dentro desse período de análise, a autora registrou a existência de 75 periódicos feministas, o que a levou a classificar essa imprensa como quantitativa (pelo volume de títulos), qualitativa (por organizar e divulgar o movimento feminista), nacional (por não se limitar apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo), contínua e vigorosa (por ser editada de 1974 até nossos dias<sup>61</sup>).

A partir desse cenário geral que abrange a imprensa feminista, é possível compreender que ela auxilia na construção de identidades de resistência e de luta por meio da produção de conteúdos críticos que articulam o feminismo como prática política. Frente a isso, Karina Woitowicz (2010) analisa que os veículos que fazem parte desse nicho acionam repertório de saberes sobre determinadas pautas, a exemplo do trabalho e condições laborais, participação política, aborto, igualdade de direitos, políticas públicas para mulheres, violência, papel da mídia, etc. Assim, operam como micropolíticas cotidianas em conjunto com outras ações

---

<sup>58</sup>Alguns periódicos em circulação na época foram *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976), *Mulherio* (1981), *Maria Quitéria* (1977), *Correio da Mulher* (1979), *Liberta* (1980) e *ChanacomChana* (1982) (WOITOWICZ, 2010).

<sup>59</sup>Essas publicações enfrentaram disputas relacionadas à própria esquerda política dentro de veículos alternativos, o que levou à criação de espaços próprios da imprensa feminista. Segundo Elizabeth Cardoso (2004), essa discordância ocorreu porque o feminismo considerado “bom para o Brasil” era aquele que promovia apaziguamento entre mulheres, homens e sociedade, não pregando a revolução de gênero ou a revisão de postulados culturais. Contudo, o contato com o feminismo internacional, a ação de exiladas, bem como as reformas na educação que ampliaram o acesso das mulheres ao ensino superior e ao mercado de trabalho, converteram-se em um terreno fértil para amplificar a voz de insatisfação das feministas.

<sup>60</sup>Embora a autora classifique dessa forma, ela sublinha que podem haver periódicos que foram produzidos em determinada época, mas que dispõem de elementos que fazem parte da outra geração.

<sup>61</sup>Constância Lima Duarte (2016) realiza um adendo pertinente à colocação de Elizabeth Cardoso (2004). A autora afirma que essa imprensa existe desde o século XIX. Portanto, não é um fenômeno que começa a vigorar somente a partir das últimas décadas do século XX.

políticas das organizações feministas, visando promover a gradativa inclusão na agenda pública e na arena discursiva de determinadas demandas simbólicas e materiais. Como efeito, acabam por possibilitar mais uma forma de intervenção que contribui para mobilização e visibilização do movimento feminista.

Ainda sobre essa imprensa feminista, vale ressaltar que, por vezes, algumas características da própria imprensa feminina se mantêm em sua prática. Como exemplo, podemos citar a utilização de uma linguagem coloquial, a abordagem de temáticas conhecidas, tais como moda, comportamento e sexualidade (BITTELBRUN, 2017) e o caráter didático dos conteúdos veiculados<sup>62</sup>. Porém, há uma diferença no tratamento das leitoras, como nos mostra Rosalina Leite (2003) em sua investigação a respeito do jornal *Nós Mulheres*:

Já o editorial do número 1 do jornal *Nós Mulheres*, publicado em 1976, cujo título é “Quem somos?”, inova principalmente na linguagem, quando utiliza a primeira pessoa do plural – o “Nós” do título –, que rompe com o tratamento dado às mulheres pela imprensa feminina tradicional, em que um editor impessoal e assexuado dita regras e ‘aconselha’ uma leitora chamada de “você, mulher”. Nesse editorial a linguagem usada é pessoal, afetiva, e revela intimidade. Além disso, a sua leitura permite vislumbrar que o jornal é feito por um coletivo de mulheres com vivências comuns, ou melhor, feministas comprometidas com o que escrevem (LEITE, 2003, p. 239).

Nesse sentido, podemos apreender que há o deslocamento de um sentido que inclui a noção dessa imprensa ser feita por e para mulheres, viabilizando o compartilhamento de experiências. Na revista aqui estudada, *AzMina* oscila entre a utilização do tratamento “você”, próprio das revistas femininas, mas também mobiliza o discurso que se refere a um “nós”, que por vezes se transforma em “nós, mulheres negras”, “nós, mulheres mães”, “nós, mulheres migrantes”, etc. Outrossim, no *layout* anterior do site, as colunas eram intituladas de forma correspondente às identidades de quem escrevia, como a seção “Butina” tratando sobre questões de mulheres lésbicas e “Fala Preta” sobre mulheres negras. Diante disso, compreendemos que há uma série de recursos, tais como o emprego da primeira pessoa do plural, que o veículo aciona como modo de produzir identificações com o público que o lê.

Por fim, pontuo o que parece se manter como problemática desde o início dessa imprensa até os dias de hoje, inclusive replicada em *AzMina*, que é a dificuldade de sobrevivência dos veículos feministas. A forma artesanal com que muitas vezes são elaboradas

---

<sup>62</sup>Ana Beatriz Silva (2017b) analisa que há produção de dois deslocamentos no aspecto pedagógico de *AzMina*. O primeiro é orientado a uma busca, ainda que superficial, por uma educação política para o pensamento feminista. Já o segundo, trata da reformulação do “correio sentimental”, não sendo mais a especialista uma autoridade em determinado assunto, mas sim uma conselheira feminista, a qual garante que os conselhos sejam empoderados e não reforcem estereótipos de gênero.

essas mídias, com poucos recursos e falta de patrocínio (WOITOWICZ, 2010; BUITONI, 1986) são alguns desses enfrentamentos. Uma das diretoras da revista, Helena Bertho, em diálogo sobre a busca por financiamento, declara que “hoje em dia a gente quase faz mais isso do que jornalismo” (SANTOS, 2020, p. 170). Apesar das possíveis discussões que podem ser suscitadas acerca desse tema, considero necessário o confronto a essa questão, a fim de que haja oportunidade de circulação de perspectivas de gênero alternativas dentro dos espaços midiáticos.

### 2.2.1 Ciberfeminismo

Após viabilizar um panorama geral sobre a imprensa feminina e a feminista, apreendendo que *AzMina* carrega elementos dessas duas imprensas, podemos compreendê-la também como uma mídia que executa uma prática ciberfeminista. Isso porque ela é um veículo nativo digital que produz conteúdos voltados à disseminação da perspectiva de gênero e feminista nas redes online. Em razão disso, avalio que seja pertinente traçar algumas linhas a respeito do assunto.

Início a explanação pelo entendimento que a internet pode ser assimilada sob diversas óticas, dentre elas: um cenário para ação política (ZAFRA, 2011), uma maneira de reapropriação cidadã da comunicação (BURCH, 2009), um local plural para circulação e promoção de participação coletiva e uma forma alternativa de sociabilização (WOITOWICZ, 2010)<sup>63</sup>. Em função de propiciar essas potencialidades, Remedios Zafra (2011) atualiza o conceito de “quarto próprio” de Virgínia Woolf para refletir sobre um quarto próprio conectado à internet. Esse quarto próprio online constituiria um espaço público para experimentação e criação de identidades na internet<sup>64</sup>. Assim, as mulheres poderiam usufruir de uma potência criativa para se organizarem politicamente por meio de conexões online.

Todavia, é válido sublinhar que não só os movimentos de mulheres encontraram jeitos alternativos de se estruturarem no meio digital. Com a internet, foi aberto um caminho para que

---

<sup>63</sup>Há também pontos negativos sobre a internet, como as exclusões causadas pelos algoritmos, as polarizações e as organizações hierárquicas que podem aniquilar certas possibilidades democráticas (SANTOS, 2020). Além disso, Kelly Prudencio (2006) argumenta que a internet é um espaço em que todas as pessoas podem falar, mas nem todas são ouvidas. Assim, embora haja potencialidades, é importante ter consciência que não existem apenas aspectos benéficos na rede online.

<sup>64</sup>Carolina Ferreira (2015) e Remedios Zafra (2011) atualizam essa noção de quarto próprio percebendo que as condições para autonomia feminina mudaram. Isso ocasiona na ideia que a estratégia de utilização do próprio quarto não é unânime a todas, uma vez que existem fatores de intersecção tais como os marcadores sociais da diferença.

os movimentos sociais, em geral, explorassem a web como possível aliada para mobilização e ação. Isso porque nela são ofertadas outras maneiras de articulação em rede. Ainda que a tecnologia não determine os movimentos sociais, “[...] as redes da internet e de telefonia celular não são apenas ferramentas, mas formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para a autonomia política” (CASTELLS, 2013, p. 66). Assim, houve uma contribuição para refletir sobre novos modos de organização e deliberação autônoma. Nos termos de Kelly Prudencio (2006):

[...] não é a Internet que cria um provável “movimento social transnacional”, como sugerem algumas avaliações. Mas o suporte tecnológico agiliza os contatos e acelera a entrada de temas na agenda de discussão pública e o processo de tomada de decisões em relação a eles, ainda que num nível simbólico-discursivo. Pois, na medida em que os atores em rede organizam a informação, atribuindo-lhe um significado diferente do estabelecido, eles mantêm a capacidade de produzir (ou anunciar) mudanças na sociedade (PRUDENCIO, 2006, p. 132).

A partir dessas possibilidades, diversas organizações políticas contemporâneas, a exemplo do *Occupy Wall Street* e da maioria dos levantes árabes na Primavera Árabe, foram gestadas pela internet<sup>65</sup>. Esses movimentos se formaram por meio das redes sociais digitais, assim constituindo preliminares teias de união. Depois, se espalharam por difusão viral, de forma horizontal e autônoma pela partilha de experiências e indignação política. Foi dessa mesma forma que ocorreu no Brasil, a partir de 2011, um período de agregação do campo discursivo de ação feminista na internet. Tal movimentação culminou em 2015 na Primavera das Mulheres (MARTINEZ, 2019)<sup>66</sup>.

Contudo, destaca-se que a utilização das redes por movimentos organizados não começou na segunda década do século XXI. Ela vem desde antes, se focarmos na trajetória do movimento feminista. Mesmo enfrentando obstáculos como a brecha de gênero<sup>67</sup> - a qual se

<sup>65</sup>Segundo Castells (2013), esses movimentos apresentam algumas características comuns, a saber: conexão em rede de múltiplas formas; simultaneamente locais e globais; espontâneos em sua origem - geralmente desencadeados por indignações; virais; sem liderança formal; raramente programáticos; e voltados às mudanças de valores na sociedade pela cultura da autonomia.

<sup>66</sup>Desde 2011, tivemos uma série de movimentos no Brasil, como a Marcha das Vadias, o Ele Não e o Mexeu com Uma, Mexeu com Todas, os quais começaram e se disseminaram pelas redes sociais digitais. Também, houveram campanhas cibernéticas, como a *#MeuPrimeiroAssédio*, *#MeuAmigoSecreto*, *#AgoraÉQueSãoElas*, *#EuNãoMereçoSerEstuprada*, Chega de FiuFiu e Vamos Juntas?. O ano de 2015 foi considerado o ano do feminismo na internet segundo o *Think Olga*, já que ocorreu, em conjunto com a Primavera Secundarista no Brasil (encabeçada por jovens mulheres), a Primavera das Mulheres, que foi a tomada das ruas relacionada à insatisfação sobre as pautas conservadoras do Congresso Nacional.

<sup>67</sup>Ainda que essa brecha de gênero tenha diminuído nos últimos anos, as mulheres ainda participam pouco da esfera de decisão sobre infraestrutura física e lógica das redes sociais digitais. Em razão disso, Graciela Natansohn (2013) pondera que não basta só ter a possibilidade de acesso. É preciso ser feito o questionamento acerca da cultura tecnológica resistente às mulheres.

refere ao *habitus* tecnológico binário e hierárquico que propicia a falta de alfabetização, uso, capacitação e apropriação da ciência e da tecnologia pelas mulheres (BENÍTEZ-EYZAGUIRRE, 2019; FERREIRA, 2015) –, o feminismo aliado à internet surgiu na década de 1980 (DUTRA, 2018), de forma a questionar a tecnofobia do feminismo tradicional (MIGUEL; BOIX, 2013). Porém, é a partir dos anos 2000 que houve maior aproveitamento da rede e de seu caráter criativo, político, autônomo e coletivo. Tal movimento aconteceu neste século em razão da disseminação da internet ter efetivamente ocorrido em diversos países somente nessa altura.

A partir disso, a internet tornou-se também um local para tradução de termos, ideias e lutas feministas, para formação de redes de ativismo online e offline (FERREIRA, 2015) e para discussão sobre o próprio campo do feminismo e suas vertentes (MARTINEZ, 2019)<sup>68</sup>. A espanhola Lucía Benítez-Eyzaguirre (2019) utiliza, inclusive, o termo “internet feminista”, o qual se refere àquela que se ocupa de outras lógicas, incluindo novos pontos de vista e dispendo de outra ordem de prioridades. Ademais, a proposta dessa internet feminista é não apenas incorporar as mulheres às tecnologias existentes, mas torná-las plurais a todas, independente dos marcadores sociais existentes (MAFFIA, 2013).

Nesse cenário que contempla a internet como um espaço de disputa a ser ocupado pelo feminismo, surgem práticas ativistas em redes digitais. Esse movimento é chamado de ciberfeminismo. Embora não haja consenso sobre o termo, é considerado um fenômeno estético, político e comunicacional que questiona as desigualdades de gênero por meio das relações estabelecidas entre mulheres, ciência, tecnologia e cultura eletrônica (MARTINEZ, 2019; FERREIRA, 2015).

Desde a arte, o humor e a ironia, as ciberfeministas buscam a desconstrução de arquétipos e da representação do corpo feminino pelo uso subversivo dos dispositivos digitais (MIGUEL; BOIX, 2013; DUTRA, 2018). Também, trabalham pela inserção de mulheres em profissões da área da tecnologia, além de ocupar as redes para estabelecer comunicações entre mulheres (LEMOS, 2009). O intuito é construir outras ordens e discursos por meio da tecnologia, negociando novas possibilidades de subjetividades. Assim, apostam no potencial transformador

---

<sup>68</sup>Fabiana Martínez (2019) afirma que, a partir de 2015, a internet para o feminismo começou a ocupar papel semelhante aos dos grupos de consciência da década de 1970, consolidando esse espaço como de trocas e identificações. Assim, tornou-se um *locus* de ação e reflexão de grupos feministas para construir uma nova epistemologia do conhecimento feminista, a qual não esteja mais pautada pela cisão de categorias estanques como o feminismo acadêmico e o pragmático militante.

do cruzamento entre feminismo, tecnologia e internet, a fim de que haja mudança social e criação de um espaço público, político e social próprio (BENÍTEZ-EYZAGUIRRE, 2019).

O movimento ciberfeminista, fragmentado, múltiplo e desterritorializado, teve sua origem nas redes eletrônicas anteriores à WWW, como a BBS e as intranets universitárias dos anos 1990. Os primeiros grupos foram o VNS Matrix e o Old Boys Network (OBN), fundados na Austrália e na Alemanha, respectivamente<sup>69</sup>. Também, teve sua germinação a partir das investigações de teóricas que estudavam a linguagem em sua relação com o corpo, a subjetividade e a tecnologia, propondo uma crítica ao sujeito autônomo e centrado do projeto moderno (LEMOS, 2009). Um exemplo dessas pesquisas é o *Manifesto Ciborgue*, de Donna Haraway (2009). No texto, a autora buscou desenvolver uma perspectiva epistemológica diante da urgência de delinear uma política feminista dirigida à ciência e à tecnologia<sup>70</sup>.

De acordo com o estadunidense Alex Galloway (1997 *apud* MIGUEL; BOIX, 2013)<sup>71</sup>, o ciberfeminismo apresenta duas tendências: radical e conservadora. A radical foi mobilizada pelas intervenções com táticas de guerrilha de vanguarda de grupos como a VNS Matrix, enquanto a conservadora estaria situada na prática da OBN, articulando as primeiras conferências ciberfeministas do mundo. As espanholas Ana Miguel e Montserrat Boix (2013) adicionam uma terceira tendência, que seria a social. Ela diz respeito ao uso estratégico das redes, reivindicando a comunicação como direito humano básico e elemento fundamental para mudança social.

Partindo dessa tendência social do movimento, podemos compreendê-la como uma semente para o engendramento de práticas online de jornalismo com perspectiva de gênero, tal como *AzMina*. Desse modo, a criação de espaços próprios de comunicação e jornalismo na rede

---

<sup>69</sup>O ciberfeminismo não teve tanta expressão no Brasil em seu início, apenas contando com a atuação de grupos isolados e ONGs que tentavam inserir as mulheres no debate sobre feminismo e tecnologia. Isso aconteceu uma vez que o movimento apresentava características etnocêntricas por não incorporar mulheres de outras partes do mundo que tinham dificuldades de acesso às tecnologias, à educação formal ou à língua inglesa (BINDER, 2019). Desse modo, o ciberfeminismo só começou a ter maior expansão na América Latina, e no Brasil, em específico, a partir dos anos 2000.

<sup>70</sup>No *Manifesto Ciborgue*, Donna Haraway (2009) promove uma tensão entre os dualismos hierárquicos como mente e corpo, animal e humana, organismo e máquina, natureza e cultura, primitivo e civilizado, etc. Por meio da ideia de criação do ciborgue, um organismo cibernético híbrido entre máquina e organismo, “criatura de um mundo pós-gênero” (HARAWAY, 2009, p. 38), argumenta sobre a existência de identidades permanentemente parciais, recusando qualquer totalidade e matriz identitária natural. Assim, a autora advoga para que as tecnologias da comunicação funcionem como ferramentas de remodelamento dos corpos e proposição de novas relações sociais. Com isso, pretende buscar uma outra representação que se dê em um mundo sem gênero, adotando uma perspectiva que vai ao encontro das desconstruções de gênero e da valorização das subjetividades fluidas.

<sup>71</sup>GALLOWAY, Alex. **Un informe sobre ciberfeminismo**: Sadie Plant y VNS Matrix - análisis comparativo. 1997. Disponível em: <<https://www.mujaresenred.net/spip.php?article1531>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

digital tem se tornado uma nova forma de ação política para o ciberfeminismo e para o movimento feminista, como um todo.

### 2.3 REVISTA AZMINA

O contexto de surgimento da *Revista AzMina* está atrelado às discussões no campo político e social que tomaram o Brasil a partir de 2010. Apesar de não ser habitual falarmos objetivamente em marcos temporais relacionados a processos sociais, Graciela Natansohn e Josemira Reis (2017) apontam o ano de 2015 como emblemático para mobilização nacional de mulheres em rede, no qual diversas iniciativas surgiram e se consolidaram pela internet.

A partir disso, tivemos a criação e proliferação de mídias as quais buscam discutir o feminismo e as questões de gênero como pautas centrais. Segundo o mapeamento do jornalismo independente realizado pela Agência Pública (s.d.), existem 17 iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero e/ou feminista em atuação no Brasil. Porém, pesquisando a respeito, pude apreender que algumas que constam no levantamento foram descontinuadas: *Frida Diria*, *Las Abuelitas*, *Ovelha Mag* e *Revista Geni*. Portanto, temos em funcionamento atualmente: *AzMina*, *Blogueiras Negras*, *Catarinas*, *Cientista que virou mãe*, *Geledés*, *Gênero e Número*, *Lado M*, *Mães de Peito*, *Mulher no Cinema*, *Nós*, *Mulheres da Periferia*, *Revista Capitolina*, *Think Olga* e *Revista DR*. Somados a essas, encontrei outros veículos: *Agência Diadorim*, *Blogueiras Feministas*, *Heresia Lésbica*, *Não me Kahlo*, *QG Feminista*, *Revista Brejeiras* e *Revista Empodere*. Logo, foram localizadas 20 iniciativas em atividade no presente momento.

Esses veículos jornalísticos com perspectiva de gênero - com exceção da *Revista Brejeiras* e da *Revista Empodere* que dispõem de versões impressas -, atuam por meio do online. Acerca disso, vale ressaltar o evidente: nem todas as pessoas estão conectadas à internet. A pesquisa TIC Domicílios de 2019 aponta que 20 milhões de domicílios brasileiros não possuem acesso à internet, o que corresponde a 28% do percentual total - ainda que tenha havido um acréscimo de 11 milhões de domicílios conectados à rede entre 2017 e 2019. A CETIC (2020) destaca que a grande diferença se deve a classe social, já que 13 milhões de domicílios das classes DE não tinham acesso à internet em 2019. Ou seja, uma a cada quatro brasileiras não utiliza internet, sendo 47 milhões de não usuárias (26%). Dessas, 40 milhões não concluíram o ensino fundamental e quase todas, 45 milhões, pertencem às classes C e DE<sup>72</sup>. O

---

<sup>72</sup>Entre esses dados, também se encontra que somente 56% das pessoas entrevistadas leram jornais, revistas ou notícias pela internet. Entre outras atividades desempenhadas, 76% usavam redes sociais, 73% conversavam por

uso da internet exclusivamente pelo celular também traz menos oportunidade de aproveitamento, já que diversos planos de operadoras brasileiras restringem o acesso à internet a determinados aplicativos, como o *Whatsapp*. Portanto, embora haja diversas iniciativas com perspectiva de gênero, elas alcançam uma limitada parcela de indivíduos, uma vez que muitas pessoas não dispõem da possibilidade de conexão online.

Dito isso, podemos abordar características dessas iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero. A maioria delas publica majoritariamente artigos opinativos, entrevistas e perfis. Essa abordagem gera a indagação feita por Myrian del Vecchio-Lima e Humberto Souza (2017) sobre a efetividade de contraste desses veículos com os hegemônicos:

[...] o corpus que se coloca como alternativa ao que é apontado falho nos produtos informativos do jornalismo hegemônico, produz, no entanto matérias mais opinativas. Esta “contradição” sugere duas reflexões necessárias: a primeira, sobre uma nova configuração do jornalismo alternativo online pautado mais por produtos opinativos que informativos; depois, o quanto estas iniciativas alternativas realmente podem superar os pontos falhos do jornalismo hegemônico (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017, p. 144).

Partindo desse questionamento, optei pela análise da *Revista AzMina*, veículo de jornalismo investigativo considerado dos mais potentes em relação à luta feminista na atualidade (SOUZA; ZUCOLO, 2018). Na revista, são veiculados artigos de opinião, crônicas, perfis, entrevistas, mas também reportagens, as quais foram escolhidas como *corpus* desta pesquisa. Ademais, é válido pontuar que em diversas investigações que utilizam *AzMina* como objeto empírico são ressaltadas suas características jornalísticas, a exemplo da veiculação de fatos (CABRAL, 2017), produção de um *ethos* de credibilidade (SOUZA, 2019), expediente profissional contando com redatoras, diretoras de redação, repórteres e editoras, e investimento em gêneros diversos (BUITONI; LOPES, 2018). Dessa forma, *AzMina* representa “um novo modelo de imprensa feminista que não mais persuade por artigos exaltados, emocionados ou raivosos. Um novo tom de discurso para um debate que se tornou mais complexo e que ocorre em ambientes mais difusos e cotidianos” (CABRAL, 2017, p. 13).

Com base no exposto, podemos questionar sobre como surgiu essa proposta de jornalismo da *AzMina*. Dulcília Buitoni e Martha Lopes (2018) e Karla Alves (2017) inferem

---

chamada de voz ou vídeo, 74% assistiam vídeo e 72% ouviam música. Ou seja, a leitura dos meios de comunicação é feita apenas por quase metade da população geral, com esse número permanecendo estável ao longo do tempo. Entre as que se informam pela internet, 83% são usuários com ensino superior, contra 36% que possuem apenas o ensino fundamental. Ademais, o percentual é maior entre pessoas brancas (63%). Por meio dessas estatísticas, percebemos que o acesso à informação na internet mostra-se como uma outra face da desigualdade brasileira (CETIC, 2020).



que o site estadunidense *Bitch Media* foi inspiração para criação da revista brasileira. Inclusive, a fundadora e ex-diretora Nana Queiroz relata que o nome originalmente escolhido para o veículo era “Biscate”. Todavia, não houve boa aceitação, já que se pretendia a todas as mulheres e não somente as feministas. Assim, optaram por trazer a forma coloquial e transgressora de nomear “as meninas”, remetendo a uma oralidade e rompimento com a norma ortográfica (REDAÇÃO, 2015). Também, a expressão “mina” buscou ir ao encontro de uma interlocução com a cultura urbana, racializada e economicamente vulnerável (BECHLER, 2017). Com isso, a proposição era justamente abarcar e dialogar com leitoras “de A a Z”, aludindo às noções de diversidade e interseccionalidade mobilizadas pelo veículo.

Para viabilização do novo magazine, Nana Queiroz, que na época de lançamento entrava em contato com veículos de comunicação para divulgação da revista, em uma das entrevistas concedidas mencionou que foram seis meses de reuniões até levantar os fundos necessários via *crowdfunding* para alcançar a meta de 50 mil reais a fim de que o site fosse ao ar (O GLOBO, 2015). Logo, *AzMina* foi publicada pela primeira vez no dia primeiro de setembro de 2015.

A revista faz parte do Instituto AzMina, uma organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, levando em conta as especificidades de raça, classe e orientação sexual. O instituto abarca diferentes frentes de atuação nas áreas de jornalismo, tecnologia, palestras, campanhas e consultorias. Sob sua responsabilidade, estão a produção de uma revista digital (*Revista AzMina*), de um aplicativo de enfrentamento à violência doméstica (PenhaS<sup>73</sup>) e de uma plataforma de monitoramento legislativo dos direitos femininos (Elas no Congresso<sup>74</sup>).

Além do aplicativo e da plataforma, entre os projetos realizados pelo Instituto estão: parcerias com jornais, revistas e portais do Brasil, além de empresas como a Uber, OGX e o *podcast* Mamilos para produção de conteúdo; publicação do livro “Você já é feminista: abra este livro e descubra o porquê”; desenvolvimento do projeto MonitorA, o qual monitorou o discurso de ódio proferido pelas redes sociais contra candidatas nas eleições de 2020; criação da assistente virtual Maia, que é um *chatbot* que auxilia meninas que estão em relacionamentos abusivos; e campanhas virtuais a exemplo da *#MachismoNãoÉBrincadeira*, da

---

<sup>73</sup>PenhaS é um aplicativo que dispõe de informações e um mapa com serviços públicos para atender vítimas de violência no Brasil. Há funções de acolhimento, diálogos anônimos e ferramentas para produção de provas e pedidos de ajuda. Disponível em: <<https://azmina.com.br/projetos/penhas/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>74</sup>Elas no Congresso é um site interativo que acompanha a atuação de deputadas federais e senadoras com relação às propostas desenvolvidas no âmbito dos direitos das mulheres, de forma a produzir um ranqueamento sobre o engajamento das parlamentares e informações acerca de projetos de lei. Disponível em: <<https://www.elasnocongresso.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

#PrecisamosFalarsobreAborto, da #MaisQue70 (sobre desigualdade salarial), da #SejaALiderQueTeRepresenta (sobre machismo na política) e da #VamosMudarOsNúmeros (sobre os números da desigualdade de gênero que foram estampados nas camisetas dos jogadores do Cruzeiro), como também pelo fim da Globoleza e por um Carnaval sem Assédio.

Tais iniciativas já angariaram diversas premiações como o Troféu Mulher Imprensa 2020, em que a diretora Carolina Oms venceu na categoria “Jornalista Empreendedora”; o Prêmio Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados em 2020 na categoria “Inovação” pelo Elas no Congresso; o Prêmio Geração Glamour em 2018 na categoria “Agitadoras digitais” pelas campanhas de conscientização; o Troféu Mulher Imprensa como “Melhor Projeto Jornalístico” em 2017; o Leão no Festival de Cannes pelas campanhas #MaisQue70 e #VamosMudarOsNúmeros em 2017; e o Prêmio Synapsis FBH de Jornalismo pela reportagem “O Mito do Aborto Legal”<sup>75</sup> em 2016. Essas premiações levaram Nana Queiroz (2017c, n.p.) a afirmar, em entrevista ao *Projeto Draft*, que *AzMina* era “a maior revista de feminismo pra mulheres adultas do nosso país”, uma vez que o veículo só crescia mesmo com a crise contemporânea enfrentada pelo jornalismo. Ela assinala que esse crescimento não se deu pelo alcance da estabilidade financeira, mas pelo reconhecimento recebido e pelo engajamento acima da média se comparado a páginas similares.

De fato, podemos perceber que os números totais contribuem para refletir sobre esse amplo envolvimento citado por Nana Queiroz<sup>76</sup>. Os dados do último relatório de prestação de contas publicado no site, referente ao ano de 2020, ilustram essa discussão. Segundo as informações veiculadas (AZMINA, 2020), *AzMina* recebeu mais de 1,1 milhão de acessos no ano de 2020, contando com 10 mil assinantes na *newsletter* e 450 apoiadoras mensais contribuindo financeiramente. Se observamos as redes sociais, os valores elevados se mantêm: na página da revista no *Facebook*, há aproximadamente 130,7 mil curtidas, enquanto no *Instagram* há 90,6 mil seguidoras e no *Twitter* são 24,6 mil. No canal do *Youtube*<sup>77</sup> somam-se 22,3 mil inscritas.

---

<sup>75</sup>Eugenia Cabral (2017) afirma que a reportagem foi elaborada a partir de Bolsas de Reportagem financiadas pela Fundação Ford. Essa produção foi gratificada em 45 mil reais. Isso permitiu que outras reportagens posteriores a ela fossem custeadas com parte do valor do prêmio.

<sup>76</sup>Ressalto que esses números totais, especialmente sobre seguidoras nas redes sociais, não querem dizer automaticamente que há alto índice de engajamento das leitoras com a publicação. Para afirmar com precisão, seria preciso acompanhar as interações nas páginas, como as curtidas, comentários e compartilhamentos, algo que não está previsto nesta pesquisa. Vale referir que o estudo de Letícia Ávila Santos (2020) avalia que há pouca interação nas redes sociais da revista.

<sup>77</sup>No canal do *Youtube* de *AzMina* há vídeos de entrevistas, vídeos desenhados, mini vídeos que acompanham as reportagens do site e *lives* de debates e palestras. Também, há diversas *playlists* sobre as campanhas feitas pela *AzMina*, inclusive com parcerias externas, a exemplo do Café com *AzMina* que foi idealizado junto com a Uber.

E quem são as pessoas que estão por trás desses números? A ex-diretora Nana Queiroz (DUARTE; SCONETTO; AGNEZ, 2017) e a atual diretora Helena Bertho (SANTOS, 2020) relatam que o público que acompanha *AzMina* é majoritariamente formado por mulheres jovens entre 18 e 35 anos (ainda que exista uma parcela entre 35 e 50 anos), moradoras da região Sudeste do Brasil. Ainda não há estudos feitos pela própria publicação ou por acadêmicas sobre essas leitoras, de forma a elucidar, por exemplo, se são mulheres que se consideram feministas assim como o veículo. Entretanto, as jornalistas indicam que há um esforço da revista em dialogar com todas as mulheres, não apenas com as que se identificam com a identidade feminista, como explicita Helena Bertho:

A gente gostaria de falar com todas as mulheres, independente delas se considerarem feministas, principalmente as mulheres que sofrem violência de gênero, de alguma forma, e a gente direciona muito nosso conteúdo, faz um esforço... Tem pautas que a gente publica que tem gente que olha e fala “mano, que século é hoje?” sabe... Que é um conteúdo muito simples, pra atrair as pessoas que pensam diferente e tal. Quem ainda acha que não é feminista, mas por acaso apanha do marido, vamos tentar trazer essa pessoa pra cá. Esse é o sonho, que a gente gostaria de fazer, que tem se esforçado pra fazer, principalmente depois das eleições. [...]. Então, a gente tem feito reportagens bem “O que é violência doméstica? O que é relacionamento abusivo?” coisas bem simples, mas que são relevantes. E isso tem trazido um público novo, a gente percebe muito pelos acessos, pelos e-mails, mensagens que chegam, principalmente sobre aborto, porque a gente fala muito de aborto, com uma pesquisa mostrou que toda mulher aborta, né. Então, elas chegam até a gente pelo Google, por “como abortar” [...] (SANTOS, 2020, p. 172).

Diante disso, podemos perceber que há um esforço em romper com o nicho no qual o jornalismo com perspectiva de gênero estaria restrito, buscando tornar as discussões de gênero acessíveis a todas as leitoras. Inclusive, as reportagens sobre aborto mencionadas por Helena Bertho, em particular a intitulada “Como é feito um aborto seguro?”, foi alvo de ataques e denúncia em massa endossados pela atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, realizada no mês de setembro de 2019 (ZAREMBA, 2019), as jornalistas de *AzMina* relataram que tiveram suas fotos, endereços e dados divulgados nas redes por apoiadores do governo e por pessoas contrárias ao aborto legal. Isso gerou uma série de avaliações negativas na página da revista no *Facebook*, acompanhadas de diversos xingamentos depreciativos como “feminazis”, “assassinas”, “criminosas”, “canalhas”, etc. Tais ações reforçam a necessidade de haver espaços que suscitem esses debates, já que, como declara Bertho, muitas mulheres chegam até elas por meio da procura de assuntos como o aborto. Também, demonstra os obstáculos que as questões de gênero encontram para

serem estabelecidas no cenário de discussão pública nacional, justificando a fundamental existência de *AzMina*<sup>78</sup>.

São nesses enfrentamentos que *AzMina* empenha-se em produzir “informação de impacto, trazendo pluralidade de vozes e histórias para a rotina das mulheres” (AZMINA, s.d.), indo de encontro aos estereótipos de gênero que até então eram pauta das revistas femininas tradicionais. Vale ressaltar que essa proposta não coloca em conflito o fazer jornalístico com o ativismo das jornalistas, as quais se assumem como feministas. Pelo contrário: segundo Helena Bertho (SANTOS, 2020), evidenciar essa postura e identidade as diferencia de outros veículos, já que há um posicionamento ativo e não neutro que se apresenta desde a escolha de palavras, passando pela política de republicação dos conteúdos<sup>79</sup> até chegar à composição da equipe, com apenas mulheres fazendo parte das diferentes etapas de direção, produção e publicação da revista.

Essa equipe feminina é constituída atualmente por 23 mulheres, a saber: direção de Carolina Oms, Helena Bertho e Thais Folego; equipe geral (redação, arte, captação e análise de recursos) por Aymê Brito, Bárbara Libório, Bárbara Miranda, Marília Moreira, Nazura Santos, Rayana Burgos, Thais Nogueira e Verena Paranhos; colunistas são Agnes Arruda, Amanda Célio, Bruna Escalera, Carla Elisio, Cristiane Guterres, Flay Alves, Júlia de Miranda, Leandra Migotto Certeza, Luisa Toller, Rebecca Souza e Viviana Santiago; e há presença de uma voluntária, Marília Taufic.

Acerca do local de moradia da equipe, entre as diretoras, todas moram em São Paulo. Das oito profissionais que fazem parte da equipe geral, cinco vivem em São Paulo, duas na Bahia e uma em Pernambuco. A voluntária também mora em São Paulo. Entre as onze colunistas, oito moram no eixo Rio-São Paulo, uma em Goiás, uma na Bahia e uma na região Norte (estado não identificado). Isso demonstra que embora haja um esforço em promover uma cobertura e diálogo com mulheres de todo Brasil, elas ainda concentram sua produção principal no eixo Rio-São Paulo (73,9% do total). Já sobre o aspecto raça/etnia, há uma mulher que se autodenomina cigana e oito mulheres que se autodeclaram negras, sendo uma delas pertencente

<sup>78</sup>Em entrevista, Nana Queiroz (2017c, n.p.) pontua: “meu sonho é que a Revista *AzMina* não precise mais existir. Isso porque todo jornalismo do Brasil e do mundo deveria ser feminista”.

<sup>79</sup>Todos os textos de *AzMina* são disponibilizados para republicação, estando livres de direitos autorais. Apenas é reiterado que na republicação devem constar o nome da *Revista AzMina* e da autora em destaque, com *link* para o texto original no site. Também, os títulos e intertítulos podem ser alterados, mas o conteúdo não deve ser modificado, reduzido, cortado ou retirado do contexto inicial.

à equipe diretiva (esse número soma o percentual de 39,1% de mulheres autodeclaradas não brancas)<sup>80</sup>.

Sobre a dinâmica de funcionamento da revista, ela teve seu design reformulado em cinco de outubro de 2020<sup>81</sup>, mantendo o mesmo padrão de cores e proposta visual. Porém, as editorias sofreram modificações significativas. Anteriormente, levavam nomes que produziam ironia às editorias tradicionais das revistas femininas, como “Mãezinha, vírgula” acerca da maternidade e “Butina” sobre mulheres lésbicas. Atualmente, ganharam contornos mais genéricos, e as colunas são intituladas pelo nome da colunista. Podemos ver essas mudanças nas figuras abaixo:

Figura 3 – Sessões de reportagens e editorias anteriores à mudança no site



Fonte: *AzMina* (2020).

<sup>80</sup>O levantamento do local de moradia foi realizado por meio das minibiografias disponíveis no próprio site da *AzMina* e pelos perfis no *LinkedIn*. A pesquisa sobre cor/etnia se deu pelos mesmos meios, com adição da investigação de declarações públicas em entrevistas, reportagens ou redes sociais.

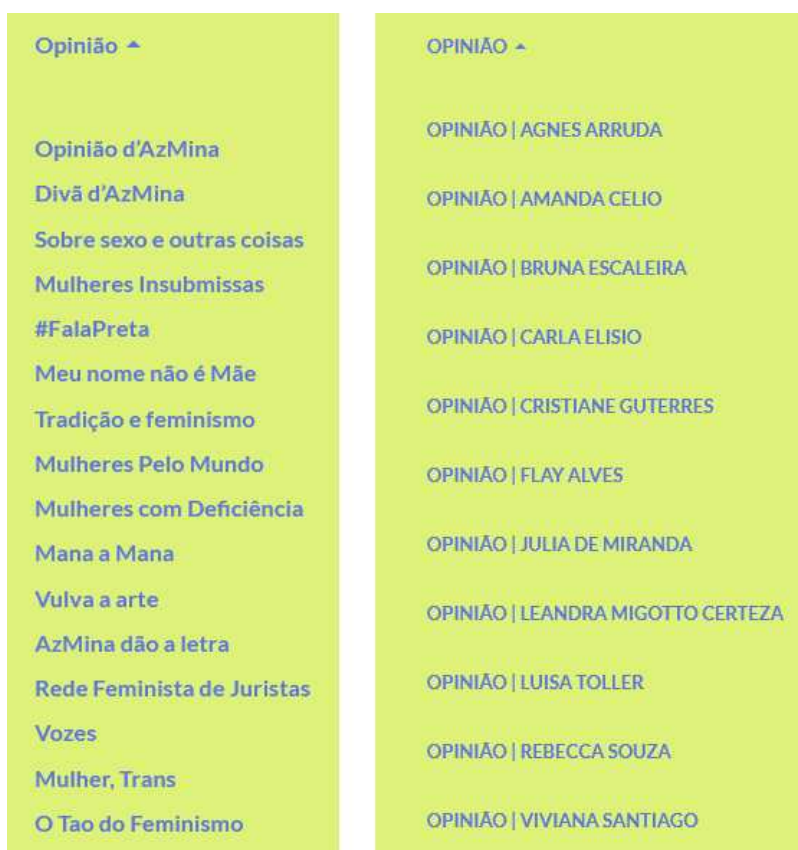
<sup>81</sup>Atualmente, o site encontra-se com a seguinte formulação: no canto esquerdo superior existem *links* para o Instituto *AzMina*, Quem Somos, Transparência, PenhaS, Elas no Congresso e Mapa das Delegacias. Também há um *link* no canto superior direito para o Apoio, uma página no Catarse com meta de arrecadação mensal de 20 mil reais, com doação mínima de 15 reais. Abaixo há as editorias e ícones para as páginas no *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Youtube*. Também há uma barra de busca interna ao site. Mais abaixo, há uma caixa para inserir o e-mail para envio da *newsletter*. Nas reportagens, não há espaço para comentários, apenas para compartilhamento dos conteúdos. Aparecem ao lado das reportagens e seções uma coluna intitulada “Últimas”, com as últimas notícias publicadas no site. Embaixo há “Opinião”, que segue a mesma dinâmica, e, por último, há um *card* com o número da *AzMina* no *Whatsapp*, para receber informações em primeira mão diretamente pelo celular.

Figura 4 – Editorias em vigência atualmente no site



Fonte: *AzMina* (2021).

Figura 5 - Colunas de opinião antes (esquerda) e depois (direita) da mudança no site



Fonte: *AzMina* (2020/2021).

Partindo do exposto, em vigência no momento estão as editorias de “Política”, “Violência”, “Saúde”, “Feminismos”, e “Mais”, a qual contempla as subseções: “Comportamento”, “Cultura”, “Dinheiro”, “Esporte” e “Maternidade”; “Opinião”, a qual

dispõe das colunas de Agnes Arruda (gordofobia), Amanda Célio (esporte), Bruna Escaleira (literatura feita por mulheres), Carla Elisio (prostituição), Cristiane Guterres (diversos, especialmente maternidade, negritude e raça), Flay Alves (diversos, especialmente migração, xenofobia, negritude e raça) Julia de Miranda (negritude e raça), Leandra Migotto Certeza (mulheres com deficiência), Luisa Toller (cinema, teatro, exposições e livros), Rebecca Souza (diversos, especialmente etnia cigana e maternidade) e Viviana Santiago (diversos, especialmente educação sexual, juventude, negritude e raça); por último, há a editoria “Divã D’AzMina”.

Diante dessa configuração, podemos perceber que *AzMina* aborda uma ampla diversidade de assuntos, incorporando a ideia de transversalidade temática no que tange as questões de gênero. Sobre as pautas desenvolvidas pela revista, Nana Queiroz (DUARTE; SCONETTO; AGNEZ, 2017) assinala que elas podem surgir a partir de sugestões das próprias assinantes nas reuniões e conselhos editoriais – a qual uma dessas formas consiste em um grupo privado com aproximadamente 440 membras no *Facebook* intitulado “Conselho de Apoiadores da *Revista AzMina*” -, não havendo meta de quantidade diária, semanal ou mensal para publicação. Isso ocorre uma vez que os textos são elaborados quando há recurso disponível, além de ser levado em conta os tempos de produção das pautas, os quais variam de acordo com as necessidades de apuração.

Ademais, é viável apreender que a estruturação atual de editorias da revista busca propiciar uma delimitação entre os espaços informativos/interpretativos e opinativos. Embora esta pesquisa se atenha aos informativos/interpretativos, em específico às reportagens produzidas na antiga editoria intitulada “Especiais”<sup>82</sup>, vale pontuar que nas colunas de opinião e na editoria “Divã D’AzMina”<sup>83</sup>, a experiência pessoal assume valor político. Os textos publicados nesses locais procuram gerar identificação com as leitoras, afirmando: “eu estive lá”, “eu passei por isso” e “eu tenho isso a compartilhar com essa comunidade”, o que faz com que seja mobilizado o testemunho enquanto estratégia discursiva (CASADEI; MAKITA, 2019). Tal ação parece estar surtindo efeitos, uma vez que a equipe de *AzMina* já aconselhou mais de 200 mulheres que as procuraram via e-mail, além de 97% das leitoras em pesquisa feita

---

<sup>82</sup>No *layout* anterior da revista, a editoria “Especiais” reunia longas reportagens, geralmente financiadas por bolsas de reportagem. Foram veiculadas de junho de 2016 a julho de 2020, e contavam com a autoria de uma gama de colaboradoras da própria revista e algumas colaborações externas, como o *Coletivo Amapoa*, *ÉNóis* e *Mulherias*, além de parcerias com outros veículos com o *The Intercept Brasil*. Ainda que a editoria tenha sido descontinuada, as reportagens permanecem no site, atualmente disponibilizadas em diferentes seções.

<sup>83</sup>A editoria “Divã D’AzMina” publica relatos assinados ou anônimos enviados pelas leitoras por e-mail.

pelo próprio veículo afirmarem ter mudado de comportamento e/ou opinião a partir da leitura dos conteúdos da revista, segundo Nana Queiroz (DUARTE; SCONETTO; AGNEZ, 2017).

Outra questão pertinente de ser abordada é que para manter a proposta de *AzMina* em funcionamento, a qual mantém acesso gratuito aos textos, a equipe enfrenta o desafio do financiamento, corroborando com a dificuldade de sobrevivência de periódicos de concepções semelhantes desde o início do jornalismo feminista (BUITONI, 1986; WOITOWICZ, 2010). Nesse sentido, a revista frisa a transparência como um de seus valores, de modo que todas as contas são auditadas por entidades independentes e os relatórios de atividades anuais são disponibilizados no site.

No último relatório publicado, referente ao ano de 2020, as despesas totais dividiram-se entre custos da equipe (37,69%), serviços contratados (54,03%), custos operacionais (6,38%), divulgação (1,02%) e taxas bancárias, impostos e contribuições (0,88%), o que atingiu a soma de 1.260.753,98 reais. A receita total recebida foi de 1.454.313,32 reais, proveniente de diferentes investidoras<sup>84</sup>. É válido ressaltar que esse é um financiamento que se dá ano a ano, sem garantia de haver fundos para o próximo período. Para estar em atividade, *AzMina* estabelece como meta mensal o valor de 20 mil reais<sup>85</sup>. Assim, ainda que a proposta de trabalhar sem a obrigatoriedade de anunciantes possa gerar liberdade editorial, torna-se uma preocupação constante a incerteza sobre se haverá, ou não, recursos possíveis para viabilizar a continuidade do veículo.

Após uma visão geral a respeito de como funciona *AzMina*, é interessante perceber o que outros estudos estão enunciando acerca da revista. Nos últimos sete anos, ela se tornou objeto empírico de diversas pesquisas no campo da Comunicação e do Jornalismo, mas também em outras áreas como as Letras, a Literatura e a Saúde Pública. Para realizar suas análises, as

---

<sup>84</sup>Os investimentos de *AzMina* são provenientes de Leis de Incentivo à Cultural (28,88% da receita total), do Fundo Mulheres do Sul (23,76%), do Mama Cash Fundação (12,22%), do Instituto Update (9,32%), da Fundação Open Society (6%), do Instituto Galo da Manhã (3,44%), do Google News Initiative (1,84%), da Fundação de Ação Urgente (0,37%), além da doação de indivíduos (a partir de 15 reais mensais) (6,92%) e do valor recebido em serviços prestados (7,25%). Tais números demonstram que a existência de *AzMina* ainda depende de leis de incentivo à cultura e fundações parceiras, não conseguindo manter-se apenas com a doação das apoiadoras.

<sup>85</sup>A arrecadação no Catarse funciona por meio de recompensas para assinantes, com permissão para participação no conselho editorial da revista em qualquer valor doado. A partir de 15 reais, é disponibilizado um imã da *AzMina*. Com 25 reais, quem investe recebe o livro “Encarceramento em massa”, de Juliana Borges. Com 35 reais, o livro recebido é o “Você já é feminista: abra este livro e descubra o porquê”, da própria *AzMina*. Com 50 reais, a assinante ganha o livro anterior e um pôster feminista. A partir de 100 reais, recebe o livro e dispõe de presença VIP nos eventos, cursos e palestras do Instituto AzMina. Com 200 reais, são recebidos todos os benefícios anteriores mais um mega pôster. Acima de 500 reais, todas as recompensas anteriores e a oportunidade de participar dos bastidores de produção de uma reportagem.



autoras mobilizam metodologias variadas<sup>86</sup>, problemas de pesquisa plurais e *corpus* analíticos que se diferenciam em data, conteúdo selecionado e mídia escolhida.

Essas investigações buscam apreender desde aspectos mais gerais da publicação, a exemplo de como a revista configura os direitos femininos em suas reportagens (SOUZA; ZUCOLO, 2018), quais marcadores discursivos são mais utilizados (SILVA, 2018), elementos que demonstrem que *AzMina* produz conteúdo de caráter feminista (RODEMBUSCH; FRITSCH, 2017), estratégias discursivas mobilizadas (SOUZA, 2019) ou, ainda, sobre as imagens veiculadas nos textos (BITTELBRUN, 2019). Além disso, também abordam questões mais específicas, como a análise de campanhas desenvolvidas pelo veículo (BUIIONI; LOPES, 2018), a cobertura feita durante o período eleitoral (WOITOWICZ; TESSER, 2019; LUVIZOTTO; SANTOS, 2019) e as Olimpíadas (BECHLER, 2017), conteúdos relacionados a termos específicos como “empoderamento feminino” (JESUS, 2017) ou acerca de grandes temáticas tais como sororidade (MACHADO; SCHONS; MELO DOURADO, 2019), maternidade (TEIXEIRA, 2019; MAKITA, 2019) e transtornos alimentares (ALVES, 2019).

Saliento que, de maneira geral, esses estudos destacam a proposta contra hegemônica da revista, valorizando a prática jornalística de *AzMina* por romper com os estereótipos de gênero e gerar narrativas contestadoras que assumem uma parcialidade discursiva. A partir disso, há compreensão de que o veículo utiliza de um “ser feminina” para subverter e propor diferenciações por meio de proposições feministas, colocando em xeque atribuições e desigualdades de gênero (BITTELBRUN, 2017). Desse modo, tornam-se prioritárias narrativas femininas, com mulheres sendo mobilizadas como agentes ativas mesmo em situações negativas<sup>87</sup>. Seções, colunas, títulos, imagens e reportagens ironizam atribuições sociais relacionadas às mulheres de forma provocativa e questionadora, renunciando à representação tradicional da mulher enquanto ser passivo (SOUZA; MENDES, 2020; BITTELBRUN, 2017; SANTOS, 2019).

Além disso, outro aspecto corroborado em diversas pesquisas sobre *AzMina* diz respeito ao seu caráter interseccional, diverso e representativo (ROSSI; MANENTE, 2019; BUIIONI; LOPES, 2018; BITTELBRUN, 2019; SANTOS, 2019; SANTOS, 2020). A temática racial, por

---

<sup>86</sup>Algumas das metodologias utilizadas são: Análise de Conteúdo, Análise de Discurso, Análise Retórica, Estudo de Caso e Análise de Cobertura Jornalística. Também, alguns estudos são comparativos entre *AzMina*, veículos hegemônicos e/ou veículos com perspectiva de gênero nacionais e internacionais.

<sup>87</sup>Como maneira de exemplificar essa questão, podemos citar que uma das reportagens de *AzMina* investiga candidatas laranjas nas eleições de 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/laranjas-profissionais-com-zero-votos-em-eleicoes-anteriores-elas-sao-candidatas-em-2018/>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

exemplo, não é exceção, mas uma constante na revista, o que conseqüentemente causa renúncia à modelagem única dos corpos brancos por meio de novas valorações sociais e outras propostas de existência (BITTELBRUN, 2017). Esse movimento não ocorre apenas nos textos denunciativos sobre preconceitos estruturais, mas acontece também nas explicações sobre determinados elementos, divulgação de ações e apresentação de personagens e fontes com voz ativa nos assuntos tratados (SANTOS, 2019). Inclusive, a codiretora Helena Bertho expõe a necessidade de abordagem da questão racial sendo reivindicada pelas próprias leitoras: “[...] toda vez que a gente vai fazer uma matéria ‘mulheres morrem mais que homens em x situações’. E mulheres negras? E mulheres... A gente tenta. Até porque se a gente não faz, as nossas leitoras ficam muito bravas. ‘Mas e as negras?’” (SANTOS, 2020, p. 174). Portanto, é plausível depreender que há presença de uma reflexão acerca da interseccionalidade na prática jornalística de *AzMina*.

Por fim, vale sublinhar que poucas investigações apontam críticas relacionadas a alguma dimensão do veículo. Entre as encontradas, uma refere-se às redes sociais, evidenciando o baixo engajamento da revista com suas leitoras, bem como a escassez de exploração dos recursos da web (SANTOS; MIGUEL, 2019). Já as outras análises críticas destacam questões relativas ao próprio conteúdo, como a ocorrência de silenciamentos sobre testemunhos e subjetividades, de forma a delimitar normatividades e priorizar a vivência de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média (MAKITA, 2019); a produção de relações tortuosas entre gênero e feminismo ao tentarem desnaturalizar discursos machistas, porém acabando por reforçar diferenças biológicas para positivar mulheres (BECHLER, 2017); as pequenas inconsistências em não romper com padrões totalmente, a exemplo do modelo estético da magreza (SANTOS, 2020); e a falta de interesse em questionar a fundo as narrativas macroestruturais que mantêm os símbolos da feminilidade (SILVA, 2017a; 2017b).

Diante desses apontamentos, podemos perceber que *AzMina* é uma proposta de jornalismo com perspectiva de gênero que carrega uma concepção de prática jornalística a qual busca tensionar pressupostos tradicionais do campo, rompendo com estereótipos e fugindo da lógica do masculino no jornalismo. Entretanto, não se encontra isenta de contradições, continuidades e reprodução de certas racionalidades com as quais deseja transgredir. Partindo disso, nos próximos capítulos exponho as análises baseadas na leitura da literatura do campo temático sobre o jornalismo com perspectiva de gênero na América Latina, a fim de que possa compreender como esses elementos estão dispostos nas reportagens especiais veiculadas pela *Revista AzMina*.

### 3 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO

Neste capítulo, discuto sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. A proposta é que sejam apresentados os aspectos gerais e as origens que constituem essa mirada, apreendendo-a como uma forma de ampliar o debate sobre gênero que já vinha sendo propiciado pelas mídias jornalísticas feministas. Vale sublinhar que essa prática tem se desenvolvido há algumas décadas em diversas localidades. Na atualidade, com o advento das tecnologias digitais, encontra forte atuação em países da América Latina, tais como Argentina, Colômbia e México.

Para começar, explicito o panorama geral que delinea o jornalismo com perspectiva de gênero, percorrendo acerca de seu engendramento, as redes nacionais e internacionais existentes e ponderações a respeito da prática. Em seguida, exponho os procedimentos teórico-metodológicos que são utilizados nas duas etapas de análise desta pesquisa, apresentando o aporte metodológico da Análise de Conteúdo.

Nesta primeira etapa analítica, realizo uma análise categorial (BARDIN, 2002) a partir dos textos selecionados<sup>88</sup> os quais veiculam recomendações sobre a prática de jornalismo com perspectiva de gênero na América Latina, procurando compreender os aspectos que se encontram em evidência. Em consequência, agrupo esses elementos e chego a cinco categorias que comporiam essa mirada, a saber: a) incorporação de mulheres nos meios de comunicação; b) diversificação de fontes; c) linguagem inclusiva; d) subjetividade na prática jornalística; e e) transversalização temática. Partindo disso, destrincho cada uma delas para, no capítulo seguinte, perceber como são mobilizadas nas reportagens especiais de *AzMina*.

#### 3.1 ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO

---

<sup>88</sup>Os textos que compõem a análise foram selecionados partindo de um texto de referência, “El ABC de un periodismo no sexista”, das mexicanas Norma Valle, Berta Hiriart e Ana María Amado. Por meio dele, busquei as referências cruzadas a fim de compor um *corpus* diverso, o qual contemplasse artigos acadêmicos, guias de estilo e manuais de recomendação. Também, foram pesquisados os materiais disponibilizados pelas redes de jornalismo com perspectiva de gênero latino-americanos, bem como os veículos de comunicação brasileiros que dispõem dessa perspectiva desde a linha editorial. Ao todo, 20 textos foram selecionados.

O jornalismo com perspectiva de gênero, também chamado de jornalismo com enfoque de gênero, jornalismo feminista ou jornalismo não sexista, surge como uma crítica à masculinidade hegemônica que se impõe no jornalismo, podendo ser exercido por veículos hegemônicos ou alternativos<sup>89</sup>. Essa prática torna visível a necessidade de repensar os modos de reprodução de valores dominantes. Tal movimento ocorre tanto pela promoção de questionamentos teóricos aos conceitos que ocupam posições centrais na autoimagem de jornalistas – como os de objetividade e imparcialidade (MIGUEL; BIROLI, 2010) –, quanto pelo viés ideológico que suscita, o qual compreende que as coisas do mundo são organizadas em um regime de gênero (VEIGA DA SILVA; MAROCCO, 2018).

Essa mirada parte do entendimento que os meios jornalísticos veiculam interpretações, representações e significações do mundo e das pessoas (SOUZA, 2014), os quais não estão descontextualizados dos sistemas de poder e saber que regem a sociedade (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019). Como explicitam Karina Barbosa e Rafiza Varão (2018), o jornalismo é generificado, perspectivista e situado. Dessa forma, as perguntas feitas sobre os acontecimentos do mundo, a construção das pautas, as agendas e as temáticas abordadas dizem respeito a uma determinada perspectiva. Na maioria das vezes, como afirma Marcia Veiga da Silva (2014), essa perspectiva é masculina e masculinizada, de modo que há valorização dos atributos ligados ao gênero dominante e manutenção do *status quo* e das estruturas hierarquizantes de gênero e sexualidade. Em suma:

As construções simbólicas operadas na racionalidade dominante dos modos de objetivação jornalística historicamente participam dos processos de transformação de diferenças em desigualdades, contribuindo para a manutenção e opacificação de ideologias como o machismo e o racismo (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 2).

Consequentemente, podemos perceber que o jornalismo, em geral, produz e reproduz representações de gênero hegemônicas<sup>90</sup>, dificilmente suscitando um olhar crítico sobre elas.

---

<sup>89</sup>As teóricas argentinas Sandra Chaheer e Sonia Santoro (2007) apontam vantagens e desvantagens no jornalismo com perspectiva de gênero produzido nos meios massivos ou alternativos. Nos massivos, há maior dificuldade em incluir notas sobre temáticas de gênero e há possibilidade de rechaço. Porém, a chegada, incidência e repercussão são mais garantidas. Já nos alternativos, predominantes no campo e o espaço por excelência do desenvolvimento de bandeiras feministas (FELDMANN, 2018), há vantagens na autonomia, enfoque, estilo e agenda mais livre. Entretanto, acabam dialogando apenas com um nicho específico interessado no tema, e há dificuldades relacionadas às formas de financiamento.

<sup>90</sup>A própria concepção de questões que dizem respeito às mulheres se ligando às *soft news* e/ou *fait divers*, enquanto as consideradas masculinas às *hard news*, remete à associação de que o espaço privado é feminino e o público, masculino. Esse movimento reproduz, novamente, hierarquizações segundo o gênero (VALLE; HIRIART; AMADO, 1996; CERQUEIRA *et al.*, 2014).

Logo, é perceptível que não há maior interesse em tratar as pautas e temáticas pelo enfoque de gênero, nem mesmo nos espaços de formação como as universidades ou nos códigos de ética<sup>91</sup>. Diante disso, depreendemos que o jornalismo eventualmente encontra-se fora do debate público sobre gênero (CHAHER; SANTORO, 2010).

Partindo da concepção que esse debate é pouco recorrente e, portanto, concordando com Veiga da Silva (2014) que o masculino é majoritariamente o gênero do jornalismo, ressalto que esse cenário também encontra reflexo nas composições das instituições de mídia. Isso porque há um número superior de pessoas do gênero masculino que ocupa os cargos mais altos nas empresas de comunicação brasileiras (ARTIGO 19, 2017). Ou seja, embora esteja em curso um processo de feminização da profissão no país, com 64% das profissionais no jornalismo sendo mulheres (MICK; LIMA, 2013), elas não ascendem aos cargos de maior prestígio e de tomada de decisões. Ademais, registra-se a baixa presença de ações para promoção de políticas visando a equidade de gênero, a exemplo da viabilização de espaços e mecanismos de monitoramento e acolhimento a denúncias e discriminação nos ambientes de trabalho (ARTIGO 19, 2017).

Dessa forma, ainda que ocorra esse processo de feminização, de modo geral não há mudanças significativas nas dinâmicas das redações (SOUZA, 2014). Logo, não podemos afirmar que mais mulheres exercendo a prática jornalística necessariamente afeta o masculino do jornalismo. Então, será possível fazer um jornalismo de outro gênero? Nesse sentido, algumas evidências empíricas revelam que organizações de mídia lideradas por mulheres – há presença majoritária feminina nos novos arranjos de trabalho (FIGARO, 2018) e nas equipes executivas e de gestão nos meios nativos digitais (SEMBRAMEDIA, 2017)<sup>92</sup> – se mostram mais cooperativas e mais passíveis de formar parcerias e compartilhar recursos. Outrossim, esses empreendimentos comandados por mulheres estão produzindo algumas das mais importantes coberturas em comunidades desfavorecidas (SEMBRAMEDIA, 2017).

Frente ao exposto, podemos refletir que os modos de produção suscitados por esses veículos atuais, especialmente os novos arranjos nativos digitais, são potencialmente capazes de propor certas modificações na prática jornalística. Vale ressaltar que, dentre esses veículos,

---

<sup>91</sup>De acordo com Bruna Camargo e Karina Woitowicz (2018), as Diretrizes Nacionais em Jornalismo do Brasil não mencionam questões relacionadas a gênero. Ainda assim, existem disciplinas pontuais com essa abordagem, mais por um esforço das próprias professoras que reconhecem a pertinência das temáticas e trabalham com elas de forma transversal a outras matérias. O mesmo ocorre nos códigos de ética de diferentes países, como aponta Sarah Macharia e Pamela Morinière (2012b). A perspectiva de gênero está ausente de modo geral. Quando aparece, em forma de diretrizes generalistas ou ambíguas, não apresenta, por exemplo, maneiras de como promover a diversidade e a equidade de gênero nas práticas profissionais.

<sup>92</sup>Dos 100 empreendimentos pesquisados pelo Sembramedia (2017) na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México, 62% tinham ao menos uma mulher dentre suas fundadoras.

estão contempladas a maioria das iniciativas jornalísticas com perspectiva de gênero, como *AzMina*. Nelas, outras lógicas são mobilizadas, sugerindo um tensionamento dos valores dominantes que regem o jornalismo. Portanto, torna-se plausível abordarmos algumas questões relacionadas às origens desse jornalismo com perspectiva de gênero.

O jornalismo com perspectiva de gênero está atrelado a uma longa tradição, desde o século XIX, do jornalismo feminista. Também, por meio das discussões contemporâneas sobre gênero, outras reflexões foram sendo complexificadas e incorporadas à prática desse jornalismo. Tal movimento sucedeu especialmente após a ocorrência de eventos como a Conferência Mundial das Nações Unidas (ONU) para o Ano Internacional da Mulher (1975) e o seminário *La Comunicación Alternativa de la Mujer en America Latina* (1982). Nessas ocasiões, houve a divulgação de tópicos de recomendações aos países para que estudassem os impactos da mídia na população, bem como dispusessem de políticas de inclusão feminina nas empresas de comunicação (VALLE; HIRIART; AMADO, 1996).

Contudo, foi a partir da IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Beijing (1995) que se desenvolveu uma ideia mais contundente a respeito da comunicação com perspectiva de gênero, referindo-se ao uso estratégico da tecnologia como uma maneira de ampliar o protagonismo social das mulheres<sup>93</sup>. A organização desse evento aconteceu por meio de uma construção coletiva e articulada entre mulheres de vários países em escala mundial, pautando a acessibilidade da tecnologia para as mulheres e a difusão dos conteúdos próprios da agenda feminista enquanto ferramentas de promoção de direitos e do ativismo de gênero (BENÍTEZ-EYZAGUIRRE, 2019). Na ocasião, pela primeira vez “A mulher e os meios de comunicação”, ponto J da Conferência, foi vista como uma das áreas críticas para as mulheres. Em consequência disso, os objetivos estratégicos traçados foram: aumentar o acesso e a participação das mulheres nos meios de comunicação e tomada de decisões, bem como fomentar a produção de imagens femininas não estereotipadas (ONU, 1995).

Esses eventos também se tornaram precursores de uma mudança no campo das pesquisas sobre gênero, mulheres e comunicação. Sally Burch (2009) pontua que nos anos 1990 foram repensados os limites do enfoque das investigações que dominavam o campo desde os anos 1960, as quais até então estavam focadas nas críticas relacionadas às representações, estereótipos e imagens femininas nos meios de comunicação. Nessa perspectiva, as mulheres

---

<sup>93</sup>É nessa mesma época que surge a *Asociación para el Progreso de las Comunicaciones* (APC), com a proposta de ser uma plataforma que utilizava servidores próprios para apoiar a presença da sociedade civil na internet. Nesse espaço, surgiram as primeiras estratégias de trabalho em rede com perspectiva de gênero, as quais datam de 1993 (BOIX, 2002).

eram mantidas como objetos ou imagens, não como sujeitas ativas na e da comunicação. Assim, surgiu a necessidade de explorar outros eixos de estudos, ligados ao mercado comunicacional/jornalístico e às experiências alternativas, buscando compreender a realidade das jornalistas nas redações, as desigualdades, a violência de gênero e as apropriações dos processos comunicativos por mecanismos próprios de ação e intervenção social (WOITOWICZ, 2019; BURCH, 2009).

A partir disso, diferentes mobilizações foram sendo engendradas tanto na academia quanto fora, a exemplo da criação de coletivos jornalísticos, listas de discussão, espaços para documentação colaborativa, monitoramentos, observatórios, fóruns de debate, *blogs*, revistas, periódicos, agências de notícias, etc. Outrossim, houve a formação de redes de jornalistas com perspectiva de gênero, como a *Red Nacional de Periodistas de México* em 1995, a *Red de Mujeres Periodistas da Guatemala* em 1998, a *Red Dominicana de Periodistas con Visión de Género* em 2001, a *Red de Mujeres Periodistas de Nicaragua* em 2003, a *Red Nacional de Mujeres Periodistas de Perú* em 2008, a *Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género* em 2009, e, finalmente, a *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG) em 2005<sup>94</sup>. Recentemente, em novembro de 2020, foi fundada no Brasil a Rede de Jornalistas e Comunicadoras com visão de Gênero e Raça. Todas essas iniciativas figuram como componentes fundamentais para fortalecimento da comunicação com perspectiva de gênero.

Acerca da prática jornalística em si, vale ressaltar que o jornalismo com perspectiva de gênero não se trata de uma especialidade e não há uma teoria que o defina (WOITOWICZ, 2018). Ele é caracterizado, especialmente na América Latina, por diversos manuais, livros e cartilhas feitas para disciplinas e cursos, os quais apresentam sugestões para situações determinadas, possíveis questionamentos a serem feitos durante a construção das pautas e realização das entrevistas, glossário de termos, guia de fontes, referências para consulta, entre outros. Logo, o que majoritariamente existe sobre o tema são relatos de experiências, análises, informações e instituições que se referem à prática (CHAHER; SANTORO, 2007).

Inclusive, podemos apreender essa prática por meio de narrativas literárias. Tal perspectiva, ativamente definida (BARBOSA; VARÃO, 2018), é originada tanto pela reflexão

---

<sup>94</sup>A RIPVG é composta por 38 países e tem por objetivo visibilizar as mulheres nos meios de comunicação sob a perspectiva dos direitos humanos. A rede atua por um jornalismo que respeite a diversidade e a pluralidade de vivências, garantindo o fortalecimento da democracia. Além disso, busca gerar condições necessárias de segurança para jornalistas no exercício da profissão, incidir temáticas de direitos nas agendas midiáticas, fomentar paridade laboral e capacitação, entre outras ações. Em seu site oficial, consta que apresenta uma estrutura descentralizada, autônoma, horizontal, aberta, flexível e inclusiva.

própria - como é visto nos diários da fome de Maria Carolina de Jesus (2019) e nas fortes personagens mulheres de Conceição Evaristo (2014; 2016; 2017) -, quanto pela construção de uma outra história sobre a segunda guerra a partir de narrativas femininas, a exemplo do trabalho idealizado pela bielorrussa Svetlana Alexiévitch (2016). Ao incorporar a mirada de gênero, querem saber e falar sobre seus dramas, suas histórias, seus pontos de vista, suas particularidades. Em suas obras, questionam: que outras narrativas podem ser exploradas? De onde surgem essas vivências, escrevivências<sup>95</sup>? O que mais pode ser dito além do que disseram pessoas de determinado gênero, determinada classe, determinada cor?

Esses diversos tipos de textos trazem uma ampla gama de materiais que auxiliam na caracterização do que seria a prática de jornalismo com perspectiva de gênero. O que a maioria deles assinala, de forma contundente, é que não é um jornalismo que discorre apenas sobre mulheres ou supostos temas de mulheres. Pelo contrário: a proposta é que mulheres e homens sejam inclusos na mirada, percebendo o aspecto vincular e relacional dessa relação desigual em que os eventos afetam de forma diferenciada um e outro gênero (CHAHER; SANTORO, 2007; BURCH, 2009; VALLE; HIRIART; AMADO, 1996; CIMAC, 2011; BASTHI, 2011). Diante disso, os seguintes questionamentos podem ser feitos: “[...] como isso afeta homens e mulheres? Quais são as diferenças e as especificidades? Onde estavam as mulheres enquanto isso acontecia com os homens e vice-versa? O que acontece com os homens frente ao que sucede às suas parceiras?” (CHAHER; SANTORO, 2007, p. 138, tradução minha)<sup>96</sup>.

Partindo disso, podemos depreender que há o engendramento de um “jornalismo de possibilidade”, o qual busca soluções e alternativas para reivindicar outras identidades e modos de compreender e explicar os acontecimentos do mundo desde outras miradas (RINCÓN, 2009). Tal movimento busca incluir a experiência e a perspectiva de outras pessoas diante da diversidade de contextos sociais, culturais e econômicos existentes (MACHARIA; MORINIÈRE, 2012a; 2012b), acionando outros valores como a preservação, o cuidado, o diálogo, a solidariedade, a colaboração, a horizontalidade, a atenção às movimentações sociais e de luta por direitos humanos, entre outros (SANTORO, 2009; ESMITIZ, 2019). Logo, essa prática mostra-se comprometida com a mobilização do gênero enquanto categoria de análise da realidade para construção do discurso jornalístico (PARRAS; MOLINA, 2012).

---

<sup>95</sup>Escrevivência é um termo cunhado por Conceição Evaristo para abordar a condição das mulheres negras na sociedade brasileira.

<sup>96</sup>No original, “[...] ¿cómo afecta este hecho a hombres y mujeres? ¿Cuáles son las diferencias y las especificidades? ¿Dónde estaban las mujeres mientras a los hombres les pasaba esto y viceversa? ¿Qué les pasa a los hombres frente a lo que les sucede a sus parejas?” (CHAHER; SANTORO, 2007, p. 138).



Viabilizar o gênero enquanto categoria analítica acarreta também assumir um compromisso político com a visibilidade e reconhecimento das mulheres, já que elas foram historicamente invisibilizadas e subrepresentadas pelos meios de comunicação (CHAHER; SANTORO, 2010). Outrossim, passa pela inclusão de temas das agendas feministas e de gênero, tais como a violência, o feminicídio, a exploração sexual, o trabalho não remunerado, etc., a fim de que essas temáticas deixem de ser tratadas como “assuntos de mulheres” para serem evidenciadas como problemáticas causadas pelas desigualdades de gênero nas sociedades (PARRAS; MOLINA, 2012; HASAN; GIL, 2016). Nesse sentido, não basta apenas publicar determinada pauta: é necessário questionar as estruturas que fazem das mulheres mais vítimas de violência de gênero, por exemplo (CHAHER; SANTORO, 2007). Sandra Chaher e Sonia Santoro (2007) exemplificam essa questão:

Se houvesse, por exemplo, uma greve de mineiros, um artigo jornalístico com este enfoque perguntaria como a greve afeta a vida dos mineiros, principalmente homens, mas também das mulheres que vivem com eles - mães, filhas, companheiras -: se elas devem sair para trabalhar enquanto a greve continua para cobrir as necessidades da família; se as razões da greve as envolvem de alguma forma, etc. E também poderia ser escrito um artigo perguntando por que tão poucas mulheres trabalham nas minas e quais são as consequências para a saúde de mulheres e homens nesse tipo de emprego (CHAHER; SANTORO, 2007, p. 126, tradução minha)<sup>97</sup>.

Diante do exposto, a perspectiva de gênero vislumbra-se enquanto um enfoque transversal que pode abordar qualquer temática, editoria ou seção dos veículos de comunicação. A despeito disso, as pautas devem ser construídas atendendo aos princípios básicos de um jornalismo de qualidade e com responsabilidade social, de forma a contemplar as regras de apuração, aprofundamento das matérias, precisão, clareza, fontes diversas e espaço para outras vozes (CIMAC, 2014; COSTA, 2018; PARRAS; MOLINA, 2012). O manual da CimacNotícias, uma agência de jornalismo com perspectiva de gênero do México, discorre acerca do assunto:

Enquanto no jornalismo a notícia deve responder às perguntas o quê? quem? como? quando? onde? e por quê?, para Cimacnoticias a informação com perspectiva de gênero também deve incluir a resposta à pergunta: por que o fato que estamos

---

<sup>97</sup>No original, “Si hubiera, por ejemplo, una huelga de mineros, un artículo periodístico con este enfoque se preguntaría cómo afecta la huelga a la vida de los mineros, mayormente varones, pero también a las mujeres que viven con ellos –madres, hijas, parejas–: si ellas deben salir a trabajar mientras se mantiene la huelga para cubrir las necesidades familiares; si las razones por las que se realiza la huelga las involucran de alguna forma, etc. Y también se podría hacer un artículo preguntándose por qué tan pocas mujeres trabajan en las minas, y cuáles son las consecuencias para la salud de mujeres y varones en ese tipo de empleo” (CHAHER; SANTORO, 2007, p. 126).

relatando impacta ou transcende de maneira diferenciada em mulheres e homens? O que o torna diferente, e como esse impacto ou desigualdade pode ser revertido, tanto em seu entorno imediato como na sociedade? (CIMAC, 2014, p. 12, tradução minha)<sup>98</sup>.

Partindo desses questionamentos, o jornalismo com perspectiva de gênero assume os fundamentos da perspectiva, da centralidade da experiência e do conhecimento situado. Isso acarreta no desvelamento das ideologias, experiências singulares e práticas culturais de quem produz a informação, entrando em confronto com a noção de imparcialidade associada à objetividade (BARBOSA; VARÃO, 2018). Contudo, como Jessica Costa (2018) pontua, algumas práticas no jornalismo com perspectiva de gênero são mantidas do jornalismo tradicional, uma vez que é difícil romper totalmente com padrões jornalísticos vinculados a um ideal de credibilidade. Ainda assim, há um exercício de crítica e reflexão sobre as práticas adotadas, procurando construir discursos que pensem o gênero enquanto uma forma de ação para promover transformação social.

Portanto, é possível apreender que o jornalismo com perspectiva de gênero, dentre outras atuações: produz outros valores-notícia – embora reproduza alguns como o macrovalor da novidade (SCHANDER, 2019)<sup>99</sup>; não está sempre atrás do furo jornalístico; dispõe de um cuidado com as fontes da cobertura; realiza construções coletivas e colaborativas de pautas que descentralizam e horizontalizam práticas; está atento à linguagem utilizada; e luta pela não estigmatização de vítimas (COSTA, 2018; CHAHER; SANTORO, 2007). Ademais, um ponto que se destaca na construção da perspectiva é a necessidade de incorporação dos marcadores sociais da diferença, como a raça, a orientação sexual, a classe, a geração, etc. Especialmente no contexto nacional, é preciso levar em conta a diversidade racial e étnica da sociedade brasileira (BASTHI, 2011). Dessa forma, a perspectiva de gênero está conectada aos conceitos de interseccionalidade e diversidade, demonstrando que um recorte apenas por gênero não é suficiente para abarcar a complexidade de cruzamentos possíveis.

---

<sup>98</sup>No original, “Si bien en el periodismo la noticia debe responder a las preguntas ¿qué? ¿quién? ¿cómo? ¿cuándo? ¿dónde? y ¿por qué?, para Cimacnoticias la información con perspectiva de género debe incluir, además, la respuesta a la interrogante de ¿por qué el hecho que estamos reportando impacta o trasciende de manera diferenciada en mujeres y hombres; qué lo hace diferente, y cómo se puede revertir este impacto o desigualdad, tanto en su entorno inmediato como en la sociedad?” (CIMAC, 2014, p. 12).

<sup>99</sup>Em artigo analisando onze textos jornalísticos publicados no mês de junho de 2019 pela *Revista AzMina* e pela revista *Gênero e Número* (SCHANDER, 2019), percebi que há articulação de valores-notícia predominantes nesses conteúdos, tais como o impacto, a proeminência, o entretenimento/curiosidade e a proximidade, de acordo com a classificação de valores-notícia de Gislene Silva (2005). Porém, alguns outros valores foram identificados: as questões de gênero e o “ser mulher”. Isso ocorreu quando, para além do acontecimento na ordem do factual, a ligação com alguma questão relacionada ao “ser mulher” foi o que fez com que os eventos fossem repercutidos pelos veículos.

Além disso, vale ressaltar que algumas autoras também discorrem a respeito da perspectiva de gênero aplicada às estruturas das organizações de mídia. Sally Burch (2009) sublinha aspectos que reflexionam sobre a divisão sexual do trabalho nas empresas, referindo-se a elementos como a qualidade de participação, posições, acesso, capacitações, legislações, entre outros. A proposta é que seja visibilizada a condição social das mulheres nesses espaços, assumindo a importância de determinadas ações para uma participação mais igualitária (CARBALLIDO; ROCHE; HERNÁNDEZ, 2019). Como exemplo dessas ações, podemos citar a garantia da possibilidade de denúncia acerca das relações de poder existentes nos ambientes de trabalho (BASTHI, 2011).

Frente a essa caracterização geral associada à prática de jornalismo com perspectiva de gênero, importa mencionar também algumas de suas problemáticas<sup>100</sup>. Não é tão fácil incorporar e/ou assumir tal mirada. As argentinas Lyvia Parras e Silvina Molina (2012) delineiam algumas dificuldades, a saber: existência de vazios informativos para tratar o enfoque; obstáculos para encontrar informações e dados estatísticos que sejam disponibilizados o sexo e o gênero, de forma a prejudicar a identificação das brechas de gênero; carência de relações e conhecimento de fontes especializadas em determinadas temáticas; e ausência de tempo e espaço para aprofundar o tema nas dinâmicas de produção das notícias. Sandra Chaher e Sonia Santoro (2007) acrescentam a essas questões a falta de consciência sobre a importância de uma perspectiva de gênero, bem como a insuficiência de preparo e capacitação das profissionais jornalistas para incorporar essa perspectiva.

Ademais, também existem aspectos desfavoráveis relacionados à circulação dos conteúdos com enfoque de gênero. Essa produção ainda está quase inteiramente restrita aos espaços alternativos, sendo pontualmente praticada por veículos hegemônicos. Consequentemente, enfrenta impasses relativos à escassez de recursos financeiros e ao baixo alcance de público. Nas palavras da mexicana Berta Hiriart (1991):

É nesse sentido que o jornalismo alternativo feminino é uma espécie de prisão, um apartheid, uma tarefa que se realiza à margem dos grandes meios, em revistas e suplementos demarcados por um limite que leva a etiqueta 'de e para mulheres'. E isso não constitui uma escolha. Quando alguém, e há muitos jornalistas que comentam que os espaços feministas são uma automarginalização das mulheres, é necessário deixar

---

<sup>100</sup>Um caso interessante é a reportagem “A rape on Campus” publicada pela *Rolling Stone* em 2014. Na ocasião, houve a cobertura de um estupro coletivo que não ocorreu de fato. Em artigo sobre o tema, Karina Barbosa e Rafiza Varão (2018) tensionam e problematizam questões relativas à falta de apuração, credibilidade da fonte principal, checagem, edição, acolhimento da possível vítima e supervisão editorial. Assim, as autoras discorrem sobre o assunto relacionando-o à prática de um jornalismo generificado, perspectivado e situado, o qual se mostra a favor das mulheres.

claro que a questão é o contrário; quase todas nós gostaríamos que os acontecimentos que afetam as mulheres fossem considerados notícias tão importantes como as demais, de modo que fossem cobertas pela associação jornalística em geral e em todos os espaços. Mas esse sonho ainda está longe de cumprir-se, se é que alguma vez chegará a suceder (HIRIART, 1991, p. 13-14, tradução minha)<sup>101</sup>.

Essa explanação da autora - ainda que em referência a um contexto de 30 anos atrás, e, portanto, tendo ciência que de lá para cá alguns avanços ocorreram, em especial pelo uso das tecnologias digitais - revela a preocupação acerca das questões de gênero serem tratadas como um “não assunto” pelo jornalismo em geral (CERQUEIRA *et al.*, 2014). Logo, é possível apreender que essa produção acaba sendo realizada pelas mesmas profissionais, circula pelos mesmos espaços, e encontra, de maneira frequente, as mesmas leitoras.

Outro elemento que também pode corroborar com essa restrição, são as múltiplas classificações feitas sobre práticas como a do jornalismo com perspectiva de gênero, caracterizando-as a partir de sua condição ativista em redes, a exemplo do midialivrismo<sup>102</sup> e do jornativismo<sup>103</sup>. Embora haja um esforço em diferenciar e qualificar esses jornalismos<sup>104</sup>, por vezes essas classificações podem lançá-los a um “gueto informativo” (HIRIART, 1991), tanto no que se refere ao assunto (ou não assunto) tratado, quanto pela ideia de uma prática ativista ser menos comprometida com os princípios jornalísticos.

Desse modo, assim como Fabiana Moraes (2019a), entendo que toda prática jornalística é uma forma de ativismo. A autora problematiza essa ideia, afirmando que muitas vezes um jornalismo considerado ativista não é mais “contaminado” que o jornalismo praticado por

---

<sup>101</sup>No original, “Es en este sentido que el periodismo alternativo de las mujeres es una especie de prisión, un apartheid, un quehacer que se realiza al margen de los grandes medios, en revistas y suplementos demarcados por un límite que lleva la etiqueta ‘de y para mujeres’. Y esto no constituye una elección. Cuando alguien y hay muchos periodistas que lo hacen comenta que los espacios feministas son una automarginación de las mujeres, es necesario poner en claro que el asunto es al revés; casi todas nosotras quisiéramos que los hechos que afectan a las mujeres fueran considerados noticias tan importantes como las que más, de modo que fueran cubiertos por el gremio periodístico en general y en todos los espacios. Pero ese sueño está aún lejos de cumplirse, si es que alguna vez llega a suceder” (HIRIART, 1991, p. 13-14).

<sup>102</sup>Midialivrismo é o ativismo em rede que apresenta a característica de descentralização da comunicação e ação por coletivos, em uma produção jornalística mais autônoma com adesão ao acontecimento e aos fatos no posicionamento e no combate às desigualdades (SANTOS, 2020).

<sup>103</sup>Jornativismo é o processo de ajuste do frame jornalístico para o ativismo político online, organizando um novo significado para a questão em debate a partir da experiência ativista e dos códigos jornalísticos (PRUDENCIO, 2006).

<sup>104</sup>Interessante perceber que em entrevista de Helena Bertho à Leticia Santos (2020) sobre como elas se identificam, se mídia alternativa, midialivrista ou independente, a codiretora não soube como categorizar *AzMina*, explicando que esses termos são muito novos, ainda mais para quem está fora da academia. Por fim, afirma: “[...] a gente se identifica como jornalismo feminista, com causa, a gente sempre deixou claro, é um jornalismo que tem um enfoque de combater a violência de gênero. Mas não tem um termo assim” (SANTOS, 2020, p. 171).

veículos hegemônicos, o qual está calcado por certas lógicas econômicas e políticas. Portanto, algumas classificações podem causar limitações, já que:

A ideia de um jornalismo “isento” em oposição a um jornalismo contaminado pelo ativismo é uma falácia que esconde principalmente as práticas permeadas por interesses do primeiro, o que se coloca como neutro, discurso forte no jornalismo das grandes empresas. [...] Assim, criou-se a ideia de que há o bom jornalismo e o “jornalismo engajado”, com o primeiro ocupando melhor posição hierárquica, o segundo devendo ser desconsiderado. Ele é feito por apaixonados demais por suas causas, o que os leva a não realizar um bom trabalho – a emoção, entendida como característica feminina, novamente surgindo como uma erva daninha na prática jornalística (MORAES, 2019a, p. 8).

Diante disso, compreendo que há autoras que identificam a prática do jornalismo com perspectiva de gênero junto a conceitos que caracterizam mídias ativistas. Contudo, optei por não o enquadrar em determinadas conceituações, uma vez que essa prática pode ser engendrada por diversas mídias, explicitamente ativistas ou não.

Partindo dessa categorização geral, o próximo passo da pesquisa é a averiguação dos aspectos apresentados pelo referencial mobilizado acerca do jornalismo com perspectiva de gênero. A proposta é perceber os elementos que fazem parte dessa mirada. Portanto, inicio a explanação dos caminhos metodológicos adotados.

### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de compreender os elementos que constituem uma perspectiva de gênero no jornalismo, e em seguida como eles são mobilizados nas reportagens da *Revista AzMina*, optei por empregar a metodologia da Análise de Conteúdo (AC) nas duas etapas de análise desta dissertação. Como referencial teórico principal, utilizei as orientações metodológicas propostas pela francesa Laurence Bardin (2002).

Há registros que a AC foi aplicada pela primeira vez no século XVII pela corte suíça. Na ocasião, foi feita uma análise da coleção de 90 hinos religiosos com o objetivo de apreender se haviam ideias consideradas perniciosas à época contidas nesses textos. Com o passar do tempo, os estudos que usavam o método versavam sobre questões relacionadas ao jornalismo sensacionalista nos Estados Unidos, especialmente no que tange as últimas décadas do século XIX (FONSECA JÚNIOR, 2005; BARDIN, 2002).

Entretanto, a adoção regular da metodologia ocorreu a partir do século XX. O marco inicial é o livro *Propaganda Techniques in the World War*, do estadunidense Harold Laswell, o

qual foi publicado em 1927 e serviu de inspiração para diversas investigações sobre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais (BARDIN, 2002; HERSCOVITZ, 2007). Posteriormente, na década de 1950, a AC se popularizou, tomando como universo de pesquisa questões associadas ao racismo, à violência e à discriminação contra as mulheres (HERSCOVITZ, 2007). Atualmente, é mobilizada como aporte metodológico por diversas disciplinas do conhecimento, tais como a Comunicação, as Letras e a Psicologia Social.

E como é caracterizada essa metodologia? De acordo com Bardin (2002), a AC é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2002, p. 42).

Dessa forma, a AC funciona em caráter híbrido, já que combina critérios quantitativos e qualitativos para análise. Seu objetivo é analisar as inferências relacionadas às condições de produção e ao contexto sócio-histórico, o que se efetiva ao observar como algo é dito, com que frequência, vocabulário, semântica, etc. (BAUER, 2008; GRADET, 2011). Consequentemente, o método permite que sejam reconstruídos mapas de conhecimento presentes nos textos por meio da verificação de tendências, intenções e padrões de mudança a partir de significados aparentes ou implícitos. Vale ressaltar que o método não garante que seja apreendida a realidade em si, mas um mapeamento possível dela (BAUER, 2008; HERSCOVITZ, 2007).

De modo específico, na pesquisa em jornalismo esse método é mobilizado com o intuito de deprender parâmetros culturais implícitos, os quais permeiam as mensagens veiculadas nos meios jornalísticos. Como ressalta Heloiza Herscovitz (2007) a respeito da AC jornalística, ela:

[...] recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2007, p. 126-127).

Portanto, esta análise, a qual está dividida em duas etapas, foca na utilização de textos enquanto material empírico, compreendendo que esse é um dos meios de expressão nos quais eventos, valores, regras e normas são expressos e representados (GRADET, 2011; BAUER, 2008). Ademais, a escolha das teorias mobilizadas e do problema de pesquisa podem aqui ser apreendidos como partes responsáveis pela seleção e categorização dos materiais de texto em

índices de codificação (BAUER, 2008). Assim, a proposta metodológica é que sejam administradas hipóteses que servem como diretrizes a serem verificadas, buscando descrever, inferir e interpretar, por meio de fatores que determinam características deduzidas logicamente, sentidos que se encontram em segundo plano (BARDIN, 2002).

A partir disso, o processo analítico da AC, segundo Laurence Bardin (2002), está dividido em três etapas, a saber: a) pré-análise: fase de organização do trabalho, com sistematização das ideias iniciais, escolha dos documentos, objetivos e hipóteses, delimitação do período de análise e leitura flutuante dos textos; b) exploração do material: codificação dos dados brutos em recortes e enumerações para classificação e agregação; e c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: etapa na qual são realizadas as inferências de pesquisa.

É válido sublinhar que a AC dispõe de uma série de técnicas disponíveis a serem utilizadas. Nesta pesquisa, utilizo a análise categorial. Ela é mobilizada para classificação e agrupamento das unidades de registro<sup>105</sup> em um número reduzido de categorias (BARDIN, 2002). Dessa maneira, cada categoria apresenta uma definição de indicadores, dimensões e atributos próprios para classificação (HERSCOVITZ, 2007).

Frente a esse referencial, parto para pré-análise com organização do material e leitura flutuante dos textos que se referem ao jornalismo com perspectiva de gênero para delimitar a escolha dos documentos a serem analisados junto ao problema de pesquisa. O recorte do *corpus* que constitui a primeira etapa da análise foi feito por meio da regra da pertinência<sup>106</sup> (BARDIN, 2002), selecionando os textos de acordo com os objetivos da análise. A partir do livro de referência na área “El ABC de un periodismo no sexista”, passei a buscar as referências cruzadas dos textos que tratavam sobre a mesma temática. A seleção dos textos que fazem parte do *corpus* visou contemplar materiais distintos, ou seja, artigos acadêmicos, manuais de estilo, guias de recomendação. Também, foram consultados os sites e redes sociais das redes de jornalismo com perspectiva de gênero da América Latina e dos veículos com perspectiva de gênero brasileiros, a fim de procurar se haviam materiais de recomendação, tais como os Minimanuais de Jornalismo Humanizado da *Think Olga*<sup>107</sup>. Ao fim, foram selecionados 20

---

<sup>105</sup>A unidade de registro é a unidade base para categorização na AC (BARDIN, 2002). As unidades de registro são as unidades de amostragem. Pode ser uma palavra, um objeto, um referente, uma personagem, um acontecimento, um documento, um tema. Ela está inserida em uma unidade de contexto.

<sup>106</sup>Alguns textos não apresentavam nenhuma ideia nova sobre a perspectiva de gênero no jornalismo, apenas faziam referência a textos de outras pesquisadoras. Um exemplo é o artigo de Maíra Mano (2017).

<sup>107</sup>Apenas o *Think Olga* dispunha de publicação disponível. Entre as redes de jornalismo com perspectiva de gênero, só havia material da rede colombiana.

textos, restritos geograficamente à produção realizada na América Latina, com publicações elaboradas até o mês de julho de 2020.

### 3.3 ELEMENTOS PRESENTES EM UMA PRÁTICA DE JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Após concluir a pré-análise, inicio a etapa de exploração dos 20 textos selecionados. A partir disso, produzo uma tabela com os principais elementos recomendados pelos materiais consultados. O intuito é compreender os aspectos que compõem essa prática, para, posteriormente, na segunda etapa da análise, perceber se eles são mobilizados em um veículo com perspectiva de gênero, a *Revista AzMina*. Ressalto que a intenção não é admitir esses elementos por uma visão essencialista, como se essas categorias fossem fixas e impassíveis de alterações. A finalidade de articular essas proposições junto às reportagens da revista é também uma tentativa de buscar as relações e dissidências de uma proposta não estanque.

Isso posto, diante da leitura do *corpus* de textos referenciais, os tópicos que orientavam a prática de um jornalismo com perspectiva de gênero foram identificados e agrupados em unidades de registro a partir da ideia central que apresentavam. Como exemplo, podemos explicitar como isso foi feito por meio do excerto a seguir:

Nossa proposta é usar uma linguagem inclusiva nos meios de comunicação social como ferramenta de mudança. A linguagem reflete a sociedade e, como é lógico, pode ser tão racista, sexista, classista e heterocêntrica quanto a sociedade sobre a qual fala, mesmo quando nossa língua tem a riqueza e os recursos suficientes para utilizá-la sem a necessidade de excluir, invisibilizar ou marginalizar. A diferença forma parte da realidade, portanto, é necessário vê-la, nomeá-la e descrevê-la sem prejuízos. Uma linguagem inclusiva contempla as especificidades, de modo que não utiliza a mesma norma para todos os casos e elimina o uso de estereótipos que discriminam (PARRAS; MOLINA, 2012, p. 51, tradução minha)<sup>108</sup>.

Nesse caso, a ideia central foi simplificada, decodificada e agrupada de acordo com a unidade de contexto estabelecida. Vale ressaltar que essas unidades de contexto serviram para posteriormente qualificar as categorias designadas. Desse modo, classifiquei esse trecho como

---

<sup>108</sup>No original, “Nuestra propuesta es usar un lenguaje incluyente en los medios de comunicación social como herramienta de cambio. El lenguaje refleja la sociedad y, como es lógico, puede ser tan racista, sexista, clasista y heterocentrista como la sociedad que lo habla, aún cuando nuestra lengua posee la riqueza y los recursos suficientes para utilizarlo sin necesidad de excluir, invisibilizar o marginar. La diferencia forma parte de la realidad, por tanto es necesario verla, nombrarla y describirla sin prejuicios. Un lenguaje incluyente contempla las especificidades, de forma que no utiliza la misma norma para todos los casos y elimina el uso de estereótipos que discriminan” (PARRAS; MOLINA, 2012, p. 51).



pertencente à unidade de registro nomeada “Linguagem inclusiva”. Na tabela seguinte, estão expressos os demais materiais consultados e os elementos recomendados agrupados em unidades de registro<sup>109</sup>:

Quadro 1 – Elementos recomendados para uma perspectiva de gênero no jornalismo

Título do material consultado	Elementos recomendados presentes – Unidades de registro
ARTEMISA COMUNICACIÓN. Las 10 P del Periodismo de Género. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (comp.). <b>Las palabras tienen sexo</b> : Herramientas para un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.	<p>Promover as mulheres;            Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens;            Pôr fim aos estereótipos;            Subjetividade;            Fontes diversas;            Estatísticas por sexo;            Linguagem não sexista;            Transversalização temática, plantar agenda;            Diversidade de mulheres;            Presença de mulheres em postos de decisão.</p>
BASTHI, Angélica (org.). <b>Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia</b> . Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2011.	<p>Tratamento equitativo em todas as pautas;            Diversidade de opiniões;            Aprofundar debate e análise crítica;            Dados desagregados por sexo, raça e etnia;            Estereótipos;            Imagens;            Interseccionalidade;            Linguagem inclusiva.</p>
BURCH, Sally (ed.). <b>Comunicación, organización y género</b> : Ellas tienen la palabra. Quito: ALAI, 2009.	<p>Dados desagregados por sexo;            Qualidade de participação em acesso;            Acesso a leis, capacitação;            Participação equitativa;            Linguagem não sexista;            Imagens;            Evitar estereótipos;            Visibilizar mulheres.</p>
CARBALLIDO, Elvira; ROCHE, Mauricio; HERNÁNDEZ, María de la Luz. Escribir Periodismo Feminista. <b>Edähi Boletín Científico de Ciencias Sociales y Humanidades del ICSHu</b> , Hidalgo, n. 14, p. 26-35, 2019.	<p>Fontes de mulheres;            Linguagem inclusiva;            Denunciar estereótipos e convenções;            Imagens;            Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens;            Denunciar opressão com perspectiva crítica à masculinidade hegemônica.</p>
CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (comp.). <b>Las palabras tienen sexo</b> : Introducción a un periodismo con perspectiva de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.	<p>Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens;            Transversalidade temática;            Interseccionalidade;            Aplicado a todos os gêneros jornalísticos;            Fontes mulheres;            Agregar aos valores-notícia a dimensão de gênero;            Outras fontes com especialistas com enfoque de gênero, não só mulheres sendo vítima;</p>

<sup>109</sup>Os elementos próximos foram marcados com as mesmas cores, a fim de facilitar o agrupamento posterior em categorias.

	<p>Assume ponto de vista sob não existência da objetividade;  Linguagem não sexista, inclusiva;  Imagens;  Estatísticas por sexo, indicadores de gênero.</p>
<p>CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (comp.). <b>Las palabras tienen sexo:</b> Herramientas para un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.</p>	<p>Subjetivo e localizado;  Afirma o afetivo;  Linguagem inclusiva;  Outra agenda;  Combate a discriminação;  Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens;  Transversalização temática;  Fontes equitativas;  Dados desagregados pro sexo.</p>
<p>CIMAC. <b>Hacia la construcción de un periodismo no sexista.</b> 2 ed. Ciudad de México: Edición Comunicación e Información de la Mujer, 2011.</p>	<p>Linguagem sem estereótipos e inclusiva;  Subjetividade;  Fontes de mulheres;  Imagens;  Tratamento paritário para mulheres e homens;  Rechaçar estereótipos;  Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens;  Cenários em que mulheres desempenhem papel preponderante;  Não simplificar significados e perpetuar clichês;  Diversidade/interseccionalidade;  Não subordinar as informações de mulheres ao menor espaço de página.</p>
<p>CIMAC. <b>Manual de estilo de la Agencia Multimedia CIMACNoticias.</b> Ciudad de México: Edición Comunicación e Información de la Mujer, 2014.</p>	<p>Linguagem inclusiva;  Imagens;  Uso de dados desagregados por sexo;  Menção a leis, tratados e normas.</p>
<p>GARFIAS, Gloria <i>et al.</i> <b>Por un periodismo no sexista:</b> pautas para comunicar desde una perspectiva de género en Chile. Santiago: OREALC/UNESCO Santiago, Cátedra UNESCO-UDP “Medios de comunicación y participación ciudadana”, Programa de Libertad de Expresión de la Universidad de Chile, Colegio de Periodistas de Chile, 2010.</p>	<p>Tranversalidade temática;  Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens;  Mulheres em sua interseccionalidade e diversidade;  Fontes e vozes de mulheres, especialistas;  Linguagem inclusiva;  Imagens;  Revisão das políticas de paridade de gênero dentro dos meios de comunicação.</p>
<p>HASAN, Valeria; GIL, Ana Soledad. Estrategias del periodismo feminista: prácticas y política em la reconfiguración del espacio comunicacional. <b>Perspectivas de la Comunicación</b>, Temuco, v. 7, n. 2, p. 42-54, 2014.</p>	<p>Pautas com enfoque de gênero (agenda feminista);  Desnaturalizar papel supostamente neutro;  Fontes consultadas, vozes autorizadas;  Contextualização da perspectiva de gênero com mirada crítica.</p>
<p>HASAN, Valeria; GIL, Ana Soledad. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. <b>Revista Estudios de Género La Ventana</b>, Guadalajara, n. 43, p. 246-280, 2016.</p>	<p>Desnaturalizar pressupostos tradicionais do jornalismo conservador e liberal;  Estabelecer temas prioritários com agenda feminista;  Contextualização;  Fontes de informação com mulheres consultadas e vozes autorizadas;  Estatísticas por gênero;  Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens;  Presença equitativa numericamente;  Mulheres com opiniões em análises;  Imagens;</p>

	<p>Interseccionalidade;  Linguagem não sexista e não racista, inclusiva.</p>
<p>MACHARIA, Sarah; MORINIÈRE, Pamela.  <b>Herramientas de aprendizaje para un periodismo de género-ética y políticas en las empresas editoriales:</b> Recursos prácticos.  [S.I.]: Asociación Mundial para la Comunicación Cristiana (WACC), Federación Internacional de Periodistas (FIP), 2012a.</p>	<p>Mundo pelos olhos das mulheres;  Diversidade, interseccionalidade;  Próprias vozes de grupos subalternos;  Transversalidade temática;  Observação mais ampla e profunda dos efeitos;  Gênero na política dos meios;  Assinatura equitativa de repórteres;  Capacitação e igualdade de gênero na redação;  Equitatividade de fontes entrevistadas;  Evita estereótipos;  Linguagem não sexista;  Imagens.</p>
<p>MACHARIA, Sarah; MORINIÈRE, Pamela.  <b>Herramientas de aprendizaje para un periodismo de género-ética y políticas en las empresas editoriales:</b> Temas conceptuales.  [S.I.]: Asociación Mundial para la Comunicación Cristiana (WACC), Federación Internacional de Periodistas (FIP), 2012b.</p>	<p>Diversidade de vozes;  Questiona estereótipos de gênero;  Reconhece interseccionalidade;  Linguagem não sexista;  Contexto e análise crítica.</p>
<p>OCAMPO, Fabiola; CHÁVEZ, Mariana.  <b>Enredate com las Mujeres de Tunja:</b> En busca de mis derechos. Tunja: Red de Género de Tunja, 2014.</p>	<p>Menção a leis, tratados e normas;  Diversidade de mulheres e representações;  Linguagem inclusiva;  Imagens;  Incluir mulheres;  Promover lei de cotas no interior dos meios.</p>
<p>PARRAS, Lyvia; MOLINA, Silvina. <b>Manual de Género para Periodistas:</b>  Recomendaciones básicas para el ejercicio del periodismo con enfoque de género. Quito: PNUD, 2012.</p>	<p>Dados desagregados por sexo;  Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens.  Questiona estereótipos;  Apresenta vários pontos de vista;  Transversaliza o gênero como temática;  Diversidade de representação;  Imagens e som;  Linguagem inclusiva.</p>
<p>RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO. <b>Otras miradas para construir, comunicar y analizar la información.</b> Bogotá: Legis, 2011.</p>	<p>Linguagem inclusiva;  Evitar representações estereotipadas;  Imagens;  Fontes inclusivas.</p>
<p>RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO. <b>Aportes para el ejercicio profesional:</b> un buen periodismo incluye la visión de género y los derechos de las mujeres. Bogotá: Legis, 2018.</p>	<p>Linguagem inclusiva;  Evitar representações estereotipadas;  Imagens;  Fontes inclusivas.</p>
<p>SANTORO, Sonia (ed.). <b>Sin nosotras, se acaba la fiesta!</b> América Latina en perspectiva de género. Bogotá: C3 FES, 2009.</p>	<p>Linguagem inclusiva;  Fontes específicas e especializadas;  Imagens;  Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens.</p>
<p>THINK OLGA. Minimanuais do Jornalismo Humanizado. <b>Think Olga.</b> 2016. Disponível em: &lt;<a href="https://thinkolga.com/ferramentas/">https://thinkolga.com/ferramentas/</a>&gt;. Acesso em: 6 jun. 2020.</p>	<p>Linguagem inclusiva;  Estereótipos;  Interseccionalidade;  Fontes mulheres negras, imagens de pessoas negras, de ponto de vista humanizado;  Imagens.</p>

VALLE, Norma; HIRIART, Berta; AMADO, Ana María. <b>El ABC de un periodismo no sexista</b> . Santiago: Fempress, 1996.	Denunciar opressão particular das mulheres nos diferentes espaços profissionais; Denunciar estereótipos; Imagens; Linguagem não sexista; Número de entrevistas; Se há mulheres em comentários críticos; Se há seções que incluem mulheres, não só moda, comida e social; Se há mulheres na gerência; Põe em xeque a objetividade, a imparcialidade do ponto de vista; Interseccionalidade; Diferentes gêneros jornalísticos; Novos protagonistas, novas fontes; Capacitação.
---	--

Fonte: A autora (2021).

A partir da composição da tabela anterior, há uma série de elementos explicitados, os quais uns são citados com mais frequência que outros. Inclusive, há algumas proposições que atravessam diferentes categorias, a exemplo da produção de uma perspectiva crítica que denuncie a opressão, confronte os valores heteronormativos e desnaturalize estereótipos e convenções sociais nos diversos gêneros jornalísticos. Todavia, em razão da AC denotar que as categorias evidenciem as unidades de registro que compõem cada uma, de maneira que um elemento não deve constar em dois ou mais conjuntos ao mesmo tempo, a escolha foi por agrupar os elementos junto aqueles que apresentavam maior grau comum de sentido. Logo, agreguei nas seguintes categorias as unidades de registro dos elementos recomendados: a) incorporação de mulheres nos meios de comunicação; b) diversificação de fontes; c) linguagem inclusiva; d) subjetividade na prática jornalística; e e) transversalização temática.

Quadro 2 – Organização dos elementos recomendados em categorias

Categorias designadas	Elementos recomendados (unidades de registro) agrupados por aproximação
Incorporação de mulheres nos meios de comunicação	Acesso e participação igualitária de mulheres nos meios de comunicação; Assinatura equitativa de repórteres; Capacitação e igualdade de gênero na redação; Denunciar opressão particular das mulheres nos diferentes espaços profissionais; Gênero na política dos meios; Mulheres com opiniões em análises; Não subordinar as informações de mulheres ao menor espaço de página; Presença de mulheres em postos de decisão; Promover lei de cotas no interior dos meios; Promover, incluir e visibilizar as mulheres; Revisão das políticas de paridade de gênero dentro dos meios de comunicação;

	<p>Se há mulheres em comentários críticos;          Se há mulheres na gerência;          Se há seções que incluem mulheres, não só moda, comida e social.</p>
Diversificação de fontes	<p>Apresenta vários pontos de vista;          Cenários em que mulheres desempenhem papel preponderante;          Dados e estatísticas desagregadas por sexo, raça e etnia;          Diversidade de opiniões e vozes;          Diversidade/interseccionalidade;          Eventos e contexto afetam de formas diferentes mulheres e homens;          Fontes de mulheres;          Fontes diversas, inclusivas, em equilíbrio e equitativas;          Fontes específicas, especializadas e autorizadas;          Fontes inclusivas;          Fontes mulheres negras, imagens de pessoas negras, de ponto de vista humanizado;          Menção a leis, tratados e normas;          Mundo pelos olhos das mulheres;          Novos protagonistas, novas fontes;          Outras fontes com especialistas com enfoque de gênero, não só mulheres sendo vítima;          Pluralidade de vozes femininas;          Próprias vozes de grupos subalternos;          Tratamento equitativo em todas as nas pautas, tratamento paritário para mulheres e homens.</p>
Linguagem inclusiva	<p>Denunciar estereótipos e convenções;          Evitar, rechaçar e pôr fim às representações estereotipadas;          Imagens e som;          Linguagem inclusiva;          Linguagem não sexista e não racista;          Linguagem sem estereótipos;          Não simplificar significados e perpetuar clichês.</p>
Subjetividade na prática jornalística	<p>Afirma o afetivo;          Aprofundar debate e análise crítica;          Assume ponto de vista sob não existência da objetividade;          Combate a discriminação;          Confronto a valores heteronormativos;          Contextualização da perspectiva de gênero com mirada crítica;          Denunciar opressão com perspectiva crítica à masculinidade hegemônica;          Desnaturalizar papel supostamente neutro;          Desnaturalizar pressupostos tradicionais do jornalismo conservador e liberal;          Observação mais ampla e profunda dos efeitos;          Põe em xeque a objetividade, a imparcialidade do ponto de vista;          Subjetividade;          Subjetivo e localizado.</p>
Tranversalização temática	<p>Agregar aos valores-notícia a dimensão de gênero;          Aplicado a todos os gêneros jornalísticos;          Estabelecer temas prioritários com agenda feminista;          Outra agenda;          Pautas com enfoque de gênero (agenda feminista);</p>

	Plantar agenda; Tranversalidade temática.
--	--

Fonte: A autora (2021).

Com base nessa tabela, as cinco categorias designadas para uma prática de jornalismo com perspectiva de gênero serão detalhadas a seguir.

### 3.3.1 Incorporação de mulheres nos meios de comunicação

A primeira categoria se refere à incorporação de mulheres nos meios de comunicação. Neste tópico, a perspectiva de gênero assume uma mirada sobre a composição das organizações de mídia, buscando perceber se há inclusão delas nos diferentes espaços, desde as colunas opinativas até os cargos de gerência. Ou seja, para além do processo de feminização da profissão (MICK; LIMA, 2013), há um movimento para que as mulheres ascendam a posições importantes dentro da estrutura dos meios, bem como estejam presentes em diversas seções, não apenas as convencionadas social e profissionalmente às mulheres. Assim, a proposta é que haja inclusão e participação ao menos igualitária entre profissionais de ambos os gêneros nos veículos jornalísticos. Nesse sentido, a portuguesa Carla Cerqueira *et al.* (2014) propõe a seguinte reflexão:

Se a abrangência temática e a heterogeneidade de atoras/es sociais (e.g. fontes de informação, especialistas e comentadoras/es) devem constituir elementos-chave nas práticas jornalísticas, a diversidade de profissionais dos média deve também ser encarada como uma prioridade nas organizações mediáticas. Corroborando Silveirinha (2004:1), ‘não devemos perguntar se o jornalismo nos média é diferente com mais mulheres, mas se há mais mulheres nos média porque os média são diferentes’ (CERQUEIRA *et al.*, 2014, p. 12).

Dessa forma, esta categoria contempla o empenho em viabilizar a incorporação de mulheres nos arranjos jornalísticos, como também promover políticas que levem em conta as questões de gênero para refletir sobre a organização interna dos veículos. Além disso, vale ressaltar que apesar da grande maioria dos textos consultados tratar sobre as mulheres de uma forma geral, faz-se necessário pontuar a diversidade de mulheres existentes, tendo em vista os princípios da interseccionalidade. No levantamento sobre desigualdade de gênero no jornalismo produzido pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (2017), 86,4% das entrevistadas consideraram que mulheres negras dentro da profissão têm menos oportunidades. Isso vai ao encontro dos resultados da pesquisa realizada pela Artigo 19 (2017), na qual mulheres negras estão em último lugar na hierarquia de distribuição de cargos no jornalismo, atrás de homens

brancos, homens negros e mulheres brancas, sequencialmente. Tais investigações demonstram que embora haja uma crescente inclusão de profissionais mulheres nas redações jornalísticas, isso não se reflete diretamente na ocupação de cargos de destaque, sobretudo no que tange jornalistas negras.

Um outro adendo pertinente a respeito dessa categorização é que apenas a inserção de mulheres nos meios de comunicação e, especialmente, em cargos de chefia, não garante que uma perspectiva de gênero seja acionada. Portanto, diversos materiais investigados assinalam questões para além da revisão das políticas de paridade de gênero, com propostas relacionadas à capacitação no interior dos veículos e à denúncia das opressões sofridas nos espaços profissionais. Desse modo, a expectativa é que a perspectiva de gênero faça parte das distintas etapas que constituem as políticas de organização e estruturação dos meios jornalísticos.

### 3.3.2 Diversificação de fontes

Compõe esta segunda categoria o tópico associado às fontes diversificadas. Refere-se tanto aos aspectos quantitativos, já que há escassez numérica na mobilização de fontes de determinados grupos, quanto qualitativos, uma vez que pretende angariar pluralidade de vozes e pontos de vista. A ideia é que essa diversidade não se dê apenas em relação à inclusão de fontes femininas, apesar de esse ser um ponto bastante mencionado, mas também trazendo outras pessoas que não estão habituadas a ter espaço na mídia jornalística de forma geral<sup>110</sup>. Desse modo, parte-se do entendimento que os eventos afetam de maneira diferenciada mulheres e homens, necessitando que sejam ouvidas diferentes fontes que discorram sobre os assuntos. Também, sublinha-se a imprescindibilidade dos marcadores sociais da diferença enquanto complexificadores das experiências das entrevistadas, o que colabora para oferta da multiplicidade de visões e novas protagonistas.

Essa categorização também parte da apreensão de que há uma baixa inserção de fontes femininas na mídia, como concluem diversos estudos no campo da Comunicação e do Jornalismo (GMMP, 2015; VIEIRA; SOUZA, 2015). Muitas vezes, as mulheres são mobilizadas enquanto fontes ordinárias, referenciadas e não citadas - ou seja, não dispõem da

---

<sup>110</sup>Algumas iniciativas brasileiras buscam fomentar a inclusão de guias e bancos de dados que visibilizam pessoas (especialistas ou não) as quais nem sempre costumam figurar entre as fontes habitualmente consultadas pelo jornalismo em geral. Dentre elas, temos: Entreviste um Negro, Guia de Fontes de Informação Jornalística Antirracista, Fale com Elas, entre outras.

palavra em primeira pessoa – ou são nomeadas de maneira informal. Por outro lado, ganham notoriedade quando suas performances fogem de atributos tradicionais associados à feminilidade ou quando são vítimas da violência de gênero (CERQUEIRA *et al.*, 2014). É um cenário repleto de nuances que vem se modificando ao longo do tempo, mas ainda não encontra equidade em relação às fontes mobilizadas pelo jornalismo<sup>111</sup>.

Outrossim, a questão das fontes trata não só sobre ter atenção a quem se consulta, mas quais perguntas e de que forma elas são feitas. Na pesquisa realizada por Jessica Costa (2018), a autora aborda o quanto as vivências dentro do movimento feminista estão imbricadas na reflexão ética acerca do jornalismo que as profissionais que atuam no portal com perspectiva de gênero estudado por ela produzem. Tal movimento incide diretamente na relação que essas jornalistas estabelecem com as fontes. Como exemplo, podemos citar a menção à sensibilidade, especialmente quando se refere ao tratamento de assuntos delicados, suscitando um cuidado com as fontes que se manifesta na busca por recursos que minimizem a exposição, não cedam ao furo jornalístico e à competição, nem explorem a emoção das entrevistadas diante de situações fragilizantes<sup>112</sup>.

Para além disso, há outras sugestões nos materiais consultados para visibilizar, por meio da diversificação de fontes, pessoas e grupos que não são habitualmente protagonistas dos conteúdos jornalísticos, a saber: consulta a mulheres em posições que não costumam ocupar, uma vez que há especialistas em distintas áreas; atenção à diversidade e pluralidade de mulheres consultadas; abordagem de indicadores, dados e estatísticas que fazem diferenciação por sexo, gênero, raça e etnia; menção a leis, tratados e normas que abarquem aspectos relacionados às questões de gênero; referência a centros de documentação sobre mulheres, LGBT e outros grupos minoritários; consulta a especialistas que tenham um enfoque de gênero em suas análises; realização de entrevistas com indivíduos ligados a organizações sociais, movimentos de mulheres, coletivos feministas, organizações não governamentais (ONGs), entre outros. Diante do exposto, as recomendações apresentadas visam que as fontes mobilizadas pela prática do jornalismo com perspectiva de gênero sejam diversas, inclusivas e equitativas.

---

<sup>111</sup>Em artigo elaborado pelo grupo de pesquisa Transverso sobre as fontes de informação mobilizadas na cobertura da posse presidencial de Jair Bolsonaro por jornais, revistas e portais online brasileiros (SILVA *et al.*, 2021), foi possível perceber que segue a hegemonia das fontes oficiais e a baixa participação da sociedade civil na prática jornalística de veículos de referência no país. Esse resultado demonstra, dentre outras questões possíveis, que segue havendo um padrão no que se refere às fontes consultadas pelo jornalismo. Inclusive, durante a análise da revista *Época*, a qual fiquei responsável, não foi identificada nenhuma fonte da sociedade civil, sendo, a maioria, fontes oficiais. Outrossim, apenas pessoas do gênero masculino foram entrevistadas pelo magazine.

<sup>112</sup>Inclusive, Jessica Costa (2018) pontua que algumas vezes há extrapolação da relação entre jornalista e fonte. Isso ocorre justamente pelo compartilhamento de vivências que denota uma proximidade, cuidado e proteção com as fontes, o qual pode culminar no não desenvolvimento de determinadas pautas.



### 3.3.3 Linguagem inclusiva

A terceira categoria alude à linguagem inclusiva. Enquanto sinônimo, também é empregado o termo “não sexista”, correspondendo à mobilização de uma expressão de linguagem que abrange aspectos textuais, imagéticos e sonoros a fim de alcançar um tratamento mais igualitário. É uma resposta ao sexismo que traz como referente o masculino, reproduz estereótipos e convenções de gênero<sup>113</sup> e oculta as mulheres – ainda que de forma sutil na produção jornalística – não as nomeando, seja por uma economia de palavras pelo espaço curto da notícia, seja pela priorização da utilização do sujeito (supostamente) neutro, o qual corresponde ao masculino genérico (SOUZA, 2014).

A linguagem, como um todo, é um produto social e histórico que está em construção e modificação permanentes. Corresponde a uma função ideológica e não arbitrária para explicar a realidade, conformando-se como uma representação de poder na qual são reproduzidas as desigualdades existentes entre diferentes indivíduos a partir do nomear. Por meio dela, são reiteradas normas e controles sociais que organizam a forma como identificamos e interpretamos as coisas do mundo (PARRAS; MOLINA, 2012; SOUZA, 2014; VIEIRA; SOUZA, 2015; BURCH, 2009).

As palavras eleitas para relatar certos acontecimentos multiplicam naturalizações ou, ao contrário, promovem reflexões sobre possibilidades de mudanças (CHAHER; SANTORO, 2007). A proposta de uma linguagem inclusiva trata a respeito de uma "formulação linguística, oral ou escrita, que tem como objetivo a integração em situação de equidade dos vários grupos sociais, através da visibilização e consideração constantes da diversidade sociocultural, nas mais variadas esferas de ação" (CERQUEIRA *et al.* 2014, p. 39). Logo, visa a adaptação a um mundo em transformação, visto que “nomear é reconhecer que o outro e/ou a outra existem, que estão no mundo e em sentido de respeito e igualdade são nomeados” (CIMAC, 2011, p. 74, tradução minha)<sup>114</sup>.

Nos textos consultados, há busca pela inclusão de outras palavras e expressões que designem pessoas e coisas, questionando os elementos excludentes e opressivos da linguagem

---

<sup>113</sup>Podemos perceber a reprodução de uma linguagem sexista, por exemplo, na cobertura jornalística sobre a violência de gênero em mídias brasileiras. Em artigo anterior (BEZERRA; SCHANDER, 2019), apreendemos que alguns veículos mobilizam estratégias de suavização e normalização de atos de feminicídio. Isso ocorre, sobretudo, por haver utilização de termos como “crime passional” para descrição do crime ou pela nomeação do agressor não como acusado ou culpado, mas por sua profissão e/ou status de relacionamento com a vítima.

<sup>114</sup>No original, “nombrar es reconocer que el otro y/o la otra existen, que están en el mundo y en el sentido de respeto e igualdad son nombrados” (CIMAC, 2011, p. 74).

(BURCH, 2009). Há diversas recomendações que vão desde o tratamento sobre temáticas específicas, a exemplo dos conteúdos dispostos nos Minimanuais de Jornalismo Humanizado da *Think Olga*<sup>115</sup>, até sugestões práticas: trocando a palavra “mulher” pela palavra “homem” em determinada frase, ela mantém o mesmo sentido? Ou se torna sexista? E o inverso? Ademais, outras questões também são suscitadas, tais como evitar o masculino genérico como universal, optando por termos como “humanidade”, “mulheres e homens”, “pessoas”, etc.; eliminar artigos em substantivos neutros; não reproduzir designações assimétricas em nomes e sobrenomes; evitar construções que possam ser ambíguas e/ou alusões descritivas, grosseiras ou elogiosas; não referenciar parentesco, a não ser que seja uma informação indispensável; identificar pessoas por nome, sobrenome, cargo e profissão, sem adicionar “mulher” ou “senhora” ao cargo que desempenham, entre outras.

Já em termos imagéticos e sonoros, os quais aqui estão sendo também analisados sob a perspectiva da linguagem, igualmente se busca desconstruir o sexismo. Um exemplo de como isso acontece é em função de haver uma recorrente exposição das figuras femininas, sobretudo em razão de seus atributos físicos. Tal evidenciação costuma ser sistematicamente criticada, uma vez que é apreendida enquanto um fator que gera violência simbólica ao longo da história dos meios de comunicação. É preciso fazer o seguinte questionamento:

É informativo e indispensável o close-up de uma mulher que perdeu algum ente querido? Abordamos as lentes com a mesma profundidade como quando são os homens que manifestam suas emoções? É informativo e indispensável musicalizar as notas sobre feminicídio ou violência contra as mulheres? As imagens que, por exemplo, mostramos de uma líder mulher, destacam-se pela sua capacidade negociadora ou pelo seu estilo de vestir? (GARFIAS *et al.*, 2010, p. 14, tradução minha)<sup>116</sup>.

Frente a esses aspectos, algumas sugestões são conformadas no sentido de impor limites e respeito às pessoas que foram vítimas, não as revitimizando por meio das imagens; não expor o corpo de mulheres; ter atenção a possíveis propósitos sexuais que possam gerar determinadas representações imagéticas; rechaçar clichês, convenções e estereótipos de gênero por meio da veiculação de outras imagens e conteúdos sonoros; dispor de cuidado ao elaborar legendas,

<sup>115</sup>Publicados entre 2016 e 2018, cada Minimanual aborda uma temática distinta, a saber: violência contra a mulher, pessoas com deficiência, racismo, estereótipos nocivos, LGBT, aborto e jornalismo esportivo. Nesses exemplares, foram veiculadas recomendações relacionadas à linguagem textual e imagética no jornalismo.

<sup>116</sup>No original, “¿Es informativo e indispensable el close up de una mujer que ha perdido a algún ser querido? ¿Acercamos el lente con la misma profundidad que cuando son hombres quienes manifiestan sus emociones? ¿Es informativo e indispensable musicalizar las notas sobre femicidio o violencia contra las mujeres? Las imágenes que, por ejemplo, mostramos de una mujer líder ¿destacan por capacidad negociadora o por su estilo de vestir?” (GARFIAS *et al.*, 2010, p. 14).

entre outras. Vale ressaltar que tanto em termos textuais quanto imagéticos e sonoros, assinala-se a necessidade de incorporação de uma mirada diversa e interseccional, de forma que sejam corretamente nomeados e visibilizados os marcadores sociais da diferença<sup>117</sup>.

### 3.3.4 Subjetividade na prática jornalística

A quarta categoria presente é a subjetividade na prática jornalística. No jornalismo, a subjetividade é, muitas vezes, um elemento interdito. Com a proposta da perspectiva de gênero, ela é apreendida como uma prática potencializadora para reflexividade e encontro com a alteridade (VEIGA DA SILVA; MAROCCO, 2018). Nesse sentido, há um rompimento da lógica da objetividade ligada às noções de neutralidade, impessoalidade, totalidade e valor de verdade enquanto requisitos para aferir qualidade e credibilidade jornalística (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019). Assim, tensiona modos de fazer e pensar o jornalismo.

Importa assinalar que assumir a subjetividade da prática jornalística não significa abandonar ou rejeitar a objetividade. Embora alguns textos analisados apontem para essa asserção, compreendo que elas não são opostas, e sim, complementares. É o que nos apresenta Donna Haraway (1995) ao desenvolver o conceito de objetividade corporificada, que posteriormente foi reapropriado por Jessica Costa (2018) para refletir sobre uma objetividade corporificada no jornalismo. As autoras partem da compreensão que existem saberes localizados e situados que implicam em posicionamentos e reconhecimentos parciais. Dessa forma, apenas por meio da adoção de uma perspectiva parcial se tornaria possível chegar a uma visão mais objetiva sobre os eventos.

Na mesma direção, Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2010) trabalham com o conceito de perspectiva, o qual serve como contraponto à noção de objetividade enquanto sinônimo de imparcialidade, explicitando que qualquer discurso é situado e marcado por uma rede complexa de relações. Para o autor e a autora, a ideia de que a objetividade pode ser atingida por meio do pluralismo social de escuta “aos dois lados” é imprecisa, uma vez que ignora o caráter conflitivo que permeia as relações sociais, colaborando para que haja silenciamento sobre os critérios que definem quais vozes serão consideradas relevantes. Assim, o conhecimento situado e

---

<sup>117</sup>Um adendo interessante é perceber que a grande maioria dos textos não cita questões relacionadas à inclusão de recursos de acessibilidade comunicativa para acesso aos conteúdos com perspectiva de gênero por pessoas com deficiência. Quando abordam, geralmente dizem respeito ao tratamento por meio de uma linguagem inclusiva e respeitosa a esses indivíduos, não referindo-se às possibilidades de acessibilidade.

perspectivo é desejável para promoção de justiça social, em função de permitir a diferentes grupos sociais a possibilidade de organização de discursos a partir de suas próprias perspectivas.

Essas duas noções, tanto de uma objetividade corporificada, quanto da perspectiva, fazem parte da proposta a qual reconhece que os fatos se dão em um ambiente histórico-social que é objetivo, e que as posições de sujeitas constituem lentes de leitura acerca da realidade. Logo, os sentidos, as emoções e o próprio corpo são instrumentos partícipes das práticas profissionais (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019). Desse modo, esta categoria carrega elementos que auxiliam na caracterização da posicionalidade existente no trabalho jornalístico. Como bem resume Fabiana Moraes (2019b) em seu conceito sobre o jornalismo de subjetividade, essa prática está atenta à:

[...] necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular (MORAES, 2019b, p. 209).

Portanto, a implementação da dimensão subjetiva, por mais complexa e difícil que seja de identificação nos textos jornalísticos, é necessária para uma prática mais íntegra e integral, especialmente quando falamos de uma perspectiva de gênero no jornalismo. Isso porque ela repensa diversos elementos como os valores-notícia que hierarquizam e excluem pessoas e lugares; confronta e desnaturaliza pressupostos tradicionais, valores heteronormativos e a masculinidade hegemônica presente na prática jornalística; desfaz a crença que a jornalista “dá voz”, já que os indivíduos têm suas próprias vozes; busca não exotificar pessoas, acontecimentos e grupos; e procura um melhor encontro com o afetivo, a alteridade e o extraordinário (MORAES, 2019b). Diante desses aspectos, torna-se mais possível acessar perspectivas parciais que assumem uma determinada visão de mundo que mobiliza o gênero e a interseccionalidade enquanto categorias de análise, rejeitando papéis supostamente neutros e imparciais ao propor uma visão crítica e posicionada sobre os eventos.

### 3.3.5 Transversalização temática

A quinta categoria refere-se à transversalização temática. Essa ideia parte da concepção que qualquer temática pode ser tratada sob a ótica de gênero, rompendo com o estigma de que

assuntos considerados mais sérios, como economia<sup>118</sup> e política, não devem contemplar as questões de gênero em suas análises. E não somente: podemos pensar sobre as desigualdades de gênero na educação, no esporte, na saúde, no meio ambiente, em desastres, nos direitos humanos, na literatura, na legislação, etc. Diante desse movimento, os acontecimentos não se encontram de maneira isolada, visto que as temáticas passam a promover um debate que visibiliza formas alternativas de reflexão acerca dos diferentes eventos (GARFIAS *et al.*, 2010).

Como exemplo de como ocorre essa transversalização temática, é possível citar a relação que se estabelece entre o tema da água e as mulheres. Histórica e socialmente, a divisão sexual do trabalho tornou as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico. Assim, elas eram (e em muitas localidades em que não há saneamento básico, ainda são) encarregadas de buscar água para abastecer suas famílias, percorrendo longas distâncias para cumprir a tarefa. Majoritariamente, eram e são elas quem fazem a comida, lavam os pratos, as roupas e banham as crianças. Nesse sentido, percebemos a centralidade social das mulheres no debate sobre a água. Logo, ao falar sobre esse assunto, torna-se fundamental questionar: de que forma essa questão atinge as mulheres? Está sendo considerada a realidade social e local, para além da econômica, ao tratar dessa temática? Há pontos que complexificam tal abordagem ao mobilizarmos os marcadores sociais de gênero e raça, por exemplo?

Diante do exposto, esta categoria valoriza a inserção da mirada de gênero sobre todos os gêneros jornalísticos e editoriais presentes nos veículos. Conseqüentemente, questiona a existência de seções exclusivas destinadas somente a tratar de assuntos convencionados socialmente como sendo para e sobre mulheres, a exemplo de suplementos femininos existentes em jornais, ou mesmo editoriais específicas para abordar questões de gênero, como é o caso da plataforma *Celina*<sup>119</sup>, de *O Globo*.

Contudo, importa ressaltar que alguns temas são chave para a agenda feminista e de gênero, não havendo como não os contemplar, sobretudo, em veículos que adotam a perspectiva de gênero já em sua linha editorial. Inclusive, essa noção abarca a ideia de que as questões de gênero podem ser consideradas um valor-notícia relevante para esses veículos, como

---

<sup>118</sup>A codiretora Carolina Oms (2020) aponta que em uma pesquisa feita pela *AzMina*, 97% das leitoras afirmaram querer aprender sobre finanças pessoais, mas não sabiam por onde começar, não compreendiam os termos ou conceitos da temática e avaliavam que os conteúdos disponíveis nos veículos jornalísticos em geral não iam ao encontro de suas realidades. Logo, podemos perceber a disposição das leitoras em acessar essa discussão, a qual originalmente estaria classificada como pertencente ao campo das *hard news* (economia) - portanto, convencionada ao público masculino.

<sup>119</sup>Em março de 2019 foi lançada a plataforma *Celina*, um espaço do jornal *O Globo* para “debater, em profundidade, os temas ligados a mulheres, mas também outras questões de gênero e diversidade” (O GLOBO, 2019). Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

apreendido em análise anterior (SCHANDER, 2019). Desse modo, saúde e direitos reprodutivos, violência de gênero, políticas públicas para mulheres e minorias são algumas temáticas indispensáveis e recorrentes. Outrossim, a exploração desses temas diz respeito a uma forma de visibilização de discussões que por vezes estão fora do debate midiático hegemônico, a exemplo de publicações que abordam aspectos relacionados à descriminalização do aborto.

#### 4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA REVISTA AZMINA

A partir da constituição das categorias presentes em uma prática de jornalismo com perspectiva de gênero, as quais foram detalhadas no capítulo anterior, parto para segunda etapa de análise. Nesta, procuro compreender como tais categorias são mobilizadas nas reportagens publicadas pela *Revista AzMina*, também utilizando o aporte metodológico da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2002).

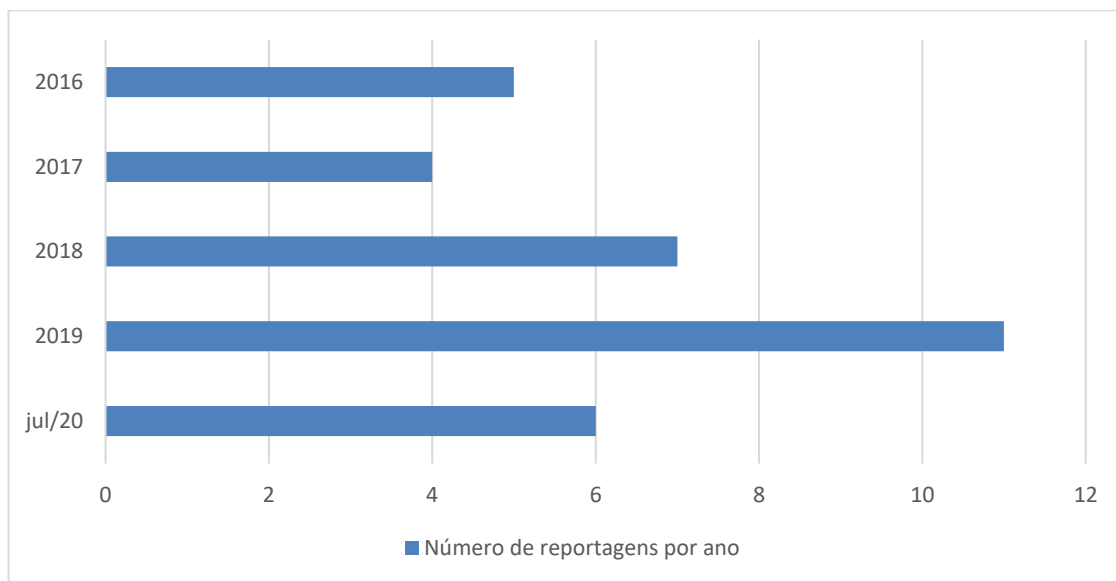
Para realizar esta análise, escolhi os textos presentes na antiga seção denominada “Especiais”. Optei por ela em função de priorizar a investigação de textos informativos/interpretativos, já que a produção desses conteúdos é apontada como um diferencial de *AzMina* em relação a veículos com propostas similares, os quais publicam, predominantemente, artigos opinativos (SOUZA; ZUCOLO, 2018; CABRAL, 2017; BUITONI; LOPES, 2018; SOUZA, 2019). A decisão por essa seção, em específico, ocorreu, pois ela contemplava uma ampla diversidade de assuntos, não estando restrita apenas a uma determinada temática tal como outras seções e editorias de *AzMina*. Além disso, essa seção era considerada o carro chefe da revista no *layout* anterior do site, uma vez que muitas reportagens ali veiculadas haviam sido financiadas por editais de bolsas de reportagem.

Assim, na seção “Especiais” constavam 33 reportagens, as quais estão dispostas no quadro do Apêndice A desta dissertação. A partir dos textos veiculados, é possível perceber que *AzMina*, embora exista desde 2015, deu início à seção somente em 2016<sup>120</sup>. Portanto, de junho de 2016 até o período de extinção da seção, em julho de 2020, a revista publicou uma média de 6,6 reportagens especiais por ano, sendo 2019 o ano de maior produção (11), como vislumbramos no gráfico (Figura 6) a seguir:

---

<sup>120</sup>Nos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020 foram publicados editais para bolsas de reportagem que ofertavam um valor definido a fim de ajudar a cobrir os custos de produção das reportagens.

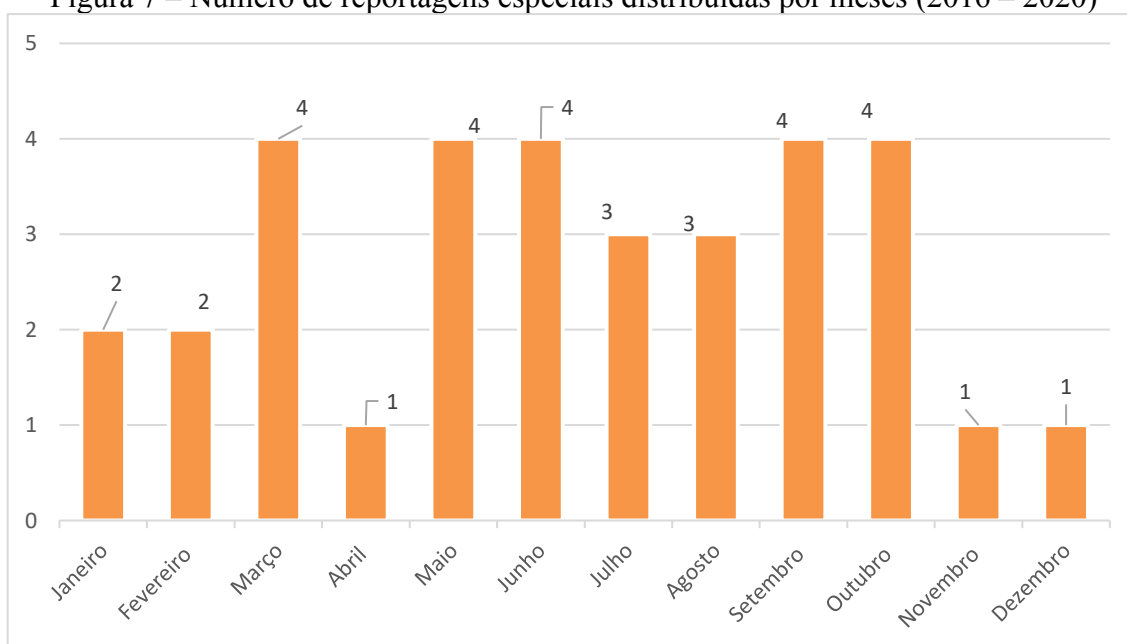
Figura 6 – Número de reportagens especiais publicadas por ano (2016 - 2020)



Fonte: A autora (2021).

Já a produção de reportagens distribuída por meses, ao longo dos cinco anos de existência da seção, pode ser considerada regular. O mínimo veiculado era uma reportagem a cada mês (o que ocorre em abril, novembro e dezembro) e máximo de quatro publicações mensais (março, maio, junho, setembro e outubro). Isso dá uma média de aproximadamente 2,75 reportagens publicadas por mês:

Figura 7 – Número de reportagens especiais distribuídas por meses (2016 – 2020)



Fonte: A autora (2021).



A partir desses dados gerais acerca dos textos presentes na seção “Especiais” de *AzMina*, parto para seleção do *corpus* desta pesquisa. Das 33 reportagens publicadas, exclui duas: “Racismo na moda: como o preconceito se expressa na passarela?” e “Funk e feminismo: as MCs que provam que funk também é lugar de mulher”. Elas foram retiradas da análise em razão de se tratarem de documentários. Esse corte foi feito visto que nesse formato predominam os recursos audiovisuais<sup>121</sup>, havendo menor ênfase no texto escrito, foco principal deste estudo. Desse modo, o *corpus* desta análise é constituído de 31 reportagens<sup>122</sup>.

#### 4.1 INCORPORAÇÃO DE MULHERES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO APLICADA À REVISTA AZMINA

A proposta de incluir mulheres nas estruturas dos meios de comunicação, desde a inserção nos processos de produção das reportagens até a ocupação dos cargos de gerência, funciona quase como uma regra formal para a equipe de *AzMina*. Tal disposição pode ser confirmada por um trecho da entrevista concedida pela jornalista Helena Bertho, membra da equipe diretiva:

[...] desde o começo a gente sempre teve claro de ter jornalistas mulheres... Repórter homem: só se doar reportagem. “Você está doando seu trabalho? E está bom? Está realmente jornalisticamente...?” Não vamos recusar. Aconteceu só uma vez. Um homem veio doar uma reportagem pra gente, era um repórter muito específico, cobria causa indígena, na Amazônica. Era uma matéria focada em mulheres indígenas sobre gênero. Mas era um cara que tinha essa pauta, doou, tava boa a matéria... Mas... Primeiro pelo olhar e pelo recorte, segundo se a gente vai remunerar, a gente vai remunerar mulher. De preferência (SANTOS, 2020, p. 173).

Por meio desse relato, podemos perceber que a revista se organiza priorizando o trabalho, a remuneração e as colaborações realizadas por profissionais mulheres. É perceptível, também, que a equipe preza pela diversidade existente entre elas, levando em conta aspectos interseccionais<sup>123</sup>, como raça e etnia, os quais são possíveis de serem apreendidos por meio da

<sup>121</sup>Vale ressaltar que em outras reportagens presentes no *corpus* também há material audiovisual. Porém, são materiais curtos, os quais desempenham a função de apenas complementar o texto escrito, diferente dos documentários.

<sup>122</sup>A média de palavras dessas reportagens é de 3.890 palavras, tendo a maior reportagem 11 mil e a menor 500 palavras.

<sup>123</sup>Em março de 2021 foi publicado um chamamento para contratação de Gerente de Arte para trabalhar fixo na *AzMina*. A vaga era exclusiva para mulheres e priorizava não brancas.

observação de quem compõem as equipes diretiva, de redação e colunistas do veículo, como visto no subcapítulo 2.3.

Já no que se refere as 31 reportagens analisadas, o elemento passível de ser investigado nesta categoria diz respeito à autoria desses textos. Eles foram escritos por algumas membras e ex-membras da equipe, bem como por profissionais externas (*freelancers*), em razão de muitas das reportagens terem sido financiadas pelo programa de Bolsas de Reportagem da Fundação Ford. Inclusive, é válido sublinhar que esse custeio permitiu que mulheres das cinco macrorregiões do Brasil fossem selecionadas para realizar as reportagens, de forma a contemplar temáticas presentes em distintas realidades locais e regionais brasileiras. Além disso, alguns desses textos trazem contribuições que relacionam as pautas ao contexto de outros países, sobretudo Estados Unidos e Irlanda.

Em meio a esse panorama, a autoria dos textos especiais foi atribuída a 25 mulheres<sup>124</sup> e uma assinatura como “Equipe AzMina”<sup>125</sup>. Há 10 reportagens com fotografias creditadas, sendo sete mulheres<sup>126</sup> e um homem. Também, são 12 textos que contam com autoria identificada das ilustrações e artes, nas quais quatro foram produzidas por mulheres<sup>127</sup> e quatro pelo Estúdio Rebimboca. Por fim, cinco profissionais mulheres, ex ou atuais membras da equipe fixa da revista, desempenharam o trabalho de edição das reportagens<sup>128</sup>. No gráfico abaixo (Figura 8), podemos ver a distribuição geral de assinaturas entre mulheres, homens e sem identificação:

---

<sup>124</sup>Algumas profissionais escreveram mais de uma reportagem, a saber: Carolina Vicentin (3 reportagens), Helena Bertho (5), Milena Teixeira (2) e Nana Queiroz (2). Para esta e as contagens seguintes, a autoria repetida foi considerada apenas uma vez.

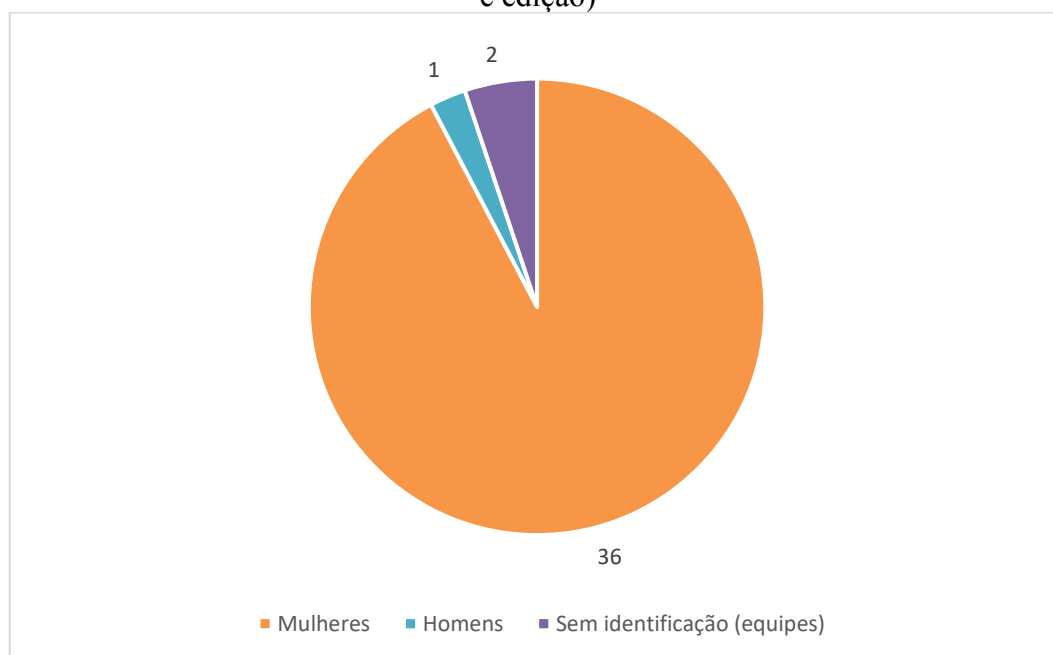
<sup>125</sup>A Equipe AzMina é formada por mulheres. Porém, em função de não haver como afirmar exatamente quem são as pessoas que escreveram a reportagem que leva essa assinatura, optei por classificá-la como “Sem identificação (equipes)”. O mesmo ocorreu com as ilustrações atribuídas ao Estúdio Rebimboca.

<sup>126</sup>Paula Fróes assina a fotografia de três reportagens.

<sup>127</sup>Larissa Ribeiro assina a ilustração de cinco reportagens.

<sup>128</sup>As seguintes profissionais se revezaram para trabalhar na edição de 21 reportagens: Carolina Oms (5 edições), Carolina Vicentin (2), Helena Bertho (5), Nana Queiroz (2) e Thais Folego (7).

Figura 8 – Assinatura das reportagens especiais (autoria do texto, ilustração e arte, fotografia e edição)



Fonte: A autora (2021).

Diante desses dados, é possível inferir que ao menos 37 pessoas estiveram envolvidas nos processos de produção das reportagens<sup>129</sup>. Subtraindo da contagem as duas assinaturas não identificadas, 36 dessas foram feitas por mulheres e uma por homem. Ou seja, 97,3% das pessoas envolvidas na autoria (assinatura do texto, ilustração/arte, fotografia e/ou edição) são mulheres. Além disso, se considerarmos somente a autoria dos textos, o total deles (100%) foi escrito e assinado por mulheres. Isso demonstra uma disposição em não somente privilegiar o diálogo com fontes femininas, como veremos a seguir, mas também conceder espaço a esse protagonismo das profissionais para assumirem as mais variadas etapas dos processos de produção das reportagens, além de priorizá-las junto à composição fixa da equipe da revista.

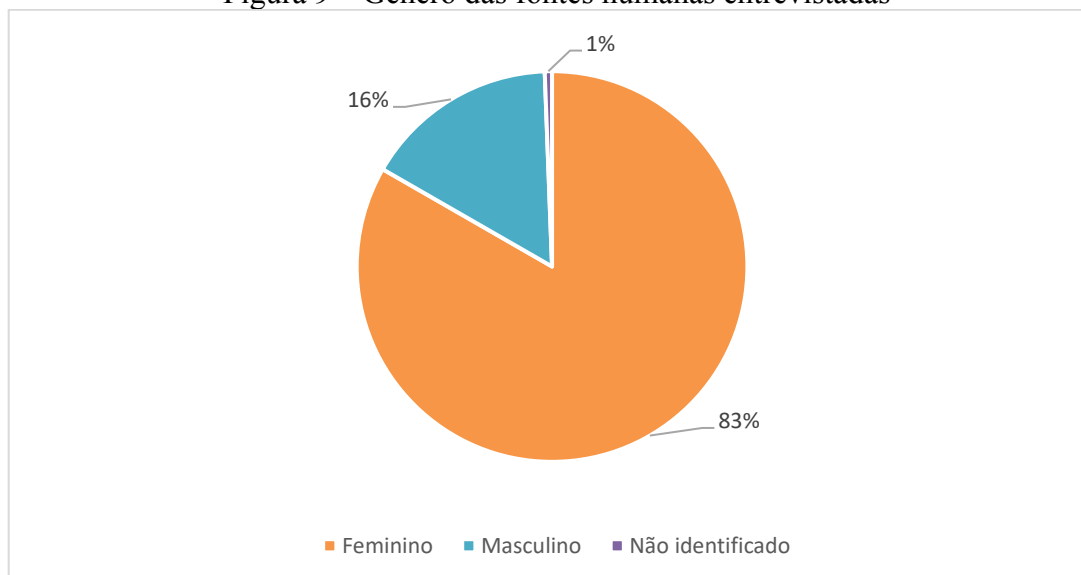
#### 4.2 DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES NA REVISTA AZMINA

<sup>129</sup>Nove profissionais estiveram envolvidas no processo de autoria das reportagens, ilustrações, fotografias e/ou edição por mais de uma vez. São elas: Carolina Oms (6), Carolina Vicentin (5), Helena Bertho (10), Larissa Ribeiro (5), Maria Fernanda Ribeiro (2), Milena Teixeira (2), Nana Queiroz (4), Paula Frões (3) e Thais Folego (7). Não considerei o montante total de 39 pessoas, o qual contabilizaria pelo menos uma autora/autor da Equipe AzMina e do Estúdio Rebimboca, em função de possivelmente serem pessoas que já foram consideradas na contagem, já que a equipe da revista trabalhou em várias etapas e o Estúdio Rebimboca é coordenado pela ilustradora da *AzMina*.

Acerca da categoria de diversificação das fontes, podemos perceber que *AzMina* apresenta uma vasta quantidade de fontes em suas reportagens. Ao todo, entre fontes humanas entrevistadas e fontes de informação em geral (não humanas), temos um total de 523 fontes. Isso ocasiona uma média aproximada de 16,9 fontes por reportagem, com o texto que conta com mais fontes tendo 47 e o com menos, duas.

Entre as fontes humanas entrevistadas, ou seja, aquelas que se referem a pessoas que foram diretamente consultadas, tendo suas aspas publicadas nas reportagens, há um total de 341 fontes. É uma média de 11 fontes entrevistadas por reportagem, tendo a maior computado 31 e a menor uma fonte entrevistada. Desse montante, 284 são mulheres, 55 são homens e duas têm o gênero não identificado<sup>130</sup>, como podemos ver no gráfico em porcentagem a seguir:

Figura 9 – Gênero das fontes humanas entrevistadas



Fonte: A autora (2021).

Com base nesses dados, percebemos uma predominância na consulta às fontes femininas, já que essas correspondem a 83,3% do total, contra 16,1% de fontes masculinas. Essa primazia ocorre em razão de várias dessas reportagens contarem apenas com fontes femininas, ressaltando o diálogo, por exemplo, com as “primeiras mulheres” em determinados cargos, como a primeira delegada do plantão da mulher, a primeira eleita de um certo município, a primeira cacique de um dado território indígena, etc. Ademais, de todo *corpus* de reportagens analisado, apenas dois textos contavam com mais homens que mulheres entrevistadas. Esse

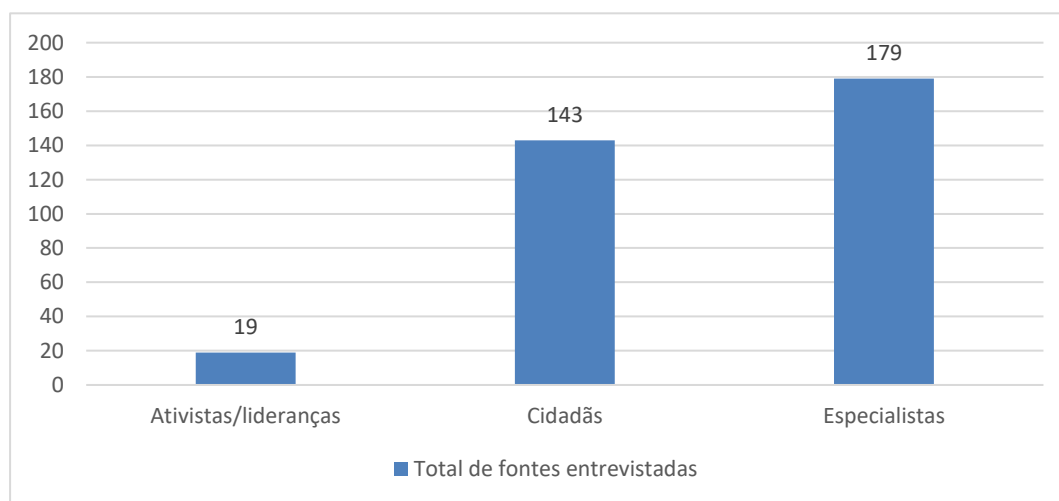
<sup>130</sup>Para essa contagem, foram consideradas mulheres cis e trans no gênero feminino, bem como homens cis e trans no gênero masculino. A atribuição de gênero foi feita segundo o pronome utilizado nas reportagens para nomear as fontes.

resultado vai ao encontro do que a codiretora de *AzMina*, Carolina Oms, relata em curso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) (2020):

Na Revista *AzMina*, estabelecemos algumas regras para garantir a diversidade de fontes e contrabalancear a ainda persistente maioria de homens entrevistados no jornalismo não-feminino ou feminista: Só ouvimos especialista ou fontes homens se isso for indispensável para a reportagem ou se eles forem absolutas referências em suas áreas, como o médico Jefferson Drezett, que dirigiu por mais de 20 anos o serviço de aborto legal do Pérola Byington. Priorizar entrevistas com especialistas e personagens negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, trans e de outros grupos minorizados (OMS, 2020, n.p.).

Diante do exposto, é viável inferir que há uma escolha ativa e consciente em privilegiar a escuta de fontes femininas, levando em conta também a interseccionalidade e os marcadores sociais da diferença<sup>131</sup>. A partir desse primeiro dado por gênero, corroborado pela explanação de uma das diretoras da revista, qualifiquei<sup>132</sup> o papel desempenhado por essas fontes humanas entrevistadas no texto, classificando-as<sup>133</sup> em três categorias: ativistas/lideranças, cidadãos e especialistas (Figura 10).

Figura 10 – Classificação das fontes humanas entrevistadas



Fonte: A autora (2021).

<sup>131</sup>Além do gênero, outro marcador social da diferença que ratifica a noção de diversificação de fontes é a localidade de produção desses textos: Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins são alguns dos estados em que as reportagens foram ambientadas. Também, é possível perceber o marcador social da geração nessas fontes. Isso ocorre quando, em uma mesma reportagem, são entrevistadas pessoas da mesma família, como a mãe, a avó e a neta, para discutirem determinadas questões, a exemplo do trabalho doméstico geracional entre mulheres negras.

<sup>132</sup>Vale pontuar que essa qualificação não se pretende ser um estudo de fontes. Portanto, essa classificação configura-se, neste contexto, como um modo de observação geral acerca das fontes entrevistadas.

<sup>133</sup>Essa classificação foi inspirada na empreendida pelas discussões suscitadas no grupo de pesquisa que sou integrante, o Transverso – Estudos em jornalismo, interesse público e crítica. Ver em: SILVA *et al.*, 2021.

Em virtude dessa classificação, depreendo que há uma diversificação de fontes entre especialistas (52,5%), cidadãs (41,9%) e ativistas/lideranças (5,6%). Dentre as especialistas, a categoria mais mobilizada, há presença de profissionais de inúmeras áreas: médicas, psicólogas, juristas, procuradoras, presidentas de associações e federações, assistentes sociais, etc. Há, também, espaço para pessoas que trabalham em secretarias, ONGs, centros de referência e centros de estudo ligados especificamente às questões de gênero. Vale destacar que muitas dessas profissionais são especialistas em gênero, seja por desenvolverem pesquisas acerca do tema ou por se identificarem enquanto advogadas feministas que atuam em organizações como a Themis<sup>134</sup>, por exemplo.

Já as fontes cidadãs são mães, mulheres grávidas, mulheres que fizeram aborto, indígenas, vítimas, parentes de vítimas, alunas, travestis, ciganas, caminhoneiros, prostitutas, doadores de esperma, pessoas em situação de rua, moradoras de ocupações, migrantes, recicladoras, lésbicas, quilombolas, entre outras. De acordo com a temática de cada reportagem, são entrevistadas pessoas que estão diretamente ligadas ao assunto e têm algo a contribuir por meio do relato de suas vivências. Nesse sentido, as identidades sociais são acionadas para dialogar com o contexto das reportagens, demonstrando seu caráter não fixo e relacional (HALL, 2000; WOODWARD, 2000). Ou seja, uma mulher que tem filhas, nem sempre precisará reivindicar sua identidade enquanto mãe. Porém, em uma reportagem que trata sobre mães que tiveram os próprios filhos mortos por policiais (TEIXEIRA, 2019b), essa identidade acaba sendo mobilizada, uma vez que a discussão gira em torno desse tema. Ademais, a questão identitária das fontes cidadãs também ocorre em um texto (LISBOA, 2019) no qual a própria jornalista que escreve a reportagem se coloca como fonte. Tal movimento acontece em função de ela expor sua trajetória enquanto mulher negra e parte de uma família de mulheres que trabalharam no serviço doméstico ao longo de sucessivas gerações.

Além disso, é perceptível que *AzMina* busca explorar a diversidade existente entre as próprias cidadãs entrevistadas. Logo, mesmo que elas compartilhem de uma certa identidade coletiva, são assinaladas as distinções entre as pessoas que compõem determinado grupo social. Como exemplo, podemos citar mulheres prostitutas que, embora estejam na mesma situação, dispõem de visões e experiências diferentes acerca da prostituição (QUEIROZ, 2017a). Também, mães indígenas têm processos de maternar distintos, como vemos no seguinte trecho retirado de uma das reportagens analisadas:

---

<sup>134</sup>A Themis é uma organização não governamental de Porto Alegre/RS que foi criada em 1993 com o objetivo de enfrentar a discriminação sofrida pelas mulheres no sistema de justiça brasileiro.

Para entender o modelo de maternidade de cada mulher, é preciso considerar se o povo ao qual ela pertence tem suas terras demarcadas ou não; se mora longe, perto ou até mesmo dentro da cidade; se vive em beira de estrada, defendendo-se de bala de capanga de latifundiário; se dentro da sua comunidade ela tem lugar de destaque; se é ama-de-leite; se é esposa ou filha de liderança; se ela mesma é liderança; se é mais velha ou mais nova; quantos filhos ela tem; se trabalha fora da aldeia ou fica em casa; se a sua etnia ainda fala a própria língua ou majoritariamente o português (DREHER, 2016, n.p.).

Por meio dessas construções, percebemos a diversidade e a individuação de experiências, corpos, vínculos e afinidades presentes mesmo dentro de uma vivência compartilhada. Ainda acerca dessas fontes cidadãs, é notável que há um cuidado em preservar as identificações por receio de possíveis retaliações. Muitos nomes são alterados e outros seguem como anônimos, demonstrando a preocupação da revista com esses indivíduos. Também, quando são entrevistadas pessoas que passaram por situações delicadas, como tentativas de suicídio, *AzMina* não as rotula de maneiras pejorativas ou que as reduzem a esses episódios. Ao referirem-se a essas fontes nos textos, dão destaque às profissões, idades e locais de origem dessas entrevistadas.

Por sua vez, a categoria de ativistas e lideranças agrupa as fontes que assim foram nomeadas pelas autoras das reportagens especiais de *AzMina*<sup>135</sup>. São lideranças locais de determinados grupos organizados ou comunidades, gerenciadoras de páginas em redes sociais digitais e responsáveis por projetos e organizações em prol das mulheres, como militantes do grupo Mães de Maio e da Marcha Mundial das Mulheres. Diante disso, podemos perceber que a disposição dessas fontes humanas entrevistadas, a qual apresenta uma predileção por dialogar com mulheres, as coloca como protagonistas no jornalismo de *AzMina*, seja na posição de fonte ativista/liderança, cidadã ou especialista.

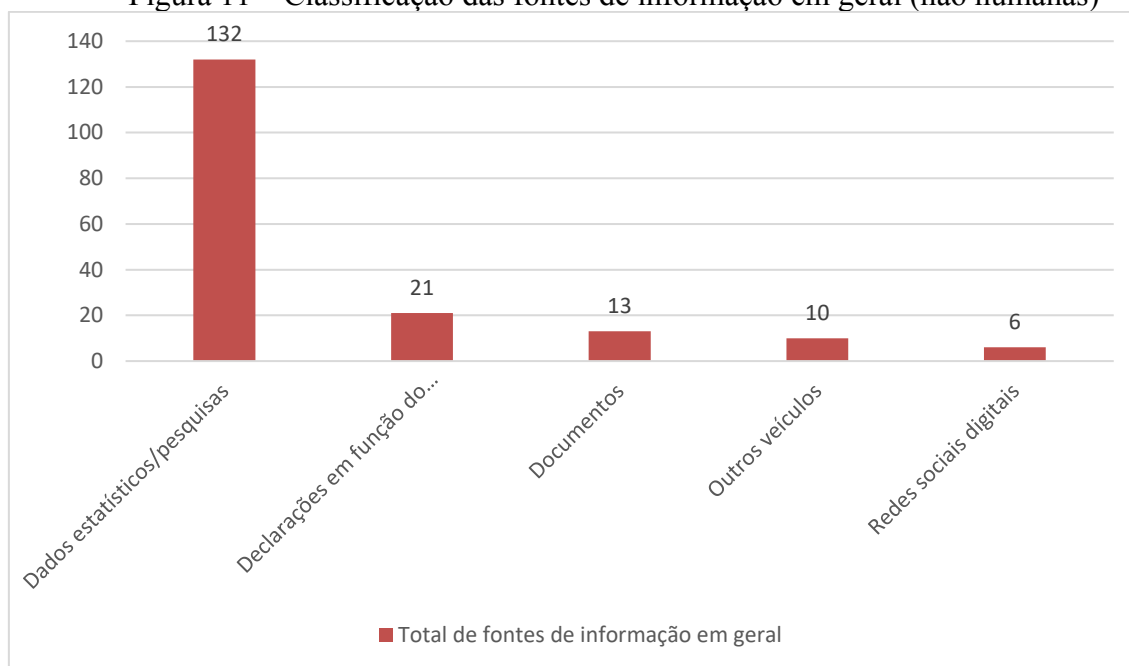
Afora os aspectos que se referem às fontes humanas entrevistadas, temos também as fontes de informação em geral (não humanas) mobilizadas pelos textos. Elas somam um total de 182 fontes e foram classificadas<sup>136</sup> da seguinte forma:

---

<sup>135</sup>Sublinho a possibilidade de que algumas ativistas e lideranças podem estar contempladas no montante de cidadãs e de especialistas. Porém, para esta análise em específico, foram contabilizadas e classificadas de acordo com a denominação recebida pelas autoras das reportagens.

<sup>136</sup>Essa categorização também foi inspirada na empreendida pelas discussões suscitadas no grupo de pesquisa que sou integrante, o Transverso – Estudos em jornalismo, interesse público e crítica. Ver em: SILVA *et al.*, 2021.

Figura 11 – Classificação das fontes de informação em geral (não humanas)



Fonte: A autora (2021).

As fontes de informação em geral (não humanas) se dividem entre Dados estatísticos/pesquisas (dados estatísticos oficiais de relatórios, instituições e órgãos públicos e privados, dados de pesquisas científicas, centros de estudo ou produzidos pelo próprio veículo<sup>137</sup>), os quais correspondem a 72,5% do total; Declarações em função do cargo/órgãos (declarações de autoridades públicas ou de órgãos representativos, como ministérios e partidos políticos) somam 11,5%; Documentos (leis, projetos de lei, obituários e ações judiciais) são 7,1%; Outros veículos (publicações em demais veículos de comunicação) correspondem a 5,5%; e Redes sociais digitais (postagens em redes como o *Facebook*) somam um total de 3,3%.

Diante desses percentuais, é possível apreender que a revista busca acionar como fontes de informação das reportagens, em sua maioria, dados relacionados a estatísticas e pesquisas científicas. Dados desagregados por gênero e raça, uma das recomendações para prática de um jornalismo com perspectiva de gênero, são amplamente abordados nos textos<sup>138</sup>, como explicitado nos exemplos abaixo:

<sup>137</sup>A primeira pesquisa feita pela *AzMina* consultou 99 mulheres de diferentes regiões do país sobre atendimentos em delegacias especializadas da mulher. O resultado foi que 70% respondeu não se sentir acolhida nesses locais (BERTHO, 2016). Já a segunda pesquisa, tratava-se de um questionário aberto que foi respondido pela internet por 191 clientes de prostitutas para saber o perfil dessas pessoas. No percentual, 95,8% dos respondentes eram homens de diferentes classes sociais e frequências de procura (QUEIROZ, 2017a).

<sup>138</sup>Além de explicitar os dados desagregados por gênero e raça, as jornalistas expõem a inexistência de dados sobre determinadas questões, a exemplo do percentual de ciganas que se casam antes dos 18 anos (QUEIROZ, 2017b) ou a desconsideração desses marcadores sociais da diferença em estatísticas sobre pessoas em situação de rua (MOREIRA; MONTEIRO, 2018).



Figura 12 – Dados estatísticos por gênero na reportagem “Mulheres e depressão: Quando a loucura é filha do machismo”



Figura 13 – Dados estatísticos por gênero e raça na reportagem “Entre o machismo e o racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência”



Por meio da inclusão desses infográficos, os quais dispõem de dados estatísticos provenientes de órgãos oficiais, depreende-se a existência de um esforço do veículo em

visibilizar percentuais relacionados ao gênero (Figura 12), como também às interseccionalidades desse gênero, como o marcador social da raça. O assassinato de mulheres, seja por feminicídio ou homicídio, ao contar com o fator da raça, acentua a disparidade existente entre negras e não negras, deixando umas mais vulneráveis que outras tal como nos mostra a Figura 13.

Assim, a incorporação de levantamentos estatísticos que contenham informações sobre os marcadores sociais da diferença ocorre de maneira frequente em *AzMina*, sobretudo quando os textos atentam para complexificações de certos cenários. Como exemplo, cito a veiculação de dados acerca de doenças sexuais transmissíveis em mulheres lésbicas, uma vez que há preconceito e menos orientações de saúde para proteger essa população (BERTHO, 2019c) ou, ainda, sobre casos de violência contra mulheres indígenas, visto que muitas encontram dificuldades logísticas e culturais para realizar as denúncias (RIBEIRO, 2020).

Também, são abordados dados de pesquisas desenvolvidas no campo dos estudos de gênero, raça, etnia e sexualidade. Esse resultado já é parcialmente corroborado pelas fontes humanas entrevistadas, uma vez que 52 do conjunto de 179 especialistas são identificadas como acadêmicas de diferentes áreas, o que corresponde a 29% do total da categoria. Além disso, há inserção de investigações em que as autoras não foram entrevistadas, mas estão presentes as conclusões das pesquisas nos textos, a exemplo da veiculação do estudo de Sueli Carneiro, “Mulheres Negras e a violência doméstica: decodificando números” (SILVA; MARTINELLI; CARDOSO, 2019). Desse modo, percebemos a predisposição da revista em agregar dados, sejam estatísticos oficiais ou de investigações acadêmicas, sob a ótica do gênero e da interseccionalidade às reportagens.

Por fim, vale ressaltar que apesar da diversificação de fontes não discutir especificamente sobre a multiplicidade de vozes presentes nos textos analisados, essa polifonia ocorre em diversas reportagens de *AzMina*. Algumas delas mostram a oposição de lados, como de um homem cigano que considera normal os casamentos de meninas menores de idade (QUEIROZ, 2017b), o argumento de pessoas que são favoráveis à lei de alienação parental (FAGUNDES, 2018), bem como o conflito entre abolicionistas e defensoras da prostituição (QUEIROZ, 2017a). Porém, é possível depreender que por vezes esse movimento não acontece, especialmente quando o assunto parece tratar de um consenso compartilhado entre a equipe da revista. Isso pode ser visto nas reportagens em que são discutidas questões relacionadas ao aborto (VICENTIN, 2016; BERTHO, 2019b), não sendo entrevistados indivíduos contrários à

descriminalização, tais como membros de instituições religiosas, parlamentares conservadores, etc.

#### 4.3 LINGUAGEM INCLUSIVA NA REVISTA AZMINA

Como já citado, *AzMina* tem a proposta de ser um veículo jornalístico com perspectiva de gênero. Portanto, a linguagem torna-se um elemento fundamental para desconstruir estereótipos, nomear pessoas e eventos, propor outras formas que vão além do masculino genérico, etc. Em alguns trechos, podemos ver que a linguagem na revista é mobilizada como um modo de denúncia, tal qual a seguir:

Um deles teve a audácia de apalpar a stripper e, depois dela dizer que toques não eram permitidos, enfiou uma nota de um dólar em seu **cu**. **Cu mesmo, não ânus, porque ele claramente a via como algo escatológico e lascivo**. Algo menos humano (QUEIROZ, 2017a, n.p., grifo meu).

Nesse exemplo, é possível perceber que a maneira com que as palavras são utilizadas direciona o tom a que o discurso se pretende nessa reportagem: visibilizar as formas de violência que as mulheres em situação de prostituição sofrem. Um dos jeitos de fazer isso ocorre justamente por meio da escolha dos termos, optando pela palavra “cu” em vez de “ânus”, já que a primeira vai ao encontro do sentimento de brutalidade e hostilidade que esse trecho do texto busca transmitir.

Outra questão relacionada à escolha de palavras, diz respeito ao esforço que por vezes é empreendido em não recorrer ao uso do masculino genérico para nomear a experiência que não está restrita ao gênero masculino. Isso acontece de diferentes modos: pela utilização de termos universais, como “criança” e “pessoa”; pela abordagem dos dois gêneros, como em “tios e tias”, “prostitutos e prostitutas”, “filho ou filha”, “homens e mulheres” e “meninos e meninas”; ou, ainda, pelo acréscimo entre parênteses do artigo feminino, como em “o(a)”, “um(a) juiz(a)”; “o(a) delegado(a)” e “todos(as)”.

Entretanto, até mesmo em algumas das reportagens nas quais se evidencia a recusa ao uso do masculino genérico, o texto retorna a essa construção, como vemos em: “Na escola brasileira, **meninas, meninos e professores** – e **gestores e coordenadores pedagógicos** – são parte de um microcosmo que reproduz desigualdades e violências de gênero encontradas na sociedade” (VICENTIN, 2017, n.p., grifo meu). Movimento similar ocorre quando chamam

Dilma Rousseff - e outras mulheres que ocupam cargos de presidência - ora como “presidenta”, ora como “presidente”.

Em consequência disso, é viável inferir que há predominância do masculino genérico nos textos, corroborando com as colocações suscitadas por Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (1993) de que o masculino é assimilado e historicamente reiterado enquanto o sujeito referente universal. Tal ação acontece ao utilizarem a denominação “eles” para tratar de ambos os gêneros; ao usarem o artigo masculino na frente de palavras, como “o responsável”, “os pais”, “os kalungas”, “os dois”, “os clientes” ou, ainda, quando recorrem a termos masculinos, como “filhos”, “enfermeiros”, “brasileiros”, “deputados”, “vizinhos”, “professores”, “advogados”, “vereadores”, “moradores”, “eleitores”, “estudiosos”, “trabalhadores domésticos”, “negros”, “nordestinos”, “cidadãos”, entre outros. É válido sublinhar que o emprego do masculino genérico, inclusive, é empreendido em reportagens que tratam exclusivamente sobre mulheres, como observado em: “Após se tornarem **órfãos** dos filhos, **essas mulheres** criam estratégias diárias de segurança para evitar que membros da família passem por possíveis abordagens policiais na rua” (TEIXEIRA, 2019b, n.p., grifo meu).

Embora a revista deixe a desejar no tensionamento dessa norma gramatical, isso não se dá na forma como nomeiam os fenômenos abordados nos textos. Nas reportagens, são utilizados termos como “comunidades tradicionais”, “povos originários” e “grupos étnicos” para tratar de quilombolas, indígenas e ciganas. Além disso, vocábulos como “feminicídio”, “violência doméstica”, “violência de gênero”, “assédio”, “abusador sexual”, “manipulação psicológica”, “violência do Estado” “violência obstétrica” e “relacionamento/casamento/marido abusivo”, exemplificam alguns modos com os quais as violências são nomeadas, de forma a estabelecer um diálogo com as discussões atuais trazidas pelos movimentos sociais e pelos estudos de gênero acerca das palavras mais adequadas a serem utilizadas.

Ainda a respeito das nomeações, *AzMina* chama a “vítima” dessa forma - e quando “assassinada” e “executada” é dessa maneira, e não “morta”, como se fosse uma condição passiva. Também, aqueles que praticam a ação são denominados “agressores”, “algozes” e “abusadores” (ainda que, por vezes, a relação de parentesco apareça como nomeação: “ex-companheiro”, “ex-marido” e “rapaz”). Ademais, recorrem às nomeações consideradas mais apropriadas por especialistas e ativistas, a exemplo de “pessoa em situação de rua” (e não moradora de rua), “orientação sexual” (e não escolha ou opção sexual), “ocupação” (e não invasão), “feto” (e não bebê quando o tempo gestacional é inferior a três meses), “mãe solo” (e

não mãe solteira), “dependente químico” (e não drogado) e “lesbofobia”, “homofobia” e “gordofobia” (assim intitulado as violências tal sobre o que se referem).

Já sobre a designação das fontes entrevistadas, percebo que há uma tentativa de não vincular as mulheres às suas relações de parentesco. Isso ocorre apenas em casos relevantes, em que é preciso pontuar a existência de um companheiro ou companheira, parceiro e/ou marido, mas nunca utilizando o termo “mulher de”. A única relação de parentesco que aparece com frequência se dá quando a fonte é identificada enquanto mãe, demonstrando as dificuldades e complexidades que mães sofrem em determinadas situações. Outrossim, em uma só reportagem a mulher é intitulada como “**filha do presidente** do diretório local do PRP” (BERTHO, 2018, n.p., grifo meu). Contudo, havia um contexto para inserção dessa informação, já que a referida se tratava de uma candidata laranja do mesmo partido.

Outro aspecto acerca das nomeações se refere ao cuidado em alcunhar mulheres indígenas pelos seus nomes no português e nas línguas indígenas, assim como pessoas trans e travestis pelo atual gênero e nome social, sem referência ao nome anterior (*deadnaming*). Também, é perceptível que há uma busca por respeitar o modo como as entrevistadas gostariam de ser chamadas, incluindo a troca ou omissão de nomes em razão da preservação das identidades. Em função dessas designações, *AzMina* não reduz as experiências de mulheres às suas redes de parentesco, bem como demonstra ter respeito às pessoas com as quais está dialogando. Assim, essas ações legitimam, por meio dos textos, as origens, identidades e escolhas das fontes entrevistadas.

Sobre os termos utilizados nas reportagens, é possível perceber que alguns são abordados como se fossem de conhecimento prévio das leitoras. “Violência de gênero”, “perspectiva de gênero”, “aquilombar-se”, “gordofobia”, “cirurgia de transgenitalização”, “paternidade ou maternidade socioafetiva”, “família monoparental”, “reação masculinista”, “misoginia”, “luta antimanicomial”, “eugenia” e “falocêntrico”, são alguns dos empregados. Geralmente não há explicação sobre eles, ocorrendo apenas de maneira pontual, a exemplo da explanação sobre o que seria feminicídio, mãe solo e interseccionalidade. Essa falta de elucidação demonstra que a revista parte da concepção que as leitoras dispõem de conhecimento comum sobre o vocabulário que é majoritariamente mobilizado em espaços acadêmicos e dos movimentos sociais.

Além disso, alguns termos de difícil entendimento são utilizados nos textos, como “párias”, “cônscios” e “patologização”. Porém, é perceptível que há um esforço em explicar determinadas palavras, a exemplo de termos jurídicos como “presunção de inocência” e “cifra

oculta”, assim como aqueles empregados dentro de contextos particulares, como no caso de terminologias comuns a pessoas encarceradas: “marchar cadeira” como sendo a rotina de obrigações e manutenção do relacionamento no cárcere (SUAREZ, 2020); ciganas: chamam de “payos” os não-ciganos (QUEIROZ, 2017b); e prostitutas: “bombadeiras” como as pessoas que injetam clandestinamente produtos de limpar/lubrificar carros e aviões nos seios e quadris como forma alternativa à cirurgia plástica (QUEIROZ, 2017a). Portanto, é possível depreender que *AzMina* oscila em suas reportagens, ora mobilizando termos de complexa compreensão sem trazer mais explicações, ora elucidando o que significam, especialmente quando se referem a vocábulos compartilhados por um contexto e/ou comunidade específicos.

Outro recurso linguístico mobilizado pela revista é a inclusão das falas das fontes entrevistadas tal como foram proferidas, valorizando como as pessoas dizem o que têm a dizer. Tal ação sucede de diferentes maneiras: inserindo expressões regionalistas, como “uai”, usando gírias próprias compartilhadas entre um grupo social ou, ainda, reproduzindo a forma de falar que se distancia minimamente do português formal. Essa incorporação acontece por meio da publicação dos áudios das entrevistas com as fontes, bem como pela veiculação desses ditos por escrito, como vemos nos trechos abaixo:

**Bafônica**, a algumas quadras daqui, um dia eu estava conversando com uma travesti **fazendo ponto**, num banquinho que vou te mostrar já já, e um cara parou soltando tiro. Só vi a menina cair do meu lado, **bala direto na testa**. E **o nóia** nem conhecia ela (QUEIROZ, 2017a, n.p., grifo meu).

O motorista, que acabara de sair do banho e passaria a noite no pátio do posto, insiste: ‘Sim, **uai**. Cadê **as muié, as novinha** que ficam aqui?’ [...]. ‘Tem umas que chegam aqui e **abre as perna e senta** no banco de saia e com **as perna arreganhada**’, disse um motorista. [...]. ‘Aqui, tem menina de 13, 14 anos que vem escondida. Tem “**nóia**” que vive aqui 24 horas. É perigoso demais aqui, é terrível. Aqui eles gostam é **do frevo (sic)**, os **donos não importam** não’ (CÉLIO, 2017, n.p., grifo meu).

‘E esse povo lá olha para nós? **Nós é tipo invisível mesmo**. O que eles querem é nossa terra, mas eu não saio daqui nem morta. Nem comendo essa poeira, eu não saio’, avisa (TEIXEIRA, 2019a, n.p., grifo meu).

‘Enfrentamos ‘**muincho**’ preconceito, até quando vamos numa lotérica, numa feira ou num posto tirar uma ficha. Cigano não é bicho, é gente e devia ter direito a trabalho!’, protesta Uenis Magalhães, 37. [...]. ‘Só **devezinquando**’, diz Kelly\*, ao que a amiga Gina\*, de 6, completa: ‘Quando ela fizer coisa errada’ (QUEIROZ, 2017b, n.p., grifo meu).

Assim, a revista busca reproduzir, do modo mais fiel possível e abandonando o preconceito linguístico, as falas das fontes entrevistadas. Com isso, apresentam jargões, regionalismos, bem como os diferentes jeitos com que as pessoas consultadas realizam

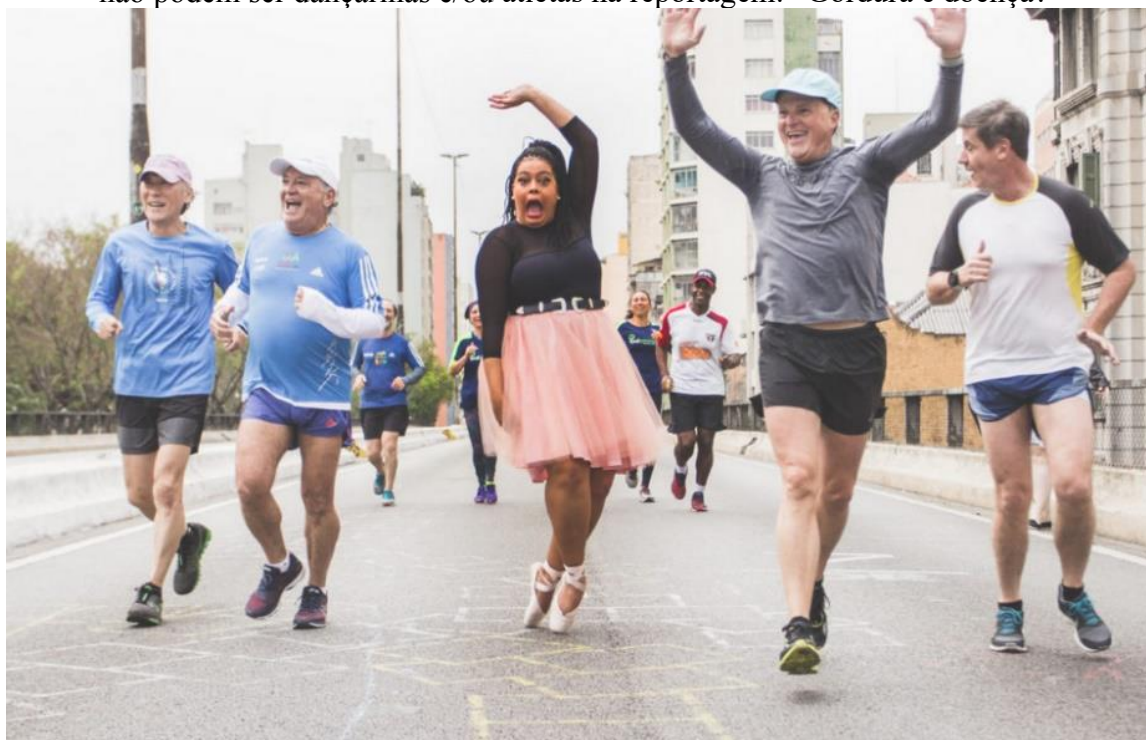
oralmente as concordâncias verbais e usam as palavras que a priori seriam consideradas erradas pela norma gramatical, não fazendo rechaço dessas outras formas de expressão.

Afora o exposto até aqui, há um aspecto fundamental que contempla a linguagem inclusiva: o rompimento com representações hegemônicas, sobretudo as que dizem respeito às questões de gênero. É perceptível que *AzMina* esforça-se para desconstruir e sublinhar estereótipos, mitos e estigmas que são construídos culturalmente, como vemos em:

Nessa batalha, uma das tarefas mais difíceis é questionar os discursos dominantes, que costumam trazer padrões de gênero profundamente arraigados. Um exemplo disso é o famoso dito “meninas amadurecem mais cedo” – ideia que, na verdade, acaba “justificando” violências como o casamento infantil e a gravidez precoce (VINCENTIN, 2017, n.p.).

Esse tipo de argumentação, a qual busca elucidar e problematizar certos estereótipos de gênero, está presente em diversos textos analisados, como também nas fotografias que compõem as reportagens. É o caso, por exemplo, de um ensaio com uma mulher negra, gorda e bailarina que em uma das imagens está em contraste com indivíduos que carregam o estereótipo clássico de quem é autorizada socialmente a praticar exercícios físicos: a pessoa magra (Figura 14):

Figura 14 - Bailarina que rompe com os estereótipos de que pessoas gordas não se exercitam, não podem ser dançarinas e/ou atletas na reportagem: “Gordura é doença?”



Fonte: Jéssica Chamma/AzMina (2019).

Além desse, *AzMina* explicita variados outros estereótipos e mitos, tais como a idealização da figura materna e o imaginário do “instinto materno”; os estigmas que mulheres vítimas de violência sexual sofrem ao denunciar os casos em determinados locais; as problemáticas que mulheres lésbicas enfrentam ao decidirem ter filhas sem a figura paterna; a mulher devendo servir à feminilidade, ao recato, ao espaço doméstico, à maternidade e ao amor (romântico e heterossexual), bem como o homem visto enquanto o provedor; a mulher negra como símbolo sexual, raivosa e/ou incapaz de desempenhar outros trabalhos que não o doméstico; a mulher cigana como bandida; a mulher gorda como preguiçosa; os estigmas atrelados às pessoas em situação de rua; as meninas sendo orientadas a agir de determinada forma e os meninos de outra, delimitando o que seria próprio de cada gênero; as doenças sexualmente transmissíveis correlacionadas diretamente à orientação sexual divergente da heterossexual, entre outros. Ademais, tratam de naturalizações e banalizações, como é o caso dos crimes de violência vivenciados por mulheres quilombolas, indígenas e migrantes, e a menor importância socialmente atribuída ao trabalho desenvolvido pelas delegacias da mulher.

Esses exemplos, os quais evidenciam estereótipos de gênero, raça, etnia e sexualidade, são, na maioria das vezes, confrontados e contextualizados pela revista. Contudo, o veículo está em condição passível de (re)produzir estigmatizações, especialmente no que se refere a generalizações sobre determinados grupos e/ou assuntos. Podemos vislumbrar essa ocorrência em:

**Os Guarani, com seu jeito de falar baixinho e calmo, costumam usar a expressão “tem que aguentar” como resposta para as adversidades. Eles não costumam se abrir com facilidade, especialmente com quem não conhecem, mas quando engatam uma conversa, a quantidade de informação é preciosa** (DREHER, 2016, n.p., grifo meu).

A rotina dela, **como a da maior parte das mulheres ciganas**, é cuidar da casa e dos filhos até o meio dia mais ou menos e depois relaxar vendo televisão, ouvindo música ou conversando com as vizinhas. **A casa de todas as ciganas é um primor**: limpa, colorida com peças feitas à mão, perfumada e cheia de peças de inox polidas na cozinha (QUEIROZ, 2017b, n.p., grifo meu).

Esta história começa em um tempo distante em que os **únicos deuses que existem vestiam roupas de mulher** (ou roupa nenhuma) e eram bem menos moralistas (QUEIROZ, 2017a, n.p., grifo meu).

A preocupação dessas quatro mulheres vai além do **senso de proteção materna** (TEIXEIRA, 2019b, n.p., grifo meu).

Nos trechos apresentados, são perceptíveis algumas construções que produzem generalizações acerca de como se comportam pessoas de uma dada etnia, a exemplo dos



Guarani e dos Romani. Embora sejam frases pontuais, acabam por manter estereótipos relacionados à bravura e reclusão quase como características inatas aos indígenas, assim como a de recato no cuidado do lar - típico do ideal tradicional de como deveriam se comportar as mulheres - sobre as ciganas. Outrossim, estão presentes construções que aludem a roupas sendo destinadas aos gêneros feminino e masculino, ou, ainda, comentários sobre o “senso de proteção materna” - algo que muitas vezes serve para cobrar das mulheres que tenham certos comportamentos durante a maternidade -, de forma a reforçar representações de gênero que a revista busca combater. Portanto, mesmo que prevaleça a desconstrução de estereótipos, ainda há reprodução e continuidade de alguns deles na prática do veículo.

Outros usos problemáticos da linguagem são apreendidos quando, em uma reportagem, os indígenas são chamados de “índios” (DREHER, 2016), um termo na atualidade visto como equivocados para tratar de populações indígenas. Também, ao usarem expressões como “doentes mentais” (GUIMARÃES, 2018) e frases como “esquizofrênica na mesma medida em que talentosa [...]” (GUIMARÃES, 2018, n.p.), há mobilização de termos que aludem tanto a uma designação inadequada, quanto a uma prática capacitista de considerar transtornos mentais antagônicos ao desenvolvimento de talentos por pessoas com deficiência.

Além disso, vale sublinhar que a linguagem empregada pela *AzMina* pode produzir apagamento de algumas identidades. Isso acontece, por exemplo, na reportagem sobre maternidade lésbica (RODRIGUES, 2018). Nos estudos de gênero e sexualidade, bem como na pauta dos movimentos sociais, há procura por visibilizar palavras como “lesbofobia”, “lesbianidade” e “casais lésbicos”. Porém, o texto traz termos como “homossexualidade” e “gays” mesmo ao contemplar uma experiência de sexualidade exclusivamente feminina. Tal movimento acaba por reiterar o uso do masculino genérico, além de contribuir para o apagamento que essas identidades já sofrem cotidianamente.

Após tratar sobre as limitações e controvérsias quanto à desconstrução de estereótipos em *AzMina*, parto para análise dos elementos imagéticos, os quais também são assinalados enquanto pertencentes à categoria da linguagem inclusiva. As reportagens da revista contam com a veiculação de fotografias próprias e de bancos de imagens, ilustrações, colagens, infográficos, mapas e vídeos (que podem ser apenas texto e ilustrações, imagens das fontes ou filmagens das comunidades, a exemplo da reportagem sobre casamento infantil na comunidade cigana). Em específico, no que se refere às imagens feitas pelas fotógrafas e pelo fotógrafo que realizam os ensaios presentes nas reportagens, é possível perceber que não há retoques de afinamento ou apagamento de marcas provenientes de programas como o *Photoshop* no rosto

ou no corpo das pessoas fotografadas. O que há, quando há, são tratamentos de cor, luz e sombras. Alguns exemplos seguem nas Figuras 15, 16, 17, 18, 19 e 20:

Figura 15 – Thayanne Alves (mãe) e Amanda Vitória (filha) na reportagem “Nove meses de Zika: e agora?”



Fonte: Sem autoria/AzMina (2016).

Figura 16 – Suanny e Juliana (mães) com Luã (filho) no momento do parto na reportagem “Maternidade lésbica”



Fonte: Kuara/AzMina (2018).

Figura 17 – Maria da Guia, doméstica migrante da reportagem “Marias em fuga”



Fonte: Indy Braga/AzMina (2020).

Figura 18 – Mira segurando o cartaz sobre seu filho, Rodrigo Nascimento, na reportagem “Mães que esperam”



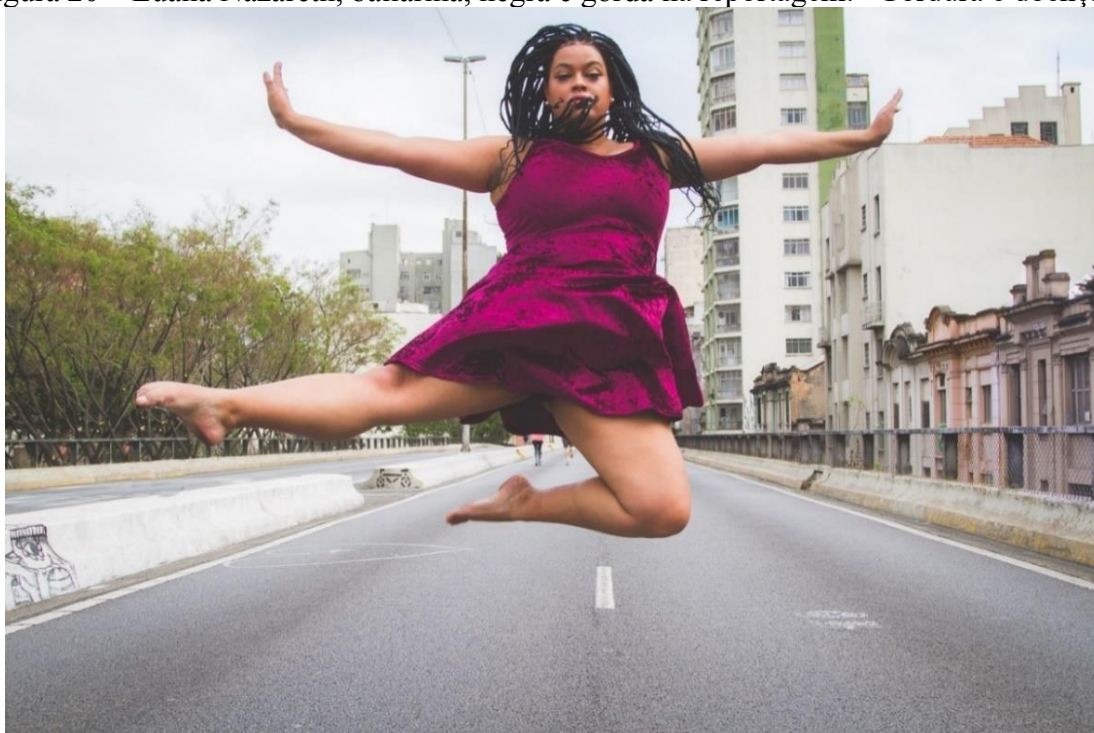
Fonte: Mallu Silva/AzMina (2019).

Figura 19 - Telma Taurepang, coordenadora da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab) na reportagem “‘Pra gente não funciona’: Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha”



Fonte: Maria Fernanda Ribeiro/AzMina (2020).

Figura 20 – Luana Nazareth, bailarina, negra e gorda na reportagem: “Gordura é doença?”



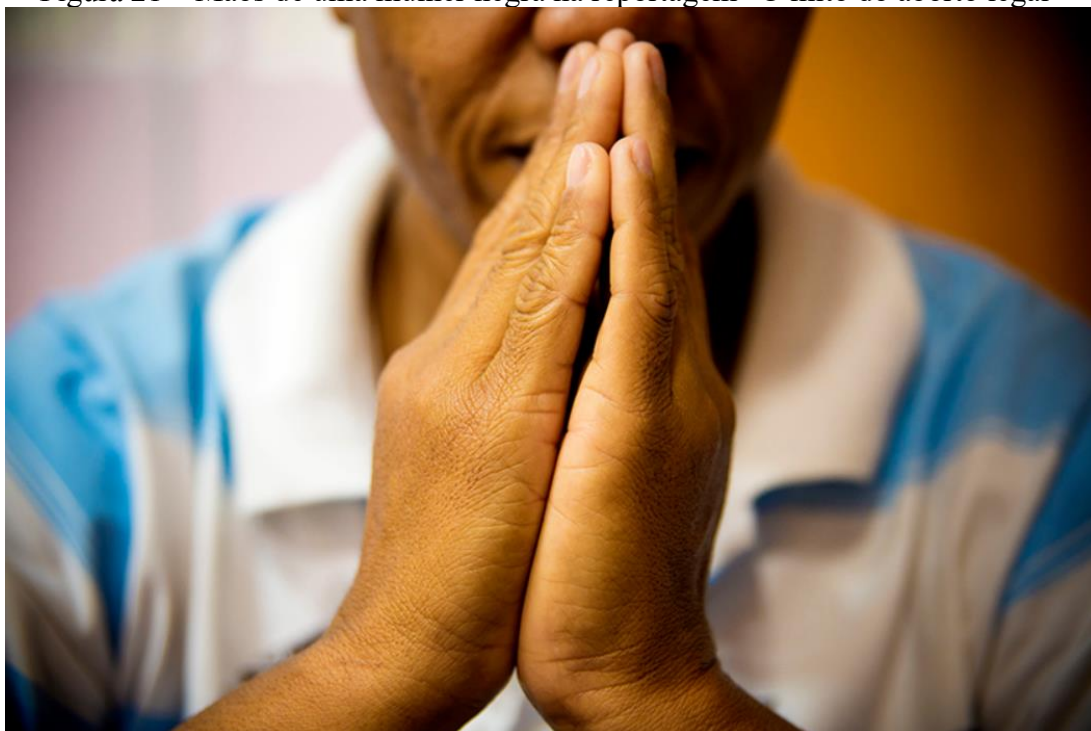
Fonte: Jéssica Chamma/AzMina (2019).

Nas fotografias apresentadas, todas de fontes entrevistadas pelas reportagens, podemos visualizar sinais de acne, celulites, suor, linhas de expressão e outros elementos que demonstram a não utilização de programas de melhoramento de imagens. Diferente de outras revistas, principalmente as femininas, as marcas que essas mulheres carregam em seus corpos e nos ambientes que habitam também ajudam a contar suas histórias. Como analisa Gabrielle Bittelbrun (2019), há uma carga de naturalidade que acaba por aproximar os cenários e as fotografadas da realidade cotidiana de mulheres comuns, especialmente porque fogem do padrão de beleza exaustivamente repetido por veículos femininos hegemônicos. Assim, a autora infere que a revista produz representatividade por meio de seus retratos.

Logo, apreendemos que as fontes entrevistadas são colocadas como protagonistas também pelas imagens trazidas nas reportagens, as quais exibem e valorizam as características que compõem quem elas são e suas identidades. Isso ocorre seja pelo enfoque nos adornos culturais que usam (Figura 19), pelo passo da dança sustentado pelo corpo gordo e saudável (Figura 20), pelo terço que carregam nas mãos (Figura 17), pelos registros orgulhosos com a filha com deficiência (Figura 15) e com o filho fruto de um relacionamento lesboafetivo (Figura 16) ou, ainda, pelo retrato corajoso da ausência do filho assassinado eternizada em um cartaz (Figura 18).

Outro recurso que dá destaque aos atributos particulares das fotografadas diz respeito ao foco concedido a certas partes específicas do corpo delas. Inclusive, essa ferramenta é por vezes mobilizada pelo fotojornalismo com a finalidade de preservar a identidade das fontes, não revelando suas faces. Observamos exemplos a seguir (Figuras 21, 22, 23 e 24):

Figura 21 – Mãos de uma mulher negra na reportagem “O mito do aborto legal”



Fonte: Paula Fróes/AzMina (2016).

Figura 22 – Mãos de uma mulher cigana na reportagem “Pequenas esposas”



Fonte: Paula Fróes/AzMina (2017).

Figura 23 – Pernas de uma mulher quilombola na reportagem “O silêncio atrás da serra”



Fonte: Sem autoria/AzMina (2016).

Figura 24 – Mãos de uma mulher em situação de rua na reportagem “Eu moro na luta”



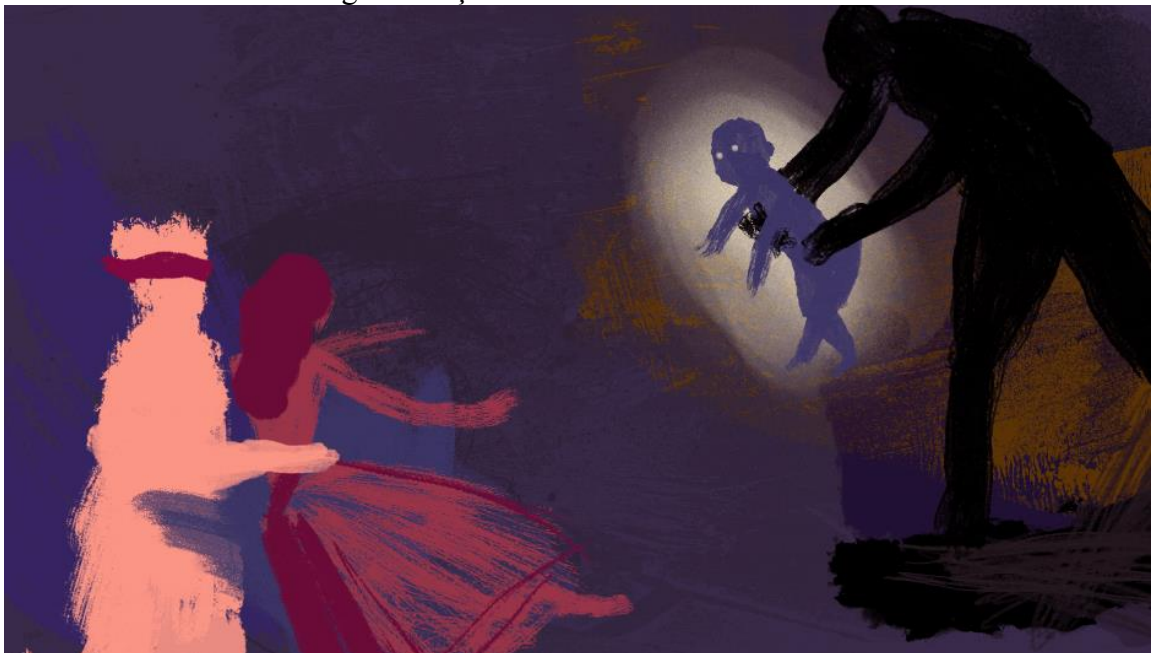
Fonte: Yzadora Monteiro/AzMina (2018).

Esse enfoque visual em partes singulares do corpo, especialmente mãos e pés, é bastante utilizado pelas fotografias de *AzMina*. Aqui, percebo novamente a não exploração de recursos

que modificam artificialmente as imagens, já que aparecem manchas e cicatrizes na pele das fotografadas. As mãos, pernas e roupas dessas mulheres permitem que parte das suas histórias seja contadas por meio de seus corpos. A Figura 23, em específico, pode auxiliar a mostrar um exemplo de como isso acontece. Ela foi veiculada logo abaixo do título do subtópico “Cor, gênero e pobreza: o que torna as quilombolas mais vulneráveis ao estupro?” (RAPHAELA; SILVA, 2016, n.p). Em diálogo com esse subtópico, a imagem busca retratar as nuances desses três marcadores sociais da diferença: raça, gênero e classe. Tal proposição endossa a apreensão de Bittelbrun (2019) de que a mirada interseccional é mobilizada e incorporada às fotografias da revista.

Por sua vez, as ilustrações, artes e colagens que compõem muitas dessas reportagens, também podem ser compreendidas como uma forma de narrar e, por vezes, marcar o posicionamento do veículo, como vemos nas artes a seguir (Figuras 25 e 26):

Figura 25 – Ilustração da justiça separando a mãe de uma criança na reportagem “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores”



Fonte: Larissa Ribeiro/AzMina (2018).



Figura 26 – Ilustração de uma mulher carregando o peso do mundo nas costas na reportagem: “Mulheres e depressão: Quando a loucura é filha do machismo”



Fonte: Larissa Ribeiro/AzMina (2018).

Essas ilustrações dialogam com os temas das reportagens e refletem sobre os conteúdos existentes nelas. Nesse sentido, é possível apreender que a perspectiva de gênero está presente na forma como dispõem os elementos. No caso da Figura 25, a mãe é separada de sua filha em função de uma lei (por isso a imagem da justiça) que tem em suas raízes a cultura patriarcal. Já na Figura 26, o peso do mundo, em analogia às obrigações sociais diárias direcionadas às mulheres, está sob os ombros de uma personagem feminina. Essa carga faz com que ela esteja caindo aos poucos, vulnerável ao adoecimento psíquico causado pelo machismo.

Diante do exposto, é viável concluir que os elementos visuais das reportagens de *AzMina* viabilizam uma outra relação com as imagens de mulheres, as quais são majoritariamente as pessoas fotografadas pelo veículo, não recorrendo aos recursos digitais nem às poses tradicionalmente construídas pelas capas de revistas femininas. Ademais, as ilustrações e artes propõem, em diversos momentos, questionamentos acerca dos estereótipos e convenções de gênero.

Por fim, um último elemento que *AzMina* incorpora em sua linguagem é o estabelecimento de diálogo com as leitoras. Essa ação retoma uma das principais características do fazer jornalístico das revistas femininas (BUIIONI, 1986; 2009), a qual pode ser apreendida como uma estratégia discursiva para credibilização dos veículos revistativos. Seguem excertos de como isso ocorre nas reportagens analisadas:

Caso  **você** se encaixe em algum dos casos em que há direito ao aborto legal no Brasil e não tiver acesso a um dos centros de referência, **imprima** uma cópia do email abaixo que o Ministério da Saúde enviou à AzMina e **exija** atendimento na unidade do SUS mais próxima de  **você** (VICENTIN, 2016, n.p., grifo meu).

Se  **você** for sozinha à delegacia, os policiais vão abrir o boletim, colher  **seu depoimento** e depois chamar as testemunhas para depor. No entanto,  **se você** já levar provas de que a violência aconteceu ou testemunhas dela, pode acelerar o processo. Inclusive para que um juiz conceda uma medida protetiva para  **você** (BERTHO, 2016, n.p., grifo meu).

A presença de verrugas e feridas aumenta bastante o risco de transmissão de doenças. Então  **olhe** para a vulva e  **observe** se tem algum sinal de machucado ou verruga ali antes de chupar (BERTHO, 2019c, n.p., grifo meu).

**Entendeu os argumentos centrais dos dois lados?** Agora **preste atenção** aos entraves à discussão – para que a gente os supere e possa ir adiante sem desonestidade com nenhum deles (QUEIROZ, 2017a, n.p., grifo meu).

Quando se fala de especificidades culturais, é sempre preciso ter responsabilidade e delicadeza para enfrentar o conflito entre direitos humanos universais e o direito a expressão cultural e identitária. Este é o dilema que o mundo enfrenta, por exemplo, quando tratamos do véu muçulmano ou da mutilação genital de algumas comunidades africanas. **Em sua opinião, onde deve ficar o limite entre esses dois direitos?** Culturas são (ou devem ser) mutáveis? (QUEIROZ, 2017b, n.p., grifo meu).

Se a  **sua** cidade tem uma delegacia que não está no mapa, **mande** um e-mail para [mapeamento@mapadoacolhimento.org](mailto:mapeamento@mapadoacolhimento.org) (BERTHO, 2016, n.p., grifo meu).

A Maia conversa com  **você** de forma leve e em tom informativo, apontando os primeiros sinais de quando um relacionamento não é saudável. Basta responder às perguntas dela, como se  **você** estivesse em uma conversa de whatsapp com uma amiga. [...] Assim, ela vai aprendendo à medida que mais pessoas conversam com ela. Isso significa que  **você** pode confiar nas suas dicas, mas talvez ela não entenda algumas falas ou expressões, então **tenha paciência com ela** (EQUIPE AZMINA, 2020, n.p., grifo meu).

Nesses trechos, são encontrados alguns verbos no imperativo, os quais são bastante mobilizados pela imprensa feminina e pelo jornalismo de revista, em especial (BITTELBRUN, 2011; BANDEIRA, 2012; BORELA, 2017). Todavia, diferem da utilização nesses outros veículos, sobretudo os hegemônicos, por não se colocarem como normativos de conduta, no sentido de “faça assim” ou “se comporte desse jeito”. Isso acontece já que vários conteúdos tratam de passo a passos e orientações sobre assuntos específicos, a exemplo de como agir em casos de violência, como funcionam as delegacias da mulher e maneiras de se prevenir e reduzir danos para um sexo seguro. Dessa forma, as sugestões visam agregar informações acerca de como proceder em determinadas situações não habituais, sem ditar escolhas impositivas a quem acompanha a revista. Além disso, há uma predisposição em estabelecer uma conversa com as leitoras, trazendo-as para refletir junto às autoras a respeito das questões apresentadas nas reportagens.

Outro aspecto que demonstra esse estabelecimento de diálogo com as leitoras é a busca por uma construção colaborativa. Tal ação ocorre quando é solicitado que as leitoras contribuam, por exemplo, para expansão dos dados sobre delegacias da mulher no Brasil. Também, a criação de um aplicativo próprio, o qual se propõe a ajudar na identificação de sinais de um relacionamento abusivo, é uma tentativa de orientar e conversar diretamente com mulheres que estejam nessa situação. Desse modo, a revista, além de chamar as leitoras ao diálogo, também abre espaço para que elas participem do processo produtivo dos conteúdos da revista. Nesse sentido, percebemos que há elementos próprios da mídia revista que agregam à construção da linguagem produzida pela *AzMina*.

#### 4.4 SUBJETIVIDADE NA PRÁTICA JORNALÍSTICA DA REVISTA AZMINA

Antes de analisar as reportagens de *AzMina* à luz dessa categoria, vale pontuar que o “Quem somos” da revista sinaliza o posicionamento do veículo enquanto idealizado e produzido por feministas:

Sim, nós somos feministas. Na verdade, achamos que todas as organizações e veículos jornalísticos deveriam ser feministas. Porque ser feminista quer dizer que acreditamos que homens e mulheres devem ter direitos e oportunidades iguais. Isso é o básico, não acham? Mas infelizmente o mundo não é assim e usamos informação para mudar esse cenário e combater a violência contra a mulher em todas as suas formas. Aqui você nunca vai ver mulher ser culpada pela violência sofrida, racismo, homofobia, reprodução de padrões estéticos e estereótipos de gênero (AZMINA, s.d., n.p.).

Dessa forma, a revista expõe os princípios que defende desde a página inicial, não assumindo um papel de neutralidade sobretudo quando se trata de assuntos relacionados à violência e aos estereótipos de gênero. Sobre as reportagens analisadas, os elementos que ajudam a elucidar a subjetividade feminista estão dispostos na contextualização crítica dos temas abordados nos textos, evitando a exotificação de práticas culturais distintas e endossando certas concepções ligadas ao feminismo; na veiculação dos processos de reportagem, relatando as etapas de coletas de dados, as perguntas realizadas e as respostas recebidas nas entrevistas, bem como as dificuldades de apuração enfrentadas pelas autoras; e nas reflexões e dilemas que trazem sobre sua própria condição enquanto jornalistas, mães, mulheres, negras, etc., apropriando-se, assim, de posições singulares como sujeitas corporificadas.

A respeito da contextualização crítica, é possível perceber que as jornalistas evidenciam os problemas estruturais, históricos, culturais e sociais do Brasil por meio da perspectiva que

enxerga o sexismo e o racismo como intrínseco às práticas cotidianas. Isso faz com que os temas sejam contextualizados a partir de suas realidades, compreendendo a diferença cultural existente entre regiões e etnias, mas também apreendendo que certos fenômenos são frutos de uma sociedade patriarcal e racista, tais como a violência racial e de gênero, o tratamento possessivo que homens têm para com as mulheres, a pressão estética, alguns transtornos mentais femininos, entre outros. Seguem exemplos acerca de como é engendrada essa contextualização crítica:

A mulher na rua, em grande parte dos casos, já vem de uma violência na família, de abandono. Já é uma perda de direitos estar nessa condição, e para a mulher é muito mais difícil. O homem que, em tese, ajudaria a protegê-la na rua, acaba praticando alguma violência, agride e estabelece uma relação de posse e faz dessa mulher um objeto. Às vezes, as pessoas ficam sem dormir por três, quatro dias depois de um uso muito intenso, e quando o corpo não aguenta mais, relaxam. Costumam dormir sob o sol, na linha do trem, e é nesse momento que acontece a maioria dos abusos, 90% deles com mulheres (MOREIRA; MONTEIRO, 2018, n.p.).

Quando se diz do significado e importância do rompimento dos ciclos familiares de trabalho doméstico no Brasil não é para desqualificar essa função, mas sim para analisar o motivo de gerações de mulheres da mesma família exercerem o mesmo papel na sociedade (LISBOA, 2019, n.p.).

Mulheres negras são as que mais sofrem violência doméstica no Brasil. São as que mais denunciam agressões. São as maiores vítimas de homicídio e feminicídio. É o que mostram dados estatísticos. As vítimas dessas agressões têm duas coisas em comum: gênero e raça. O que a frieza dos números deixa evidente é que a raça é determinante para as histórias dessas mulheres que sofrem violência (SILVA; MARTINELLI; CARDOSO, 2019, n.p.).

Dessa maneira, os assuntos tratados nas reportagens, como também os dados estatísticos apresentados, são contextualmente historicizados, localizados e corporificados. Além disso, quando o tema permite, são assinaladas experiências que buscam tensionar e/ou romper com esse sistema que produz exclusões e violências. A mais marcante delas, a qual foi sublinhada por diversos textos, se refere à composição de redes de solidariedade entre mulheres. Essa referência faz com que seja acionado um ideal do feminismo enquanto parte integrante das subjetividades das autoras.

Sobre essa menção às redes, ela diz respeito à reiteração e fortalecimento do sentimento de coletividade, acolhimento e proteção entre pessoas do gênero feminino. Isso vai ao encontro da organização de movimentos de mulheres que tiveram a sororidade e a empatia como conceitos utilizados frequentemente para marcar a união necessária a fim de alcançar a superação e o reconhecimento de suas lutas individuais e coletivas (DUTRA, 2018). Um dos contextos em que essa ideia se mobiliza, é em resposta à falta de políticas públicas, como vemos

em: “Enquanto esse tipo de serviço público não vem, **nos salva a irmandade feminina**” (MODELLI, 2016, n.p., grifo meu).

Logo, a troca de experiências entre mulheres – ou a denúncia relacionada à escassez dessas redes – é um elemento bastante explorado pelas reportagens, apreendendo a formação de correntes de cooperação feminina como uma forma de resposta a determinadas questões e cenários. Nesse sentido, há referência à criação de grupos em redes sociais e presenciais, coletivos, grupos de terapia, casas de acolhimento, campanhas, projetos, conselhos comunitários, espaços para discussão, apoio de ativistas e instituições, entre outros. Diante disso, as construções dos textos aludem, por exemplo, ao apoio mútuo entre mulheres indígenas em casos de violência, entre mães de bebês com microcefalia, entre mulheres que necessitam de suporte e socorro em casos de gravidez por estupro, entre grupos de “tentantes” em inseminações caseiras e entre mães que compartilham temores acerca da lei de alienação parental.

Além do citado, múltiplas imagens feitas pelas fotógrafas das reportagens analisadas privilegiam enquadramentos em que aparecem uma diversidade de mulheres em conjunto, as quais compartilham os mesmos espaços físicos e vivências similares. Podemos ver essa disposição a seguir, nas Figuras 27, 28 e 29:

Figura 27 - Mulheres quilombolas que sofrem à sombra dos casos de violência sexual contra menores de idade na reportagem: “O silêncio atrás da serra”



Fonte: Sem autoria/AzMina (2016).

Figura 28 - Mulheres ciganas que compartilham das vestimentas tradicionais como uma forma de resistência na reportagem: “Pequenas esposas”



Fonte: Paula Fróes/AzMina (2017).

Figura 29 – Mulheres da etnia Karajá que dividem as tradições e dificuldades de quem vive a quilômetros de distância de um serviço de atendimento à violência na reportagem: “Pra gente não funciona: Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha”



Fonte: Maria Fernanda Ribeiro/AzMina (2020).

Essas construções textuais e imagéticas sublinham as redes femininas como modo de compartilhamento de pontos de vista e construção de laços de solidariedade. Assim, novamente podemos vislumbrar as identidades em ação, mas dessa vez acionadas pelas autoras como uma maneira de fortalecimento para mulheres que partilham de realidades semelhantes. Também, há referência às redes organizadas em movimentos sociais de direitos humanos e feministas<sup>139</sup>, apreendendo-os como uma forma de compreender o mundo, os próprios direitos e os lugares que ocupam.

Em consequência do exposto, é viável perceber que os ideais feministas fazem parte das subjetividades das autoras, já que eles são mobilizados para construir argumentos críticos, como também visibilizar as redes de apoio entre mulheres como uma possibilidade de produzir resistências e promover outras estratégias de luta. Já em relação ao aspecto da subjetividade relacionado aos processos de produção das reportagens, podemos exemplificá-los a partir dos excertos que seguem:

**‘Podemos desmarcar a entrevista hoje?’** Tive que levar meu filho para o médico e só tinha profissional adequado na cidade vizinha, a uma hora de viagem de onde moramos’. Essa foi a **frase mais ouvida pela reportagem da Revista AzMina nos dois meses que durou a apuração** desta série de reportagens. **‘Hoje não dá para conversarmos.** Estou na emergência com o bebê e está lotado’ e **‘Podemos falar amanhã?’** Hoje tenho que passar o dia com ele na fisioterapia’ eram também falas comuns (MODELLI, 2016, n.p., grifo meu).

**‘Obrigada por essa entrevista. Nunca ninguém perguntou** a história da minha filha... a minha história. **Esta é a primeira vez que eu conto** como é ter a microcefalia na minha vida’, afirma Thyanne, entre lágrimas e os gritos da filha, que hoje tem 7 anos. (MODELLI, 2016, n.p., grifo meu).

**A reportagem d’AzMina ligou** para o 136, o Disque Saúde, **se passando por uma vítima de estupro**, relatando uma gravidez e perguntando onde poderia realizar o aborto (VICENTIN, 2016, n.p., grifo meu).

Ainda assim, falar sobre o que o PIGL faz continua sendo tabu. **Não podemos filmar ou fotografar** nenhum dos profissionais que trabalha no serviço de aborto legal. **Tentamos iniciar uma conversa** com um dos ginecologistas, sob garantia de anonimato, mas **ele ficou extremamente desconfortável ao ver o bloquinho nas mãos da repórter** (VICENTIN, 2016, n.p., grifo meu).

O receio instalou-se entre as vítimas de tal forma que, **entre as procuradas pela reportagem, ninguém quis relatar** as violências sofridas [...]. Os **olhares tortos para as câmeras e a negativa ao gravador** são explicados por um grupo de jovens quilombolas entre 15 e 17 anos (RAPHAELLA; SILVA, 2016, n.p., grifo meu).

---

<sup>139</sup>Como exemplo, podemos citar o seguinte trecho: “Daniela, que encontrou no feminismo uma ferramenta de compreensão do mundo, consegue entender alguns dos mecanismos que contribuíram para seu sofrimento, e quais deles só existiram por ser mulher” (GUIMARÃES, 2018, n.p.).

**Por uma semana, a reportagem conviveu com indígenas de sete etnias no meio do cerrado**, durante a 10a. Aldeia Multiétnica, que ocorreu na Vila de São Jorge, na Chapada dos Veadeiros (DREHER, 2016, n.p., grifo meu).

**A reportagem tentou contatar** três dos parlamentares com projetos de lei sobre essa temática. **Por três semanas, fizemos ligações** ao assessor de Izalci, mas ele informou que o deputado estava inacessível. O assessor de Erivelton Santana (PEN/BA), por sua vez, **parou de atender as ligações quando explicamos a pauta** (VICENTIN, 2017, n.p., grifo meu).

Termina a frase baixando os óculos escuros de aviador e **lança pra repórter: ‘Vem cá, já sentiu curiosidade de estar com um homem cigano?’** (QUEIROZ, 2017b, n.p., grifo meu).

Tentando entender e denunciar esse cenário, **rodamos mais de mil quilômetros** em rodovias de Minas Gerais (CÉLIO, 2017, s.p., grifo meu).

**‘Você podia fazer matéria aí, hein? Matéria de tirar a gente dessa vida’** (CÉLIO, 2017, n.p., grifo meu).

– Oi, tudo bem? Sou repórter e gostaria de falar com você sobre sua candidatura. – Oiiiiii, tudo bem? Então, não sou candidata. – Não? Mas seu nome aparece no site do TSE. **O diálogo acima aconteceu via chat** do Facebook, com Joana\*, 34 anos, candidata a deputada federal pelo Ceará que descobriu por mim que era candidata [...]. **Depois que a procurei pela primeira vez, ela disse ter sido proibida pelo partido de falar comigo** e só **aceitou conversar com a condição** de que nenhuma informação sua fosse revelada, nem mesmo o nome da sigla que a inscreveu ilegalmente. [...]. **Uma semana depois de ser procurada por mim, ela atualizou seu perfil** no Facebook com um santinho, no qual aparece ao lado do candidato a deputado federal que apoia (BERTHO, 2018, n.p., grifo meu).

**Passei uma semana dentro da casa abrigo** em Caxias do Sul acompanhando a rotina das mulheres que ali são abrigadas e **contamos nessa reportagem** como locais como esse funcionam (BERTHO, 2019a, n.p., grifo meu).

Nos trechos apresentados, as jornalistas evidenciam as falas das fontes entrevistadas, incluso aquelas que normalmente não são publicadas, a exemplo dos agradecimentos pela reportagem e diálogos constrangedores envolvendo o entrevistado e a jornalista. Esse movimento, conjuntamente à exposição dos obstáculos enfrentados ao longo do trabalho jornalístico, ao relato acerca das formas como as informações foram obtidas, bem como à divulgação dos tempos de permanência nas localidades onde as reportagens foram feitas, demonstram alguns dos processos de produção dos textos. Assim, *AzMina* parece dar ênfase à transparência do exercício jornalístico, comunicando às leitoras que o resultado ali publicado vem de um longo caminho de escolhas subjetivas.

Outrossim, vale ressaltar que a explicitação dos processos de produção das reportagens também pode ser considerada uma estratégia discursiva mobilizada para dar credibilização aos veículos de comunicação. Em particular, no que se refere aos veículos hegemônicos, isso ocorre sobretudo quando convém reforçar os aspectos positivos que dão ênfase ao esforço do trabalho



de reportagem, destacando questões relacionadas à autorreferência e à construção do *ethos* discursivo (BERTASSO, 2010; 2014). Contudo, em iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero, e, em especial, na *AzMina*, é possível perceber que essa é uma prática cotidiana presente na maioria das reportagens, a qual funciona como uma maneira de assumir posicionamentos parciais e subjetivos.

Especificamente a respeito desse aspecto, nas reportagens sobre maternidade indígena (DREHER, 2016) e casamento infantil (QUEIROZ, 2017b), a reflexão acerca da produção dos textos vai além, de modo que as jornalistas narram as problemáticas de abordagem dos assuntos tratados:

**Era sexta-feira à noite e fazia três semanas que eu tentava entrevistar mulheres** sobre o tema “O que as mães indígenas têm a nos ensinar?”, quando a indígena Tukano Daiara Figueroa, professora em Brasília e ativista dos movimentos indígenas, me disse que **minha matéria era preconceituosa**. Talvez tivesse sido mais verdadeiro dizer que eu estava farta de ver minhas amigas sofrendo a pressão de serem “boas mães” e queria trazer outras formas de maternidade para ajudar no debate. Que outras formas? As tribais, por exemplo. – **Mas isso é um fetichismo cultural** – atesta Daiara. – **Por que você acha que as mães indígenas são melhores? Acaso você acha que as brancas são piores? Ou as negras?** (DREHER, 2016, n.p., grifo meu).

**Será que deveríamos fazer uma reportagem sobre casamento infantil cigano?** [...]. Teve gente que me disse que **não, que eu não deveria fazer esta reportagem**. [...]. Uma antropóloga cigana europeia, que não se sentiu confortável para ter seu nome citado aqui, me disse, inclusive: **‘Você não quer estigmatizar os Romani (ciganos) para além do preconceito que eles já sofrem, mas focar no casamento infantil entre eles vai acabar fazendo exatamente isso. Além do mais, os Romani são um grupo extremamente heterogêneo e as práticas de algumas famílias não representam a de toda a nação’** [...]. Essa inteligente e crítica ativista cigana fez com que **minha editora e eu hesitássemos e reavaliássemos toda a reportagem**. Mas **decidimos prosseguir** e eu vou explicar o porquê [...] (QUEIROZ, 2017b, n.p., grifo meu).

No decorrer desses dois textos, as jornalistas revelam os percalços do processo de apuração. Em ambos os casos, tal movimento sucede por meio da veiculação dos alertas recebidos por pessoas que fazem parte da comunidade representada, evidenciando as incompatibilidades e/ou dissidências entre culturas, identidades e subjetividades que ocupam lugares distintos. Ademais, as autoras buscam explicitar o porquê de continuar com as pautas, salientando os posteriores ajustes que foram feitos para tentar não reproduzir estereótipos, estigmatizações, preconceitos e fetichismos culturais – ainda que seja um risco acabar nessas reproduções, como vimos no subcapítulo anterior. Logo, percebo que essas reflexões contrárias são colocadas em destaque, não omitindo os questionamentos que surgiram antes e durante o processo de produção das reportagens.

Outros aspectos que colocam em evidência a subjetividade da prática jornalística se referem às observações elaboradas pelas autoras acerca dos locais físicos que constituem os cenários das reportagens, bem como seus olhares sobre os encontros com as fontes entrevistadas. Alguns excertos abaixo:

**Dez da manhã**, Delegacia da Mulher de Belo Horizonte, no centro da cidade. **Na parede, cartazes anunciam uma greve** da polícia civil por melhores condições de trabalho. **Nas cadeiras da recepção, cinco mulheres aguardam sentadas: uma senhora negra, com sua filha de vinte e poucos anos; um casal, também de negras, e uma moça morena, com o olho roxo e um corte na bochecha. Na mesa do atendimento, ninguém.** Estão ali há mais de uma hora e ainda não foram atendidas. Em alguns minutos, **um homem mal humorado aparece e começa a atendê-las.** Anota os nomes, RGs e o porquê de estarem ali. Pede para que aguardem [...] (BERTHO, 2016, n.p., grifo meu).

Ela veste sua dor como armadura. Não é que não a sinta. **Precisa respirar fundo muitas vezes antes de começar a revelar suas marcas, os olhos piscam longamente e as mãos se entrelaçam nervosas. Os olhos vão de úmidos a secos, mas brilham** (QUEIROZ, 2017a, n.p., grifo meu).

Santiago\* não é um desses homens que cutuca olhares por onde passa, mas tinha uma articulação inteligente e, **enquanto falava, brincava charmoso com o cigarro entre os dedos.** Não, ele não devia ser o tipo de cara que não consegue convencer mulheres a irem pra cama com ele – **pensei nisso durante a entrevista.** Mesmo assim, tinha o hábito de pagar por sexo duas vezes por mês, durante cinco anos (QUEIROZ, 2017a, n.p., grifo meu).

Todas as entrevistadas pel’AzMina afirmaram que quem manda na casa, ao menos prioritariamente, é o homem. **Quando as conversas aconteciam diante de algum homem da comunidade, suas reações eram medidas, cuidadosas, as falas interrompidas por olhares silenciosos a eles, em busca de aprovação.** Os homens presentes frequentemente **as interrompiam para responder perguntas em seu lugar** (QUEIROZ, 2017b, n.p., grifo meu).

Ele não foi o único a lembrar de suas filhas ou parentes. O que não o impediu de confessar ter saído com meninas adolescentes. **O tom, no entanto, não trazia arrependimento ou mesmo o entendimento** de que aquela situação se tratava de uma violação do direito de crianças e adolescentes, e mais do que isso, um ato criminoso (CÉLIO, 2017, n.p., grifo meu).

**Era uma sexta-feira chuvosa.** Thayla Rodrigues tratava de **ajeitar seu sutiã respingado de leite para conversar comigo enquanto a pequena Lara se debatia em seu colo,** lutando contra o sono (RODRIGUES, 2018, n.p., grifo meu).

Ao chegar ali, tive a mesma surpresa que Maria: **o lugar não tem nada de assustador.** Distante do visual de uma prisão, **é uma casa grande, limpa e organizada, com horta e parquinho no quintal e uma ampla sala de jantar.** Além de espaços comuns para as mulheres e crianças fazerem atividades ou matar o tempo (BERTHO, 2019a, n.p., grifo meu).

Esses trechos demonstram um olhar atento das jornalistas aos detalhes que compõem as narrativas das reportagens, o qual é desenvolvido tanto pela percepção sobre as dinâmicas de funcionamento de um determinado lugar, quanto pelo realce de algo específico, a exemplo da

disposição dos espaços e cômodos em uma casa de acolhimento. Além disso, é plausível depreender que há uma atenção considerável dispendida às fontes entrevistadas. Tal ação ocorre por meio das descrições das ações, cenas e trejeitos das pessoas com quem conversam, os quais são captados pelo tom de voz utilizado, pelas interrupções intercorrentes ou pelos gestos feitos durante as entrevistas. Assim, os registros e observações, subjetivos a cada autora, são evidenciados ao longo do processo de estruturação dos textos.

Em outras reportagens, essa subjetividade feminista é concebida por intermédio das autorreflexões produzidas pelas autoras, de forma a enfatizar seus próprios sentimentos, visões de mundo, identidades e vivências:

Thayane, a adolescente que achava ter dado à luz à primeira criança com microcefalia do mundo, assim como as recentes mães de bebês microcéfalos entrevistadas para esta série, compartilham suas histórias para nos fazer pensar: **“e se fosse eu?”**. **E se eu tivesse que esperar** eternamente por exames que confirmassem o que causou a microcefalia em meu bebê? **Se eu vivesse a incerteza de não saber** se conseguirei a ajuda necessária do governo e apoio psicológico e material **quando eu tivesse que largar o trabalho, os estudos e até me mudar de estado** para cuidar integralmente de meu bebê? (MODELLI, 2016, n.p., grifo meu).

**Meu medo de ter filho é o de não ser capaz. Não dar conta. Não confiar em ninguém** que vá assumir o compromisso de me dar um suporte verdadeiro. Vou colocar mais um ser humaninho nesse mundo doido pra quê? **Parir é uma coisa que dá um certo pânico**. Ao mesmo tempo, **sempre quis amamentar. Para mim**, parece a coisa mais incrível que uma mulher podia fazer. Contraditório? Talvez. Mas **quando li** que as indígenas e as negras teriam outras formas de se organizar, **uma chama (re)acendeu no meu coração, nas minhas tetas e nas minhas ancas [...]**. Tá aí: **eu queria mesmo era ser tia**. Dessas que cuidam como se fossem mãe. **Eu sonhava em montar uma vilazinha** com todas as amigas que têm esse mesmo pensamento e **fazer nossa própria rede de mães**. E todo mundo se ajudar e ser tia dos filhos das outras [...]. Mas, afinal quais eram essas formas de organização das indígenas e negras antes do colonizador chegar? **Eu quero saber!** Será que esse outro imaginário de maternidade **poderia me salvar? Será que o motivo para eu não querer ser mãe seria essa ideia que eu tenho de maternidade branca, urbana, machista?** (DREHER, 2016, n.p., grifo meu).

**E decidi assim: nunca saberia se as prostitutas eram freiras do submundo ou vítimas de uma sociedade machista** – desculpem minha tendência ao romantismo em ambos os extremos [...]. **Mudei de ideia umas trezentas vezes enquanto apurava esta reportagem e ainda não cheguei numa conclusão. E nem preciso [...]**. Eu havia entrado em curto circuito: afinal, **minhas convicções feministas** sempre ditaram que o corpo pertence à mulher e cabe só a ela decidir o que fazer dele. Se ela decidir alugá-lo para o prazer alheio, **não caberia a mim**, ou a qualquer outra pessoa, achar isso elevado ou degradante. Por outro lado, **eu me sentia diminuída** enquanto mulher por aquele espetáculo. **Eu me sentia revoltada** por aquelas ejaculações em forma de notas de dólar e o cu cheio de grana **era também o meu** (QUEIROZ, 2017a, n.p., grifo meu).

**No meu delírio**, Shanya poderia escrever as bordas das próprias aspirações e deixar que a filha fizesse o mesmo, em vez de ter o mundo mastigado pra si aos 5 meses de vida. Ela deveria ter escolhas. O direito de seguir uma cultura própria, claro, mas também o de fazer diferente, se quisesse [...]. **Me perdoe, Shanya, porque eu, até**

**pouco, também não sabia** que o Brasil era líder em casamentos infantis e **nunca havia pensado sobre o preconceito** que te obriga a um único destino possível. **Eu sequer conhecia** a história dos ciganos. **Minha tentativa de pedido de desculpas é esta reportagem** [...]. Com tudo isso, Shanya se dizia feliz. Felicidade pra ela era aquilo, um horizonte que cabia naquela vila do sertão baiano. **E eu não duvido que seja mesmo**. Sorria como alguém feliz. **Quem sou eu pra invalidar a felicidade de outro, afinal?** (QUEIROZ, 2017b, n.p., grifo meu).

**Apesar de ter um útero em plena condição para gerar um bebê, a natureza não me trouxe a possibilidade de fazer isso em conjunto com a mulher que eu amo, com quem escolhi dividir** as belezas e os percalços da vida. [...]. E assim, entre mitos descabidos, filas de adoção, parcerias online e apelos às novas tecnologias, **a gente vai mostrando como é e sendo como pode**, na luta para despir essa invisibilidade que insiste em cobrir os nossos quereres. **Nós existimos, resistimos e também maternamos** (RODRIGUES, 2018, n.p., grifo meu).

**Eu era a comprovação da pesquisa em forma de gente: mulher, negra, na época com 29 anos e a primeira a romper o ciclo familiar de trabalho doméstico acessando o curso superior. E eu não era a única, minha rede próxima** está repleta de mulheres negras de “primeira geração” [...]. O entendimento de que **contar a minha e outras histórias é uma forma de celebrar nossas vitórias em meio a tanta luta, me levou a essa reportagem**. Contar **nossas histórias** é contar a própria história do Brasil [...]. **Falar foi fácil, mas o processo de reconhecimento e pesquisa para essa reportagem foi bem mais difícil do que poderia imaginar**. Muitas vezes **me peguei falando da dor e esquecendo de celebrar. Eu precisei acessar memórias, recontar minha própria história pra mim mesma, o que me causou muita dor** [...]. E é a partir do reconhecimento que as mulheres negras se fortalecem e se aquilombam. Quilombo não é onde **nos colocam, é onde queremos estar**. (LISBOA, 2019, n.p., grifo meu).

Nos excertos acima, as jornalistas reflexionam sobre questões e desafios internos que foram encontrando ao escrever as reportagens. Elas trazem um olhar sobre suas condições identitárias enquanto mães, mulheres, negras, lésbicas ou, ainda, por sua não condição, como Nana Queiroz (2017b) se refere à sua cultura como sendo não cigana. Nesse sentido, os trechos elucidam os sentimentos de dores, memórias e incertezas diante das histórias que contam, buscando identificação por meio de uma sujeita que, por vezes, se coloca como “nós, mulheres negras”, “nós, mulheres lésbicas”. Outrossim, as próprias convicções feministas são questionadas diante de pautas que abordam assuntos controversos dentro do movimento, como expõe Nana Queiroz (2017a) acerca do debate sobre a prostituição.

Em face do exposto, compreendo que são excluídas as noções de objetividade associadas à neutralidade nas reportagens de *AzMina*, reconhecendo uma dimensão subjetiva, perspectivista (MIGUEL; BIROLI, 2010) e de uma objetividade corporificada jornalística (COSTA, 2018). Tal movimento acontece a partir desses outros modos de contar, encontrar a alteridade e acessar aspectos velados da socialização (CHAHER; SANTORO, 2010), sem entrar em conflito com o comprometimento da apuração jornalística. Assim, é viável apreender

que esses trechos explicitam práticas corporificadas das vidas e subjetividades das autoras, as quais tecem a forma como elas se posicionam também no âmbito profissional.

A partir dessas construções textuais que ilustram elementos relacionados às vivências particulares, é possível perceber que muitos dos posicionamentos assumidos pelas jornalistas vão ao encontro de uma perspectiva de gênero no jornalismo. Ou seja, o entendimento de que mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos eventos é assimilado sob a ótica dos estudos de gênero e do movimento feminista, acolhendo as discussões suscitadas por eles. Os assuntos são tratados sob um viés denunciativo associado aos contextos em que as mulheres estão em situação de desigualdade, majoritariamente. Isso vai desde argumentações relacionadas à criminalização da interrupção da gravidez, à laicidade do Estado, à loucura como tendo uma sombra de gênero, à abordagem em condições de violência - mesmo que sem respaldo judicial -, à denúncia da cultura machista e dos apagamentos de uma população considerada invisível - como as mulheres em situação de rua -, às controvérsias de uma lei que muitas vezes é utilizada contra mulheres, aos desafios que mães solo enfrentam durante a pandemia, entre outras. Portanto, as subjetividades estão presentes na elucidação dos processos de produção das reportagens, nas escolhas dos temas que serão abordados, como também na sustentação de um posicionamento contestador e crítico.

#### 4.5 TRANSVERSALIZAÇÃO TEMÁTICA NA REVISTA AZMINA

Como abordado no subtópico anterior, a perspectiva de gênero está presente nos assuntos tratados pelas reportagens de *AzMina*. Isto é, as pautas são mobilizadas a partir do olhar de como isso afeta de forma diferenciada mulheres e homens. O foco é no gênero feminino predominantemente, evidenciando as interseccionalidades de raça, etnia, geração, religião, etc., assim como as questões que se referem especificamente às mulheres, tal como o aborto e a saúde sexual de mulheres lésbicas. Além disso, há espaço para debater assuntos gerais, a exemplo da relação entre estado e religião e as propostas contra a “ideologia de gênero” nas escolas. A codiretora da revista, Carolina Oms, sublinha essa disposição de pautas em entrevista:

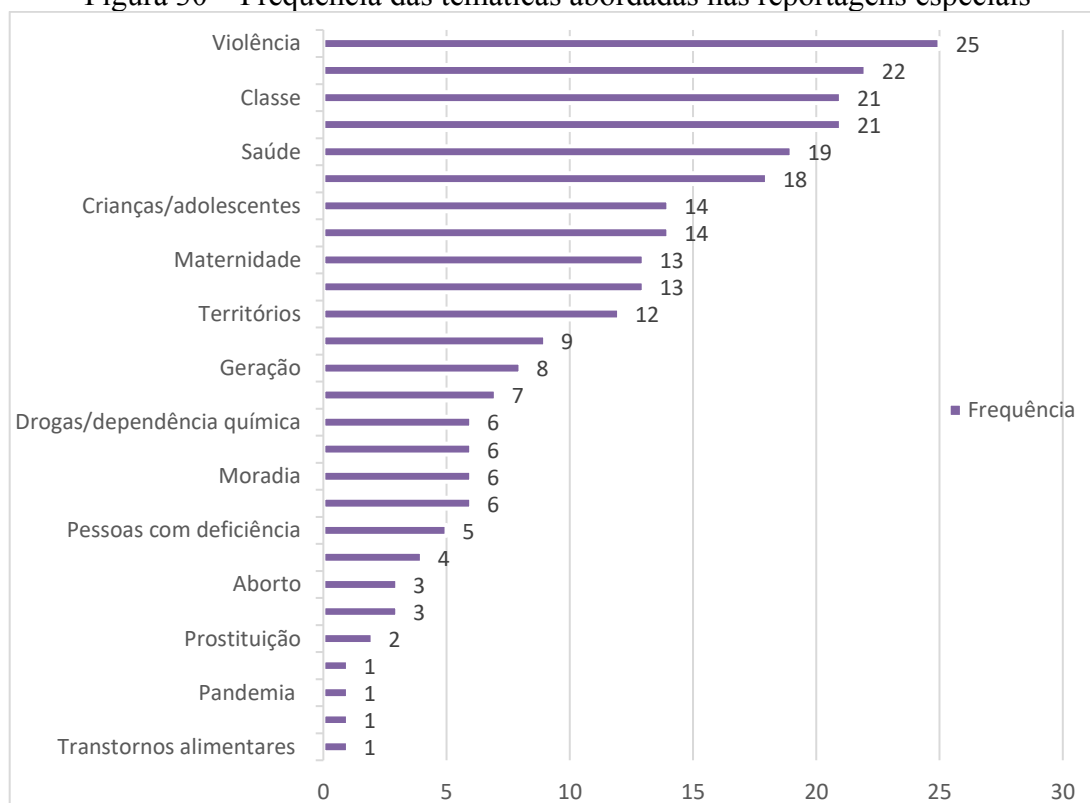
A escolha de pautas é baseada no que são as prioridades da revista. Temas que a gente se propõe a falar: direitos humanos, desigualdade, desigualdade do trabalho, questões trans, lésbicas, questões sobre o corpo, gordofobia, sexualidade focando na relação que as mulheres têm com o corpo... Falar de todos os assuntos que podem ser assuntos que a gente toca e também falar um pouco de política, esporte, economia... Mas a

única coisa é que tem que ser tratado de uma perspectiva de gênero. É claro que isso acaba dificultando um pouco a escolha das pautas porque quase tudo pode ser pauta [...] (SCHANDER, 2019, p. 45).

Vale ressaltar que embora as mulheres sejam o foco principal da maioria das reportagens, há uma busca por compreender como os homens são afetados em determinadas circunstâncias, especialmente quando se trata da desconstrução de estereótipos de gênero. Não à toa, uma das temáticas que perpassa esses textos é a questão das masculinidades, como veremos a seguir.

Sobre a análise desta categoria, é importante pontuar que as reportagens do *corpus* abrangem uma ampla gama de temáticas. Não sem razão, artigos que analisam *AzMina* destacam que o veículo traz à tona temáticas que geralmente são esquecidas (ou seriam ignoradas?) pela imprensa hegemônica brasileira (JESUS, 2017; RODEMBUSCH; FRITSCH, 2017). Assim, os textos contemplam desde pautas relacionadas aos casos de mães que engravidaram durante a epidemia de Zika, as ocorrências de exploração sexual de menores de idade, até as dificuldades enfrentadas por mulheres indígenas quanto à execução da Lei Maria da Penha. Por meio da análise temática, foram apreendidos 27 temas abordados pelas reportagens da revista, a saber:

Figura 30 – Frequência das temáticas abordadas nas reportagens especiais



Fonte: A autora (2021).

Diante desse gráfico de frequências, podemos perceber que os assuntos tratados, ainda que a princípio foquem em um ponto específico de pauta, discutem de forma secundária outros elementos<sup>140</sup>. Nesse sentido, as temáticas apreendidas são, em ordem decrescente: Violência (25), Políticas públicas (22), Classe (21), Raça e etnia (21), Saúde (19), Legislação (18), Crianças/adolescentes (14), Educação (14), Maternidade (13), Sexualidade (13), Territórios (12), Religião (9), Geração (8), Masculinidade (7), Drogas/dependência química (6), Imigração/migração (6), Moradia (6), Trans/travestis (6), Pessoas com deficiência (5), Diferença salarial (4), Aborto (3), Sustentabilidade (3), Prostituição (2), Gordofobia (1), Pandemia (1), Situação de rua (1) e Transtornos alimentares (1).

A partir de uma observação preliminar sobre os assuntos abordados, depreendo que tais temáticas auxiliam na reafirmação do caráter denunciativo das produções de *AzMin*. Isso porque a violência é um tema que aparece em quase todas as reportagens, representando 80,6%<sup>141</sup> do total. Trata-se de diferentes tipos de violência: violência física, verbal ou psicológica, abuso sexual ou psicológico, exploração sexual, feminicídio, pedofilia, violência contra a mulher, estupro, violência doméstica, relacionamento abusivo, violência policial e violência obstétrica. Nos textos, as autoras buscam visibilizar as diversas violências sofridas, sobretudo pelas mulheres em função de seu gênero e/ou sexo de nascimento.

A realidade da violência de gênero, em particular contra as mulheres, ainda é um assunto latente na sociedade brasileira. Esse cenário é corroborado por estatísticas como do monitoramento “Um vírus e duas guerras” (SANTANA, 2020), que entre março e dezembro de 2020, durante a pandemia de Covid-19, realizou um levantamento o qual constata que 1.005 mulheres foram mortas pelo simples fato de serem mulheres. Isso equivale a três feminicídios por dia no Brasil. Ainda, segundo os dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, os canais Disque 100 e 180 registraram 105.671 denúncias de violência contra a mulher em 2020. Esse número corresponde ao registro de uma ocorrência a cada cinco minutos.

O combate à violência contra a mulher é uma bandeira que foi levantada com maior ênfase a partir dos anos 1970 pelo movimento feminista brasileiro, e atualmente segue sendo

---

<sup>140</sup>Um exemplo de como isso ocorre é que a violência pode ser o assunto principal, como na reportagem “Violência contra a mulher ultrapassa até muros das prisões”. Porém, ela aparece de maneira transversal e secundária em outros textos. Em “Marias em fuga”, por exemplo, é abordada a migração de nordestinas, explicitando que um dos fatores migratórios para as mulheres é a violência doméstica.

<sup>141</sup>O cálculo das porcentagens foi feito com base na recorrência incidente no total de reportagens. Assim, das 31 reportagens, 25 tratavam sobre alguma violência, o que corresponde a 80,6% do total de textos analisados.

uma das principais frentes de enfrentamento. Tal movimentação angariou conquistas legislativas importantes, como a implantação de Delegacias de Defesa da Mulher em 1985, a Lei Maria da Penha em 2006 e a Lei do Feminicídio em 2015. Contudo, continua havendo a necessidade de existir espaços e instituições que tenham como foco o combate e a denúncia da violência, além de campanhas de conscientização<sup>142</sup> que estendam a noção de práticas violentas para abarcar também aquelas que não necessariamente envolvem agressões físicas.

O segundo tema com mais incidência é Políticas Públicas (71%)<sup>143</sup>. Essa temática abrange questões relativas a programas e ações que visam assegurar o direito à cidadania de grupos considerados minoritários, como mulheres, crianças e adolescentes, negras, indígenas, pessoas com deficiência, transgêneros e travestis, etc. Em razão da maioria das reportagens apresentarem um cunho denunciativo, é preponderante o diagnóstico relacionado à ausência do Estado e à falta de investimento, sobretudo, em assistência social. Diante da pandemia de Covid-19, a necessidade de haver políticas públicas se acentua, ainda mais quando voltadas aos grupos em maior vulnerabilidade social no momento, como pessoas em situação de rua, moradoras de comunidades periféricas, mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência, entre outros. Assim, embora apenas seis reportagens analisadas tenham sido produzidas durante a pandemia, o apagamento e a falta de assistência a esses grupos são anteriores, e encontram-se longe do ideal.

Os temas que aparecem com a mesma incidência em terceiro lugar são Classe e Raça e etnia<sup>144</sup> (67,7%). Por esse percentual, percebo que as questões de gênero não são abordadas de maneira isolada pela revista, já que a classe e a raça/etnia, dois elementos relacionados à interseccionalidade, são mobilizadas em 2/3 das reportagens publicadas. Vale ressaltar que outros marcadores sociais da diferença como sexualidade, territorialidade, religião, geração, identidade de gênero, nacionalidade e deficiência estão presentes nos textos, em razão de também serem algumas das temáticas recorrentes. Um exemplo de como esses temas aparecem pode ser visto em um subtítulo que questiona: “Cor, gênero e pobreza: o que torna as quilombolas mais vulneráveis ao estupro?” (RAPHAELA; SILVA, 2016, n.p.). Mediante essa indagação como ponto de partida, a proposta de *AzMina* é problematizar e informar sobre a

---

<sup>142</sup>*AzMina* realiza diversas iniciativas e campanhas de conscientização em combate à violência, tais como a Carnaval Sem Assédio, o mapa das delegacias da mulher e os aplicativos PenhaS e Maia.

<sup>143</sup>Embora as políticas públicas contemplem questões relacionadas à legislação, à saúde, à educação, à moradia, etc., a menção recorrente às políticas públicas e a essas outras temáticas de forma isolada me levou a separá-las e classificá-las como temas distintos, a fim de dar destaque a cada um deles.

<sup>144</sup>As raças e etnias presentes são negra, cigana e indígena.



complexificação das opressões, demonstrando como os intercruzamentos evidenciam outros fatores capazes de serem acionados para reflexão acerca dos assuntos tratados.

Em quarto lugar está a Saúde (61,3%). Esse tema contempla questões referentes à saúde física, mental, psicológica e sexual. Chama atenção para uma extensa menção à saúde mental das mulheres, correlacionando transtornos mentais, como a depressão, diretamente ao machismo. Já em quinto, aparece a Legislação (58%). Trata-se da referência à Constituição, leis e projetos de lei. É interessante perceber que mais da metade das reportagens de *AzMina* trazem o aporte da legislação para discutir os assuntos tratados. Isso ocorre mesmo quando esse não é o centro da discussão, a exemplo da alusão à legislação sobre maternidade socioafetiva veiculada na reportagem “Maternidade lésbica”.

Posterior a essas temáticas principais, temos aquelas que aparecem em menos da metade dos textos, a saber: em sexto lugar Educação (45,2%), a qual se refere tanto aos aspectos relativos à educação formal, contemplando os diferentes níveis desde creches até o ensino superior, quanto a menção à necessidade de inclusão de conteúdos educacionais sobre os mais variados assuntos, a exemplo da escassez de formação educacional para agressores de mulheres, a fim de que o crime não seja reincidido. Também na sexta posição está Crianças/adolescentes (45,2%), dialogando sobre direitos, violências e casos de casamentos infantis, os quais envolvem especificamente esse grupo.

Em sétimo temos Sexualidade (41,9%), a qual trata das diferentes orientações sexuais e opressões advindas delas, tais como a heterossexualidade compulsória, a lesbofobia e a homofobia. Na mesma posição está a Maternidade (41,9%), correlacionando-se tanto às questões diretas sobre o tema - como a maternidade compulsória e a realidade de mães solo -, quanto às situações que mulheres que são mães enfrentam, indicando que o maternar pode ser visto como um marcador social da diferença.

Em oitavo lugar, Territórios (38,7%), a qual se refere, especialmente, à interiorização e aos fenômenos decorrentes do distanciamento dos centros urbanos. Um exemplo de como se engendra essa temática é a reportagem que aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres indígenas para ter as garantias da Lei Maria da Penha, já que elas dispõem de limitações para fazer os deslocamentos até as delegacias, há falta de assistência nos locais de moradia, etc. Em nono, a Religião (29%), tratando de casos de intolerância religiosa e sobre as diferentes práticas de fé como fatores determinantes nas vidas das pessoas. Em décimo temos a Geração (25,8%), explicitando as diferenças e continuidades geracionais, como o ciclo do trabalho doméstico para mulheres negras.

Já em décimo primeiro está a Masculinidade (22,6%), referindo-se às questões de gênero que exploram as masculinidades, a exemplo da reportagem que averigua uma série de razões que levam os homens a se colocarem na posição de clientes da prostituição. Em décimo segundo se encontram as temáticas: Trans/travestis (19,3%), tratando das identidades de gênero; Drogas/dependência química (19,3%), o qual se mostra um fator que contribui para as situações de violência; Moradia (19,3%), relacionando-se ao direito à habitação e moradia; e Imigração/migração (19,3%), sobre movimentos e condições migratórias. Em décimo terceiro está o tema Pessoa com deficiência (16,1%), o qual assinala as vivências e dificuldades que essa população enfrenta cotidianamente.

Por fim, temos as categorias que aparecem em menos de cinco reportagens, a saber: Diferença salarial (12,9%), especialmente no que diz respeito às diferenças de salário entre mulheres e homens; Aborto (9,7%), com explicações e orientações acerca do tema; Sustentabilidade (9,7%), tratando de questões relacionadas ao cuidado com a terra; Prostituição (6,4%), problematizando as diversas facetas da temática; Gordofobia (3,2%), associada à opressão contra pessoas gordas; Pandemia (3,2%), trazendo relação direta ao momento atual de crise sanitária em decorrência da Covid-19; Situação de rua (3,2%), acerca das vivências de pessoas que vivem nessa situação; e Transtornos alimentares (3,2%), tratando sobre doenças relativas a distúrbios alimentares. Chama atenção para baixa frequência da temática do aborto, somente 9,7%<sup>145</sup>. Isso porque a descriminalização do aborto é uma das principais bandeiras do feminismo brasileiro na atualidade. Contudo, esses dados igualmente mostram algumas situações de apagamento, como a pouca exploração de reportagens relacionadas a pessoas em situação de rua (3,2%), o que reitera a invisibilidade dessas discussões também na prática de um jornalismo com perspectiva de gênero.

Em um balanço final sobre os temas discutidos nas reportagens de *AzMina*, percebo que há abrangência dos pontos de pauta que vêm sendo debatidos pelos estudos de gênero, pelo movimento feminista e pelos movimentos sociais em geral. Vale o adendo que em análise sobre os temas abordados por jornais feministas dos anos 1970 e 1980 (WOITOWICZ; POPADIUK, 2018), é possível apreender algumas semelhanças e dissidências com esta análise. As questões relacionadas à política, por exemplo, seguem sendo um tema de alta incidência em ambos os contextos. Ainda que se trate de períodos distintos, com a produção daquela década envolvida constantemente na denúncia e mobilização contra a ditadura militar, nota-se que permanece

---

<sup>145</sup>Vale pontuar que essa baixa frequência se refere às temáticas encontradas na editoria “Especiais”. Desse modo, o tema do aborto pode estar presente com maior frequência em outras editorias da revista.

vigente um esforço em trazer uma contextualização e ligação do cenário político às reportagens atuais, já que são tratados assuntos relativos à legislação e às políticas públicas, principalmente. Em contrapartida, algo apontado com baixa visibilidade pelo estudo feito pelas autoras, como a raça, em *AzMina* apresenta uma incidência recorrente, assim como textos que incorporam uma perspectiva de classe sobre os assuntos tratados.

Diante disso, é viável depreender que as temáticas discutidas pelo veículo analisado abarcam segmentos das editorias tradicionais dos veículos hegemônicos, tais como Economia e Política<sup>146</sup>, demonstrando a transversalização temática do viés de gênero na prática da revista. Em particular, essa perspectiva está acompanhada de uma visão interseccional, levando em conta a necessidade de reflexão acerca dos marcadores sociais da diferença. Entretanto, não se pode deixar de sublinhar que é perceptível haver um destaque de alguns assuntos em detrimento de outros, reforçando os apagamentos que também podem ser produzidos por esse jornalismo.

---

<sup>146</sup>Escolhi não nomear as temáticas em segmentos de editorias tradicionais como Política, Economia, Comportamento etc., em razão de optar pela especificidade dos temas. Portanto, temáticas como Diferença Salarial, a qual poderia estar dentro de economia, ou Legislação e Políticas Públicas, as quais poderiam constar em política, angariaram uma categorização própria, uma vez que envolvem discussões particulares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que conheci as lentes violetas, as lentes que veem o mundo sob um viés de gênero, não consegui mais viver sem elas. Passei a vesti-las em todos os âmbitos da minha vida, sobretudo no acadêmico e no profissional. Consequentemente, a existência dessas lentes motivou que esta dissertação fosse construída, partindo do caminho aberto pelas teóricas feministas que iniciaram uma reflexão acerca dos pressupostos universais até então consagrados nos códigos da ciência moderna.

Face ao entendimento que a imprensa feminista brasileira é coabitada pela história das mulheres e do movimento feminista, compreendi que analisar um veículo jornalístico que assume essa mirada seria um modo de apreender como se dá a construção de uma prática jornalística a qual se propõe a desenvolver perspectivas baseadas em outros referenciais. Assim, minha investigação se deu no universo das iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero, que embora surjam nominalmente a partir da década de 1990 (BOIX, 2002), estão diretamente vinculadas à imprensa feminista, uma vez que se mostram como uma complexificação das discussões de gênero associadas à comunicação.

Em especial, durante esta pesquisa, apreendi que não há uma teoria que defina exatamente uma prática de jornalismo com perspectiva de gênero (WOITOWICZ, 2018). Portanto, minha proposta inicial de identificar questões relacionadas à prática, tornou-se mais complexa, já que era necessário refinar minha percepção sobre o que, de fato, se tratava essa prática. Inclusive, no decorrer da escrita desta dissertação, que começou a ser delineada no ano de 2018, foi possível perceber uma adesão ao campo temático desses estudos recentemente, com teses e dissertações sendo produzidas analisando práticas de jornalismo com perspectiva de gênero brasileiras, sobretudo nativas digitais (ÁVILA, 2020; COSTA, 2018; ESMITIZ, 2019).

Importa destacar que essas iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero se proliferaram mais amplamente no momento em que está em voga a quarta onda do movimento feminista, na qual há pluralização de vozes sendo ecoadas pelas redes sociais digitais. Isso ocorre especialmente em um cenário político social que ganhou corpo pós Jornadas de Junho de 2013, culminando em 2015 na Primavera Feminista brasileira. Esse evento gerou forte impacto nas formas de organização do movimento feminista nos espaços online, mas também nas ruas. Naquela altura, colocou-se como indefinida a permanência e continuidade da militância que se formava. Entretanto, as práticas de jornalismo com perspectiva de gênero, as

quais emergem nesse mesmo período – e prosseguem ativas até hoje -, parecem demonstrar um dos impactos dessa militância contemplando a comunicação e, em particular, o jornalismo.

Em meio a essa conjuntura, conclui que minha contribuição poderia somar às pesquisas atualmente desenvolvidas no campo de observação das práticas alternativas. Logo, este estudo abarca uma reflexão sobre o jornalismo da *Revista AzMina*. Essa iniciativa foi escolhida em razão de ser um dos veículos com perspectiva de gênero em atuação que alcançou reconhecimento por intermédio de premiações na área e por pesquisas que apontam seu rigor jornalístico (CABRAL, 2017; BUITONI; LOPES, 2018; SOUZA; ZUCOLO, 2018; SOUZA, 2019). Dessa maneira, no capítulo dois da dissertação, me aproximo do objeto empírico sob diferentes abordagens, destacando suas características revistativas, os elementos que carregam de uma imprensa feminina e de uma imprensa feminista, bem como seu engendramento enquanto uma prática ciberfeminista. Vale ressaltar que na própria análise foi possível apreender alguns desses aspectos sendo mobilizados pelas reportagens examinadas, a exemplo da temporalidade expandida, da tematicidade e do estabelecimento de diálogo com as leitoras, recursos utilizados pelo jornalismo de revista e pela imprensa feminina, em específico.

Entretanto, para realizar esta análise, antes era preciso refletir sobre o que, efetivamente, se trata a prática de jornalismo com perspectiva de gênero. Ainda, já que não há uma teoria, se seria plausível depreender elementos que tornem viável a identificação dessa prática. Diante desses questionamentos, adicionados a todo contexto que compunha o referencial mobilizado para esta investigação, cheguei à ao objeto desta pesquisa: compreender a construção da perspectiva de gênero no jornalismo e realizar uma análise de conteúdo da *Revista AzMina*. Para respondê-la, fez-se necessário dividir a análise em duas etapas: na primeira, evidenciada no terceiro capítulo, procurei assimilar quais seriam as recomendações para uma prática de jornalismo com perspectiva de gênero. Na segunda, expressa no quarto capítulo, a busca foi por perceber como essas recomendações, que posteriormente foram agrupadas em categorias, se conformam na prática jornalística do objeto empírico em questão.

Dito isso, diante dos textos analisados na primeira etapa, foi possível apreender uma disposição a outras narrativas, as quais são mobilizadas com o propósito de romper com uma forma dominante de ver o mundo. Em suma, podemos colocar em formato de interrogação as questões suscitadas para o engendramento dessa prática: como esse evento afeta outras pessoas? Indivíduos de outro gênero, em particular, mas também de outra raça, outra classe? Um exemplo prático seria uma pauta abordando as estatísticas sobre suicídio. Os casos são maiores entre homens. Porém, as tentativas de suicídio são maiores entre mulheres. Frente a essa

circunstância, questiona-se: Por que há mais tentativas entre essa população? O que estaria por trás desses números? Quais fatores levariam mais mulheres a essa situação limite? Há outros marcadores identificáveis nessas pessoas além do gênero?

Partindo do exposto, a ideia concebida é que o não reconhecimento do gênero como um dos fatores que afetam as experiências humanas implica em deixar de narrar uma parte da história e da realidade (MACHARIA; MORINIÈRE, 2012a; 2012b). Assim, o aspecto relacional do gênero é convocado à prática jornalística. Todavia, também é reconhecível, perante os textos analisados, que há menção ao enfoque de visibilizar as mulheres, abarcando uma noção de privilegiar sua presença enquanto sujeita social autônoma e portadora de direitos (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017). Essa ação, de fato, pode ser vista durante a análise de *AzMina*. Isso porque as mulheres fazem parte da equipe diretiva e dos mais diversos segmentos da redação, das fotografias e das ilustrações, bem como são a maioria das fontes entrevistadas. Logo, é possível inferir que elas angariam protagonismo nas reportagens e na composição da equipe responsável pela revista.

Mais especificamente, ao destrinchar os textos analisados em unidades de registro, tornou-se viável apreender uma série de elementos recomendados para a prática de jornalismo com perspectiva de gênero. Esses elementos foram agrupados por afinidades em categorias, a saber: a) incorporação de mulheres nos meios de comunicação, tratando sobre a inserção de mulheres na rotina produtiva dos veículos; b) diversificação de fontes, objetivando trazer novas vozes ao jornalismo, especialmente de mulheres; c) linguagem inclusiva, propondo tensionamentos do masculino genérico, como também a desconstrução de normatizações e estereótipos por meio da linguagem textual, imagética e sonora; d) subjetividade na prática jornalística, a qual busca a desnaturalização do papel supostamente neutro, assumindo um posicionamento crítico; e e) transversalização temática, compreendendo que qualquer tema pode ser tratado sob a ótica do gênero.

Atento para o fato de que essas categorias não se pretendem fixas e/ou imutáveis, como se o jornalismo com perspectiva de gênero obrigatoriamente necessitasse segui-las. Elas atuam como recomendações, metas possíveis ou não de serem alcançadas. Isso mostrou-se factível uma vez que, por meio da análise das reportagens de *AzMina*, pude apreender que a revista mobiliza algumas delas, como a incorporação de mulheres à estrutura das equipes do veículo. Entretanto, não mobiliza plenamente outras, a exemplo da reprodução de estereótipos e generalizações, o que vai de encontro à proposta de uma linguagem inclusiva. Ademais,

também agrega camadas de novos elementos às categorias, como o estabelecimento de diálogo com as leitoras fazendo parte de uma estratégia discursiva da linguagem da revista.

Às vistas disso, após a conclusão da primeira etapa de análise, a metodologia da Análise de Conteúdo foi adaptada, a fim de que fosse viável manejar as categorias delimitadas na segunda etapa, ou seja, na investigação das reportagens especiais da *Revista AzMina*. Nessa fase, a cada categoria o método foi sendo ajustado, respeitando as orientações originais estipuladas principalmente por Laurence Bardin (2002), com a intenção de contemplar os aspectos da análise. Dessa forma, algumas categorias foram exploradas de modo mais quantitativo, enquanto outras, mais qualitativo, tal como possibilita o aporte metodológico utilizado.

Sobre a primeira categoria, a incorporação de mulheres nos meios de comunicação, foi possível perceber que *AzMina* tem esse aspecto como fundamento primordial: toda equipe diretiva, redatoras, ilustradoras, coordenadoras de finanças e projetos, colunistas e voluntárias são mulheres. Além disso, nas reportagens analisadas, as quais a ampla maioria foi escrita por colaboradoras externas, o total delas envolve autoria de textos feita por mulheres, mostrando-se como uma priorização do veículo. No que se refere às demais autorias (ilustrações, artes e fotografias), 97,3% foram realizadas por mulheres, tendo apenas um homem assinando um trabalho fotográfico e duas autorias sem identificação. Logo, nesta primeira categoria, assimilo que a revista de fato assume a responsabilidade de trazer à composição da equipe parte do discurso feminista que luta pela ocupação dos espaços profissionais. Em especial, na *AzMina* essa inclusão sucede em todos os âmbitos, sobretudo nos locais que geralmente não são designados socialmente às profissionais mulheres, a exemplo dos cargos de chefia.

Acerca da segunda categoria, a diversificação de fontes, nas reportagens examinadas contabilizei um total de 523 fontes mobilizadas ao todo, entre humanas entrevistadas e fontes de informação em geral (não humanas). Dentre as primeiras, é perceptível novamente uma priorização das mulheres, já que 83,3% do total de fontes entrevistadas são do gênero feminino. Ademais, em 29 das 31 reportagens há predominância de fontes femininas sobre as masculinas, com algumas, inclusive, contando exclusivamente com mulheres entrevistadas. Ao categorizar esse primeiro grupo de fontes, apreendi que há uma grande procura por especialistas (52,5%), com vasto diálogo com acadêmicas, demonstrando a valorização dos saberes científicos pelo veículo; seguida de cidadãs (41,9%), indo de encontro à prática comum no jornalismo de escuta majoritária de fontes oficiais; e ativistas e lideranças (5,9%), correspondendo à identificação feita pela própria revista, expondo que há destaque para essas designações.

Em se tratando das fontes de informação em geral (não humanas), foram somadas 182 fontes consultadas. Dados estatísticos/pesquisas correspondem a 72,5% do total. Esse percentual representa pesquisas realizadas pela própria *AzMina*, resultados de investigações científicas e de estatísticas oficiais. Especialmente, abarca dados desagregados por gênero e raça, elemento bastante mencionado para a prática de jornalismo com perspectiva de gênero. Em seguida, essas fontes foram classificadas em Declarações em função do cargo/órgãos (11,5%), mostrando haver menor ênfase nas narrativas oficiais; Documentos (7,1%), principalmente referindo-se a questões legislativas, contextualizando juridicamente os assuntos tratados; Outros veículos (5,5%), havendo baixa replicação de conteúdos de outros meios de comunicação, apesar de ser recorrente as parcerias de produção com iniciativas afins; e Redes sociais digitais (3,3%).

Diante desses dados quantitativos, vislumbro que *AzMina* movimentava uma ampla gama de fontes, entrevistadas ou não, para embasar suas reportagens. Em específico, é perceptível haver uma preferência por fontes femininas, seja como ‘consultada’ em certas áreas de atuação, ou em função da pauta tratar sobre determinadas identidades, como é o caso de parte das fontes cidadãs, diversificando as fontes tradicionalmente mobilizadas pelo jornalismo hegemônico. Tal ação visibiliza e dá espaço para que ecoem, sobretudo, as vozes de mulheres que durante tempos foram apartadas da arena discursiva pública (SILVEIRINHA, 2012). Também, em uma análise qualitativa sobre esta categoria, é observável que há um empenho em trazer, efetivamente, uma multiplicidade de vozes, propondo que contrapontos sejam discutidos e apresentados ao debate. Todavia, alguns temas não são passíveis de discussão entre possíveis interlocutoras que disponham de argumentações contrárias, a exemplo da descriminalização do aborto, uma vez que a revista assume um posicionamento feminista desde a linha editorial.

Já sobre a categoria da linguagem inclusiva, a análise de *AzMina* mostrou que o veículo oscila sobre o emprego desse atributo em suas reportagens. Isso porque a revista mobiliza a escolha de palavras como forma de denúncia, de nomeação de pessoas e eventos de acordo com a maneira mais apropriada, respeitando as identidades e a diversidade linguística oral. Também, procura não recorrer a nomeações por relações de parentesco, a não ser em casos excepcionais. Entretanto, muitas vezes não consegue fugir à norma, a exemplo do uso do masculino genérico mesmo quando os textos abrangem unicamente mulheres. Como efeito disso, apreendo o quanto a linguagem reproduz lógicas culturais estabelecendo relações de poder, demonstrando o quão difícil é, mesmo em um veículo que tem a intenção de promover uma perspectiva inclusiva,



romper com as marcas do machismo e da noção que institui o masculino como referente universal (HARDING, 1987; HARAWAY, 1995).

Outras limitações percebidas nesta categoria dizem respeito à pouca explicação acerca da utilização de alguns termos mais técnicos e/ou comuns ao vocabulário acadêmico e do movimento social feminista, como violência obstétrica, por exemplo. Isso vai de encontro à proposta da revista de ser destinada a um público mais amplo, atingindo mulheres e pessoas em geral de diferentes ideologias, não somente aquelas que se identificam como feministas ou pró-feministas. Ademais, embora haja um esforço em engendrar representações alternativas, desconstruir mitos e estereótipos de gênero, como também de outros grupos considerados minoritários, é perceptível que esse rompimento não é completo. Eventualmente ainda são mobilizados termos equivocados, que por vezes produzem apagamento de identidades e generalizações sobre as vivências dos grupos representados.

Em relação às imagens publicadas nas reportagens, as quais estão contempladas na análise da linguagem inclusiva, é praticável inferir que o veículo não emprega retoques artificiais nas fotografias. Assim, as fotografadas, sendo a maioria mulheres, não têm suas marcas corporais apagadas, seus rostos e barrigas colocados no padrão de beleza hegemônico constituído socialmente. Por meio dos enquadramentos, principalmente focados em fragmentos dos cenários e dos corpos das fotografadas, é possível perceber parte das histórias de gênero, raça, etnia e classe sendo contadas e visibilizadas.

Além do exposto, vale pontuar outro recurso mobilizado pela *AzMina*, o qual não foi encontrado originalmente nas recomendações associadas à prática de jornalismo com perspectiva de gênero: o estabelecimento de um diálogo com as leitoras. Essa característica é própria dos veículos revistativos, especialmente as revistas femininas (BUIIONI, 1986). Como o veículo aqui estudado trata-se de uma revista, percebemos que elementos próprios dessa mídia são agregados ao desenvolvimento de suas especificidades. Tal aspecto pode ser compreendido como uma maneira alternativa de estabelecer essa linguagem inclusiva, já que busca dialogar com as leitoras sem recorrer à normatização de condutas, valorizando o uso dessa linguagem para evidenciar orientações relacionadas à busca de direitos. Logo, funciona como uma estratégia discursiva para angariar confiança e certa proximidade, inclusive convidando o público-leitor à construção colaborativa dos conteúdos, ao mesmo tempo que não recai em normatividades de gênero tipicamente produzidas por outros veículos (BUIIONI, 2009).

Já sobre a categoria da subjetividade na prática jornalística, é possível depreender, a partir da análise das reportagens de *AzMina*, que as autoras estão comprometidas

ideologicamente com suas identidades feministas, bem como com algumas outras de suas identidades relacionais, sem deixar de lado a realidade histórico-social em que estão inseridas. Elas produzem seus próprios saberes localizados (HARAWAY, 1995), os quais ocasionam rupturas com determinadas concepções dominantes, concebendo um discurso que contextualiza criticamente o sistema-mundo existente. Assim, é negada a ideia de uma objetividade associada à neutralidade, reconhecendo uma dimensão subjetiva (MORAES, 2019b), perspectivista (MIGUEL; BIROLI, 2010) e/ou de uma objetividade corporificada jornalística (COSTA, 2018).

Vale ressaltar que a subjetividade pode variar a depender de cada autora que assina o texto, já que são vivências particulares. Porém, elementos como a não exotificação de culturas distintas, a afetação, o acolhimento e a escuta, estão presentes nas práticas das autoras. Além disso, é reconhecível a disposição em encontrar brechas para discorrer acerca de possibilidades de resistências, de forma a endossar concepções feministas. Isso ocorre, por exemplo, na menção contínua à formação de redes de solidariedade entre mulheres, na qual há uma busca por fortalecer as coletividades como uma resposta à lógica dominante. Outrossim, elementos ligados à visibilização dos processos de produção das reportagens, relatando as dificuldades, os obstáculos, os diálogos, os questionamentos, os limites culturais, os encontros com as fontes entrevistadas e as motivações, são práticas comuns e cotidianas nos textos. Também, autorreflexões sobre suas próprias convicções e identidades são veiculadas nas reportagens analisadas, autorizando e estimulando a escrita em primeira pessoa. Tais processos podem ser apreendidos como uma estratégia discursiva para legitimar o exercício de transparência jornalística do veículo, trazendo credibilização à narrativa por meio da expressão das subjetividades.

Por fim, a última categoria refere-se à transversalização temática. A partir da análise, foi possível aprender que há uma diversidade ampla de temas abordados no jornalismo de *AzMina*. Esses temas, por sua vez, estabelecem diálogo direto com as pautas dos movimentos sociais, sobretudo as do movimento feminista. Desse modo, diferentes assuntos são tratados pelo viés de gênero, contemplando a maneira como os eventos tocam em particular a vida das mulheres. Ademais, por meio da análise, deparei que a revista discute temas de pautas que estão em voga no momento atual, como a situação das mães solo durante a pandemia de Covid-19, mas também assuntos que apresentam uma temporalidade expandida, a exemplo da migração de mulheres nordestinas ou dos diferentes processos de maternagem entre mulheres

indígenas. Portanto, há uma cobertura temática extensa, na qual a mirada de gênero funciona como um recorte específico.

Afora esse panorama geral, na análise foram identificadas 27 temáticas abordadas pelas reportagens investigadas. As seis mais recorrentes são: Violência (80,6%), Políticas públicas (71%), Classe (67,7%), Raça e etnia (67,7%), Saúde (61,3%) e Legislação (58,8%). Diante desses percentuais, é perceptível que as pautas dos movimentos sociais estão presentes nos temas contemplados pela revista, de forma a retomar as lutas que estão sendo travadas há décadas, tal como o combate à violência contra a mulher. Outros temas, como o aborto, por exemplo, aparecem pouco (9,7%) – ainda que esses textos tenham sido alvo de ataques políticos, mas também tenham angariado premiações e tornado o veículo um meio de acesso confiável a leitoras que escreveram à equipe requisitando orientações. Além disso, os temas que apresentam baixa incidência mostram que há menor visibilidade para certas questões, com algumas temáticas sequer aparecendo na seção. Mesmo assim, é factível a tentativa do veículo de abarcar tanto uma proposta de que qualquer evento possa ser tratado sob a perspectiva de gênero, quanto a ideia de fomentar a agenda de pautas do movimento feminista.

Frente a essas explanações, vale pontuar um aspecto que se destaca e atravessa a análise de todas as categorias: a interseccionalidade. Nas reportagens de *AzMina*, percebo que não há mais referência à mulher dos estudos dos anos 1960 e 1970: são mulheres, no plural, heterogêneas e com diversas particularidades e diferenciações entre si. Isso pode ser visto na composição da equipe, a qual preza pela contratação de mulheres não brancas; nas localidades onde são produzidas as reportagens, contemplando pautas desenvolvidas em diferentes estados brasileiros; na mobilização dos marcadores sociais da diferença, sobretudo raça, etnia e classe, utilizados nas construções textuais e imagéticas; nas identidades das diferentes autoras dos textos, as quais narram parte de suas vivências pessoais em determinados contextos; bem como nas pautas que são atravessadas por temáticas como territorialidade, classe, raça e etnia, geração, idade, maternidade, masculinidade, religião, identidade de gênero, deficiência e sexualidade. Logo, as identidades relacionais são valorizadas e não dissolvidas, potencialmente servindo como modos de resistência a partir de outras e novas formas de organização que não ignoram a perspectiva interseccional.

Por meio dos resultados obtidos, foi possível apreender, pela composição e análise das categorias recomendadas para a prática, como se dá a construção da perspectiva de gênero no jornalismo da revista *AzMina*. É coerente afirmar que a seleção de outros textos para o *corpus* da primeira etapa analítica poderia angariar resultados distintos, já que essas categorias não são

definitivas, fixas e imutáveis. Porém, por se tratarem de materiais significativos selecionados, foi possível ter uma dimensão dessa prática, alcançando os objetivos propostos no início desta pesquisa. Nas reportagens investigadas, considero que essas categorias são, de fato, compreendidas como metas possíveis. Dessa forma, algumas são contempladas plenamente, como a incorporação das mulheres nos meios; outras deixam a desejar, como a linguagem inclusiva. Também, a análise mostrou que essas categorias podem adquirir outras camadas, agregando possibilidades de elementos a serem incluídos. Isso porque cada veículo é único e produz um jornalismo particular, ainda que dentro do espectro das práticas de jornalismo com perspectiva de gênero.

Diante do exposto, vale sublinhar que uma iniciativa com perspectiva de gênero, no caso aqui analisado, *AzMina*, não está isenta de produzir contradições. Efetivamente, há uma dificuldade em haver um rompimento completo de práticas hegemônicas por esses veículos (COSTA, 2018), em função de estarem inseridas em uma sociedade generificada, racista e ocidentalista, a qual acaba tendo seus valores dominantes reproduzidos no jornalismo. Entretanto, essas práticas de jornalismo com perspectiva de gênero, em última instância, procuram agregar à construção também de uma outra epistemologia feminista do jornalismo. Tal movimento ocorre uma vez que, por meio do gênero e da interseccionalidade, buscam desnaturalizar opressões estruturais e visibilizar outros temas, pessoas e identidades.

Portanto, compreendo que os estudos de gênero e a epistemologia feminista contribuíram e seguem contribuindo para formação de uma comunidade interpretativa dentro dos estudos de jornalismo. Isso porque as análises apreendem a existência de um sistema de valores hegemônicos, consensuais e dominantes sobre gênero, como também sobre outros marcadores como raça, etnia e sexualidade, os quais produzem exclusões e hierarquias no jornalismo (CERQUEIRA *et al.*, 2014; VEIGA DA SILVA, 2014; SOUZA, 2014). No contexto desta pesquisa, especificamente no que tange os textos analisados que orientam a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo, bem como as pesquisas produzidas recentemente no campo as quais analisam iniciativas que engendram essa mirada, há um esforço coletivo não apenas em ofertar um diagnóstico crítico das práticas jornalísticas, mas propor possibilidades distintas. Assim, desenvolvem uma reflexão acerca da visibilização de outras corporeidades, tanto no que se refere à produção do jornalismo, pensando alternativas relacionadas à posicionalidade subjetiva assumida pelas profissionais, quanto sobre a relação que se estabelece com as pautas e as fontes, partindo do entendimento que os eventos afetam de forma

diferenciada os indivíduos. Logo, há proposições que buscam incidir diretamente na prática jornalística, construindo caminhos mais afeitos à diversidade e à afetação.

Ao fim desta pesquisa, concluo que diversos desdobramentos de investigações futuras podem ser engendrados. A análise, por exemplo, de outros veículos com perspectiva de gênero brasileiros ou internacionais. Também, a realização de estudos não só com veículos que tenham essa perspectiva explícita em sua linha editorial, mas que podem, ou não, empregar essa mirada em sua produção, já que ela não é exclusiva de veículos alternativos. Outrossim, uma questão em aberto se refere ao quanto essas iniciativas circulam, ou seja, se esses veículos são lidos pela população em geral além de pessoas, sobretudo mulheres, que se identificam com a mesma ideologia. Em suma, o campo temático dos estudos do jornalismo com perspectiva de gênero dispõe de potencial profuso a ser explorado.

Dito isso, fecho esta dissertação expondo que no decorrer da escrita destas considerações finais, foi publicado o Atlas da Violência de 2021. Entre os resultados obtidos, há inferência que durante o primeiro semestre de 2020, 649 mulheres foram vítimas de feminicídio. Isso corresponde a um crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, 66,6% eram mulheres negras e 89,8% foram mortas pelo companheiro ou ex-companheiro.

Elucido tais indicadores para expressar que esses dados carregam por trás centenas de mulheres com nomes, rostos, endereços e, por vezes, mães, avós, netas, sobrinhas e filhas que dependiam delas financeiramente, emocionalmente. Antes de serem assassinadas, muitas possivelmente fizeram denúncias, como tantas que li durante a análise das reportagens de *AzMina*, já que a maioria dos textos é perpassado por temáticas relacionadas à violência. Diante desse cenário, me parece urgente que se tensione a prática jornalística, a fim de que a perspectiva de gênero – como também a de raça, de classe - rompam com o gueto informativo a que até então estão restritas, de forma a disputarem as narrativas acerca das desigualdades que ainda persistem na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- AGÊNCIA PÚBLICA. O mapa do jornalismo independente. **Agência Pública**. s.d. Disponível em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALLAN, Stuart. (En)gendering the truth politics of news discourse. In: CARTER, Cynthia; BRANSTON, Gill; ALLAN, Stuart. **News, gender and power**. London: Routledge, 1998.
- ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti. **A mulher na pesquisa em Jornalismo: teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015)**. 149p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa, 2018.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural Brasileira, 1985.
- ALVES, Karla. **“Meu corpo é meu campo de batalha”**: narrativas de mulheres com anorexia e bulimia no jornalismo ciberfeminista. 31p. Especialização (Especialização em Comunicação e Saúde) - Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2017.
- ARONOVICH, Lola. As revistas femininas não precisam mais ser nossas inimigas. **Escreva, Lola, Escreva**. 2015. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2015/06/as-revistas-femininas-nao-precisam-mais.html>>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- ARTEMISA COMUNICACIÓN. Las 10 P del Periodismo de Género. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (comp.). **Las palabras tienen sexo: Herramientas para un periodismo de género**. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.
- ARTIGO 19. **Gênero&Mídia: um olhar de gênero para o ambiente de mídia brasileiro**. 2017. Disponível em <<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/05/G%c3%aanero-M%c3%addia.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- AZMINA. Relatório de Atividades. **AzMina**. 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/instituto-azmina/transparencia/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- AZMINA. Sim, nós somos feministas. **AzMina**. s.d. Disponível em: <<https://azmina.com.br/instituto-azmina/quem-somos/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, 2013.
- BALLESTRIN, Luciana Maria. Feminismos Subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.
- BANDEIRA, Ana Paula. Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 14, n. 2, p. 190-199, 2015.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen. **Jornalismo feminino em Santa Catarina**: uma análise do suplemento Donna, DC, do Diário Catarinense. 139p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2012.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan/abr. 2008.

BARBOSA, Karina; VARÃO, Rafiza. Erro, dúvida e jornalismo generificado: Um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem “A rape on campus”. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 12-29, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2002.

BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. Network Journalism: converging competences of media professionals and professionalism. **Australian Journalism Review**, [S.I], v. 23, n. 2, p. 91-103, 2001.

BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos pagu**, Campinas, n. 1, p. 112–148, 2005.

BASTHI, Angélica (org.). **Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia**. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2011.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 189-217.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BECHLER, Cláudia. **A produção da mulher no discurso d’AzMina durante a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro**. 52p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) - Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2017.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.

BENÍTEZ-EYZAGUIRRE, Lúcia. Ciberfeminismo y apropiación tecnológica em América Latina. **Virtualis**, Monterrey, v. 10, n. 18, p. 1-15, 2019.

BERTASSO, Daiane. **A concorrência por lugares entre as mídias jornalísticas impressas**: estudo das estratégias de produção de sentidos no discurso autorreferencial. 164p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, 2010.

BERTASSO, Daiane. **Jornalismo de revista e ethos discursivo**: as imagens de si nas capas e nos editoriais de Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital. 170p. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2014.

BERTHO, Helena. Abrigo contra violência doméstica. **AzMina**. 2019a. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/abrigo-contra-a-violencia-domestica-2/>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BERTHO, Helena. Como é feito um aborto seguro? **AzMina**. 2019b. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/como-e-feito-um-aborto-seguro/>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BERTHO, Helena. Dossiê das Delegacias da Mulher. **AzMina**. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/dossie-das-delegacias-da-mulher/>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BERTHO, Helena. Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018. **AzMina**. 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/laranjas-profissionais-com-zero-votos-em-eleicoes-anteriores-elas-sao-candidatas-em-2018/>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BERTHO, Helena. Saúde sexual da mulher lésbica. **AzMina**. 2019c. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/saude-sexual-da-mulher-lesbica/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BEZERRA, Juliana; SCHANDER, Gabriela. A crítica da cobertura jornalística sobre a violência de gênero. In: XX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 20, 2019. **Anais...** Porto Alegre: Intercom, 2019.

BINDER, Inés. Identidad y agencia colectiva del movimiento ciberfeminista en América Latina. El caso de ciberfeministaslatam. **Dígitos**, Valência, n. 5, p. 210-233, 2019.

BITTELBRUN, Gabrielle. **O jornalismo de Claudia**: tecnologias de normatização e cuidado de si da mulher. 144p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2011.

BITTELBRUN, Gabrielle Vívian. Revista Azmina: Imagens e possibilidades heterotópicas feministas na plataforma online. In: I CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE ECOLOGIA DOS MEIOS, 1, 2019. **Anais...** Aveiro: Ria Editorial, 2019.

BITTELBRUN, Gabrielle Vívian. **Sob cores e contornos**: gênero e raça em revistas femininas do século 21. 434p. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2017.

BOIX, Montserrat. Sociedad civil y redes de mujeres en las nuevas tecnologías de la comunicación. **Mujeres en red**. 2002. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article302>>. Acesso em: 4 out. 2020.

BORELA, Suzanne da Silva. **Jornalismo, identidade e gênero**: desconstruções discursivas na revista TPM. 156p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2017.

BRAGA, Adriana. Corpo e agenda na revista feminina. **Cadernos IHU idéias**, São Leopoldo, ano 3, n. 40, p. 1-24, 2005.

BRAGA, Gabriela Schander. **Análise discursiva da palavra “feminismo” em um veículo de ciberjornalismo em Portugal**: o caso do Jornal de Notícias. 127p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Bacharelado em Jornalismo, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Pelotas, 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, 2006.

BRITO, Priscilla. Primavera Feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. In: 11 SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11, 2017. **Anais...** Florianópolis: Fazendo Gênero, 2017.



BITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. 2 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

BITONI, Dulcília Schroeder. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 107-118.

BITONI, Dulcília Schroeder; LOPES, Martha. “Revista AzMina” e Carnaval sem Assédio: Uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 21-40, 2018.

BURCH, Sally. **Comunicación, organización y género**: Ellas tienen la palabra. Quito: ALAI, 2009.

BURCH, Sally. El reto de las nuevas tecnologías. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (org.) **Por todos los medios**: Comunicación y Género. Santiago: Isis Internacional, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Eugenia. Revista AzMina: feminismo e jornalismo investigativo na luta pela igualdade de gêneros. In: 15º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 15, 2017. **Anais...** São Paulo: SBPJor, 2017.

CALADO, Luciana de Freitas. **A cidade das damas**: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan. 368p. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2006.

CAMARGO, Bruna; WOITOWICZ, Karina Janz. Formação em Jornalismo e questões de Gênero: Práticas de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR. **REBEJ**, Brasília, v. 8, n. 23, p. 26-42, 2018.

CARBALLIDO; Elvira; ROCHE, Mauricio; HERNÁNDEZ, María de la Luz. Escribir periodismo feminista. **Edähi Boletín Científico de Ciencias Sociales y Humanidades del ICSHu**, Hidalgo, n. 14, p. 26-35, 2019.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 132p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CASADEI, Eliza; MAKITA, Martha. O pessoal é político na revista AzMina: Legitimação pelo testemunho e demandas por reconhecimento nos textos sobre maternidade. **Contracampo**, Niterói, v. 38, n. 3, p. 150-163, 2019.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Luciana Martins. A Contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. **Outros Tempos – Pesquisa em Foco – História**, São Luis, v. 7, n. 10, p. 237-256, 2010.

CÉLIO, Amanda. As meninas de Minas. **AzMina**. 2017. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/as-meninas-de-minas/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CERQUEIRA, Carla *et al.* **De outro gênero**: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), 2014.

CETIC. TIC Domicílios: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros 2019. **Relatório**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (org.). **Las palabras tienen sexo**: Herramientas para un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.

CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**: Introducción a um periodismo con perspectiva de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CIMAC. **Hacia la construcción de un periodismo no sexista**. 2 ed. Ciudad de México: Edición Comunicación e Información de la Mujer, 2011.

CIMAC. **Manual de estilo de la Agencia Multimedia CimaNoticias**. Ciudad de México: Edición Comunicación e Información de la Mujer, 2014.

COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Cicilia (org.). **Vozes cidadãs**: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 41-56.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: Uma perspectiva global. São Paulo: Nversos, 2015.

COSTA, Carlos Roberto. **A revista no Brasil, o século XIX**. 291p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo Feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. 218p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CUNHA, Rodrigo. **Revistas no cenário da mobilidade**: a interface das edições digitais para tablets. 150p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2011.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo**: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. 2009. Disponível em: <[http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy\\_Curiel.pdf](http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2019.

DALMOLIN, Aline. Pesquisa sobre revista: um olhar acerca da produção acadêmica. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 288-300.

D'AMORIM, Maria Alice. Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009. p. 173–178.

DIANI, Mario. The concept of social movement. **The Sociological Review**, London, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

DREHER, Andressa. Maternidade indígena. **AzMina**. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/maternidade-indigena/#7-coisas-que-aprendi>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

DUARTE, Ana Luiza; SCONETTO, Raphaella; AGNEZ, Luciane. Gênero, representação e mídia alternativa: um estudo da Agência Patrícia Galvão e da revista AzMina. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7, 2017. **Anais...** São Paulo: JPJor, 2017.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e feminista no Brasil: Século XIX**, dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. A primavera das mulheres: Ciberfeminismo e os movimentos feministas. **Revista feminismo**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 19-31, 2018.

EQUIPE AZMINA. Na dúvida se está em um relacionamento abusivo? Converse com a Maia. **AzMina**. 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/na-duvida-se-esta-em-um-relacionamento-abusivo-vem-conversar-com-a-maia/>>. Acesso em: 7 fev. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina (org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. **Matrizes**, São Paulo, v.10, n. 3, p. 61-76, 2016.

ESMITIZ, Francielle. **Jornalismo feminista: Uma análise dos processos de comunicação em rede do Portal Catarinas**. 164p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FAGUNDES, Clara. Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores. **AzMina**. 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/alienacao-parental/>>. Acesso em: 6 fev. 2021.

FARIAS, Meiri. Nana Queiroz: ‘Quando você profissionaliza a luta pelos direitos das mulheres, você a torna mais eficiente’. **Armazém de Cultura**. 2016. Disponível em: <<https://armazemdecultura.com/2016/03/30/nana-queiroz-quando-voce-profissionaliza-a-luta-pelos-direitos-das-mulheres-voce-torna-a-luta-mais-eficiente/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FELDMANN, Anna Flávia. **Feminismo em pauta**: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo. 151p. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2018.

FERREIRA, Carolina Branco. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 44, p. 199-228, 2015.

FIGARO, Roseli. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA- USP, 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan/jun. 2002.

FOLEGO, Thais. **Três mulheres nos escreveram** [newsletter]. Mensagem recebida por <contato@azmina.com.br> em 10 dez. 2020.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas S.A, 2005. p. 280-304.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Relatório**. São Paulo, 2020.

FRANÇA, Renné. Revista e referentes: a pensata na construção do mundo de cada publicação. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 93-106.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREIRE, Marcelo. Do armazém à Amazon: uma proposta de tipologia das revistas digitais através dos gêneros jornalísticos. In: NATANSOHN, Graciela (org.). **Jornalismo de revista em redes digitais**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 29-58.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GADRET, Débora Thayane. **Os enquadramentos de Dilma Rousseff no Jornal Nacional**: suspeição, humanização e competência. 157p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2011.

GARCIA, Clara Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo, Claridade, 2011.

GARFIAS, Gloria *et al.* **Por un periodismo no sexista**: pautas para comunicar desde una perspectiva de género en Chile. Santiago: OREALC/UNESCO Santiago, Cátedra UNESCO-UDP “Medios de

comunicación y participación ciudadana”, Programa de Libertad de Expresión de la Universidad de Chile, Colegio de Periodistas de Chile, 2010.

GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. 2017. Disponível em: <<https://www.mulheresnojornalismo.org.br>>. Acesso em: 25 out. 2019.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GMMP, The Global Midia Monitoring Project. **Who makes the news?** Regional Report: Europe. World Association for Christian Communication; UNWomen; UNESCO, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectiva. São Paulo: Paulus, 2008.

GONÇALVES, Eliane *et al.* Das idades transitórias: as “jovens” no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. **Revista feminismo**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 1-30, 2013.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. Tradução de Selvino José Assmann. **Interthesis**, Florianópolis, v. 4, n. 1, jan/jun. 2007.

GROSS, Elizabeth. Qué es la teoría feminista? In: PATEMAN, Carole; GROSS, Elizabeth (ed.) **Feminist Challenges. Social and Political Theory**. Boston: Northeastern University Press, 1986. p. 85-105.

GUARNIERI, Thatiana Haddad. Os direitos das mulheres no contexto internacional: da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995). **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Juiz de Fora, n. 8, 2010.

GUIMARÃES, Fabiane. Mulheres e depressão: Quando a loucura é filha do machismo. **AzMina**. 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/quando-a-loucura-e-filha-do-machismo/>>. Acesso em: 7 fev. 2021.

GUIMARÃES, Rackel. **As novas dinâmicas das rotinas produtivas nas revistas Trip e TPM e o uso das redes sociais na internet**. 144p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2015.

GUIMARÃES, Rackel; LIMA, Luciellen; NETO, Antônio. As transformações da revista na era digital. In: XV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 15, 2013 **Anais...** Mossoró: Intercom, 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 22, p. 201-246, 2004.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (orgs.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 7-31, 1993.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra. **Feminism and methodology: social science issues**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HASAN, Valeria; GIL, Ana Soledad. Estrategias del periodismo feminista: prácticas y política em la reconfiguración del espacio comunicacional. **Perspectivas de la Comunicación**, Temuco, v. 7, n. 2, p. 42-54, 2014.

HASAN, Valeria; GIL, Ana Soledad. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de argentina. **Revista Estudios de Género La Ventana**, Guadalajara, n. 43, p. 246-280, 2016.

HEBERLE, Viviane. Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, p. 85-112, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) **O quer ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. p. 183-221.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HIRIART, Berta. Las dos caras del periodismo feminista. **Fempres**, Ciudad de México, n. 117, 1991.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Amanda. O mercado editorial de revistas no Brasil: do Espelho Az Mina. In: 12º CONGRESSO INTERNACIONAL DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 12, 2017. **Anais...** São Paulo: Abraji, 2017.

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. 10 ed. São Paulo: Ática, 2019.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos pagu**, Campinas, n. 27, p.13-34, 2006.

KLEIN, Jane Jordan. **O perfil da mulher leitora no Brasil: um estudo de revistas femininas**. 100p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Santa Cruz do Sul, 2009.

LEAL, Tatiane. **A mulher poderosa: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro**. 139p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

LEITE, Rosalina. Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, 2003.

- LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo**: novos discursos do feminino em redes eletrônicas. 129p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). São Paulo, 2009.
- LIENAS, Gemma. **El diario violeta de Carlota**. Madrid: Destino, 2013.
- LIMA, Sandra Lúcia. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 221-240, 2007.
- LISBOA, Ana Paula. Primeira geração: rompendo o ciclo familiar de trabalho doméstico no Brasil. **AzMina**. 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/primeira-geracao-rompendo-o-ciclo-familiar-de-trabalho-domestico-no-brasil/#empreender-educar-e-formar>>. Acesso em: 5 fev. 2021.
- LOBATO, Mayara. A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX. In: 9º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8, 2013. **Anais...** Ouro Preto: Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, v. 2, p. 541-553, 2001.
- LUVIZOTTO, Caroline; SANTOS, Heloisa. Imprensa feminista e a cobertura das eleições de 2018 no Brasil. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 74-84, 2019.
- MACHADO, Liliane; SCHONS, Aline; MELO DOURADO, Laila. A construção da sororidade nos discursos da Revista AzMina. **Âncora**, João Pessoa, ano 6, v. 6, n. 2, p. 229-257, 2019.
- MACHARIA, Sarah; MORINIÈRE, Pamela. **Herramientas de aprendizaje para un periodismo de género-ética y políticas en las empresas editoriales**: Recursos prácticos. [S.I]: Asociación Mundial para la Comunicación Cristiana (WACC), Federación Internacional de Periodistas (FIP), 2012a.
- MACHARIA, Sarah; MORINIÈRE, Pamela. **Herramientas de aprendizaje para un periodismo de género-ética y políticas en las empresas editoriales**: Temas conceptuales. [S.I]: Asociación Mundial para la Comunicación Cristiana (WACC), Federación Internacional de Periodistas (FIP), 2012b.
- MAFFIA, Diana. Prólogo. In: NATANSOHN, Graciela (org.). **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 11-14.
- MAKITA, Martha Alvarez. **“Meu nome não é mãe”**: um estudo dos discursos sobre maternidade na “Revista AzMina”. 243p. Dissertação (Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado) – Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/SP). São Paulo, 2019.
- MANO, Maíra. De um jornalismo sexista a um jornalismo com perspectiva de gênero. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 39, p. 9-20, 2017.
- MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 56, p. 1-34, 2019.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 1-24, 2016.

MATTOS, Ediane Teles. **A trajetória das profissionais mulheres no radiojornalismo esportivo em Santa Catarina**. 149p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2019.

MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: Características Demográficas, Políticas e do Trabalho Jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MIGUEL, Ana; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, Graciela (org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 39-78.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 59-76, 2010.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: O caso da Editora Abril**. 359p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1997.

MIRA, Maria Celeste. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 21, p. 13-38, 2003.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

MODELLI, Lais. Nove meses de Zika: e agora? **AzMina**. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/nove-meses-de-zika-e-agora/>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de occidente: Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (ed.). **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid: Ed. Cátedra, 2008.

MORAES, Fabiana. Ativismo, isenção e subjetividade: sobre um jornalismo que ainda não ousa dizer os nomes. In: 17º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17, 2019. **Anais...** Goiânia: SBPJor, 2019a.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019b.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 28, 2019. **Anais...** Porto Alegre: Compós, 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOREIRA, Mariana; MONTEIRO, Yzadora. Eu moro na luta. **AzMina**. 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/pequenas-esposas/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.



MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003.

NATANSOHN, Graciela. Qué têm a ver as tecnologías digitais com o gênero? In: NATANSOHN, Graciela (org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 15-38.

NATANSOHN, Graciela *et al.* Revistas online: do papel às telinhas. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2010.

NATANSOHN, Graciela; CUNHA, Rodrigo. Revistas brasileiras online em plataformas móveis. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 146-163, 2010.

NATANSOHN, Graciela; GUEDES, Cíntia; BARROS, Samuel. Revistas online, redes sociais e leitura. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7, 2009. **Anais...** São Paulo: SBPJor, 2009.

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. **Triade**, Sorocaba, v. 5, n. 10, p. 113-130, 2017.

NATANSOHN, Graciela; SILVA, Tarcízio; BARROS, Samuel. Revistas online: cartografia de um território em transformação permanente. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, 2009. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2009.

O GLOBO. Publicação digital ‘AzMina’ quer reformular o conceito de revista. **O Globo**. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/publicacao-digital-azmina-quer-reformular-conceito-de-revista-feminina-17360634>>. Acesso em: 2 out. 2020.

OCAMPO, Fabiola; CHÁVEZ, Mariana. **Enredate com las Mujeres de Tunja**: Em busca de mis derechos. Tunja: Red de Género de Tunja, 2014.

OMS, Carolina. Como cobrir questões de gênero. In: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Curso Reconstrução do jornalismo local**. Online, 2020.

ONU. **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao\\_pequim1.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2019.

OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Painel de Dados 2020. **Relatório**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PAIVA, Mirian Santos. Teoria feminista: o desafio de tornar-se um paradigma. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 50, n. 4, p. 517-524, 1997.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo online: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (orgs.). **Modelos do Jornalismo Digital**. Salvador: Editora Calandra, 2003.

PARRAS, Lyvia; MOLINA, Silvina. **Manual de Género para periodistas**: recomendaciones básicas para el ejercicio del periodismo con enfoque de género. Quito: PNUD, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Monumentos ao “Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 28, p. 407-414, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-278, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

POPADIUK, Barbara Maria; WOITOWICZ, Karina Janz. Diálogos entre jornais alternativos e lutas sociais: Retrato dos temas predominantes na imprensa feminista brasileira (anos 1970-80). In: XXI Seminário de Inverno de Estudos Em Comunicação, 21, Ponta Grossa. **Anais... XXI Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação**. Ponta Grossa: UEPG, 2018.

PORTILHO, Raquel de Souza. **A mulher e/em seu tempo**: um estudo de Claudia na década de 1960 (1961-1969). 217p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2010.

PRADO, José Luiz. Convocação nas revistas e construção do a mais nos dispositivos midiáticos. **Matrizes**, São Paulo, ano 3, n. 2, p. 63-78, 2010.

PRUDENCIO, Kelly. **Mídia ativista**: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet. 193p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2006.

QUEIROZ, Nana. As três faces da prostituição. **AzMina**. 2017a. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/as-tres-faces-da-prostituicao/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

QUEIROZ, Nana. Pequenas esposas. **AzMina**. 2017b. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/pequenas-esposas/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

QUEIROZ, Nana. “Por que criei a Revista AzMina. E por que quero que ela não precise mais existir”. **Projeto Draft**. 2017c. Disponível em: <<https://www.projeto draft.com/por-que-criei-a-revista-feminista-azmina-e-por-que-quero-que-ela-nao-precise-mais-existir/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

QUEIROZ, Natália Costa. **O auge de Nellie Bly**: uma jornalista estadunidense no final do século XIX. 125p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2013.

QUINN, Tony. Digital magazines: News and a history timeline. **Magforum**. s.d. Disponível em: <[http://www.magforum.com/digital\\_history.htm](http://www.magforum.com/digital_history.htm)>. Acesso em: 14 set. 2020.

RAGO, Margaret. Epistemologia feminista, gênero e história. IN: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 1-17.

RAPHAELA, Jessica; SILVA, Camila. O silêncio atrás da serra. **AzMina**. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/o-silencio-atras-da-serra/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO. **Aportes para el ejercicio profesional**: un buen periodismo incluye la visión de género y los derechos de las mujeres. Bogotá: Legis, 2018.

RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO. **Otras miradas para construir, comunicar y analizar la información**. Bogotá: Legis, 2011.pande

REDAÇÃO. Uma revista do caralho? Não! Da buceta! **TPM**. 2015. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/lancamento-da-revista-azmina-e-entrevista-com-nana-queiroz>>. Acesso em: 14 out. 2020.

RIBEIRO, Maria Fernanda. “Pra gente não funciona”: Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha. **AzMina**. 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-indigenas-e-a-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 801-811, 2006.

RINCÓN, Omar. La narrativa em perspectiva de género. SANTORO, Sonia (ed.). **Sin nosotras, se les acaba la fiesta!** América Latina em perspectiva de género. Bogotá: C3 FES, 2009. p. 5-10.

ROCHA, Patrícia; BENETTI, Marcia. Jornalismo e modelos de mulher: a construção de sentidos das narradoras de TPM. **Contracampo**, Niterói, v. 23, p. 49-70, 2007.

RODEMBUSCH, Rodrigo; FRITSCH, Gabriela. Imprensa feminista: O feminismo nas produções jornalísticas da revista digital AzMina. In: 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40, 2017. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2017.

RODRIGUES, Tamy. Maternidade lésbica. **AzMina**. 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/maternidade-lesbica/>>. Acesso em: 7 fev. 2021.

ROSSI, Thais; MANENTE, Maria Emília. Do feminino ao feminismo: uma análise de reportagens na Revista AzMina. In: XXIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 24, 2019. **Anais...** Vitória: Intercom, 2019.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, Jamile. **Relatório Um vírus, duas guerras**: soluções e boas práticas na coleta e divulgação de dados sobre a violência contra a mulher na pandemia. 2020.

SANTORO, Sonia. Escribir lo que se nos de la gana. SANTORO, Sonia (ed.). **Sin nosotras, se les acaba la fiesta!** América Latina em perspectiva de género. Bogotá: C3 FES, 2009. p. 11-14.

SANTORO, Sonia (ed.). **Sin nosotras, se les acaba la fiesta!** América Latina em perspectiva de género. Bogotá: C3 FES, 2009.

SANTOS, Heloísa Souza. **Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista**: análise do Think Olga e Revista AzMina. 185p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa

de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, 2019.

SANTOS, Letícia Ávila. **Midialivrisimo e feminismos**: análise de cobertura jornalística com perspectiva de gênero da Revista AzMina. 177p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande, 2020.

SANTOS, Letícia Ávila; MIGUEL, Katarini. Perspectivas digitais na produção de conteúdo jornalístico feminista: plataformas e estratégias da Revista AzMina. In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42, 2019. **Anais...** Belém: Intercom, 2019.

SANTOS, Jucélia Bispo. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, São Paulo, n. 9, p. 81-91, 2011.

SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice. SARDENBERG, Cecília. (org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: UFBA, 2001. p. 1-34.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0**: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016). 220p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós- Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2017.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, v. 264, p. 35- 50, 2004.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero e feministas: um campo científico? In: 31º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 31, 2007. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2007.

SCHANDER, Gabriela. O “ser mulher” como valor-notícia em revistas com perspectiva de gênero. In: 17º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17, 2019. **Anais...** Goiânia: SBPJor, 2019.

SCHWAAB, Reges. Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 58-75.

SCHWAAB, Reges. **Uma ecologia do Jornalismo**: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril. 214p. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2011.

SCHWAAB, Reges; TAVARES, Frederico de Mello. O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 180-193, 2009.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SCOLARI, Carlos. eMagazines: la evolución de las interfaces informativas. In: NATANSOHN, Graciela (org.). **Jornalismo de revista em redes digitais**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 191-208.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Ruino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova York: Columbia University Press, 1989.

SEMBRAMEDIA. **Ponto de inflexão. Impacto, ameaças e sustentabilidade**: um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos. [S.I]: 2017.

SILVA, Ana Beatriz Rangel. **Comunicação e gênero**: as narrativas dos movimentos feministas contemporâneos. 98p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2017a.

SILVA, Ana Beatriz Rangel. Da revista feminina à revista feminista: entre o correio sentimental e a militância terapêutica. **Entremeios**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2017b.

SILVA, Ariane; MARTINELLI, Flávia; CARDOSO, Monise. Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência. **AzMina**. 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/entre-machismo-e-racismo-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-violencia/#preta-e-pobre-raca-encontra-classe-social>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SILVA, Terezinha *et al.* As fontes de informação na cobertura da posse presidencial de Jair Bolsonaro em jornais, portais e revistas, 2021. [artigo em avaliação, submetido à revista científica].

SILVA, Juliana Theodoro. **O feminismo para as mulheres**: uma análise discursiva das revistas femininas brasileiras online. 99p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2018.

SILVA, Luis Alberto Fernández. **Mulheres em Mujeres**: Um estudo interseccional dos sentidos de gênero produzidos pela revista cubana. 290p. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Valéria Calvi. Da interseccionalidade ao movimento feminista: uma tentativa de conceituação do feminismo enquanto movimento social. **Encuentro Latinoamericano: Revista de Ciencia Política (ELA)**, [S.I], v. 3, n. 2, p. 108-123, 2016.

SILVEIRINHA, Maria João. Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media – ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação. **Ex Aequo**, Lisboa, n. 25, p. 91-104, 2012.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL (SJPDF). **Desigualdade de Gênero no Jornalismo**. Brasília, 2016.

SOARES, Vera. Movimento feminista: Paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, p. 11-24, 1994.

SOUZA, Amanda; ZUCOLO, Rosana. A construção da cidadania feminina na revista AzMina: um estudo de gênero. In: 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41, 2018. **Anais...** Joinville: Intercom, 2018.

SOUZA, Juliana. A invisibilidade das mulheres nos media: quando a representação de gênero define o sexo da notícia. **Media&Jornalismo**, Lisboa, v. 24, p. 91-103, 2014.

SOUZA, Marcelo Freire. **Revistas jornalísticas para Tablet: uma análise comparativa entre os modelos convergente e nativo digital**. 278p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2013.

SOUZA, Nayara. **Representações de si nos discursos feministas em práticas midiáticas digitais**. 113p. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mariana, 2019.

SOUZA, Nayara; MENDES, Paulo Henrique. Representações de si nos discursos feministas em práticas midiáticas digitais coletivas: Não me Kahlo e AzMina. *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, Belo Horizonte, v. 21, p. 194-210, 2020.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STORCH, Laura. Revista e leitura: sujeitos em interação. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 132-148.

STRATHERN, Marilyn. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 83-104, 2009.

SUAREZ, Joana. Violência contra a mulher ultrapassa até muros das prisões. **AzMina**. 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/violencia-contra-a-mulher-ultrapassa-ate-muros-das-prisoos/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

TAVARES, Frederico de Mello. “Entre objetos”, “objetos no entre”: revista, jornalismo especializado e qualidade de vida. **Contemporanea**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 1-22, 2008.

TAVARES, Frederico de Mello. Revista e identidade editorial: mutações e construções de si e de um mesmo. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 76-92.

TAVARES, Frederico de Mello. **Ser revista e viver bem: um estudo de jornalismo a partir de Vida Simples**. 468p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2011.

TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 27-43.

TAVARES, Ligia Ladeira; LOIS, Cecília Caballero. Anotações sobre a teoria feminista do Direito de Catharine MacKinnon. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 151-170, 2016.

TAVARES, Maria Manuela. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. 625p. Tese (Doutorado em Estudos sobre as Mulheres) - Curso de Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta. Lisboa, 2008.

TEIXEIRA, Milena. Abolição para quem? **AzMina**. 2019a. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/abolicao-para-quem/#a-que-chegou-na-faculdade>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

TEIXEIRA, Milena. Mães que esperam. **AzMina**. 2019b. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/maes-que-esperam/>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

TEIXEIRA, Níncia Cecília. Maternidade à prova: memórias e desconstrução em AZmina. **Interfaces**, Guarapuava, v. 10, n. 2, p. 198-209, 2019.

TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.  
THINK OLGA. Minimanuais do Jornalismo Humanizado. **Think Olga**. 2016. Disponível em: <<https://thinkolga.com/ferramentas/>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

TILIO, Rafael. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 2, p. 125-148, 2014.

VALLE, Norma; HIRIART, Berta; AMADO, Ana María. **El ABC de un periodismo no sexista**. Santiago: Fempress, 1996.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 276p. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2015.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no “livro de repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 30-55, 2018.

VICENTIN, Carolina. Educando pra desigualdade. **AzMina**. 2017. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/educando-pra-desigualdade/>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

VICENTIN, Carolina. O mito do aborto legal. **AzMina**. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/o-mito-do-aborto-legal/>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

VIEIRA, Vera; SOUZA, Sandra Duarte. **A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014**. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2015.

VOGEL, Daisi. Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 17-26.

WENDLAND, Keltryn. **As representações das candidatas à vice-presidência da República na campanha eleitoral de 2018 no jornal Folha de S. Paulo**. 158p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2020.

WOITOWICZ, Karina. **Dizeres e fazeres feministas**: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa. 491p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Experiências jornalísticas com enfoque de gênero no Equador**: Resistência feminista no ambiente digital. 120p. Relatório Pós Doutoral. Escuela de Postgrado do Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL). Quito, 2018.

WOITOWICZ, Karina. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. **Ação Midiática**, Curitiba, v. 2, n 1, p. 1-18, 2012.

WOITOWICZ, Karina Janz. O jornalismo sob a perspectiva de gênero: análises críticas, experiências profissionais e desafios feministas. In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (orgs.). **Feminismos e democracia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 279-294.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: FAZENDO GÊNERO 9, 9, 2010. **Anais...** Florianópolis: Fazendo Gênero, 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz; TESSER, Ligia. A revista digital AzMina e a utilização do Twitter para veiculação das produções jornalísticas. **Temática**, João Pessoa, ano 15, n. 5, p. 40-54, 2019.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VECCHIO-LIMA, Myrian del; SOUZA, Humberto. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 17, n. 31, p. 131-152, 2017.

XAVIER FILHA, Constantina. Imprensa feminina – entre modas, bordados, cuidados com a prole e o casamento: dispositivos pedagógicos. **Instrumento**, Juiz de Fora, v. 12, n, 2, p. 33-43, 2010.

ZAFRA, Remedios. Um cuarto propio conectado: feminismo y creación desde la esfera público-privada online. **Asparkía**, Catellón, v. 22, p. 115-129, 2011.

ZAREMBA, Júlia. Revista faz reportagem sobre aborto e é denunciada por Damares. **Folha de S. Paulo**. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/revista-faz-reportagem-sobre-aborto-e-e-denunciada-por-damares.shtml>>. Acesso em: 2 out. 2020.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**. 212p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2007.



**APÊNDICE A – TABELA DE REPORTAGENS ESPECIAIS DA REVISTA AZMINA**

<b>Data</b>	<b>Formato</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
25/06/2016	Reportagem	Lais Modelli	Nove meses de Zika: e agora?
25/09/2016	Reportagem	Carolina Vicentin Fotografia: Paula Fróes	O mito do aborto legal
02/10/2016	Reportagem	Jessica Raphaela e Camila Silva	O silêncio atrás da serra
28/10/2016	Reportagem	Andressa Dreher Fotografia: Maria Ribeiro	Maternidade indígena
31/10/2016	Reportagem	Helena Bertho Edição: Nana Queiroz	Dossiê das delegacias da mulher
23/01/2017	Reportagem	Carolina Vicentin Fotografia: Paula Fróes	Educando para desigualdade
20/03/2017	Reportagem	Nana Queiroz	As três faces da prostituição
05/06/2017	Reportagem	Nana Queiroz Fotografia: Paula Fróes	Pequenas esposas
11/12/2017	Reportagem	Amanda Célio Edição: Carolina Oms Ilustração: Larissa Ribeiro	As meninas de Minas
13/05/2018	Reportagem	Tamy Rodrigues Edição: Carolina Oms Ilustração: Ana Matsusaki	Maternidade lésbica
26/05/2018	Reportagem	Mariana Moreira e Yzadora Monteiro Edição: Carolina Oms	Eu moro na luta
25/06/2018	Reportagem	Clara Fagundes Edição: Carolina Oms e Carolina Vicentin Ilustração: Larissa Ribeiro	Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores
16/07/2018	Documentário	Juliana Luna Coordenação: Nana Queiroz Fotografia: Coletivo Amapoa	Racismo na moda: como o preconceito se expressa na passarela?
21/08/2018	Reportagem	Fabiane Guimarães Edição: Nana Queiroz Ilustração: Larissa Ribeiro	Mulheres e depressão: Quando a loucura é filha do machismo
10/09/2018	Reportagem	Carolina Vicentin Edição: Helena Bertho Arte: Larissa Ribeiro	Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua
20/09/2018	Reportagem	Helena Bertho Edição: Carolina Oms Arte: Larissa Ribeiro Parceria: The Intercept Brasil	Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018
22/01/2019	Reportagem	Camila de Lira Edição: Thais Folego Ensaio: Jéssica Chamma	Gordura é doença?
4/02/2019	Documentário	Coletivo Doroteia Coordenação: Carolina Oms	Funk e feminismo: as MCs que provam que funk também é lugar de mulher

25/02/2019	Reportagem	Ana Paula Lisboa Roteiro e vídeo: Luana Pinheiro Coordenação e edição: Carolina Oms	Primeira geração: Rompendo o ciclo familiar de trabalho doméstico
12/03/2019	Reportagem	Carolina Oms Edição: Carolina Vicentin Colaboração: Maria Martha Bruno	Mulheres que correm o mundo
13/05/2019	Reportagem	Milena Teixeira Fotografia: Milena Abreu Edição: Helena Bertho	Abolição para quem?
23/07/2019	Reportagem	Helena Bertho Ilustração: Laura Teixeira	Abrigo contra violência doméstica
06/08/2019	Reportagem	Milena Teixeira Fotografia: Mallu Silva Edição: Thais Folego	Mães que esperam
29/08/2019	Reportagem	Helena Bertho Edição: Thais Folego Imagens: Carolina Herrera	Saúde sexual da mulher lésbica
20/09/2019	Reportagem	Ariane Silva, Flávia Martinelli e Monise Cardoso (Mulherias) Edição: Thais Folego Ilustração: Isabela Alves	Entre o machismo e o racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência
18/10/2019	Reportagem	Helena Bertho Edição: Thais Folego Arte: Estúdio Rebimboca	Como é feito um aborto seguro?
05/11/2019	Reportagem	Raphaela Ribeiro (Ênois) Arte: Estúdio Rebimboca	Os serviços previstos na Lei Maria da Penha funcionam?
04/03/2020	Reportagem	Maria Fernanda Ribeiro Edição: Helena Bertho Arte: Estúdio Rebimboca	Pra gente não funciona: indígenas e a Lei Maria da Penha
27/03/2020	Reportagem	Equipe AzMina	Na dúvida se está em um relacionamento abusivo? Converse com a Maia
28/04/2020	Reportagem	Joana Suarez Edição: Thais Folego	Violência contra a mulher ultrapassa até muros das prisões
05/05/2020	Reportagem	Flaviana Alves Edição: Helena Bertho Fotografia: Indy Braga e Joel Pontes	Marias em fuga
23/06/2020	Reportagem	Vitória Régia da Silva (Gênero e Número)	Um retrato das mães solo na pandemia
22/07/2020	Reportagem	Leticia Ferreira Edição: Helena Bertho e Thais Folego Arte: Estúdio Rebimboca	Mulheres negras hackeiam a política

Fonte: A autora (2021).